

**Sistema de Informação e Documentação de Coleções
Arqueológicas do Museu Nacional de Arqueologia:
diagnóstico e contributos para o seu desenvolvimento**

Carla Alexandra Camelo Barroso

Trabalho de Projeto de Mestrado em Museologia

Setembro, 2018

**Sistema de Informação e Documentação de Coleções
Arqueológicas do Museu Nacional de Arqueologia:
diagnóstico e contributos para o seu desenvolvimento**

Trabalho de Projeto de Mestrado em Museologia

Discente: Carla Alexandra Camelo Barroso

Orientador: Maria da Graça da Silveira Filipe

Coorientador: Adolfo António da Silveira Martins

Setembro, 2018

Trabalho de Projeto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia realizado sob a orientação científica de Maria da Graça da Silveira Filipe e coorientação de Adolfo António da Silveira Martins.

“Aos objectos que eu adquiro para o Museu Etnologico aponho sempre papeis com a indicação da proveniencia, mas no vai- vem que ele tem tido, e tambem na ocasião da limpeza, e por causa da acção deleteria das traças, acontece que os papeis ás vezes se perdem. Eu não posso estar sempre atento a tudo!”

Vasconcelos, 1927, p. 184

“[U]m museu de arqueologia é em primeiro lugar uma instituição científica: ali se colecionam, se identificam, se registam, se conservam e estudam os objectos antigos exumados das escavações, ou adquiridos por compra, oferta ou depósito; estes objectos são postos à disposição dos especialistas e, uma vez feitas as publicações, estas servem as peças em exposição.”

Machado, 1971, p. 35

Para a Lita.

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio, a ajuda e a compreensão de diversas pessoas que em diferentes momentos contribuíram com o seu conhecimento, sugestões ou, tão somente, com as suas palavras de ânimo.

Antes dos demais, gostaria de agradecer e mostrar apreço aos meus orientadores, a Dra. Graça Filipe e o Dr. Adolfo Silveira, que aceitaram o convite para me guiarem neste trabalho e se mostraram sempre disponíveis para abordar diferentes aspetos do mesmo, bem como compreensivos em momentos de maior desmotivação da minha parte.

Não posso deixar de agradecer à Dra. Virginia Salve Quejido e à Dra. Aurora Ladero Galán, respetivamente a conservadora-chefe e a arquivista do Museo Arqueológico Nacional, pela disponibilidade com que me receberam e me ajudaram a perceber o funcionamento do DOMUS.

Mas a minha gratidão vai sobretudo para a equipa do Museu Nacional de Arqueologia, começando pelo seu diretor, o Dr. António Carvalho, pelas oportunidades que me conduziram à inscrição no mestrado e apoio na concretização deste trabalho. Foram ainda importantes o Dr. Luís Raposo, a Dra. Ana Isabel Santos, a Dra. Lívia Cristina e a Dra. Margarida Santos, pelos conhecimentos sobre a história e os procedimentos do museu. Agradeço ainda, e sobretudo, ao Luís Antunes, Luísa Guerreiro e Carmo Vale, que foram partilhando comigo, desde o momento que entrei no MNA, as suas histórias (que me fazem, muitas vezes, desejar poder ter assistido a esses momentos), bem como o amor e carinho que nutrem pelo Museu; bem como à saudosa Adília Antunes, por tudo isso e muito mais – por ter acreditado em mim, por me ter desafiado e por me ter dado força para continuar. Claro que não podia deixar de mencionar a Ana Patrícia Madeira, o Bruno Lopes, a Clélia Velez, o Fernando Gameiro, a Mafalda Simões, o Paulo Alves e os demais, por todo o apoio e bom humor.

Uma palavra ainda de agradecimento (e de muito boa sorte) para a Andreia Lima, pelas muitas conversas, entusiasmo e incentivo.

Por fim, mas de todos porventura os mais importantes, um profundo agradecimento aos meus pais e irmão, por tudo.

Sistema de Informação e Documentação de Coleções Arqueológicas do Museu Nacional de Arqueologia: diagnóstico e contributos para o seu desenvolvimento

Carla Alexandra Camelo Barroso

Resumo

O inventário no Museu Nacional de Arqueologia (MNA) tem evoluído, desde a sua criação em 1893 e ao longo da sua centenária existência, acompanhando os desenvolvimentos de reflexão e de prática museológicas, mas, tal como numa grande parte dos museus portugueses, são internamente reconhecidos problemas específicos de inventariação e catalogação das suas espécies.

Uma renovada abordagem à inventariação de objetos e de sítios arqueológicos, ocorrida por ocasião de uma grande reestruturação espacial nos anos de 1980, a introdução de novas tecnologias – nomeadamente a utilização de *software* específico para inventário, catalogação e disponibilização de informação em ambiente *web* –, a contribuição técnica do MNA para a publicação do volume das *Normas de Inventário*, publicadas pelo então Instituto Português de Museus, dedicado à Arqueologia, são aspetos a destacar na melhoria de procedimentos de documentação e na gestão das suas coleções.

Ainda decorrente da sua centenária história, o MNA possui diversos arquivos documentais que contêm informação essencial para uma melhor contextualização, e por isso entendimento, das suas coleções arqueológicas, que se constituem como documentos históricos. Estes arquivos encontram-se ainda por tratar de forma sistemática, verificando-se que em diversos casos não se encontram catalogados em bases de dados informatizadas, seja para uso interno ou do público, nomeadamente investigadores interessados em estudar as suas coleções arqueológicas, carecendo o MNA de um sistema integrado que faça a relação entre os objetos das suas coleções e o espólio arquivístico, sem o qual se incorre em risco de lacuna, e até mesmo perda, de informação.

Este trabalho é um contributo por modo a sistematizar e uniformizar a informação existente no MNA centrada nas suas coleções arqueológicas, e numa melhor organização e mais eficiente gestão das mesmas. Deste modo, procede-se à análise e reflexão sobre a situação atual do MNA, comparando, na medida do possível, com sistemas adotados por instituições e museus de semelhante temática, por forma a apresentar um primeiro contributo para o desenvolvimento da inventariação, catalogação e documentação no museu em foco.

Palavras-chave: sistema de informação em museus, inventário museológico, catalogação, documentação, arquivos de museu, Museu Nacional de Arqueologia

Sistema de Informação e Documentação de Coleções Arqueológicas do Museu Nacional de Arqueologia: diagnóstico e contributos para o seu desenvolvimento

Carla Alexandra Camelo Barroso

Abstract

The inventory at the National Archaeological Museum (MNA) has evolved since its creation in 1893 and throughout its centenary existence, following the developments of museological reflection and practice, but, as it happens with many Portuguese museums, specific problems are recognized concerning the inventory and cataloguing of its collection.

A renewed approach to the inventory of objects and archaeological sites, that took place during a major spatial restructuring in the 1980s, the introduction of new technologies – namely the use of specific software for inventory, cataloguing and to provide information on the internet –, the MNA's technical contribution to the edition of a volume on inventory standards for archaeological objects, published by the then Portuguese Institute of Museums, are aspects worthy of highlight on the improvement of procedures concerning the documentation and management of its collections.

Due to its centenary history, the MNA has several archives that contain essential information for a better contextualization, and therefore understanding, of its archaeological collections, which are considered as historical documents. These archives, however, are still waiting to be dealt with in a systematic way, and in many cases they are not yet catalogued in computerized databases, either for internal or public use, specifically researchers interested in studying archaeological collections, with MNA lacking an integrated system able to establish relations between the objects of its collections and its archives, without which there is a risk of a knowledge gap and even loss of information.

This work aims to systematize and standardize the existing information at MNA focused on its archaeological collections, and to better organize and more efficiently

manage them. Therefore, it proceeds to analyse and reflect on the current situation of the MNA, and compare, as far as possible, with systems adopted by institutions and museums of similar theme, and thus present an initial contribution to the development of inventory, cataloguing and documentation at the museum in focus.

Keywords: museum information system, museum inventory, cataloguing, documentation, museum archives, National Archaeological Museum

Lista de abreviaturas

AD – acervo documental

AHMNA – Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia

AM – acervo museológico

BA – Biblioteca de Arqueologia da Direção-Geral do Património Cultural

BMA – Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CAIMAN – Consulta, Actualización e Introducción de datos en el Museo Arqueológico Nacional

Cer.es – Colecciones en Red

CIDOC – International Committee for Documentation

CNS – Código Nacional de Sítio

DGPC – Direção-Geral do Património Cultural

DOMUS – Documentación en Museos

ICOM – International Council of Museums

IFLA – International Federation of Library Associations

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

IPPC – Instituto Português do Património Cultural

ISAD(G) – General International Standard Archival Description

ISBD – International Standard Bibliographic Description

ISO – International Organization for Standardization

JLV – José Leite de Vasconcelos

LCR – Laboratório de Conservação e Restauro do Museu Nacional de Arqueologia

MAN – Museo Arqueológico Nacional

MARC – Machine-Readable Cataloguing

MNA – Museu Nacional de Arqueologia

OAP – *O Arqueólogo Português*

OIM – Office international des musées

RPC – Regras Portuguesas de Catalogação

RPM – Rede Portuguesa de Museus

SD – Serviço de Documentação

SIC – Serviço de Inventário e Coleções

SPAH – *Subsídios para a história do Museu Etnográfico do Dr. Leite de Vasconcelos*

SPECTRUM – Standard Procedures for Collections Recording in Museums

UNIMARC – Universal Machine-Readable Cataloguing

XML – Extensible Markup Language

Índice

Agradecimentos	iv
Resumo.....	v
Abstract	vii
Lista de abreviaturas	ix
Índice.....	xi
Introdução.....	1
1. Do inventário e da documentação museológicos ao sistema de informação de museu	4
1.1. Inventário e documentação museológicos	4
1.1.1. Breve perspetiva cronológica	5
1.1.2. Instrumentos de referência para a normalização do processo documental em museus	8
1.2. Sistema de informação em museus	11
1.2.1. A problemática arqueológica	14
1.2.2. Sistema de informação e documentação em Espanha – o exemplo do <i>Museo Arqueológico Nacional</i>	17
1.2.3. Sistema de informação e documentação em Portugal	23
2. Caracterização do Museu Nacional de Arqueologia	29
2.1. A evolução do programa museológico.....	33
2.2. Espaços e serviços museológicos instalados.....	35
2.3. O acervo arqueológico do MNA e sua representatividade do património arqueológico nacional	38
3. Diagnóstico ao inventário e à documentação de coleções arqueológicas do Museu Nacional de Arqueologia	43
3.1. Estrutura funcional do museu com respeito à inventariação e documentação das coleções arqueológicas	43
3.1.1. Serviço de Documentação.....	43
3.1.1.1. Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia	43
3.1.1.2. Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia	48
3.1.2. Laboratório de Conservação e Restauro	50
3.1.3. Serviço de Inventário de Coleções	55
3.2. Caracterização e historial de procedimentos e instrumentos documentais	56
3.2.1. Inventário até à década de 1980.....	56
3.2.2. Alterações no inventário decorrentes da “desmontagem” na década de 1980.....	59
3.2.3. Informatização do inventário e digitalização de coleções	62
3.3. Análise de dois trabalhos de inventário	67

3.3.1.	O sítio arqueológico da Fraga (Marco de Canaveses)	68
3.3.2.	O sítio arqueológico da Silveirona (Estremoz)	71
3.4.	Conclusões do diagnóstico	73
4.	Exercício prático	77
4.1.	Inventário de sítios arqueológicos e objetos deles provenientes – síntese de procedimentos de documentação e inventariação	77
4.2.	Reflexão e apresentação de propostas na ótica do sistema de informação do MNA	94
	Considerações finais.....	98
	Referências bibliográficas	103
	Fontes documentais	103
	Legislação	103
	Bibliografia	104
	Webgrafia.....	115
	Lista de Gráficos	117
	Lista de Figuras.....	118
	Lista de Tabelas	119
	Anexos e Apêndices	120
Anexo 1.	Localização e envolvente.....	I
Anexo 2.	Evolução da ocupação do espaço pelo MNA nas construções do Mosteiro dos Jerónimos	II
Anexo 3.	Concelhos portugueses com património arqueológico presente nas coleções do MNA	VII
Anexo 4.	Figuras ilustrativas do procedimento do LCR referente à conservação e preservação das coleções.....	IX
Anexo 5.	Ficha de Conservação e Restauro (exemplo)	XIII
Anexo 6.	Evolução dos elementos do inventário	XV
Anexo 7.	Exemplo de um dossier resultante do processo de desmontagem, ocorrido em 1980	XVIII
Anexo 8.	Processo do sítio arqueológico da Fraga.....	XXI
Anexo 9.	Fichas Matriz de peças do sítio arqueológico da Fraga.....	XXV
Anexo 10.	Elementos referentes ao sítio arqueológico de Silveirona	XLV
Anexo 11.	Fichas Matriz de peças do sítio arqueológico da Fraga.....	XLIX
Apêndice A.	Atual organização do espaço.....	LXII
Apêndice B.	Tabela com recolha de informação epistolar.....	LXIV
Apêndice C.	Parte do processo relativo à localização do objeto com o número de inventário 16.658	LXXVI
Apêndice D.	Ficha Matriz resultante do exercício prático.....	LXXVIII

Introdução

Da licenciatura em História, variante de Arqueologia, retive uma ideia proferida por um dos professores, e reforçada por alguma bibliografia (Ellis, 2004, pp. 462–464), que mais importante que escavar no terreno, havia que escavar em museus. Era, desta forma, feita alusão à quantidade de espólio exumado e que se encontra espalhado pelos diversos museus portugueses, como matéria bruta à espera de ser estudada ou mesmo de ser tratada documentalente. Nesse momento, soube a que me gostaria de dedicar após a conclusão da licenciatura.

No entanto, o percurso profissional nem sempre é linear e, volvidos pouco mais de dez anos, tendo passado profissionalmente por três museus nacionais, encontro-me mais perto do tema da licenciatura mas a trabalhar, sobretudo, na área das ciências documentais. Esta experiência e formação profissional contribuíram para uma nova visão dos objetos e documentos, e para a percepção de que as catalogações arquivísticas, biblioteconómicas e museológicas não se encontram assim tão distantes, mas que se complementam.

Foi-me também possível constatar o muito e importante trabalho que há por fazer no que ao inventário e à documentação dos acervos diz respeito. Esse trabalho pode parecer geralmente invisível para a maioria dos visitantes que acorrem aos museus, seja com fins didáticos ou lúdicos, e enquadra-se numa área frequentemente relegada para um segundo plano de prioridades, sendo suplantada pelas necessidades comunicativas, nomeadamente de elaboração de exposições. Estas serão o aspeto mais visível do trabalho de um museu, para quem está de fora, mas como se pode elaborar uma exposição, comunicar convenientemente uma mensagem, mostrar e interpretar o acervo que se expõe, se não se conhece profundamente a coleção? Se não se sabe de onde e como nos chegou? É realmente preciso explorar os diversos arquivos, cruzar diferentes fontes de informação, para entender como é que a um museu de arqueologia chegaram determinados objetos e fundamentar a sua escolha para integrar uma exposição.

Tendo recentemente testemunhado um caso de redescoberta de peças, nomeadamente duas coleiras de escravo na sequência de uma investigação jornalística

(Natário e Martins, 2017a, 2017b, 2017c), e ouvindo sempre com muita curiosidade e interesse os relatos de colegas, através dos quais muito se aprende sobre a história da instituição em que tenho a oportunidade de trabalhar, resolvi, no âmbito da componente não-letiva do Mestrado em Museologia, sistematizar e uniformizar a informação existente no MNA no que respeita às suas coleções arqueológicas, criando uma ferramenta de trabalho útil, para quem venha a trabalhar sobre estas, a ser desenvolvida e melhorada.

Deste modo, este trabalho começa por abordar o que se entende por inventário e documentação em contexto museal e como se chega a um sistema de informação em museus, após o desenvolvimento de instrumentos de normalização de procedimentos e categorias de informação, para uma correta identificação e gestão de objetos museológicos. Apesar de apresentar uma perspetiva bastante geral, detenho-me um pouco mais a abordar o caso português bem como o espanhol, sobretudo o caso do Museo Arqueológico Nacional (Madrid), por ter tido a oportunidade de visualizar a aplicação informática DOMUS em prática. Assim, e por dispor de maior acesso no local de trabalho, apoiei-me sobretudo em bibliografia produzida neste último contexto.

No segundo capítulo procede-se à caracterização da instituição: o Museu Nacional de Arqueologia. Tentei acompanhar a evolução do programa museológico e da própria instituição, que no passado exerceu tarefas distintas decorrentes de alterações orgânicas e legislativas, incluindo a regulação das investigações arqueológicas e a prioridade no desenvolvimento das mesmas, e abordar o impacto dessa evolução no crescimento do seu acervo, nomeadamente arqueológico. É também abordada a questão do espaço, ocupando o MNA um edifício não construído para o fim atual, facto que coloca limites de vária ordem ao seu funcionamento. Para tal, foram consultados diversos artigos e trabalhos dedicados ao MNA, grande parte publicados em edições próprias, bem como documentos elaborados no seio da instituição.

Segue-se um diagnóstico ao sistema de inventário e documentação de coleções, que incide sobre três sectores diferenciados, mas cujo trabalho conjunto é essencial: Serviço de Documentação, Laboratório de Conservação e Restauro e Serviço de Inventário e Coleções. Acentua-se o enfoque neste último, por ser mais complexo, decorrente da evolução do museu e dos procedimentos de inventário. Para este

diagnóstico socorremo-nos de relatórios elaborados pelos diversos sectores ou abrangendo toda a instituição, sendo que alguns destes documentos se encontram disponíveis em artigos de *O Arqueólogo Português* ou no *site* institucional, constituindo-se como instrumentos de gestão. Contudo, foi fundamental o contacto com as equipas e os responsáveis pelos diversos sectores, por forma a melhor entender os procedimentos, sua evolução e opções tomadas.

O diagnóstico também incide sobre dois casos de estudo de espólio, proveniente de estações arqueológicas exploradas diretamente por técnicos do museu, desenvolvidos no âmbito de trabalhos académicos, que se apoiaram e contribuíram para a inventariação e documentação desses sítios. O segundo estudo, dedicado ao sítio da Silveirona, escavado por Manuel Heleno, foi já abordado num trabalho de seminário no âmbito do inventário e conservação de coleções, pelo que optei por retomá-lo aqui com as necessárias alterações.

Para um maior entendimento dos problemas e dificuldades que surgem aquando do inventário sistemático de sítios arqueológicos do MNA, resolvi elaborar um exercício prático, escolhendo para tal uma estação arqueológica que carecia deste tratamento. Apresenta-se, deste modo, uma sistematização dos procedimentos e avançam-se propostas para uma maior integração e trabalho conjunto dos sectores responsáveis pela adequada documentação das coleções.

1. Do inventário e da documentação museológicos ao sistema de informação de museu

1.1. Inventário e documentação museológicos

O museu é, por definição, uma instituição “aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite”¹ (ICOM, 2017, p. 3). Deve garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais, como expresso na Lei-Quadro dos Museus Portugueses², e por isso preservar os objetos que formam as suas coleções, “especialmente pela reunião, o inventário, o acondicionamento, a segurança e a reparação” (Desvallées e Mairesse, 2013, p. 79), mas também valorizar o seu potencial como testemunho instituindo-se como “un sistema estructurado que reúne, produce y gestiona información; que gestiona documentos de tipos muy diversos” (Carretero Pérez, 1997, p. 11). De facto, não é incomum descobrir em museus de arqueologia, por exemplo³, para além dos objetos resultantes de recolhas avulsas ou de escavações, apontamentos científicos dos pioneiros daquela área, cartas pessoais dos mesmos, para além dos documentos administrativos produzidos pelo próprio museu relacionados com objetos – como recibos de compras ou agradecimento de doações – e exposições. Deste modo, é possível encontrar “casos em que museus, bibliotecas e arquivos coexistem na mesma estrutura institucional” (Marques, 2012, p. 3).

Devido a diversas vicissitudes próprias de como e com que intenções surgiram os mais diversos museus, verificam-se ambiguidades e diferenças de critério sobre que documentos devem ser guardados e de que modo, sendo claro, no entanto, que devem estar “íntimamente conectados con las colecciones, o con la temática científica del museo” (Carretero Pérez, 1997, p. 13). Contudo, são acervos documentais que devem

¹ Conforme definição do ICOM mediante tradução em <http://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/> [consult. 10 abr. 2018].

² Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, disponível em <https://dre.pt/application/file/a/480457> [consult. 24 abr. 2018].

³ Vide outros exemplos e como dependendo da temática do museu são considerados de forma diferente em *Normalización documental de museos* (Carretero Pérez *et al.*, 1998, pp. 9–10).

ser tidos em conta e que merecem toda a atenção por parte de um museu, especialmente num momento em que esta instituição precisa de responder a novas demandas, suscitada pela sociedade de conhecimento, nas palavras de Gutiérrez Usillos (2010, p. 33), cada vez mais interessada em atividades culturais e onde a informação tem, cada vez mais, diferentes usos (Marín Torres, 2002, pp. 296–298).

Para responder a tal, os museus têm sentido a necessidade de dar maior destaque à difusão e por isso disponibilizar um maior acesso à informação, tanto ao público especializado como a um público bastante mais abrangente (Gutiérrez Usillos, 2010, pp. 20–21), necessitando assim de implementar um sistema de informação de museus que relacione os diferentes “acervos geridos ou relacionados com a entidade museal, o conhecimento produzido, os sujeitos e contextos dessa produção, ligando-os ao tempo e ao espaço de criação patrimonial” (Filipe, 2014, pp. 5–6). A utilização das novas tecnologias de informação veio tornar bastante mais exequível esta tarefa, facilitando processos de busca e recuperação de informação, bem como possibilitando a articulação, inclusive, com outras instituições culturais, nomeadamente as de memória, e democratizando o acesso às coleções, disponibilizando-as mediante diferentes plataformas.

1.1.1. Breve perspetiva cronológica

Apesar de a instituição museal ser algo relativamente recente, aparecendo em finais do século XVIII, a prática do colecionismo é bastante mais alargada no tempo⁴. Desde, pelo menos, a Antiguidade que o Homem sentiu a necessidade de colecionar objetos⁵, fossem *naturalia* ou *artificialia*, por forma a entender o mundo que o rodeia. Surgiram assim espaços⁶ dedicados ao armazenamento e salvaguarda, conservação, estudo e, mesmo em ambiente proto-museológico, exposição de objetos, mas também à acumulação, tradução e cópia de textos, desde o *mouseion* de Alexandria, que dispunha de diferentes espaços e onde “a biblioteca e o museu formavam um conjunto

⁴ Vide a análise histórica em MARÍN TORRES, Maria Teresa – **Historia de la documentación museológica**.

⁵ “Coligir objectos raros, ainda que não seja com intuito científico, e só por mero prazer, é costume que se encontra em todos os povos cultos” (Vasconcelos, 1915, p. 119).

⁶ Para uma abordagem ao desenvolvimento comum de museus, bibliotecas e arquivos, vide a análise em MARQUES, Isabel Costa – **O Museu como Sistema de Informação**, p. 9-21.

unitário com o objetivo de progredir os diferentes ramos do saber” (Marques, 2012, p. 10), passando pelos mosteiros medievais e os gabinetes de curiosidades da época moderna.

Também cedo se sentiu a necessidade, ou se teve a preocupação, de inventariar os diferentes objetos e documentos. Se a princípio tal ocorria mediante a descrição do que se podia ver em determinado sítio, com a literatura de viagens por exemplo⁷, depressa o inventário se tornou algo essencial para a organização de uma coleção, por modo a

dar un sentido de orden para la recuperación y localización de las piezas, darle un sentido científico-educativo para el avance de la investigación, el aumento del prestigio social del coleccionista y la difusión propagandística para la venta de los objetos; y a veces, también, porque han de trasladarse a otro lugar o por acontecimientos trágicos como desastres naturales, guerras y otros hechos, que hacen necesario el recuento y la descripción pormenorizada (Marín Torres, 2002, p. 25).

Deste modo começam por despontar as listagens de tesouros, a que se seguem roteiros e catálogos, instrumentos que não só enumeravam os bens como os descreviam e forneciam alguma informação adicional (Marín Torres, 2002, pp. 75–116), quando não se tratavam de verdadeiros tratados e estudos que “traducían las nuevas concepciones científicas” (Marín Torres, 2002, p. 122), contribuindo também para o avanço científico em diversas áreas do conhecimento, e levando ao surgimento de outras, como a Museologia, após o surgimento do museu moderno no século XVIII (Marín Torres, 2002, p. 117).

Um passo importante para a consolidação da ciência museológica foi a criação de *L'Office International des Musées* (OIM), em 1927, após um tomar de consciência com vista à preservação de bens culturais na sequência da Primeira Guerra Mundial. Através da revista *Mouseion*, a OIM abordava diversos assuntos relacionados com a

⁷ Vide BRIGOLA, João Carlos – **Os viajantes e o ‘livro dos museus’**. Esta obra contém transcrições de cartas e obras, entre as quais se podem encontrar a descrição de peças hoje do MNA em outros locais ou coleções prévias, nomeadamente a presença das denominadas estátuas de guerreiros calaicos (n.ºs de inv. E 3397 e E 3398), descobertas em Montalegre, no Jardim Botânico da Ajuda onde faziam parte da Coleção Real. Em 1911 seriam incorporadas, por decreto ministerial, no acervo do MNA.

museologia (Braga, 2012, p. 8), chegando a sugerir que “los catálogos de los museos se redactasen bajo un plan uniforme” (Marín Torres, 2002, p. 255) consoante fossem de um de três tipos: catálogos guias, catálogos sumários e catálogos científicos (Marín Torres, 2002, pp. 259–260). Houve, no entanto, diferentes posições sobre a necessidade ou não de normalização daqueles instrumentos, temendo-se a perda de identidade das instituições (Braga, 2012, p. 8), mas se não foi possível unificar o conteúdo informativo disponibilizado em catálogos, percebeu-se “la necesidad de unificar las prácticas documentales de otros instrumentos” (Marín Torres, 2002, p. 282).

A OIM conheceria o seu fim com a criação do *International Council of Museums* (ICOM), após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, “committed to the research, conservation, continuation and communication to society of the world’s natural and cultural heritage, present and future, tangible and intangible” (ICOM, 2017, p. 2). Esta organização internacional desenvolve hoje diversas ações através de comités internacionais e nacionais, dispendo de uma rede de 20 000 museus, 37 000 profissionais, 119 comités nacionais, 30 comités internacionais, 5 alianças regionais e 21 organizações afiliadas, estando presente em 136 países e territórios⁸.

A Segunda Guerra Mundial trouxe ainda mudanças tecnológicas, que se refletiram na conceção de novos métodos e procedimentos de trabalho, mas também de carácter social, levando a que disciplinas como a Arqueologia⁹ e a Museologia evoluíssem por forma a dar resposta a novas questões, conduzindo a um aprofundamento do estudo de contextos, ou seja, das relações entre objetos, funções, ideias e símbolos que refletem a memória coletiva de uma cultura ou comunidade (Gutiérrez Usillos, 2010, pp. 62–66; Braga, 2012, p. 11).

Assiste-se assim, ao longo do tempo, a “una sistematización y racionalización de los contenidos de los saberes, una sobriedad mayor en la presentación de las colecciones y un rigor en su recuento y clasificación de las colecciones” (Marín Torres, 2002, p. 117), alargando-se o conceito de inventário e documentação, que se torna num instrumento fundamental não só para uma adequada gestão de coleções¹⁰, mas

⁸ Conforme <http://icom.museum/icom-network/> [consult. 14 abr. 2018].

⁹ Para um breve apontamento sobre o desenvolvimento da teoria arqueológica vide HODDER, Ian – *Archaeological theory*.

¹⁰ Conforme enunciado por diversos autores, como LADKIN, Nicola – *Collections Management*.

também de conhecimento: produzindo e revelando mais informação do que aquela que o objeto por si só oferece; reconstituindo a história do objeto, possibilitando entender a sua origem, movimentos, intervenções de conservação e pertença a coleções prévias¹¹; e constituindo-se mesmo como “fuentes historiográficas para hacer historia del coleccionismo” (Marín Torres, 2002, p. 9).

1.1.2. Instrumentos de referência para a normalização do processo documental em museus

Entendendo qualquer objeto tridimensional como ‘documento’¹², é fácil perceber que “todo objeto físico es un documento puesto que contiene una determinada información” (Hernández Hernández, 2000, p. 43) e que por isso pode ser lido e interpretado. Deste modo, e apesar da forma como um documento se apresenta¹³ poder ser tratado de maneira diferente, em termos de conteúdo “el tratamiento incluirá la clasificación, catalogación, indización, análisis y tratamiento informativo del documento” (Hernández Hernández, 2000, p. 43). No entanto, se em instituições das chamadas Ciências da Informação – os arquivos e as bibliotecas – foi possível chegar a “normas descriptivas y catalográficas para sus materiales” (Carretero Pérez, 1997, p. 15)¹⁴, já para acervos museológicos “podemos encontrar cientos de modelos de fichas diferentes” (Carretero Pérez, 2005, p. 20).

¹¹ Vide, por exemplo, o exercício de LACAMBRE, Geneviève – À propos des inventaires des musées.

¹² Ideia desenvolvida por Paul Otlet que afirma que “[a]o lado dos textos e imagens há objetos documentais por si mesmos (*Realia*). São as amostras, espécimes, modelos, fac-símiles e, de maneira geral, tudo que tenha caráter representativo a três dimensões e, eventualmente, em movimento” (Otlet apud Loureiro, Loureiro e Silva, 2009, p. 2). Este pensador tinha, de resto, a ideia de criar um centro de conhecimento, um *Mundaneum* (Marín Torres, 2002, p. 288; Gutiérrez Usillos, 2010, p. 128), algo que “com a criação da Internet como hoje a conhecemos, tal visão se pode concretizar” (Matos, 2012, p. 23).

¹³ Ou seja, consoante “posea una expresión material – manuscritos, libros, gráficos, dibujos, fotografías, planos, películas, discos, objetos, monumentos” (Hernández Hernández, 2000, p. 44). Vide também a classificação dos quatro tipos de fontes – escrita, iconográfica, material e oral – segundo Maria Otília Pereira Lage em MARQUES, op. cit., p. 54-55.

¹⁴ Vide, por exemplo, as publicações técnicas da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), entre as quais se encontram diversos manuais e normas, nomeadamente relativas a referências bibliográficas e a diretivas para a construção e desenvolvimento de tesouros monolíngues que podem ser bastante úteis também em contexto museal. A BNP assume funções para a “actualização e alinhamento das normas portuguesas com as correspondentes da Internacional Organization for Standardization (ISO)” no âmbito da Informação e Documentação (Galvão e BNP, Serviço de Desenvolvimentos Normativos, 2010).

Durante o século XX, assistiu-se a vários esforços de diversas entidades¹⁵, que culminaram em trabalhos e publicações¹⁶, no sentido de uniformizar procedimentos e normalizar práticas em museus; normalização cada vez mais necessária num mundo onde as inovações tecnológicas têm ganho cada vez um maior espaço e “los computadores han comenzado a pedirnos coherencia, *consistencia*, para registrar la información, y para intercambiarla a través de las redes informáticas”(Carretero Pérez, 2005, p. 19). Estes esforços têm resultado em instrumentos, como sejam o estabelecimento de normas (Remelgado, 2008, pp. 31–40), para a uniformização de procedimentos e mesmo da estrutura de dados para o desenvolvimento de aplicações informáticas com o intuito de, no futuro, se chegar a um “formato universal, al estilo del ya histórico formato MARC¹⁷ bibliográfico” (Carretero Pérez, 2005, p. 37).

Entre as entidades que se têm empenhado no estabelecimento de uma norma encontra-se o ICOM que, através do *International Committee for Documentation* (CIDOC)¹⁸, comité com o intuito de estudar a documentação museológica, estabeleceu um conjunto de categorias consideradas mínimas para a descrição básica de objetos em qualquer base de dados para gestão eficiente de uma coleção (Marín Torres, 2002, pp. 306–307; Matos, 2011, p. 7), as *CIDOC Information Categories* (CIDOC, 1995), bem como o *CIDOC Conceptual Reference Model* (CRM), um padrão ou *standard* que se converteu na norma ISO 21 127:2014¹⁹. Este modelo conceptual foi fundido com o *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FBFR) da IFLA²⁰ dando origem ao FRBROO “que

¹⁵ Para um maior aprofundamento destes esforços, vide a análise de outros autores que se debruçaram sobre o tema como Ana Patrícia Remelgado (2008, pp. 40–67) e Alexandre Matos (2012, pp. 39–72).

¹⁶ Como BOYLAN, Patrick J. (ED.) – **Running a museum: a practical handbook**, que reúne contribuições para uma eficaz gestão em museus, incluindo um capítulo dedicado ao inventário e documentação por Andrew Roberts (2004).

¹⁷ Acrónimo de *MAchine-Readable Cataloging*. Este é um formato para catalogação de itens impressos e audiovisuais em bibliotecas, que aplica a norma ISO 2 709:2008. Este formato especifica uma estrutura de dados e respetiva utilização, permitindo a leitura de campos de informação entre diferentes computadores, máquinas ou aplicações, sendo que a cada campo corresponde um determinado tipo de informação. Este formato permite a interoperabilidade entre diferentes estruturas para troca de informação, por exemplo, aquando de conversões entre formatos MARC de diferentes países. Para mais sobre o formato MARC vide <http://www.loc.gov/marc/> [consult. 16 abr. 2018].

¹⁸ Vide <http://network.icom.museum/cidoc/> [consult. 16 abr. 2018] para mais informação sobre grupos de trabalho e recursos.

¹⁹ Após revisão, antes ISO 21 127:2006, conforme <https://www.iso.org/standard/34424.html> [consult. 12 abr. 2018] e <http://www.cidoc-crm.org/> [consult. 12 abr. 2018].

²⁰ Acrónimo de *International Federation of Library Associations*, organismo que representa as bibliotecas e serviços de informação. Conforme <https://www.ifla.org/> [consult. 10 set. 2018].

permite uma maior interoperabilidade semântica dos sistemas de informação de bibliotecas e museus” (Marques, 2012, pp. 74–76).

É no mundo anglo-saxónico, no entanto, que se encontram “as melhores práticas nesta matéria” (Matos, 2011, p. 6), tendo sido pioneiros nesta área a *Canadian Heritage Information Network*, constituída em 1972, que começou por desenvolver normas para a estrutura de dados²¹ e listas de termos (Carretero Pérez, 2005, p. 36; Marín Torres, 2002, p. 309; Matos, 2011, p. 10). Um grande trabalho tem também sido realizado no Reino Unido, pela *Museum Documentation Association*, hoje *Collections Trust*, que desenvolveu o manual SPECTRUM²², no qual são enunciados requisitos de informação que devem ser tidos em conta para a descrição de elementos e que funciona também como uma norma de procedimentos de documentação elencando “as etapas necessárias à documentação das acções inerentes ao quotidiano de uma instituição museológica” (Braga, 2012, p. 16). Esta norma é sobretudo utilizada pelos museus britânicos, onde o seu cumprimento constitui uma base para a acreditação de museus (Collections Trust, 2014, p. 27; Remelgado, 2008, p. 35), sendo que existe também versão em português²³ e tem sido adotada também na Bélgica, Holanda e Alemanha (Carretero Pérez, 2005, p. 36). Esta norma constitui-se ainda como referência para a construção de base de dados e aplicações informáticas para a gestão de coleções em museus (Braga, 2012, p. 16).

Nos Estados Unidos da América destaca-se o trabalho desenvolvido pelo *Getty Institute* na estruturação de uma base de dados, com a criação das *Categories for the Description of Works of Art* (CDWA), ou no desenvolvimento de terminologia, vocabulários e tesouros²⁴. No entanto, verifica-se que existe ainda um grande caminho

²¹ Sobre o que se entende por estrutura de dados, procedimentos e sintaxe para inserção de dados, e terminologias vide JORGE, Natália *et al.* – **Os vocabulários controlados na organização e gestão de informação sobre património cultural**, p. 8-10, assim como MATOS, Alexandre – A importância da documentação e gestão das colecções na qualidade e certificação dos museus, p. 9-10.

²² Acrónimo de *Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums* (Collections Trust, 2014, p. 7).

²³ Tradução pelas entidades que detêm a licença da norma para os territórios português e brasileiro (Portugal – Museu da Ciência da Universidade de Coimbra; Brasil – Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, Pinacoteca do Estado de São Paulo, o Museu de Imigração do Estado de São Paulo e Museu do Café, em Santos), como visto em <http://spectrum-pt.org/2014/09/spectrum-4-0-versao-digital-em-portugues-ja-disponivel/> [consult. 12 abr. 2018].

²⁴ Disponíveis em <http://www.getty.edu/research/tools/vocabularies/> [consult. 12 abr. 2018].

a percorrer no que à uniformização da terminologia, à classificação e construção de tesouros diz respeito, apesar de esta tarefa ser “ambição antiga dos profissionais de museus” para uma “recuperação rápida e eficiente da informação” (Matos, 2012, p. 50), pelo que o simples ato de denominar um objeto se transforma numa tarefa complexa (Carretero Pérez, 2005, pp. 45–46).

Com a evolução tecnológica e o estabelecimento de normas, foi possível o aparecimento de catálogos coletivos e aplicações informáticas de gestão museológica. Estas aplicações fazem uso de linguagens de metadados²⁵, como o XML²⁶, que possibilita a interoperabilidade de dados²⁷ entre sistemas podendo converter dados, recuperar informação, trocar dados com outras instituições, arquivar informação a longo prazo e facilitar o trabalho em comum (Carretero Pérez, 2005, pp. 43–44). Assim, tem-se vindo a assistir a um continuado trabalho de digitalização de coleções e à sua disponibilização *on-line* nos sítios dos museus ou de outras entidades, podendo estes “funcionar como catálogos colectivos, ou como nada mais que motores de busca” (Braga, 2012, p. 21), extravasando até fronteiras nacionais, como o caso da *Europeana*²⁸ (Braga, 2012, p. 21; Matos, 2012, p. 38), tornando assim acessível a informação, detida mas também produzida pelos museus, dando aos diferentes públicos a possibilidade “de explorar la riqueza y diversidad de las colecciones según sus propias necesidades, deseos y ritmo” (Valdés Sagüés, 1999, p. 210) mediante as mais variadas plataformas digitais.

1.2. Sistema de informação em museus

Podemos então dizer que os conceitos de inventário e documentação evoluíram para dar origem a um sistema com o objetivo de “favorecer el control y la gestión de las colecciones, asegurando que toda la información referente a la herencia patrimonial,

²⁵ Vide CARRETERO PÉREZ, Andrés – Catalogación y nuevas tecnologías, p. 39-40.

²⁶ Acrónimo de *eXtensible Markup Language*. O XML é uma linguagem informática que transporta dados através “de códigos o «etiquetas» (tags) que describen el formato de los documentos; es decir, un archivo electrónico, además de guardar un contenido documental, guarda la descripción del formato de ese contenido” (Carretero Pérez, 2005, p. 42). Vide também https://www.w3schools.com/xml/xml_what_is.asp [consult. 16 abr. 2018].

²⁷ Vide a definição em MERLEAU-PONTY, Claire (ED.) – **Documenter les collections des musées**, p. 220.

²⁸ O portal pode ser consultado em <https://www.europeana.eu/portal/pt> [consult. 16 abr. 2018].

cultural y ambiental, sea preservada” e que por isso deve “contar con un excelente sistema de bibliotecas, archivos y documentación que sean capaces de prestar un auténtico servicio de información científica que potencie la investigación y el estudio de los objetos” (Hernández Hernández, 2000, p. 49). Para isto, os museus devem de ter em conta as diferentes áreas documentais, como as propostas pela Comisión de Normalización Documental de Museos (Carretero Pérez *et al.*, 1998, p. 10)²⁹:

- Acervo museológico – objetos, geralmente tridimensionais, “cuya conservación, catalogación, restauración y exhibición ordenada constituye la función básica del museo”;
- Acervo documental – documentos em diversos suportes com a característica de serem exemplares únicos, podendo ter algum interesse expositivo, mas que são sobretudo fundamentais para a investigação. Esta categoria é de delimitação mais difícil porque está relacionada diretamente com a definição do fundo museográfico do museu;
- Acervo bibliográfico – documentos em diferentes suportes editados, no entanto, de forma sistemática, servindo de apoio à investigação, exposição e difusão;
- Fondos administrativos – documentação administrativa gerada pelo museu, “derivada de la gestión de las propias colecciones o de la actividad general del centro, en muchas ocasiones con valor legal a largo plazo, que necesita del mismo control y ordenación”.

O museu adota, deste modo, uma perspetiva reflexiva, como elaborado por Ceravolo e Tálamo (2007, pp. 5–6), no que à conceção metodológica da documentação em museus diz respeito, devendo assumir-se como centro de documentação, aplicando os métodos da Ciência da Informação para recuperar e difundir o conteúdo informativo que detém (Antunes, 1999, p. 94) por forma a suprir as diferentes necessidades dos seus utilizadores. Assim, um eficaz sistema de informação integra e relaciona os diferentes acervos existentes, se possível através de uma só aplicação informática mas podendo coexistir diferentes bases de dados, desde que apoiados por um conjunto de regras ou procedimentos normalizados que possibilitem responder às necessidades do contexto

²⁹ Em alternativa vide GUTIÉRREZ USILLOS, Andrés – **Museologia y documentacion**, p. 144-146.

museal em que são desenvolvidos e utilizados (Filipe, 2014, p. 5; Matos, 2011, p. 10). Trata-se, pois, de implementar um adequado processo de tratamento documental, se possível por um documentalista que, na visão de Francisca Hernández Hernández, deve possuir

los conocimientos teóricos y prácticos suficientes propios de la metodología documental, al tiempo que cuente con unos conocimientos culturales y técnicos sobre la institución museística. Según esto, su actividad científica ha de consistir en recoger, tratar y analizar las diversas fuentes – colecciones y documentos –, almacenar la información que contengan y, recuperándola, tratar de difundirla de manera eficaz e inmediata, tanto entre los especialistas como entre el público que lo solicite (1995, p. 85).

A metodologia documental, como expresso anteriormente, difere consoante a forma em que se apresenta o documento e o fim a que se destina a informação em si contida, bem como consoante o público ou uso que se pretenda dar à informação. Deste modo,

[e]m bibliotecas, a catalogação tem por objetivos a identificação do item, individualizando-o, e a sua localização no acervo. Para tanto, não há a necessidade de uma descrição detalhada, pelo contrário, ela deve ser sucinta, agregando apenas as informações necessárias para atender a seus objetivos. No caso dos museus, a catalogação é uma descrição detalhada do item, um registro de toda a biografia do item, de todas as características físicas pormenorizadas, servindo como fonte de informação para pesquisa, além da identificação e localização no acervo (Yassuda, 2009, p. 49).

Mas se nas bibliotecas, como dissemos, a normalização foi possível, nos museus, um setor bastante diverso e com uma imensa variedade dentro das próprias coleções de uma instituição museal, não havendo em muitos casos uma clara “distinção entre suporte e conteúdo, já que o próprio suporte se constitui, por vezes, em parte do conteúdo” (Ceravolo e Tálamo, 2007, p. 7), faz com que seja necessária uma matriz de informação, ou estrutura de dados, construída com base nos instrumentos de referência vistos anteriormente e estabelecendo campos comuns para a catalogação, ainda que em determinados campos se deva contemplar pressupostos diferentes, conforme o

âmbito do museu e a diversidade das suas coleções. Logo, será necessário que no inventário de objetos de ciência e peças de arte o documentalista, ou inventariante, se socorra das várias ciências que permitam que “as leituras do objeto sejam feitas, sejam elas do ponto de vista morfológico ou temático, a fim de que todas as informações venham à tona” (Yassuda, 2009, pp. 24–25) por forma a “acrescenta[r] valor e conhecimento às coleções” (Matos, 2012, p. 94).

Posto isto, impõe-se que exista

un departamento de documentación integrado en el área científica y de colecciones, cuyas funciones habrán de ser, entre otras, la organización y gestión del sistema documental, el registro e inventario de bienes culturales, el control de ubicaciones, el archivo de documentación técnica, gráfica, etcétera, y la organización y gestión de la biblioteca y del archivo documental (Gutiérrez Usillos, 2010, p. 101),

onde com os meios à sua disposição³⁰ se consiga elaborar um trabalho de qualidade, de modo a que o sistema de informação seja, de acordo com Luís Pequito Antunes (1999, p. 91) e Francisca Hernández Hernández (apud Yassuda, 2009, p. 15), fiável, flexível e económico. Nunca deverá ser deixado de ter em conta que assentam nestas tarefas “o valor das edições e interpretação, através das exposições e do trabalho educativo das coleções” (Antunes, 1999, p. 94).

1.2.1. A problemática arqueológica

Se em qualquer museu o objeto pode ser considerado ‘objeto-documental’ (Hernández Hernández, 2000, p. 43) ou ‘objeto-informação’ (Silva, 1999, p. 84), sendo que esse papel de ‘documento e fonte de informação’ (Marques, 2012, pp. 51–62) provém do facto de estes bens serem “separados de seu contexto de origem para serem estudados como documentos representativos da realidade que eles constituíam” (Desvallées e Mairesse, 2013, p. 57), tal condição é ainda mais patente nos objetos arqueológicos, que se constituem como documentos históricos em si mesmos. De resto,

³⁰ Seja *software* desenvolvido especificamente para o propósito do inventário e documentação de coleções ou desenvolvido pelos técnicos do museu, ou um parque informático ultrapassado.

estão presentes nas coleções dos mais diversos museus, decorrente da multiplicação de trabalhos arqueológicos para salvaguarda de património, e apresentam diversas questões que condicionam o seu registo e gestão (Matos, 2007a, pp. 39–40).

A documentação em museus de ou com coleções de arqueologia reveste-se de especial importância, sobretudo tendo em conta que a escavação arqueológica é um processo destrutivo, ainda que sistematizado, e que “at the end of the process the site or monument no longer exists”, pelo que se procura efetuar a conservação pelo registo (Swain, 2007, p. 115), ou seja a conservação mediante a elaboração de relatórios, registos e cadernos de campo no decorrer dos trabalhos arqueológicos. No entanto, e apesar de se defender que estes registos documentais e o espólio exumado não devem ser divididos, verifica-se que só raramente tal acontece, atribuindo-se maior importância ao espólio (Hernández Hernández, 2000, p. 52), o que levanta o problema da utilidade deste, uma vez que são aqueles registos que lhes atribuem valores de interpretação através dos achados a que surgem associados, ou seja, através da sua contextualização (Antunes, 1999, pp. 95–96; Hodder e Hutson, 2003, pp. 4–5; Swain, 2007, p. 117). É isso que permite a um museu com esta tipologia de coleção,

reinterpretar e reajustar incessantemente as suas coleções e respectivos conteúdos, quer sob o ponto de vista cronológico, quer sob um ponto de vista da relação geográfica e tipológica com outros conjuntos, renovando os conceitos e as linguagens que sustentam a comunicação com os respectivos públicos” (Silva, 1999, p. 85).

É importante, para tal, encontrar métodos que possibilitem a transferência deste espólio – objetos provenientes de escavações arqueológicas e registos documentais daquelas – para os museus (Ladkin, 2004, p. 21), por forma a gerir este volume de informação de uma forma eficaz e possibilitando a sua investigação futura (Swain, 2007, p. 121), já que este se torna o material primário para o estudo pós-escavação. Este estudo, geralmente limitado a uma pequena parte de todo o espólio exumado, deve ser multidisciplinar, para se recuperar a maior quantidade de informação possível, mas há que ter em conta que tal “pressupõe um aumento do número de intervenientes e a fragmentação e dispersão de informações” (Silva, 1999, p. 86), pelo que se exige uma gestão cuidada da coleção e de toda a informação produzida.

O volume de espólio exumado levanta outras questões, como o que incorporar e o que inventariar, pois “the sheer number of objects makes individual accessioning impractical” (Swain, 2007, p. 108). Face à quantidade de materiais, grande parte fragmentado, é preciso “optar pelos objetos que verdadeiramente interessam [...] peças inteiras ou [os que] constituírem elementos marcantes de um contexto cultural [...] sendo que] os fragmentos restantes devem permanecer sob a tutela do museu como «reserva de estudo»” (Antunes, 1999, p. 95), ou facilmente o trabalho de inventário seria moroso e levaria a que outros objetos e escavações ficassem por registrar, pelo que é necessário “realizar trabalhos de registo preliminar, conservação e restauro, investigação e triagem” (Braga, 2012, p. 26). É preciso ter ainda em conta o facto de este espólio ser constituído sobretudo por objetos do quotidiano e, por isso, com maior valor histórico e cultural do que propriamente artístico, pelo que o valor museológico de muitos destes bens pode não ser relevante, tendo sobretudo interesse como “objeto de investigação” (Antunes, 1999, p. 95). Devido a esta grande quantidade de objetos, alguns com pouco valor que não o de relação e contexto, é necessário outro tipo de inventários “mais orientados por critérios científicos e patrimoniais do que por pressupostos estritamente museológicos” (Raposo, Martins e Correia, 2000, p. 11)³¹ e bases de dados informáticas capazes não só de armazenar dados, como relacioná-los entre si, geri-los e torná-los acessíveis (Swain, 2007, p. 111).

Por fim, deparamo-nos com classificações, termos e conceitos próprios da ciência arqueológica que necessitam também normalização (Braga, 2012, pp. 27–28), mas que não significa que sejam transpostos para o museu. Segundo Antunes (1999, p. 97) “os museus deverão ter uma linguagem documental específica em função da difusão destinada aos seus utilizadores, numa perspectiva mais generalista”.

³¹ O espólio arqueológico caracteriza-se ainda, para além da abundância de conjuntos e fragmentação dos objetos, por poder conter restos orgânicos de animais e plantas, cuja catalogação tem características próprias, e por ser de autoria anónima (Fontes Blanco, 2014, pp. 265–266).

1.2.2. Sistema de informação e documentação em Espanha – o exemplo do *Museo Arqueológico Nacional*³²

O conceito de ‘documentação’ em Espanha foi sofrendo uma evolução doutrinária ao longo do século XX, como consequência do desenvolvimento das Ciências da Informação (Ros García, 2000). Tal repercutiu-se também no contexto museal, sendo que, paralelamente, se foram dando passos no sentido de chegar a normativas, sobretudo para a documentação em museus arqueológicos (Marín Torres, 2002, pp. 233–237; Remelgado, 2008, p. 54).

Nos anos de 1980, a publicação de *Sistema de documentación para museos* (Porta, Montserrat e Morral, 1982), foi visto como um exemplo a seguir, considerando-se “que la documentación de los fondos museísticos es una necesidad urgente, primaria, actual y muy general a todos nuestros museos” (Caballero Zoreda, 1983, p. 493). A partir de um inquérito para conhecer a situação existente, este sistema revelou a “incompatibilidad de trabajar con ordenadores sin un sistema de inventario coherente previo” (Porta, Montserrat e Morral apud Folia e Giralt, 2012), prevendo já a futura informatização dos acervos, e permitiu o “establecimiento de unas bases para la creación de un sistema unificado de registro, inventario y documentación de los objetos de los museos” (Folia e Giralt, 2012), oferecendo

“una normativa muy completa de la documentación museológica, tanto desde el punto de vista teórico como práctico, presentando modelo de todos los tipos de fichas, lista de material necesario para el «marcaje» de los objetos; formularios de donaciones, préstamos y depósitos; listas de atributos que deben poseer todas las fichas; etc.” (Caballero Zoreda, 1983, p. 494).

Os últimos esforços no sentido de chegar a uma uniformização de normas para o inventário em museus, já com o fim de levar em conta as inovações tecnológicas que, entretanto, chegaram a estas instituições mediante o desenvolvimento de aplicações informáticas, tiveram lugar nos anos de 1990, continuando pelo século XXI.

³² Para a elaboração desta secção, foi possível falar com duas técnicas do MAN – Virginia Salve Quejido, conservadora chefe, e Aurora Ladero Galán, arquivista – responsáveis por projetos na área da documentação daquele museu, que facultaram informações bastante úteis para compreender a potencialidade da aplicação DOMUS para o inventário e documentação do acervo museológico e documental num museu de arqueologia.

Em 1993, pensando-se em como as novas tecnologias poderiam ser úteis em ambiente museal, podendo conduzir à criação de redes para intercâmbio de coleções e criação de coleções de museus virtuais, e perante um universo museal variado e multifacetado (Carretero Pérez, 2001, pp. 166–168), deu-se início a um *Proyecto de Normalización Documental de Museos del Ministerio de Cultura*, com o objetivo de “definir y unificar los procesos documentales museográficos y administrativos, la normalización de terminologías y el desarrollo de su aplicación informática” (Carretero Pérez *et al.*, 1998, p. xi). Para tal foi constituída, em 1994, a *Comisión de Normalización Documental de los Museos Estatales* cujo trabalho culminou num relatório com vista a ser utilizado por técnicos de informática para o desenvolvimento de uma aplicação que automatizasse as tarefas museológicas, mas que acabou também por servir de manual de procedimentos para técnicos de museus (Carretero Pérez, 2001, pp. 168–169). A aplicação informática começaria a ser desenvolvida em 1996-1997, sendo implantada em museus, de forma sistemática, a partir de 2001 (Carretero Pérez, 2001, p. 169, 2005, p. 21). Denominada DOMUS³³, este “sistema integrado de documentación y gestión museográfica” (Alquézar Yáñez e Carrasco Garrido, 2005, p. 53) que “abarca tanto la gestión de los bienes culturales como los aspectos más generales de las tareas administrativas de los centros” (Carretero Pérez, 2001, p. 166), foi desenvolvida pelo *Ministerio de Educación y Cultura* para

ayudar a los técnicos de los museos en su tarea cotidiana, servir como modelo inicial para la definición de los procesos técnicos de trabajo, ayudando a normalizar la actividad en las diversas instituciones, y actuar como soporte para el establecimiento de un catálogo colectivo de los bienes culturales que guardan los museos españoles (Carretero Pérez, 2005, p. 17).

³³ Acrónimo de *Documentación de Museos* (Carretero Pérez, 2001, p. 169). Esta aplicação encontra-se na versão 4.4 e em constante evolução.

Este *software* encontra-se dividido em áreas – acervos³⁴, administração³⁵ e sistema³⁶ – sendo que estas se subdividem em módulos³⁷. Em ‘acervos’, destaca-se o facto de o módulo de ‘catalogação’ permitir a descrição e catalogação de acervos museológicos (AM) e acervos documentais (AD)³⁸, isto é objetos e documentos de arquivo respetivamente, sendo que se relaciona com outros módulos necessários a uma adequada gestão dos acervos, como sejam os módulos de ‘documentação gráfica’³⁹, ‘conservação’ ou ‘movimentos’. As coleções, sejam documentais ou museológicas, podem ser relacionados através de ‘conjuntos’, podendo agrupar-se os objetos exumados e documentos produzidos no decorrer de uma escavação arqueológica, os bens que estiveram ou estão presentes numa exposição, diferentes reproduções gráficas de um objeto ou bens que ilustraram uma publicação relevante⁴⁰.

Para o inventário, cada ficha tem três separadores que devem ser preenchidos com diferente informação:

- Identificação – para caracterizar o objeto;
- Descrição – sendo que entre os AD e AM os campos são mais ou menos semelhantes, dispendo de termos controlados, salvo em campos de texto livre

³⁴ Em espanhol tem a designação de ‘fundos’, mas optei pela utilização do termo ‘acervos’ por me parecer mais abrangente. Veja-se ainda MARQUES, op. cit., p. 21-26, sobre a definição de termos utilizados na museologia, biblioteconomia e arquivística.

³⁵ Relacionado com todo o expediente administrativo de gestão, incluindo arquivo corrente mas também histórico. Dispõe também de outros módulos para gestão de loja e bilheteira, que se verifica não serem utilizados devido à existência de outros programas no mercado, pelo que numa nova versão poderão ser extintos, tornando-se o DOMUS num programa voltado para o inventário de acervos documentais e museológicos, e expediente administrativo.

³⁶ Relacionado com a configuração do programa, incluindo a gestão de permissões de utilizadores e criação de listas para controlo terminológico.

³⁷ Para uma visão mais detalhada veja-se CARRETERO PÉREZ, Andrés – El Proyecto de Normalización Documental de Museos: reflexiones y perspectivas, e CARRETERO PÉREZ, Andrés – Domus y la gestión de las colecciones museísticas.

³⁸ Segundo nos foi dito, esta divisão poderá vir a desaparecer, uma vez que em vários casos existe sobreposição, sendo que há acervos documentais, como fotografias, que diversos museus consideram como acervos museológicos.

³⁹ Englobando tudo o que seja imagem, quer seja nativamente digital ou tratando-se da digitalização de imagens ou fotografias.

⁴⁰ Vide, por exemplo, o respeitante a “conjunto” na ficha

[http://ceres.mcu.es/pages/ResultSearch?Museo=MANT&txtSimpleSearch=Dama%20oferente%20del%20Cerro%20de%20Los%20Santos&simpleSearch=0&hipertextSearch=1&search=advancedSelection&MuseumsSearch=MANT|&MuseumsRolSearch=36&listaMuseos=\[Museo%20Arqueol%F3gico%20Nacional%20\(Colecci%F3n%20Tesoros%20del%20MAN\)\]](http://ceres.mcu.es/pages/ResultSearch?Museo=MANT&txtSimpleSearch=Dama%20oferente%20del%20Cerro%20de%20Los%20Santos&simpleSearch=0&hipertextSearch=1&search=advancedSelection&MuseumsSearch=MANT|&MuseumsRolSearch=36&listaMuseos=[Museo%20Arqueol%F3gico%20Nacional%20(Colecci%F3n%20Tesoros%20del%20MAN)]) [consult. 21 abr. 2018]. Note-se ainda que há diversas ligações em diferentes campos da ficha que permitem uma contínua exploração das coleções.

ou listas abertas que se encontram em menor número. Em AD há distinção entre descrição, correspondente ao aspeto físico do documento, e conteúdo, para descrever a informação que se encontra no documento⁴¹. É possível ainda elaborar diferentes tipos de descrição, uma mais exaustiva e científica para público especializado, e uma para disponibilização *on-line*, para público em geral ou para catálogos temáticos coletivos⁴², sendo neste último a descrição a propósito do tema;

- Dados administrativos – elementos referentes à entrada do AD ou AM na coleção do museu.

Existe ainda um módulo de ‘informação relacionada’ com campos para história do objeto, para o caso de o item ter pertencido a uma outra coleção por exemplo, e bibliografia, sendo que não foi possível integrar um módulo paralelo de catalogação e gestão de fundos bibliográficos ainda que previsto no projeto original (Carretero Pérez, 2005, p. 23).

Como se disse, o *software* dispõe também de campos com terminologia controlada, sendo esta gestão feita através de outras aplicações: JERARTES, que permite a definição de descritores e não descritores, bem como a construção de tesouros⁴³ com estrutura hierarquizada; e CONVERTES, para distribuição daqueles e gestão (Alonso Sáez, 2012, p. 85; Alquézar Yáñez e Carrasco Garrido, 2005).

No entanto, aquando da introdução do DOMUS, alguns museus haviam já dado início à informatização das suas coleções, mediante o recurso a outras aplicações informáticas, entre os quais o *Museo Arqueológico Nacional* (MAN), que iniciou, em 1990, a informatização dos seus dados com vista a coligir a informação dispersa por diferentes áreas funcionais do museu e a facilitar o seu acesso. Para tal, foram desenvolvidas bases de dados para gestão em plataformas que permitiam que a

⁴¹ A informação enunciada diz respeito ao procedimento efetuado no MAN, reparando-se posteriormente que outros museus procedem de forma diferente, talvez por utilização de versões anteriores do DOMUS ou para responder às especificidades de cada museu.

⁴² Geralmente desenvolvidos por iniciativa do Ministério e com o envolvimento dos diversos museus. Estes catálogos temáticos podem ser consultados em <http://www.mecd.gob.es/cultura/areas/museos/mc/ceres/catalogos/catalogos-tematicos.html> [consult. 22 abr. 2018].

⁴³ Vide os tesouros disponíveis em <http://tesauros.mecd.es/tesauros/tesauros> [consult. 22 abr. 2018].

informação pudesse ser acedida de diferentes formas: através do sítio *on-line* da instituição, através de outras aplicações que faziam a ligação entre diversas instituições de património cultural e através de pontos de acesso na rede local do próprio MAN. Este último, era possibilitado pela aplicação CAIMAN⁴⁴, que relacionava cinco bases de dados, sendo a principal a ‘catalogação’ e as complementares: ‘fotografia digital’, ‘arquivo fotográfico’, ‘expediente administrativo’ e ‘movimento de peças’. Esta aplicação dispunha também de algum controlo terminológico para uma mais eficaz recuperação da informação (Alquézar Yáñez, 1998; Durán Naranjo e Martínez Sánchez, 1998). No entanto, devido às inovações tecnológicas, a aplicação como que se tornou obsoleta sem a manutenção e gestão devida (Samaniego Bordiú, 2005, p. 239).

Em 2002 começou a implantação do DOMUS no MAN, tendo-se procedido à migração dos dados do anterior sistema, deparando-se com alguns problemas usuais neste tipo de operação, bem como à introdução de nova informação mediante campanhas de catalogação, com recurso à contratação externa para complementar a equipa (Samaniego Bordiú, 2005). Este trabalho decorreu, ainda que com alguns percalços como sempre acontece com programas informáticos em constante evolução, até 2009, momento em que se deu início à reforma arquitetónica do MAN. Por esta ocasião foram desenvolvidos projetos com vista à elaboração da nova exposição permanente e à sua disponibilização *on-line*. Este trabalho levou à reunião de informação sobre mais de 15 000 elementos de AM e AD⁴⁵ e à sua inventariação no DOMUS. Em 2014, data de reabertura ao público do MAN, 100% da coleção exposta estava inventariada e 80% disponível para consulta *on-line*⁴⁶ (Fontes Blanco, 2014).

Hoje em dia, o MAN continua a realizar diversos projetos relacionados com a documentação⁴⁷, de acordo com os procedimentos enunciados em *Normalización documental de museos: elementos para una aplicación informática de gestión*

⁴⁴ Acrónimo de *Consulta, Actualización e Introducción de datos en el Museo Arqueológico Nacional* (Durán Naranjo e Martínez Sánchez, 1998, pp. 225–226).

⁴⁵ O acervo documental do MAN inclui fichas antigas de inventário, fotografias e arquivos pessoais.

⁴⁶ Nem todos os espécimes inventariados estão disponíveis *on-line* por diversos fatores, como fichas não estarem completas com o mínimo de informação que o museu considera ser essencial para a sua disponibilização. Pode por isso decidir-se o que se quer disponibilizar *on-line*.

⁴⁷ Os projetos em curso e concluídos podem ser consultados em <http://www.man.es/man/estudio/programas-internos/documentacion.html> [consult. 21 abr. 2018].

museográfica (Carretero Pérez *et al.*, 1998) e com o apoio de manuais da aplicação DOMUS⁴⁸, bem como de informações sobre as alterações que têm sido feitas às diferentes versões, mas verifica-se que cada museu adapta estas instruções às suas reais necessidades. Este trabalho, no MAN, é realizado pelo pessoal técnico e por estagiários, com os meios que têm à sua disposição, contratando serviço externo, sobretudo para recolha e tratamento de imagem, quando necessário.

Um problema com que o MAN se depara é a normalização de termos, sobretudo no que a contextos culturais do Mediterrâneo diz respeito. No entanto, através do módulo de sistema e das aplicações para gestão já mencionadas, foi possível desenvolver uma lista de termos a serem utilizados pelo MAN e que são agora termos candidatos a figurarem nos tesouros distribuídos através do DOMUS.

Os dados inventariados em DOMUS são disponibilizados *on-line* através do CER.es⁴⁹, uma rede digital que disponibiliza as coleções de museus espanhóis, bem como coleções temáticas⁵⁰, dando a conhecer uma seleção de bens convertendo-se como que numa exposição virtual. A disponibilização nestes catálogos é possível mediante a aplicação de ‘filtros’ em campos pesquisáveis, ou seja, códigos que possibilitam a recuperação destes documentos mediante a pesquisa por termo. Este filtro pode ser usado tanto em AM como AD, sendo que cada documento ou objeto pode ter vários filtros, inclusive hierarquizados, útil no caso do MAN para a conceção, por exemplo, do catálogo cronológico-cultural disponível no sítio institucional⁵¹. Aquele catálogo terá sido desenvolvido após o *Departamento de Difusión* ter sido abordado por professores, que se queixavam de a busca no CER.es não ser intuitiva quando procuravam preparar visitas ao museu, tendo contactado o *Departamento de Documentación* para se arranjar uma solução. Deste modo, o MAN tenta facilitar, mediante os instrumentos que tem à sua disposição para o inventário e documentação das suas coleções, toda a informação

⁴⁸ Infelizmente não parece existirem cursos de formação para a utilização da aplicação ou, quando têm lugar, as vagas são poucas.

⁴⁹ Acrónimo de *Colecciones en Red*. Encontra-se disponível para consulta em <https://www.mecd.gob.es/cultura/areas/museos/mc/ceres/presentacion.html> [consult. 21 abr. 2018].

⁵⁰ Vide <http://www.mecd.gob.es/cultura/areas/museos/mc/ceres/catalogos.html> [consult. 22 abr. 2018].

⁵¹ Disponível em <http://www.man.es/man/coleccion/catalogo-cronologico.html> [consult. 22 abr. 2018].

que detenha sobre os seus acervos, concretizando o objetivo final de um serviço de documentação e arquivo⁵².

1.2.3. Sistema de informação e documentação em Portugal

A evolução dos sistemas de informação em museus deu-se de forma algo tardia em Portugal, com as primeiras tentativas pontuais de informatização dos fundos museográficos durante os anos de 1980, ainda que a introdução de meios tecnológicos, como computadores, só se viesse a concretizar mais tarde (Remelgado, 2008, p. 68), a princípio para tarefas de âmbito administrativo, pelo “seu carácter mais imediato e oficial”, sendo que o “inventário e gestão das colecções eram feitas em sistemas de arquivo manuais, completamente desajustados às necessidades e, em alguns casos, completamente desfasados das colecções que deveriam documentar” (Matos, 2007b, pp. 27–28). Assim, a informatização das colecções só se veio a concretizar e a alargar-se no tecido museológico nacional a partir dos anos de 1990.

Nesta década surge, pelo então Instituto Português dos Museus, um programa denominado *Matriz*⁵³, com o objetivo de “dotar os museus tutelados pela administração central com um programa que pudesse alcançar os objectivos de uma melhor inventariação e gestão das colecções das referidas instituições” (Matos, 2007b, p. 29). No entanto, para além de terem sido saltadas etapas, não tendo sido desenvolvido um trabalho de fundo de modo a conhecer as práticas usadas no terreno nem de uniformização de procedimentos e terminologias, como se viu no caso espanhol; não se tendo ouvido os profissionais, levando a problemas após a implantação da sua primeira versão, verificando-se a sua inadequação para algumas áreas patrimoniais (ou as chamadas supercategorias), como no âmbito da Arqueologia (Carvalho e Martins, 2001,

⁵² “El objetivo final del servicio de documentación y archivo en el museo, que consiste en la implementación de un centro de conocimiento, ha de contar con los dos pilares fundamentales y únicos de cada institución: la colección – y la información que se genera a partir de ella y que recoge y procesa el servicio de documentación – y los documentos y gestión documental a partir del archivo. [...] Para poder ser competitivo en un futuro inmediato hay que estar abierto, por un lado, al desarrollo de la gestión de la información y del conocimiento, como un todo, dentro de la institución, y, por otro lado, aunque en relación con lo anterior, a la bidireccionalidad de la información, con la incorporación del conocimiento del usuario” (Gutiérrez Usillos, 2010, pp. 190–192).

⁵³ Vide também http://www.matriz.dgpc.pt/pt_evolucao.php [consult. 17 abr. 2018] para uma cronologia do *Matriz*.

p. 104); e outras limitações, como a falta de interoperabilidade com outros programas (Costa e Costa, 2010, p. 24), bem como a falta de recursos humanos com as competências necessárias e a inexistência de ações de formação (Carvalho e Martins, 2001, p. 105; Costa e Costa, 2010, p. 25), levou a que houvesse pouca adesão à informatização das coleções e a uma necessária evolução do *software*.

Disponibilizada em 2000, a segunda versão do *Matriz* passou a dispor de uma ficha específica para as coleções de arqueologia (Raposo, Martins e Correia, 2000, pp. 11–12), e veio acompanhado pela publicação de *Normas de Inventário*⁵⁴, fruto do

capital de conhecimento que estes [museus] têm vindo a acumular no âmbito da utilização do MATRIZ, de acordo com as especificidades de cada tipo de colecção, revelando-se de indiscutível importância como suporte metodológico para o conjunto de procedimentos que configuram a cadeia operatória do processo de inventário, não apenas para os utilizadores do MATRIZ, mas também de softwares afins (Costa e Costa, 2010, p. 28).

Esta evolução foi também acompanhada da disponibilização *on-line* das coleções, através do *MatrizNet*⁵⁵, em 2003, e de “espécimes fotográficos produzidos ou geridos pelo [então] IMC” (Costa e Costa, 2010, p. 31) através do *MatrizPix*⁵⁶, em 2008.

Em 2010, chegou a última versão, atualmente disponível, o *Matriz 3.0*, que trouxe uma ampliação das áreas patrimoniais passíveis de serem inventariadas e documentadas, englobando a Ciência e Técnica bem como a História Natural para além das já existentes Arte, Arqueologia e Etnologia, bem como a possibilidade de efetuar a documentação e gestão do Património Cultural Imaterial⁵⁷ (Costa e Costa, 2010, p. 32), assumindo-se “como um sistema de informação integrado para Inventário, Gestão e Divulgação de Património Cultural” (Instituto dos Museus e da Conservação e Departamento de Património Imaterial, 2011, p. 10). Este *software*, pela primeira vez

⁵⁴ Foram publicados, até ao momento, 13 títulos dedicados às diferentes áreas patrimoniais: *Arte – Normas Gerais, Cerâmica, Escultura, Instrumentos Musicais, Pintura, Mobiliário, Ourivesaria, Têxteis; Arqueologia – Normas Gerais, Cerâmica Utilitária; Ciência e Técnica – Normas Gerais; Etnologia – Alfaia Agrícola, Tecnologia Têxtil*. Encontram-se também disponíveis para consulta em <http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/NormasInventario.aspx> [consult. 24 abr. 2018].

⁵⁵ Para consulta em <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Home.aspx> [consult. 24 abr. 2018].

⁵⁶ Disponível em <http://www.matrizpix.dgpc.pt/matrizpix/home.aspx> [consult. 24 abr. 2018].

⁵⁷ Disponível para consulta em <http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/home.aspx> [consult. 24 abr. 2018].

alojado num servidor central e sem necessidade de instalação, possibilitando o acesso através de qualquer computador ligado à *internet* (Instituto dos Museus e da Conservação e Departamento de Património Imaterial, 2011, p. 36), é usado por diversos museus, mas destaca-se o facto de ser usado por museus sob a tutela da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

Paralelamente ao *Matriz*, foram sendo desenvolvidas outras aplicações para gestão de coleções (Remelgado, 2008, p. 69), como as desenvolvidas pela Sistemas do Futuro⁵⁸ desde 1996, de que se destaca o *in patrimonium* que permite “integrar e combinar num único programa as diferentes aplicações (*in arte, in domus, in doc, in natura e in memoria*) permitindo uma melhor gestão e integração do património”, conforme o folheto disponível pela empresa⁵⁹. Este *software* foi testado num museu de arqueologia, o Museu D. Diogo de Sousa (Matos, 2012, p. 245), permitindo “a relação entre a informação sobre os objectos, com a informação sobre o sítio arqueológico de onde estes provêm” (Matos, 2007a, p. 42) por ser

uma base de dados relacional, ou seja, é uma única base de dados com diferentes tabelas interligadas entre si que diminuem a ocorrência de erros de introdução de dados, minimizam a duplicação de informação e permitem o estabelecimento de relações entre as diferentes tabelas (Matos, 2007a, p. 44).

Destaca-se também a adoção de outros *softwares*, como os desenvolvidos pela empresa francesa *Mobydoc*⁶⁰. Escolhida a aplicação *Micromusée*, para gestão do acervo museológico, pelo Ecomuseu Municipal do Seixal, em 2002, por não encontrar no mercado nacional uma solução que desse resposta aos seus critérios (Raposo, 2011, p. 369), esta foi sendo reforçada com outras aplicações para gestão documental, gestão de coleções fotográficas e mesmo para gestão de bens imóveis. Mediante o sistema de informação *Mobydoc MUM*, as bases de dados daquelas aplicações são relacionadas e, através do *OPACWeb*, disponibilizadas ao público (Braga, 2012, pp. 52–53; Raposo, 2011, p. 370).

⁵⁸ Para os diversos produtos disponíveis vide <http://sistemasfuturo.pt/> [consult. 24 abr. 2018].

⁵⁹ O folheto pode ser consultado em http://sistemasfuturo.pt/pdf/flyer_patrimonium_pt.pdf [consult. 24 abr. 2018].

⁶⁰ Sobre a mesma e os seus produtos, vide <http://www.mobydoc.fr/index.htm> [consult. 23 set. 2018].

Para além destas ferramentas, deram-se também passos fundamentais no âmbito legislativo, primeiro com a publicação da Lei de Bases do Património Cultural⁶¹ e posteriormente com a Lei-Quadro dos Museus Portugueses que estabelece como uma das funções museológicas o inventário e documentação dos bens, sendo que

o legislador especificou o percurso e as condições de identificação e individualização de cada bem cultural, exigindo a respectiva documentação de acordo com as normas técnicas mais adequadas à sua natureza e características. Pretende-se uma relação exaustiva dos bens culturais que constituem o acervo próprio de cada museu, independentemente da modalidade de incorporação. A importância do inventário museológico demonstra-se, ainda, pela conexão que se estabelece com o inventário dos bens públicos e privados previsto na Lei n.º 107/2001, mas, sobretudo pela classificação *ope legis* como património arquivístico (Claro, 2009, p. 54).

Do ponto de vista institucional, foi importante a criação da Rede Portuguesa de Museus (RPM), em 2000, que tendo como um dos seus objetivos “a valorização e a qualificação da realidade museológica nacional, a cooperação institucional e a articulação entre museus”⁶², e por isso dotada de instrumentos para a credenciação de museus, exige que as funções museológicas enunciadas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses sejam cumpridas chamando deste modo a atenção para a importância desta função nos museus (Matos, 2007b, p. 31; Remelgado, 2008, p. 80).

Posto isto, tem-se verificado um aumento do inventário e documentação de bens, mas também da informatização e disponibilização de coleções, sendo que segundo o resultado do diagnóstico⁶³ levado a cabo durante o ano de 2016, pelo Grupo

⁶¹ Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/629790> [consult. 3 set. 2018].

⁶² Conforme <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/> [consult. 24 abr. 2018].

⁶³ Com o objetivo de “promover o levantamento e caracterização dos museus no que diz respeito às áreas de gestão da informação dos vários acervos para assim poder desenhar um quadro global desta realidade. Desta forma visa-se conhecer a organização funcional do museu e a articulação entre os seus diversos serviços, os recursos humanos e materiais disponíveis no museu, a oferta e os públicos destinatários dos serviços prestados pelo museu, mas sempre tendo como horizonte primeiro a gestão dos sistemas de informação nos museus” (Santos, Serôdio e Ferreira, 2017, p. 11).

de Trabalho em Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM)⁶⁴, 86% dos museus que responderam ao inquérito dispõem de bens museológicos inventariados. Destes, oito em cada dez dispõem de aplicação informática para a gestão daquele acervo, encontrando-se o processo de informatização em curso (Santos, Serôdio e Ferreira, 2017, pp. 49–52). Verifica-se ainda “que cerca de dois terços dos museus possuem pelo menos dois tipos de acervo, sendo o mais comum o museológico e bibliográfico” (Santos, Serôdio e Ferreira, 2017, p. 115), com o acervo arquivístico ou documental a estar presente em apenas 37% dos museus inquiridos, e que quando informatizados, no que à interoperabilidade diz respeito “confirma-se a inexistência na maioria dos museus (74%)” (Santos, Serôdio e Ferreira, 2017, p. 116) e quando a interoperabilidade existe tal deve-se à

utilização de bases de dados comuns e a correspondência existente entre as fichas de registo dos bens das várias bases, mas também através de procedimentos mais fortuitos, indicando que essa interligação é feita apenas no momento da respetiva pesquisa da informação ou ainda, através de processos mais específicos, que obrigam a um esforço adicional e personalizado para que possa existir uma relação ou uma troca e uso da informação (Santos, Serôdio e Ferreira, 2017, p. 116).

Debruçando-nos sobre um museu de arqueologia, parece-nos relevante fazer ainda uma menção ao *Sistema de Gestão e Informação Arqueológica – Endovélico*⁶⁵. Na sequência de uma proposta de trabalho de Judite Cavaleiro Paixão, apresentada em 1980, para tratamento e armazenamento de toda a documentação e informação arqueológica, “tendo em vista, não apenas a recuperação e difusão, mas também o planeamento organizado das acções a desenvolver naquele campo” (Paixão, 1980, p. 13), foi desenvolvida, na década de 1990, uma aplicação para “conhecimento exaustivo

⁶⁴ Este grupo de trabalho constituído no seio da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), “procura pensar o Museu como um centro de produção de conhecimento ao assumir o objeto de museu como documento e o acervo da instituição museológica, existente nas Reservas, Arquivo, Biblioteca ou Centro de Documentação como um todo unitário nas suas inter-relações informacionais. A visão integradora do acervo do Museu implica um maior enfoque nas potencialidades informativas do acervo, contribuindo assim para uma mais eficiente gestão de toda a informação sobre património produzida em contexto museológico” conforme <http://apbad.pt/Seccoes/Seccoes.htm> [consult. 24 abr. 2018].

⁶⁵ Vide também <http://pedrastalhas.blogspot.pt/2015/11/o-sitio-n-1-do-endovelico-todos-os.html> [consult. 24 abr. 2018] e <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/patrimonio-arqueologico/endovelico-inventario/> [consult. 24 de abril 2018].

da paisagem arqueológica nacional” (Divisão de Inventário do Instituto Português de Arqueologia, 2002) constituindo-se como que uma Carta Arqueológica de Portugal, inventariando todos os sítios arqueológicos nacionais, identificados através de um Código Nacional de Sítio (CNS), fundamental para uma correta identificação da proveniência de peças arqueológicas (Raposo, Martins e Correia, 2000, p. 27). Encontra-se disponível para consulta *on-line*, desde 2012, no Portal do Arqueólogo, “plataforma eletrónica de acesso à informação sobre o património arqueológico”, de acordo com o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos⁶⁶ e que pretende “facilitar e agilizar procedimentos decorrentes da prática profissional da arqueologia no território continental e promover a dinâmica entre a tutela do património arqueológico” conforme o exposto no sítio da DGPC⁶⁷.

Há ainda um caminho a percorrer, ainda que se vejam algumas boas práticas, nomeadamente na elaboração de manuais de procedimentos, como sejam o caso do Ecomuseu Municipal do Seixal (Braga, 2012, p. 52; Raposo, 2011) e a Rede de Museus de Cascais⁶⁸, mas sendo ainda necessário reflexão, debate e partilha para se chegar, como no panorama internacional, a uma maior uniformização de procedimentos e terminologias.

⁶⁶ Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/58728911> [consult. 24 de abril 2018]. Destaca-se também o facto de este documento legislativo considerar espólio arqueológico os “bens arqueológicos móveis, tais como artefactos, ecofactos e amostras, respetivo inventário e demais documentação produzida no decurso dos trabalhos de campo e de gabinete, indispensável ao manuseamento e compreensão da coleção e do seu contexto arqueológico”.

⁶⁷ Vide <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/patrimonio-arqueologico/gestao-da-atividade-arqueologica/portal-do-arqueologo/> [consult. 24 de abril 2018]. A DGPC gere ainda o *SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico*, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/Default.aspx [consult. 23 set. 2018], um sistema de informação e documentação sobre património arquitetónico, urbanístico e paisagístico português ou de origem portuguesa, onde se encontra também inventariado algum património arqueológico. Este sistema é “constituído por um conjunto de bases de dados interoperacionais (do inventário, carta do risco, paisagem, saberes e saberes fazeres, fontes documentais, no qual se inclui projectos de arquitectura e fotografias e, por fim, um thesaurus) integra as várias áreas de investigação realizada e disponibiliza informação estruturada sobre o valor arquitectónico, documental e simbólico dos imóveis e da paisagem humanizada” (Marques, 2012, p. 79).

⁶⁸ De que tivemos conhecimento numa conversa com António Carvalho, atual diretor do Museu Nacional de Arqueologia.

2. Caracterização do Museu Nacional de Arqueologia

O Museu Nacional de Arqueologia (MNA) resulta do esforço de José Leite de Vasconcelos⁶⁹ (JLV) para criar um “Museu do Homem Português”, visando “representar a parte material da vida do povo português” (Vasconcelos, 1915, p. 13) através da “exposição permanente de objectos respectivos a todas as epochas da nossa civilização, desde as mais remotas, para o conhecimento das origens, vida e caracteres do povo português” (Vasconcelos, 1915, p. 91)⁷⁰. Patrocinado por Bernardino Machado, foi criado, por decreto régio de 20 de dezembro de 1893⁷¹, como “Museu Ethnographico Português”. Sendo uma instituição centenária, que completa, em 2018, 125 anos de existência, esteve subordinada ao longo desse tempo a diversas entidades, de onde se destaca a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa à qual esteve ligada entre 1913 e 1979, e viu a sua designação alterar-se por quatro vezes, denominando-se, desde 1989⁷², Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos⁷³.

Atualmente, o MNA é um museu estatal, tutelado pela DGPC, não possuindo autonomia financeira nem de gestão de recursos humanos (Carvalho, 2015, p. 38). De momento, o MNA dispõe de um quadro efetivo de 32 pessoas⁷⁴, com formação diversa mas “adequada ao tema do museu”, verificando-se mesmo que a formação “em alguns casos, está acima do exigido para a categoria” (Carvalho, 2015, p. 54). Este é, no entanto, um número insuficiente para fazer face às necessidades e com tendência a diminuir, caso não se verifique a reposição de pessoal, sendo que o mapa de pessoal do MNA reflete o envelhecimento dos quadros da DGPC (Carvalho, 2016), encontrando-se a

⁶⁹ Para a sua biografia, vide <http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=301> [consult. 24 jul. 2018].

⁷⁰ Ou, nas palavras de António Carvalho, “um museu que reunisse os vestígios do passado arqueológico e do presente etnográfico” (*125 anos do Museu Nacional de Arqueologia*, 2018).

⁷¹ Disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/78/125/p1026> [consult. 30 dez. 2016].

⁷² Para estas e outras datas essenciais da história do MNA, pode ser consultada a página respetiva em <http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=190> [consult. 22 mai. 2018].

⁷³ Decreto-Lei n.º 248/89 de 8 de agosto, disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/619293> [consult. 1 ago. 2018]. O artigo 13º enuncia a mudança do nome de Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, designação por que era conhecido desde a publicação do Decreto-Lei n.º 46 758 de 18 de dezembro de 1965 (disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/508223> [consult. 2 ago. 2018]), para o atual Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos.

⁷⁴ Entre os quais se contam elementos com contrato de trabalho em funções públicas por termo incerto, que esperam a requalificação mediante o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP).

média de idades nos 55 anos, o que impede a transferência de conhecimento e informação entre as gerações (Gráfico 1).

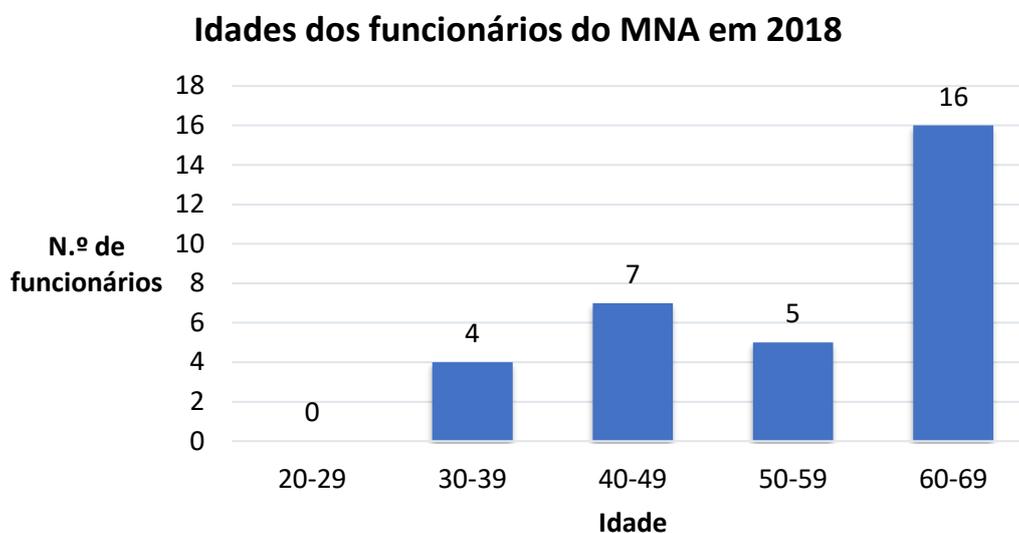


Gráfico 1. Idade dos funcionários do MNA. Cedido pela Secretaria do MNA.

Pertencente à RPM desde a criação desta⁷⁵, o MNA dispõe de diversos serviços (Gráfico 2) orientados para o cumprimento das funções museológicas previstas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, de onde se destacam: o Serviço de Inventário e Coleções, que procede à organização sistemática e à gestão das coleções de acordo com necessidades de investigação, bem como de exposições e cedência de peças; o Serviço de Documentação, composto pela Biblioteca e Arquivo Histórico, sectores especializados em Arqueologia e que têm como missão apoiar os técnicos do museu e a investigação externa, bem como pelo sector editorial, responsável pela publicação da revista científica *O Arqueólogo Português*⁷⁶ e de outras edições do museu; e o Laboratório de Conservação e Restauro, que intervém sobre peças do MNA, que integrem exposições ali patentes ou sobre peças de outras entidades mediante

⁷⁵ Há semelhança de atos legislativos anteriores, como as leis orgânicas do então IPM em que se enuncia a criação da RPM na esfera daquele instituto, a Lei-Quadro dos Museus Portugueses no artigo 104º afirma que “[i]ntegram de imediato a Rede Portuguesa de Museus os museus dependentes do Ministério da Cultura e os museus que à data da entrada em vigor da presente lei integrem a Rede Portuguesa de Museus”, entre os quais o MNA.

⁷⁶ Publicada desde 1895, encontra-se disponível, com exceção dos últimos dois volumes editados, em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/recursos/o-arqueologo-portugues/o-arqueologo-portugues/> [consult. 10 jul. 2018].

protocolos de cooperação com o MNA, e efetua a monitorização das condições atmosféricas dos espaços expositivos.

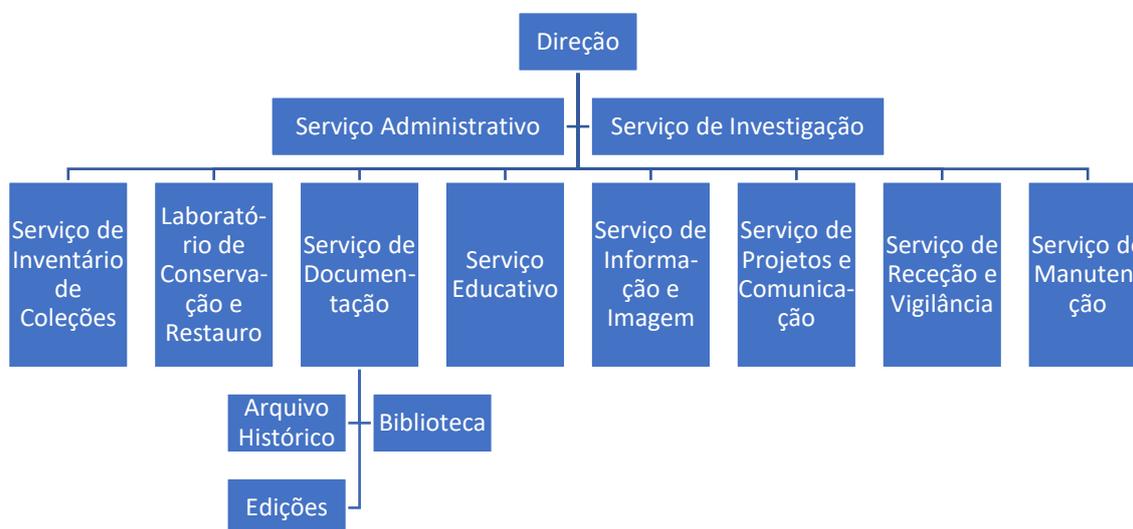


Gráfico 2. Organograma funcional do MNA.

O MNA dispõe de um Regulamento, datado de 14 de novembro de 2008 (Museu Nacional de Arqueologia, 2008b), onde se podem encontrar de forma mais detalhada as competências dos diversos serviços, para além de outra informação referente à orgânica interna, normas de acesso aos espaços e serviços do museu, e mesmo informação referente ao acervo, não dispondo, no entanto, de uma política de incorporações apesar da menção a um “Regulamento de política de incorporação do Museu Nacional de Arqueologia”⁷⁷ (Museu Nacional de Arqueologia, 2008b, p. 39). Uma leitura mais atenta, e o conhecimento da atual orgânica, após alterações introduzidas em 2012 (Museu Nacional de Arqueologia, 2012, p. [34]), permite aconselhar a que se proceda à sua

⁷⁷ Ter-se-á dado início ao mesmo, mas nunca chegou a ser finalizado. No documento a que foi possível ter acesso, parece faltar detalhar as áreas específicas em que o MNA deve procurar aumentar o seu acervo e os princípios pelas quais a incorporação se deve reger.

revisão⁷⁸, sobretudo num momento em que se verifica uma mudança nos serviços oferecidos pelo MNA, que em breve passará a incluir a única bilheteira de acesso a duas entidades, MNA e Mosteiro dos Jerónimos. No entanto, este Regulamento parece ser um documento bastante claro quanto à vocação da instituição e à sua missão, encontrando-se ambas explanadas no ponto 4 do Capítulo I:

O MNA constitui a instituição de referência portuguesa no domínio da museologia arqueológica, detendo as colecções a que o Estado atribua relevância para um discurso museológico nacional, bem como as demais que, circunstancialmente, seja entendido deverem ser nele depositadas. O MNA exerce as funções definidas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, art.º 7), tendo presente o potencial do seu próprio acervo e ainda as suas responsabilidades de agente promotor, quer do desenvolvimento do estudo e do gosto pela arqueologia, quer do conhecimento da ocupação humana do território hoje português, inserido nos âmbitos geográficos mais amplos necessários à sua compreensão em cada época, desde as origens do povoamento até à época pré-industrial, com especial enfoque até à fundação da nacionalidade (Museu Nacional de Arqueologia, 2008b, pp. 5–6).

Podemos verificar através deste documento, e em instrumentos de gestão que vão sendo elaborados por esta instituição – nomeadamente planos e relatórios de atividades elaborados para responder a demandas da tutela e disponibilizados publicamente⁷⁹ –, que a mesma se autoidentifica como o maior centro de investigação em museus, tentando promover o estudo e o conhecimento do passado histórico e arqueológico português, recorrendo a parcerias com instituições universitárias, mas também entidades locais e regionais, por forma a desenvolver diversos tipos de atividades.

⁷⁸ Por exemplo, no referente às “Normas de acesso aos espaços e serviços do Museu” verifica-se algum desajuste em relação ao que hoje em dia é praticado, como o ponto 2, alínea a), respeitante à restrição do uso de equipamento fotográfico e que, em virtude de uma maior abertura às novas tecnologias, só se verifica em pontos específicos dos circuitos de visita. A alínea c) deveria também ser ponderada, pois o anterior bengaleiro foi substituído por cacifos, elemento que dispõe de regulamento próprio. Já o “Regulamento da Biblioteca e Arquivos Documentais” encontra-se desatualizado uma vez que foi revisto e procedeu-se a uma autonomização dispondo, cada um daqueles sectores, do seu próprio regulamento. Todos os documentos se encontram disponíveis em <http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=304> [consult. 23 jul. 2018].

⁷⁹ Os relatórios de atividades do MNA, referentes aos anos de 1996 até 2016, encontram-se disponíveis em <http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=304> [consult. 23 jul. 2018].

2.1. A evolução do programa museológico

Como se disse, resultante do esforço de JLV, o sonho de criar um “Museu do Homem Português” vinha de trás, tendo-se intensificado com a sua investigação arqueológica (Fabião, 2015, p. 78). Para aquele,

o que pois principalmente se deve buscar no Museu é o methodo scientifico da classificação e do arrumo, de modo que os objectos fallem, por assim dizer, mais á intelligencia do visitante do que aos olhos. Não se estranhe por isso se, ao lado de um bello instrumento de sílex, de osso ou marfim, se vir um caco, ou se ao pé de uma estatua de marmore estiver uma inscripção partida: é que ás vezes, só por um caco, pela natureza da sua pasta, pela sua superficie alisada ou tosca, pelo seu bôrdo, pela sua ornamentação, póde determinar-se uma data e uma filiação histórica; e só pelo fragmento de uma epigraphe póde também resolver-se um problema importante, a exacta situação de um *oppidum*, a decifração de um texto litterario obscuro, a restituição de uma palavra, ou até de uma língua antiga (Vasconcelos, 1915, p. 91).

O Museu Ethnographico Português, seguindo o programa do seu fundador, tinha por fim constituir-se como um “museu representativo da cultura portuguesa no sentido mais profundo e autêntico, conservada e transmitida através de objectos do quotidiano popular, com o objectivo ambicioso de fazer dele o museu da identidade do povo português” (Moita, 1993, p. 148), expondo “objectos respectivos a todas as epochas da nossa civilização, desde as mais remotas, para o conhecimento das origens, vida e caracteres do povo português” (Vasconcelos, 1915, p. 91) e, deste modo, “educar o público, levando-o a conhecer e a amar a pátria” (Vasconcelos, 1915, p. 14). No entanto, apesar de reconhecer a especificidade dos campos de investigação que no fim constituiriam as secções do Museu – Antropologia, Etnografia e Arqueologia – verifica-se um “desenvolvimento algo aleatório do acervo inicial, as dificuldades em concretizar o museu, como o sonhara, e também alguma indefinição disciplinar” (Alarcão, 2008, p. 85), verificando-se ajustes no nome da instituição com vista a alargar o seu horizonte programático (Gouveia, 1997, p. 273).

Porém, no plano legislativo “verificar-se-ia um reforço da componente arqueológica do Museu e do seu papel nesse domínio científico” (Gouveia, 1997, p. 273).

Ao longo da direção de JLV, o então Museu Ethnológico Português passou por reformas legislativas, em que o próprio JLV terá estado envolvido (Gouveia, 1997, pp. 268–269), e que foram alterando a sua orgânica assim como a sua dependência de outras instituições (Moita, 1958, pp. 12–15), passando para a esfera da Faculdade de Letras em 1913. No ano seguinte, um novo Regulamento atribuiu ao Museu competências em matéria de trabalho arqueológico como

Art. 6.º Ao Museu Etnológico é assegurado o direito de exploração e escavação de todas as estações arqueológicas situadas em terrenos públicos (paroquiais, municipais, distritais e do Estado), montes, campos, matas, caminhos e outros, cumprindo às autoridades administrativas e policiais impedir que êle, na pessoa dos seus agentes, seja estorvado nesses trabalhos de exploração e escavação (*Decreto n.º 559, 1914*).

O Museu passava assim a fazer a salvaguarda do património cultural mediante a arqueologia, o que sempre fora preocupação de JLV (Gouveia, 1997, pp. 154,278-279,493), verificando-se um tendencial desequilíbrio sectorial, sendo que a coleção etnológica “devido à impossibilidade completa de se expandir, cristalizou” (Luís Chaves apud Machado, 1971, p. 41). Com diretores⁸⁰ de “formação estritamente arqueológica [... que] só àquela secção prestaram atenção” (Moita, 1993, p. 146), passaram “as actividades do domínio arqueológico a canalizar a maioria dos recursos humanos e financeiros disponíveis” (Gouveia, 1997, p. 581), ainda que D. Fernando de Almeida tentasse “incluir sempre, em cada volume [de *O Arqueólogo Português*], pelo menos um artigo sobre assuntos etnológicos” (Almeida, 1972, p. 7). No entanto, este diretor empenhou-se sobretudo no estudo do enorme espólio que havia sido acumulado e que carecia de tratamento museológico e científico, abrindo as coleções do MNA “para estudo e publicação, por arqueólogos e licenciados em história, com elaboração de teses sobre, no todo, ou em parte, materiais inéditos guardados no Museu” (D. Fernando de Almeida apud Raposo, 2003, p. 23), pelo que “a etnografia portuguesa se desenvolvia

⁸⁰ Para listagem e datas veja-se <http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=4709> [consult. 21 ago. 2018].

científica e museologicamente à sua margem” (Alves, 1983, p. 7)⁸¹. Em 1989, com a criação do Museu Nacional de Etnologia⁸², esta instituição assumia a identidade atual e como era, na verdade, já entendida (Parreira, 1984, p. 17).

2.2. Espaços e serviços museológicos instalados

O MNA encontra-se em Lisboa, na freguesia de Santa Maria de Belém, nas instalações oitocentistas do Mosteiro dos Jerónimos⁸³, ocupando grande parte do corpo edificado com a fachada voltada para a Praça do Império, com exceção dos últimos três módulos no extremo oeste do piso térreo (Guimarães, 1998, p. 377) e a chamada Torre Oca⁸⁴, na parte norte do corpo central, que pertencem ao Museu de Marinha. O pátio interior é usufruído pelas várias entidades que ocupam o edifício, nomeadamente MNA, Museu de Marinha e Casa Pia. Insere-se, dada a sua localização, numa área de grande atração turística, a zona de Belém, onde se encontram diversos equipamentos culturais, entre os quais se destacam o Centro Cultural de Belém e o Jardim Botânico Tropical, assim como vários museus e monumentos de tutela pública (estatal e municipal) e privada, um icónico local de fabrico de doçaria conventual e um estádio de futebol (Anexo 1).

Contudo, o MNA começou por ter sede na Academia das Ciências de Lisboa, em sala cedida pela Comissão Geológica (Raposo, 2015, p. 45), sendo posteriormente, por decisão governamental em 20 de novembro de 1900 (Raposo, 2012, p. 22), afetado ao Mosteiro dos Jerónimos (Vasconcelos, 1915, pp. 2–3), ocupando aquele espaço a partir de 1903 e aí abrindo portas em 22 de abril de 1906 (Raposo, 2012, p. 25). JLV terá ficado

⁸¹ Sobre a evolução da etnologia e da museologia em Portugal, vide GOUVEIA, Henrique Coutinho – **Museologia e etnologia em Portugal**, que aborda em maior detalhe a evolução programática do atual MNA, debruçando-se também sobre o hoje Museu Nacional de Etnologia.

⁸² Vide nota 73.

⁸³ Ou Mosteiro de Santa Maria de Belém. O edifício é considerado Monumento Nacional e, desde 1983, Património Mundial conforme http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6543 [consult. 16 mar. 2017].

⁸⁴ Esteve na posse do MNA entre 4 de janeiro de 1994 e 8 de maio de 2010, altura em que foi devolvida ao Museu de Marinha (Raposo, 2012, pp. 48–49). Atualmente só a título excecional, e exigindo o acordo das diferentes partes, é facultado o acesso a este espaço ao MNA para mostras expositivas, como aconteceu por ocasião de “Alqueva: 20 Anos de Obra, 200 Milénios de História”, exposta entre 2 de outubro e 29 de novembro de 2015, ou outros eventos.

radiante com esta mudança (Raposo, 2009, p. 25, 2015, p. 47), mas o facto de o Museu, por decreto governamental, se instituir como “organismo central de vigilância e de investigação arqueológica”⁸⁵ e assim se ter levado a cabo “extensas e metódicas escavações arqueológicas, destinadas a enriquecer o Museu [...] ao mesmo tempo que obtinha, com igual intuito, por compras e dádivas, muitos objectos de valia respeitantes ao nosso passado” (Vasconcelos apud Machado, 1964, p. 68), levou a um aumento substancial do seu acervo.

O facto de ocupar um edifício pré-existente, de construções quinhentista e oitocentista, cujas instalações tem vindo a partilhar com outras entidades⁸⁶, criou diversas condicionantes de uso e ocupação do espaço⁸⁷. Para colmatar este problema e melhor acolher e dispor o seu acervo, o MNA tem sido alvo de reorganização (Anexo 2 e Apêndice A), assim como de vários planos de mudança para outras instalações já construídas ou de nova construção (Moita, 1993, pp. 149–150; Parreira, 1984, pp. 13–14).

Destes planos de mudança, destacam-se o projeto elaborado em 1955 para a instalação do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos na Cidade Universitária, em Lisboa (Machado, 1964, pp. 392–406)⁸⁸, que faria o museu crescer de 7 741,77 m² “para uma área de quase 20 000 m², podendo ser facilmente extensível até aos 30 000 m²” (Raposo, 2009, p. 30), com espaço de exposição permanente e temporária, depósitos, salas de conferências e diversos serviços, incluindo espaços para ensino universitário e laboratórios, “para aproveitamento e exploração dos materiais científicos” (Machado, 1964, p. 396). Este programa voltaria a ressurgir nos anos de 1970, em parecer de Adília Alarcão (1972), assim como a intenção de construir um edifício de raiz que, incluindo uma viagem de D. Fernando de Almeida por diversos museus de arqueologia, culminaria

⁸⁵ Decreto n.º 21 117 de 18 de abril de 1932, disponível em <https://dre.pt/application/file/a/524108> [consult. 14 mai. 2017].

⁸⁶ Levando a disputas que remontam aos anos quarenta do séc. XX (Gouveia, 1997, p. 384), com o poder político a desejar instalar o Museu de Marinha no complexo monumental dos Jerónimos, sendo que “Manuel Heleno resistiu como pôde (e os arquivos do Museu provam que o fez com invulgar e muito corajosa combatividade)” (Raposo, 2003, p. 31), culminando na cedência dos últimos três módulos do piso térreo da extremidade poente.

⁸⁷ Vide, por exemplo, o Ofício 4 954 (Heleno, 1942).

⁸⁸ Este programa também foi publicado na revista *Ethnos* (*Programa para a instalação do Museu Etnológico do D.º Leite de Vasconcellos na Cidade Universitária de que foi relator o Prof. Doutor Manuel Heleno*, 1965).

num relatório daquele com “Apontamentos para uma base sobre a qual deverá ser elaborado o ante-projecto da planta do futuro Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa” (Almeida apud Raposo, 2003, pp. 38–45). Nos anos de 1980

elaboraram-se programas museológicos e organogramas, esboçaram-se anteprojectos de arquitectura, observaram-se edifícios disponíveis (Cordoaria Nacional, na Junqueira; zona do Parque do Monteiro-Mór, onde se pretendiam localizar alguns museus, como depois veio a acontecer com os Museus do Traje e do Teatro) e procuraram-se espaços alternativos, que em alguns casos chegaram a ser incluídos nos planos directores municipais (Alto da Ajuda, onde hoje se situam instalações da Universidade Técnica de Lisboa; terrenos devolutos no Alto do Restelo). Mas nada passou do papel, dados os investimentos vultuosíssimos que a construção de novas instalações, de raiz, necessariamente implicaria (Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 4).

Destaca-se ainda a ideia de transferência do MNA para a Cordoaria Nacional, solução constantemente colocada em cima da mesa e continuamente rebatida, como mostram documentos do arquivo do MNA dos anos de 1950, mas também de 1970 e 80⁸⁹, e cuja questão voltou a ressurgir há uns anos (Raposo, 2012).

Não se concretizando nenhum destes projetos, foi “tomada a decisão de investir nas actuais instalações” (Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 5), tendo-se levado a cabo uma profunda reorganização do espaço físico nos anos de 1980-1985. Se antes as longas galerias eram utilizadas para expor os vários objetos do acervo do museu, hoje em dia os espaços são ocupados por forma a responder às várias funções museológicas (Apêndice A). O MNA ocupa os dois pisos do edifício, numa área total de 5 192 m², tendo ainda um piso intermédio que só existe nos torreões. Em termos de áreas podemos destacar, de acordo com o Plano de Conservação Preventiva (Santos e Tissot, 2009):

- Áreas expositivas – situam-se no piso térreo do edifício, ocupando as duas alas, nascente e poente, totalizando 1 480 m² de área;
- Áreas de reservas – não estão concentradas num único local, sendo que a Reserva Geral de Arqueologia, no lado poente do piso térreo, com 264 m²,

⁸⁹ O MNA dispõe no seu Arquivo Administrativo de processos referentes aos vários projetos para novas instalações, construídas de raiz ou a adaptar.

dispõe de uma estrutura metálica compactada, com três níveis de arrumação, aproveitando o imenso pé direito da galeria, e incorpora as principais coleções em pedra, cerâmica, osso e vidro. Existem ainda outros espaços de reserva, num total de 222,8 m², nomeadamente: uma reserva climatizada, denominada Sala Seca, para objetos metálicos; uma reserva de ânforas e outros grandes contentores cerâmicos; uma reserva de réplicas e moldes; uma reserva de materiais arqueológicos, egípcios e outros; e três salas correspondentes à reserva de material etnológico.

- Outros espaços – o piso superior é ocupado pelos vários serviços técnicos do MNA, um Laboratórios de Conservação e Restauro (127,6 m²) e estúdio de fotografia; os serviços administrativos estão instalados num piso intermédio, assim como o depósito da Biblioteca; no piso inferior, há ainda a referir a existência de outros espaços como a loja do Museu e seu depósito, a oficina de carpintaria, e arrumos vários.

As mais recentes intervenções no edifício ocorreram na galeria poente, onde, no âmbito da preparação da exposição temporária de momento patente⁹⁰, se demoliu uma estrutura de madeira que servia de divisória do espaço criando um “auditório”; e nas receções, tendo-se levado a cabo melhorias na Receção 1, para acolhimento de um sistema automático de bilhética, e encerrado a denominada Receção 2.

2.3. O acervo arqueológico do MNA e sua representatividade do património arqueológico nacional

Devido ao seu passado, o MNA conta com uma expressiva coleção de Etnografia Portuguesa e Africana detendo, no entanto, um muito mais vasto acervo arqueológico,

⁹⁰ Referimo-nos à exposição “LOULÉ. Territórios, Memórias, Identidades”, inaugurada em 21 de junho de 2017. Esta exposição resulta de uma parceria com o Museu Municipal de Loulé / Câmara Municipal de Loulé e conta com o comissariado científico de Victor S. Gonçalves, Amílcar Guerra, Catarina Viegas, Helena Catarino e Luís Oliveira.

contando nas suas reservas com vestígios arqueológicos de cerca de 3 200 sítios⁹¹, fazendo do MNA, segundo o atual diretor, “o mais local dos museus nacionais”. São centenas de milhares de bens, dos quais apenas cerca de 32 000⁹² estão inventariados no Programa *Matriz*, estando disponíveis para consulta no *MatrizNet* mais de 19 500⁹³.

O MNA começou por integrar a coleção que o próprio JLV vinha a coligir na Biblioteca Nacional, sendo, porém, um dos grandes objetivos do fundador “organizar um grande Museu Nacional de etnografia, coordenando lá tudo o que está disperso por vários museus da capital – isto, já se vê, sem afronta aos museus provinciais, que convem manter” (Vasconcelos apud Gouveia, 1997, p. 155).

Outra coleção fundacional, do então Museu Ethnographico Português, havia sido recolhida por Estácio da Veiga e encontrava-se “na Academia de Bellas-Artes, onde, pelas circunstancias do edificio, está bem mal accommodada” (Vasconcelos, 1915, p. 20). Esta coleção foi reunida a propósito dos trabalhos que Estácio da Veiga realizou para efetuar a Carta Arqueológica do Algarve, tarefa que lhe foi incumbida pelo Ministério do Reino e se desenrolou, com sucessivos pedidos de alargamento de prazos, entre 13 de março de 1877 e os finais de outubro de 1878, (Cardoso, 2007, pp. 38–42). Estácio da Veiga percorreu todo o Algarve, concelho após concelho, recolhendo todos os vestígios e desenvolvendo escavações, assim como documentando em fotografia ou desenhos os monumentos descobertos (Pereira, 2007, p. 202). Se aquela parte já pertencia ao Estado, por haver incumbido aquele arqueólogo⁹⁴ de tais trabalhos, e passara através do decreto instituidor do Museu Ethnographico para este (Vasconcelos, 1915, p. 20), JLV empenhou-se num processo de mobilização das entidades oficiais

⁹¹ A listagem dos sítios é atualizada sempre que um novo sítio arqueológico é reconhecido e encontra-se disponível em <http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/SitiosEstacoes.pdf> [consult. 14 mai. 2018].

⁹² No dia 26 de julho de 2018 estavam inventariados no *Matriz* 31 906 objetos, provenientes de 1 473 sítios arqueológicos, ainda que de forma sistemática se estivesse no sítio com o número 418.

⁹³ Conforme pesquisa no *site* do *MatrizNet* em <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosListar.aspx?TipoPesq=4&NumPag=1&RegPag=50&Modo=1&BaseDados=12&IdAutor=> [consult. 04 set. 2018].

⁹⁴ Tido como primeiro arqueólogo profissional em Portugal (Fabião, 2011, p. 139), cujo método, ideias e inovações do pensamento científico respeitante à ciência arqueológica, e até museológica, terá suscitado a incompreensão e inveja dos seus contemporâneos (Cardoso, 2007; Pereira, 2007).

visando a aquisição, por morte de Estácio da Veiga em 1891, da parte da sua coleção privada que transitara para a posse da sua viúva⁹⁵. JLV afirmou mesmo que

[a] outra parte da collecção algarvia, pertencente a Estacio da Veiga, que a obtivera por compras particulares, dadas, etc., foi por mim comprada á familia, em nome do Govêrno, para o Museu Ethnographico. Não despendi pequeno trabalho em promover e levar a effeito a compra, e em reunir e acondicionar devidamente este importante espolio archeologico, que estava parte em Lisboa, parte no Algarve, aonde fui de proposito (Vasconcelos, 1915, pp. 20–21).

Seguiu-se a José Leite de Vasconcelos, em 1929, na direção do MNA, Manuel Heleno, conservador naquela instituição desde 1921 (Fabião, Dias e Cunha, 2008, p. 26). São várias as críticas apontadas a este arqueólogo que, apesar de seguir as pisadas de Vasconcelos, não seria tão metódico⁹⁶. No entanto, foi conferido ao Museu e ao seu diretor, através de um decreto de 1932⁹⁷ que regulava as escavações arqueológicas, prioridade sobre as investigações, ainda que Manuel Heleno não tivesse grande currículo, o que fez com que surgissem conflitos com outros investigadores, tal como terá acontecido com António Mendes Correia (Fabião, 2011, pp. 169–172; Machado, 1964, p. 107). Manuel Heleno desenvolveu deste modo “campanhas arqueológicas sistemáticas, ao longo de mais de três décadas, realizadas sobretudo nas zonas Centro e Sul do País” (*Serviço de Inventário de Coleções*, [s.d.]), por forma a dotar o MNA “de colecções que permitissem uma mostra representativa das diferentes épocas da ocupação antiga do território nacional” (Fabião, Dias e Cunha, 2008, p. 26).

Os diretores que se lhe seguiram, como D. Fernando de Almeida, continuaram a apoiar a realização de escavações arqueológicas pelo que as “coleções do MNA, alcançaram um extraordinário volume de materiais, únicas no seu género, em contexto nacional” (*Serviço de Inventário de Coleções*, [s.d.]).

⁹⁵ Vide, sobre as diligências para a aquisição da coleção de Estácio da Veiga, COITO, Lúvia Cristina – Documentos para a história do MNA.

⁹⁶ Além disso, era muito cioso das suas descobertas, mantendo como “reservados” as coleções por si exumadas e levando “consigo o conjunto de anotações, plantas e correspondência das suas escavações ao serviço daquela instituição [MNA]” (Langley *et al.*, 2007, p. 236), o que suscitou alguns problemas com o seu sucessor, D. Fernando de Almeida, como nos revela um relatório assinado por este (Almeida, 1967). Os cadernos seriam adquiridos pelo MNA em 1998 (Langley *et al.*, 2007, p. 237).

⁹⁷ Vide nota 85.

A partir das décadas de 1970 e 1980, numa fase mais progressiva da arqueologia portuguesa e num período em que o MNA “mergulha em profunda crise, chegando mesmo a ser encerrado ao público” (Silva, 2002, p. 306), dá-se uma viragem sendo que têm lugar transformações

em quatro grandes planos: o movimento associativo local e regional, o lançamento de projectos de salvaguarda e investigação de referência, o desenvolvimento da arqueologia urbana e a própria renovação da disciplina arqueológica, a nível conceptual e geracional, verificada no meio universitário, de que emergiram novos modelos formativos (Silva, 2014, p. 77).

Assistiu-se, paralelamente, a um “alargamento do tecido museológico nacional” (*Inquérito aos museus em Portugal*, 2000, p. 53), com um crescimento acentuado de museus, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990 (*Inquérito aos museus em Portugal*, 2000, p. 51), alargando as possibilidades de incorporação de espólios em museus regionais ou locais, seguindo deste modo um critério de proximidade⁹⁸. Estes fatores terão contribuído para um decréscimo da influência do MNA, sobretudo no tocante a trabalhos de campo, refletindo-se numa progressiva diminuição do espólio incorporado. Hoje as incorporações são pontuais, nomeadamente mediante compra, doação ou depósito de bens por parte de entidades, como patente nos relatórios de atividades disponíveis no sítio do MNA. Destaca-se, no entanto, a incorporação definitiva⁹⁹, em 2016, dos bens móveis e documentação produzida no âmbito dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos, entre 1991 e 1995, no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC), em Lisboa.

⁹⁸ Ainda que, de acordo com o artigo 14º da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, a incorporação se deva fazer, preferencialmente, em museus da RPM e por isso credenciados, por modo a assegurar o cumprimento das funções arqueológicas tendo em conta as especificidades deste espólio, que distingue os museus de arqueologia e com coleções de arqueologia de outros, como explanado por Clara Frayão Camacho (2008).

⁹⁹ Através do Despacho n.º 15 506/2016, disponível em https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/105599374/details/2/maximized?serie=II&parte_filter=31&day=2016-12-26&date=2016-12-01&dreid=105599341 [consult. 26 fev. 2017]. O espólio deu entrada no MNA em 29 de outubro de 2010, tendo o depósito sido formalizado em 29 de maio de 2013. Em dezembro foi incorporado definitivamente nas coleções do MNA, ainda que 180 bens culturais permaneçam permanentemente expostos ao público no núcleo museológico do NARC, gerido pela Fundação Millennium bcp (Museu Nacional de Arqueologia, 2017, p. 4).

Estes factos e a diversidade de modos de aquisição – pois para além das explorações a cargo do próprio Museu¹⁰⁰ ou de investigadores que “por iniciativa própria ou por determinação superior, as depositaram no Museu”, as coleções do MNA foram ainda enriquecidas através da transferência de coleções “a partir de outros departamentos do Estado” (Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 11), de várias doações de particulares¹⁰¹, compra¹⁰², bem como com a interceção de altas figuras estatais na aquisição de coleções privadas¹⁰³ – fazem com que o acervo do MNA, bem como de outros museus de arqueologia originários do séc. XIX, levante problemas, especificamente no tocante à exata proveniência de objetos, aquando do seu inventário e documentação devido aos registos escassos e nem sempre metódicos. Além disso, estes factos contribuem ainda para que o acervo seja algo desequilibrado (Parreira, 1984, p. 24), ainda que se verifique, até ao momento, que, do ponto de vista do património arqueológico, os distritos portugueses se encontrem bem representados nas coleções do MNA, com a exceção do distrito de Aveiro, onde de 19 concelhos só se encontram representados 7 (conforme Anexo 3).

¹⁰⁰ JLV (1915) e Saavedra Machado (1964) dão a conhecer os sítios investigados pelos diretores ou por pessoal ligado ao Museu.

¹⁰¹ Como se pode verificar sobretudo nos vários volumes de *O Arqueólogo Português*, nomeadamente na série I, onde são identificados os objetos, os seus doadores e forma de aquisição.

¹⁰² Sobretudo no caso de objetos de ourivesaria. Vide o exemplo do torques de Vilas Boas (Machado, 1964, p. 360).

¹⁰³ Como a situação já vista com Estácio da Veiga, mas também no caso da coleção de Vergílio Correia, em 1952, por intermédio do Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar (Machado, 1964, p. 156).

3. Diagnóstico ao inventário e à documentação de coleções arqueológicas do Museu Nacional de Arqueologia

3.1. Estrutura funcional do museu com respeito à inventariação e documentação das coleções arqueológicas

Tal como já referi, o MNA dispõe de um Regulamento (Museu Nacional de Arqueologia, 2008b), que detalha as competências dos diversos serviços que fazem parte da sua estrutura orgânica, de onde se destacam, no referente à gestão de coleções, o Serviço de Inventário e Coleções e o Laboratório de Conservação e Restauro, e, na documentação das coleções, o Serviço de Documentação. Por serem estes os serviços que se conjugam, para uma catalogação que permita uma eficaz gestão, uso e divulgação do acervo, é traçado um retrato dos mesmos e dos procedimentos desenvolvidos no âmbito do inventário e documentação das coleções arqueológicas do MNA.

3.1.1. Serviço de Documentação

Como foi aludido anteriormente, o Serviço de Documentação (SD) é responsável pela publicação da revista científica *O Arqueólogo Português* (OAP) e de outras edições do museu, como catálogos de exposições, mas nesta análise serão focados os sectores da Biblioteca e Arquivo Histórico que, como os diversos serviços do MNA, possuem uma pequena equipa composta por três pessoas, das quais uma técnica superior e duas assistentes técnicas.

3.1.1.1. Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia

Criada em 1901¹⁰⁴, com um acervo construído e enriquecido mediante permutas das publicações do Museu com outras instituições congéneres e, a partir de 1914¹⁰⁵, também por compras, a Biblioteca do MNA (BMA) é das mais antigas bibliotecas

¹⁰⁴ Instituída pelo decreto de reorganização do Museu Ethnológico Português, em 24 de dezembro de 1901, disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/86/133/p1393> [consult. 25 jul. 2018].

¹⁰⁵ Decreto n.º 559 de 11 de junho de 1914, disponível em <https://dre.pt/application/file/665609> [consult. 24 set. 2017].

portuguesas especializadas em Arqueologia, detendo também importantes núcleos de Etnografia e Museologia, pelo que é principalmente frequentada por investigadores e estudantes universitários. Dispõe de regulamento próprio (Museu Nacional de Arqueologia, 2016b) e o seu catálogo¹⁰⁶ está, desde 2014, integrado na rede de bibliotecas da DGPC¹⁰⁷, usando o sistema Biblio.NET¹⁰⁸.

Ao longo da sua existência, a biblioteca tem sido ainda enriquecida através de ofertas, doações e legados, dispondo neste momento de

cerca de 23 000 monografias, (separatas, obras de referência, etc.) disponibilizando um conjunto de dicionários técnicos, enciclopédias e atlas que ajudam os leitores em questões específicas e pontuais; cerca de 1 800 títulos de publicações periódicas, mapoteca formada por cerca de 1 500 cartas geológicas, topográficas e diversas. [...] Possui ainda coleções especiais de 1 920 manuscritos, 5 incunábulos, mais de 2 000 livros antigos, 917 folhetos de literatura de cordel, cerca de 3 900 registos de santos e ainda gravuras diversas (Biblioteca, [s.d.]).

Nem sempre bem instalada devido a questões de espaço¹⁰⁹, foi remodelada e organizada durante a direção de D. Fernando de Almeida, sob a orientação de uma bibliotecária-arquivista (Raposo, 2003, pp. 24–25), e novamente durante os anos de 1990, com a “rearrumação das publicações periódicas em depósito” devido, mais uma vez, aos limites de espaço (Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 21, 2009, p. [11]).

Em 1995, teve início a sua modernização, com o começo da informatização em sistema PORBASE¹¹⁰ e conversão retrospectiva do catálogo manual. No início dos anos 2000, aquele sistema foi substituído pelo BIBLIObase¹¹¹, onde se catalogaram não só

¹⁰⁶ Disponível em <http://bibliotecas.patrimoniocultural.pt/Opac/Pages/Help/Start.aspx> [consult. 25 jul 2018].

¹⁰⁷ Vide <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/recursos/bibliotecas-dgpc-apresentacao/> [consult. 25 jul. 2018].

¹⁰⁸ Sobre o mesmo vide <http://www.bibliosoft.pt/pt/content/12-biblionet/24-o-produto> [consult. 28 jul. 2018].

¹⁰⁹ Tendo-se chegado a ficar sem acesso ao sótão onde, devido à Exposição do Mundo Português, se teve de arrumar algum espólio documental (Coito e Coelho, 1988, p. 388).

¹¹⁰ Coordenada e gerida pela BNP, a PORBASE – Base Nacional de Dados Bibliográficos é um catálogo coletivo para as bibliotecas portuguesas. Vide <http://porbase.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=15360C25180LK.35624&profile=porbase&menu=home&submenu=subtab136&ts=1536082518037> [consult. 04 set. 2018].

¹¹¹ Vide <http://www.bibliosoft.pt/pt/content/5-produtos/13-bibliobase> [consult. 28 jul. 2018].

títulos monográficos, mas também se iniciou a catalogação de títulos de publicações periódicas e seus fascículos (estes em Kardex ou módulo de gestão de publicações periódicas), bem como outros acervos – Literatura de Cordel, Livro Antigo, Manuscritos e Registo de Santos – tendo este catálogo bibliográfico ficado disponível *on-line* mediante o anterior *site* do MNA em 2004 (Museu Nacional de Arqueologia, 2004, p. 34). Dispondo apenas de uma bibliotecária e uma técnica de BD, a equipa foi sendo reforçada, ao longo dos anos, com contratos dos chamados Programas Operacionais de Cultura (POC) e Programas Operacionais da Sociedade da Informação (POSI)¹¹², que em muito contribuíram para este trabalho, tendo-se concluído a conversão retrospectiva do catálogo manual de monografias em 2005 (Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 21, 2008, p. 55) e da maior parte dos restantes acervos nos anos seguintes. A catalogação retrospectiva das publicações periódicas encontra-se, contudo, por finalizar.

Mais recentemente, em 2013, assistiu-se a uma nova reorganização da BMA, no âmbito de um projeto de articulação entre as duas mais importantes bibliotecas de arqueologia¹¹³, BMA e Biblioteca de Arqueologia (BA) da DGPC. Devido a um conjunto de fatores, foi possível reunir recursos, nomeadamente materiais¹¹⁴, que permitiram a reorganização do acervo nas salas destinadas ao público, tornando parte da biblioteca geral de consulta direta. Foi igualmente possível um pequeno reforço da equipa e atualização de conhecimentos da equipa anterior. Apesar de o projeto não ter sido concretizado em pleno, houve, no entanto, uma tentativa de aproximação e uniformização do tratamento técnico, tendo passado a BMA a dispor de uma lista de termos fechados para uma indexação mais uniforme, partindo da lista de termos em utilização e fornecida pela BA, para além de a organização conceptual ser semelhante (Gráfico 3).

¹¹² Como de resto aconteceu em outros sectores do MNA, como Laboratório de Conservação e Restauro, Serviço de Coleções e Serviço Educativo.

¹¹³ Inserido no projeto de desenvolvimento da rede de bibliotecas da DGPC.

¹¹⁴ Foi possível reunir equipamento, sobretudo estantes de madeira e de metal, excedente fruto do processo de fusão de entidades no seio da DGPC.

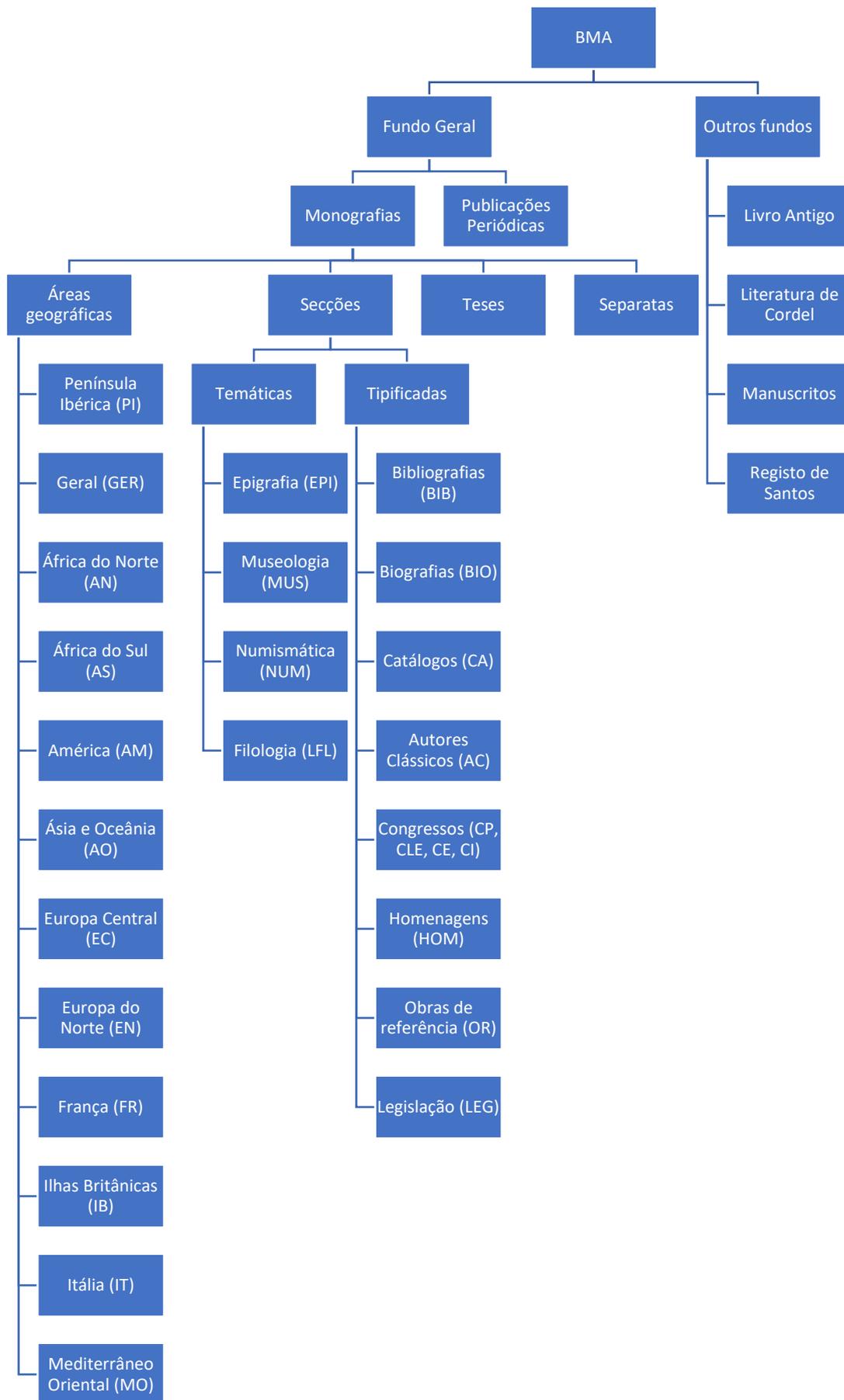


Gráfico 3. Organização conceptual da BMA.

Hoje, a BMA segue a seguinte cadeia documental:

1. Para as monografias:
 - a. Receção das obras;
 - b. Agradecimento e registo em fichas de permuta, se for o caso;
 - c. Carimbagem;
 - d. Catalogação e indexação no programa Biblio.NET, que trabalha sobre o formato UNIMARC¹¹⁵ e que permite seguir as normas de descrição bibliográfica de acordo com as RPC¹¹⁶ e a ISBD¹¹⁷;
 - e. Cotagem;
 - f. Arrumação;
2. Para as publicações periódicas:
 - a. Receção das obras;
 - b. Agradecimento e registo em fichas de permuta;
 - c. Carimbagem;
 - d. Catalogação:
 - i. Se novos títulos: na base Biblio.NET;
 - ii. Se títulos já existentes: na base Biblio.NET, caso título esteja aí catalogado, e no Kardex manual;
 - iii. De analíticos: na base Biblio.NET, ainda que de momento sejam apenas catalogados os artigos constantes na publicação *OAP*;

¹¹⁵ Formato de catalogação com base no formato MARC. Sobre este veja-se a nota 17.

¹¹⁶ Acrónimo de *Regras Portuguesas de Catalogação*. Estas foram elaboradas com o objetivo de definir os elementos de identificação e de descrição dos documentos, determinar os elementos necessários à descrição e fixar a forma de apresentação desses elementos, seguindo os princípios da uniformidade, simplificação e analogia (Campos e Sottomayor, 1984, p. 1).

¹¹⁷ Acrónimo de *International Standard Bibliographic Description* ou *Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada*. Esta norma “determina os elementos de dados que devem ser registados ou transcritos numa determinada sequência como base para a descrição do recurso que se está a catalogar. Além disso, utiliza pontuação prescrita como meio para reconhecer e visualizar elementos de dados e torná-los compreensíveis independentemente da língua da descrição” (IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions, 2012, p. 17).

- e. Cotagem;
- f. Arrumação.

Atualmente, para além deste trabalho, procede-se ainda à correção retrospectiva e sistemática dos títulos de publicações periódicas que se encontram no catálogo informatizado, bem como à correção e uniformização de monografias, sempre que se justifique.

Resta dizer que, como em outros setores do MNA, a equipa da BMA faz várias outras tarefas nem sempre relacionadas com o serviço de biblioteca, como Serviço de Receção e Vigilância na falta de pessoal naquele sector, atrasando a catalogação, e por isso a disponibilização aos utilizadores, de novas entradas.

3.1.1.2. Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia

O Arquivo Histórico do MNA (AHMNA) inclui variados acervos documentais que compreendem diversos arquivos pessoais, pertencentes a antigos diretores do MNA ou investigadores, bem como desenhos e fotografias relacionadas com intervenções arqueológicas prosseguidas por técnicos do Museu. Como a BMA, está sobretudo vocacionado para investigadores, sendo que se tem verificado nos últimos anos um crescente interesse no acervo documental que detém.

Dos diversos acervos, destacam-se sobretudo os arquivos dos dois primeiros diretores do MNA, JLV e Manuel Heleno. O arquivo do segundo foi adquirido em finais dos anos de 1990 à sua família e alvo de um projeto que permitiu o tratamento, inventariação, descrição e digitalização do acervo¹¹⁸, de acordo com a ISAD(G)¹¹⁹, podendo esta base de dados ser consultada na BMA. O espólio mais rico, no entanto, pertence a JLV que o legou ao MNA, onde deu entrada em 10 de abril de 1943 (Coito e

¹¹⁸ Parte deste encontra-se disponível em <http://arquivo.patrimoniocultural.gov.pt/apinet/> [consult. 2 ago. 2018]. Consiste sobretudo em cadernos de campo e outras notas no âmbito da sua carreira profissional.

¹¹⁹ Acrónimo de *General International Standard Archival Description*, norma que estabelece orientações gerais para a descrição arquivística. A tradução portuguesa desta norma encontra-se disponível em <http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/isadg.pdf> [consult. 04 set. 2018].

Coelho, 1988, p. 337)¹²⁰, sendo o seu arquivo pessoal composto por correspondência com mais de 3 700 autores, onde se incluem diversos investigadores de renome nacional e internacional dos mais diferentes ramos do conhecimento, e diversos apontamentos utilizados “na elaboração dos seus numerosos trabalhos científicos” (Coito e Coelho, 1988, p. 335), para além de manuscritos de muitos dos seus colaboradores.

Este acervo, devido à sua quantidade (o espólio no seu total encontra-se guardado em 245 caixas), foi sendo organizado ao longo de anos, sendo que as primeiras menções ao tratamento do mesmo remontam ao início dos anos de 1970, com um relatório de 1974 a dar conta de que o arquivo

jazia como um amontoado poeirento e caótico de papéis velhos, desesperando logo à primeira tentativa de consulta qualquer investigador que pretendesse colher elementos relativos à especialidade do Museu, sua vida interna, ou às várias facetas de investigação do seu fundador (Maia et al., 1977, p. 19).

O tratamento mais sistemático, contudo, só aconteceria no final dos anos de 1980, tendo os espécimes do acervo sido classificados e separados por temáticas (Coito e Coelho, 1988, pp. 348–350), chegando-se a uma relação de assuntos¹²¹ e a um total de 199 caixas. Cada caixa, ou conjunto de caixas, é dedicada a uma temática e, em cada caixa, os apontamentos encontram-se agrupados em envelopes consoante os temas dentro dessa temática¹²².

Maior destaque foi, porém, dado ao epistolário, tendo-se criado uma base de dados dos diversos correspondentes de JLV. No decorrer deste trabalho foi atribuído um número de inventário a cada autor e numerados os vários espécimes, totalizando os, já

¹²⁰ O MNA recebeu ainda o acervo que JLV teria legado à Academia das Ciências, que não o aceitou alegando falta de espaço (Coito e Coelho, 1988, p. 338)

¹²¹ Esta Relação dos Assuntos das caixas do Legado de JLV encontra-se disponível em <http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/RelacaoDasCaixasDoLegadoDeJLV.pdf> [consult. 29 jul. 2018], encontrando-se também uma listagem na BMA para localização das caixas no depósito do AHMNA.

¹²² Por exemplo, as caixas de apontamentos por proveniência encontram-se ordenadas de A a Z e dentro de cada caixa podem encontrar-se envelopes ou pastas com localidades, como Marco de Canaveses na caixa com a letra M, ou Vila do Conde na caixa com a letra V. Já em outras temáticas, como Filologia, podem encontrar-se envelopes com temas relacionados, como Gramática e Linguística. Resta dizer que se encontra prestes a iniciar um projeto relacionado com os apontamentos de Filologia, que visa a melhor arrumar os documentos do acervo referentes a esta disciplina por temas, numerando-se caixas, envelopes e espécimes de 1 a n.

mencionados, mais de 3 700 autores e 24 700 espécimes, guardadas em 46 caixas de correspondência. Esta base de dados deu, posteriormente, origem ao primeiro volume de *Suplementos a «O Arqueólogo Português»* (Raposo e Coito, 1999) e a uma listagem¹²³.

Entre os restantes arquivos pessoais encontram-se o de Estácio da Veiga, adquirido à sua esposa após o falecimento daquele; o de D. Fernando de Almeida, terceiro diretor do MNA; o de Félix Alves Pereira e Luís Chaves, antigos funcionários do Museu; e os de Manuel Gustavo Marques e Jorge Pinho Monteiro. Estes arquivos encontram-se sumariamente tratados, dispondo-se apenas de uma listagem das caixas de arquivo por assunto, consultável na BMA. O AHMNA detém ainda o arquivo do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia e um arquivo fotográfico (*Arquivo Histórico*, [s.d.]), encontrando-se este último ainda por tratar de forma conveniente.

O MNA possui ainda um Arquivo Administrativo, composto pelo arquivo definitivo que reúne toda a documentação elaborada no âmbito dos processos administrativos do Museu, desde a sua fundação até 1980. Ligado ao Serviço Administrativo, este acervo encontra-se enumerado numa base de dados em Access, permitindo a busca de documentos que se encontram arquivados em dossiers por data.

3.1.2. Laboratório de Conservação e Restauro

O MNA possui, desde os anos de 1970, uma Oficina de Conservação e Restauro que tem “como objectivo essencial, a conservação e restauro dos materiais arqueológicos existentes no Museu” (Maia *et al.*, 1977, p. 27). Este processo, iniciado sob a égide do terceiro diretor do MNA, D. Fernando de Almeida, contou com o apoio do Museu Monográfico de Conímbriga (Raposo, 2003, p. 27), apoio esse que perduraria no tempo, sobretudo através da orientação técnica e científica de Adília Alarcão.

¹²³ A listagem de autores e seu número de inventário encontra-se disponível em <http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/ListagemAutoresEpistolarioJLV.pdf> [consult. 29 jul. 2018].

Inicialmente instalada no piso térreo, a Oficina de Conservação e Restauro contava, nas palavras das conservadoras Maria Elisabeth Cabral e Maria Luísa Abreu Nunes, com deficientes condições de trabalho, sobretudo devido ao exíguo espaço que limitava o quadro de pessoal e a utilização do equipamento (Cabral e Nunes, 1978; Maia *et al.*, 1977, p. 28; Nunes, 1976, p. 3). Com a reorganização do espaço levado a cabo durante a década de 1980, que levou à instalação de gabinetes e outros serviços no piso superior (Santos, 2017, p. 141), o agora Laboratório de Conservação e Restauro (LCR) instalou-se no espaço que ocupa atualmente.

Apesar de períodos algo conturbados, sobretudo nos finais dos anos de 1980 e inícios dos anos 90, e em que o LCR não dispunha de pessoal sendo o trabalho realizado por profissionais dos institutos responsáveis pelo património arqueológico à época¹²⁴ (IPPC ou posteriormente o IPPAR) ou do Museu Monográfico de Conímbriga, assistiu-se, em meados dos anos de 1990, a uma progressiva autonomização do LCR culminando na constituição de um plano integrado de conservação preventiva, sob a orientação de Ana Isabel Santos e Mathias Tissot em 1999/2000 (Santos, 2017, p. 141), no reequipamento do LCR (Museu Nacional de Arqueologia, 1999, p. 3,17, 2000, p. 3,15, 2001, p. 3, 2002, p. 3) e na implementação de uma nova orientação orgânica.

Tendo “como principal área de atuação a conservação e restauro de objetos metálicos, cerâmicos, pétreos e orgânicos provenientes de contextos arqueológicos, das coleções do museu” (*Laboratório de Conservação e Restauro*, [s.d.]), este serviço é também responsável pela regular monitorização e controlo ambiental, como exposto no plano de conservação preventiva (Santos e Tissot, 2009) e na sequência da necessidade de um maior controlo da coleção egípcia, bem como exigência por parte de instituições que cedem peças ao MNA para exposição. Este controlo foi-se alargando às diversas exposições e áreas de reservas, sendo hoje o controlo das exposições feito diariamente

¹²⁴ “Um protocolo informal entre este Museu e o Departamento de Arqueologia do IPPAR, tem permitido que técnicos de conservação e restauro daquele Departamento utilizem as instalações laboratoriais deste Museu, com vantagens óbvias para ambas as partes, pois que nós temos instalações mas não técnicos e aqueles o contrário. As excelentes relações humanas existentes têm permitido que muitas das coleções do Museu tenham sido objecto de intervenção laboratorial, mas conviria fazer o ponto da situação, no que respeita à propriedade de equipamento, utensílios e produtos, bem como das coleções exteriores ao Museu que aqui dão entrada para tratamento” (Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 18). Saliente-se ainda o facto de o MNA ceder as suas instalações, durante os anos de 1990, para as atividades letivas do Curso de Conservação e Restauro da Escola Superior de Restauro (Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 18, 1997, p. 6, 1998, p. 4, 1999, p. 11).

duas vezes, ou semanalmente em espaços com atmosfera mais estável. Recentemente foram adquiridos *dataloggers* para uma monitorização mais constante dos espaços com objetos metálicos – sala de exposição “Tesouros da Arqueologia Portuguesa” e reserva de objetos metálicos – permitindo efetuar o registo da temperatura e da humidade relativa destes espaços de hora em hora.

O LCR conta com duas técnicas superiores de Conservação e Restauro que intervêm maioritariamente em peças do acervo do MNA, mas também em objetos de outras instituições, quando protocolado ou por ocasião de exposições no museu, elaborando fichas de tratamento descrevendo as intervenções. O LCR dispõe de um arquivo destas fichas, mesmo quando elaborado por equipas que não as do MNA (do período de 1980 a 1990), verificando-se diferentes tipologias de fichas, mas com a necessidade de preenchimento dos mesmos campos. Hoje é seguido o seguinte procedimento:

1. Efetua-se o registo de entrada do objeto, ao qual se atribui o código CR (um número de ordem sequencial do ano corrente com os seguintes elementos – Ano.Número sequencial – 2016.061, por exemplo), e que corresponderá ao número da ficha de tratamento¹²⁵;
2. No registo de entrada são preenchidos, para além do código CR (Anexo 4, Figura 4-1.):
 - Data de entrada;
 - Recetor e depositante da peça;
 - Proveniência;
 - Número de inventário da peça;
 - Designação;
 - Material;

¹²⁵ Mudança em relação ao anterior procedimento que atribuía dois números ao objeto intervencionado, um número de entrada e um número de fim de processo, constituído pelo ano em que se fechava o processo (ou seja, quando a ficha de tratamento era passada para o computador) e um número sequencial. Este número de fim de processo tornava-se no número definitivo da ficha de tratamento, mas verificou-se que este sistema provocava alguma confusão.

- Intervenção pretendida;
 - Outras referências (por exemplo, número de contentor);
 - Observações;
3. Todos estes dados, e outra informação pertinente, são introduzidos na ficha de intervenção. Pode dar-se o caso de o objeto ser acompanhado de documentação considerada útil para a intervenção (Anexo 4, Figura 4-2.);
4. Efetua-se a documentação fotográfica da peça antes da intervenção;
5. Inicia-se a intervenção com um diagnóstico, para avaliar o estado de conservação, servindo de base para o trabalho a realizar¹²⁶, sempre num “diálogo interdisciplinar entre todos os especialistas envolvidos, com especial relevo para o conservador restaurador, o conservador de museu e o arqueólogo” (*Laboratório de Conservação e Restauro*, [s.d.]);
6. Intervém-se sobre o objeto, registando sistematicamente as ações efetuadas (Anexo 4, Figura 4-3.), tendo em conta os preceitos:
- Da intervenção mínima, mantendo a integridade original do objeto e justificando sempre a necessidade de adição de novos materiais;
 - Da conservação preventiva, procurando antecipar futuras situações suscetíveis de provocar efeitos nocivos;
 - Da visibilidade das intervenções, de tal modo que qualquer reconstituição seja facilmente discernível, sem, contudo, afetar a interpretação do objeto;
 - Da reversibilidade das intervenções, garantindo a possibilidade de anulação de ações e remoção dos materiais adicionados, sem prejuízo da integridade original do objeto;

¹²⁶ No caso de peças cerâmicas, por exemplo, o LCR vulgarmente efetua trabalhos de limpeza, estabilização e colagem, podendo também, se solicitado ou se justificado devido à instabilidade física do objeto, proceder à reintegração estrutural (restauro) e à reintegração cromática.

- Da compatibilidade dos materiais utilizados com a natureza físico-química e mesmo visual do objeto¹²⁷;
7. Efetua-se nova documentação fotográfica do objeto após o tratamento;
 8. Após o trabalho, a ficha de intervenção é digitalizada, sendo a informação copiada para um documento em formato *Word* (Anexo 4, Figura 4-4. e Anexo 5) que é arquivado tendo como nome do documento o código CR da peça intervencionada. É também preenchido um formulário em *Access* (Anexo 4, Figura 4-5.), que permite uma mais rápida recuperação da informação quando pesquisada;
 9. O processo conclui-se com a saída da peça, após acondicionamento em embalagem própria para armazenamento em reserva se for esse o seu destino (Anexo 4, Figura 4-6.), preenchendo-se no registo de entrada a data de saída, o recetor da peça e novamente o número de ficha de intervenção (Anexo 4, Figura 4-1.).

O LCR dispõe ainda de uma sala para acondicionamento de materiais arqueológicos¹²⁸ e é responsável pela criação do ‘verniz’ para marcação das peças¹²⁹ do MNA.

Colabora com diversas instituições, nomeadamente universitárias, acolhendo e providenciando estágios com uma forte componente prática, bem como colaborando em projetos de estudo¹³⁰ (Santos, 2017, pp. 141–142). Sendo sobretudo vocacionado para o tratamento de peças provenientes de contexto arqueológico, há situações em que o LCR estabelece parcerias com outros laboratórios, nomeadamente com o Laboratório José de Figueiredo, para intervenções mais específicas e que suscitam o apoio de outras matérias disciplinares (Santos, 2017, p. 143).

¹²⁷ Conforme <http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=3324> [consult. 17 jul. 2018].

¹²⁸ Para o acondicionamento das peças são utilizados materiais inertes, nomeadamente caixas e placas de polipropileno alveolar, sacos de polietileno com fecho (sacos Minigrip®), granulado de esferovite (poliestireno), espuma de polietileno e película acolchoada a ar (Tissot, 2003, pp. 71–72).

¹²⁹ O ‘verniz’ é elaborado com Paraloid B72 diluído a 20% em etanol.

¹³⁰ De onde se destacam o projeto AuCorre e o Lisbon Mummy Project. O LCR tem também prestado apoio e casos de estudo para o desenvolvimento de trabalhos e teses elaborados no âmbito de cursos em Conservação e Restauro.

3.1.3. Serviço de Inventário de Coleções

Contando com um vasto acervo, constituído por coleções arqueológicas e etnográficas, incorporadas de inúmeras formas e apresentando por isso problemas específicos de inventariação e catalogação das suas espécies, o Serviço de Inventário e Coleções (SIC) tem por missão e objetivos:

- Proceder ao Inventário Sistemático das suas Espécies.
- Documentar os acervos através da investigação das suas fontes primárias.
- Proceder ao correto acondicionamento das coleções em reserva.
- Cumprir o Plano de Conservação Preventiva do Museu.
- Disponibilizar informação digitalizada através do Programa *MatrizNet* (Serviço de Inventário de Coleções, [s.d.]).

A evolução do procedimento de inventário será abordada um pouco mais em pormenor em seguida, mas interessa salientar que o MNA levou a cabo, no início dos anos de 1980, um profundo programa de reorganização espacial tendo-se procedido também a um vasto programa de reordenamento, baseado no princípio geral da reunião dos espólios por sítios arqueológicos. Foram criadas também coleções específicas, como Epigrafia, Escultura, Antropologia Física e Materiais Orgânicos, Ourivesaria, entre outras, que foram organizadas e inventariadas de acordo com as necessidades particulares de cada uma, assistindo-se também à constituição das respetivas reservas, de acordo com a natureza material dos objetos e das suas necessidades de conservação e controle ambiental.

Este serviço dispõe de uma pequena equipa, constituída por dois técnicos superiores – um dos quais conservadora de museu –, dois assistentes técnicos e um assistente operacional, que tem a seu cargo não só a tarefa de inventário e organização do acervo, mas também toda a gestão das coleções, assegurando e colaborando no “planeamento e concretização das operações inerentes à concepção, planificação, organização, execução e montagem das exposições” bem como controlando “o acesso às colecções por parte de pessoal não vinculado ao MNA, assegurando nomeadamente o apoio e o acompanhamento dos investigadores externos” (Museu Nacional de

Arqueologia, 2008b, p. 22), continuando a ideia de abertura do acervo, iniciada com D. Fernando de Almeida, como já mencionado, e que faz do MNA um “centro de investigação aberto a todos os que se interessem pelo estudo das suas coleções” (*Investigadores*, [s.d.])¹³¹.

3.2. Caracterização e historial de procedimentos e instrumentos documentais

3.2.1. Inventário até à década de 1980

Os mais antigos inventários do MNA são constituídos por dois livros de entradas (Anexo 6, Figura 6-1. e Figura 6-2.) e ainda um inventário geral, composto por verbetes individuais de peça, onde apenas um número diminuto de objetos (cerca de 75 000) está contemplado¹³² (Museu Nacional de Arqueologia, 2008b, p. 11).

O primeiro registo no livro de entradas data de 1 de novembro de 1906¹³³, pelo punho de JLV¹³⁴, e verifica-se algum cuidado na anotação de diversas indicações, tais como número, data de entrada, designação e modo de aquisição, bem como outras informações, como instituições onde JLV havia visto objetos semelhantes. No entanto, nem sempre se fez a distinção entre objetos individuais e conjuntos, encontrando-se “diversas inscrições conjuntas, tanto sob o mesmo número como atribuindo-lhes diferentes números de entrada” (Gouveia, 1997, p. 449), para além de se verificar a inclusão de registos de “livros e manuscritos antigos, fotografias e moldagens, o que se coaduna com o conceito alargado de documento museológico que Leite de Vasconcelos perfilhava” (Gouveia, 1997, p. 448), bem como “a insuficiência e falta de uniformidade

¹³¹ Ideia que ganhou maior impulso com a criação do Dia do Investigador do MNA, um projeto de divulgação científica, criado em 2013 e dinamizado pelo SIC, que conta, anualmente, com a participação de investigadores recenseados naquele serviço que se encontram a desenvolver trabalhos de investigação sobre as coleções que se conservam no MNA.

¹³² Esta análise reporta-se à coleção arqueológica. No entanto, fica a nota de que JLV diferenciou as coleções arqueológica e etnográfica, sendo que esta é hoje algo nublosa por não ter sido abordada ainda de forma sistemática.

¹³³ Pelo que as coleções e objetos adquiridos anteriormente a essa data não se encontram aqui patentes. É mesmo referido, no livro de entradas, que aquisições anteriores se encontram mencionadas em *O Arqueólogo Português*.

¹³⁴ Sobre o inventário à época de JLV vide também GOUVEIA, op. cit., p. 427-460 e RAPOSO, Luís – O pensamento museológico de José Leite de Vasconcelos e o programa do Museu Etnológico Português, p. 39–60.

dos elementos de identificação nele [livro de entradas] inscritos, a existência de lacunas ou, pelo contrário de repetições, a inscrição conjunta de vários objectos e a ausência de correspondência com as colecções incorporadas” (Gouveia, 1997, p. 449). No entanto, parece haver um menor empenho no registo a partir de 1913 em diante, talvez perspetivando-se “o arranque de um programa de catalogação das colecções” (Gouveia, 1997, p. 432).

Esta catalogação teria início em 1918 com carácter de inventário retrospectivo (Gouveia, 1997, p. 453). Foi realizada em verbetes¹³⁵ que se constituiriam como um inventário geral das colecções. Nota-se, mais uma vez, cuidado nos elementos necessários para o catálogo das peças, devendo constar em cada verbete: um número sequencial, de 1 a n; uma pequena descrição; indicação de proveniência (ainda que por vezes se tenha de retroceder várias fichas para encontrar esta proveniência, sendo que no inventário de um mesmo sítio optou-se por indicar “mesma proveniência”); dimensões do objeto; indicação de bibliografia quando existente; por vezes mesmo um desenho da peça ou detalhe (como uma marca ou inscrição). O número de entrada e de inventário geral não coincidem; contudo, verificou-se o cuidado de anotar o número de entrada, em alguns dos verbetes do inventário geral, sendo este número precedido de um ‘E’.

JLV terá chegado a este modelo de ficha de catalogação após alguns exercícios, de que o MNA também dispõe (Anexo 6, Figura 6-3.) mas que por qualquer razão foram colocados de lado, sendo que, no entanto, há algumas referências a estes verbetes nos que se encontram no inventário geral; e após troca de ideias em correspondência com Félix Alves Pereira (Gouveia, 1997, p. 450). Este terá sido encarregado, juntamente com Joaquim Pereira Fontes, de assumir a catalogação do acervo, a partir de 1918 e até 1923 (Gouveia, 1997, p. 439), tendo sido produzidos até aquela data 17 154 verbetes, dos quais 300 publicados (Gouveia, 1997, p. 444) em *O Arqueólogo Português* (Pereira, 1922). Estes verbetes terão sido organizados “de acordo com o critério de sectorização das colecções adoptado pela instituição”, ou seja cronologicamente, mas “a análise da ordenação dos verbetes permite detectar igualmente preocupações de sistematização

¹³⁵ Usamos este termo para diferenciar das subsequentes fichas de inventário, uma vez que é comumente usado pelo SIC e por Henrique Coutinho Gouveia na sua análise.

[... sendo os objetos] agrupados em função de critérios geográficos e funcionais” (Gouveia, 1997, p. 456).

Existem ainda algumas tentativas de elaborar catálogos sistemáticos, como um catálogo de marcas (Anexo 6, Figura 6-4. e Figura 6-5.), mas nunca se concretizou a edição de um verdadeiro catálogo de objetos ou sequer de exposição¹³⁶. Verifica-se ainda a existência de dossiers de proveniência, hoje no AHMNA, que são como que dossiers de apoio ao estudo, e que nos mostra que JLV, ainda que recolhesse muitos objetos avulsos, tinha a noção de que o sítio era importante para uma adequada atribuição de contexto¹³⁷, e não valorizava somente o objeto em si.

Para além do inventário da peça em verbetes, o número era marcado no próprio objeto, a tinta preta, o que hoje permite uma mais correta identificação e documentação destes. Contudo, em diversas peças é notória a presença de um segundo número, a vermelho, não se percebendo a que se refere¹³⁸.

Apesar deste trabalho, alguns erros serão compreensíveis numa época em que a numeração e o registo se faziam de modo manual, e por diversas pessoas. No caso de duplicação de números nos verbetes, JLV decidiu acrescentar “bis” aos números repetidos para os diferenciar dos que haviam sido primeiramente atribuídos.

Se com JLV se nota, não obstante alguns lapsos, um certo rigor e preocupação com o correto registo e inventário das peças, apesar de Manuel Heleno seguir a numeração e as pisadas do primeiro, não o fez sistematicamente nem de forma metódica. Ainda que tenha desenvolvido e promovido várias escavações, muito do espólio que deu entrada no MNA, durante a sua vigência como diretor, não foi registado ou inventariado, ou só o foi em parte, numerando uma peça de um conjunto sem o fazer

¹³⁶ Apesar da inexistência de um catálogo, devido à incapacidade de elaborar um inventário e proceder à catalogação dos objetos, eram disponibilizadas ao visitante plantas com a disposição das vitrinas e indicação de percurso (Raposo, 2015, pp. 53–55).

¹³⁷ “Tudo isto será disposto por periodos, e cada periodo geographically, de modo que se veja, de um lado a evolução geral, e do outro as diferenças locais. Dentro de cada zona geographica os objectos accommodar-se-hão por especies, ou por estações, de maneira que os aspectos da vida primitiva se patenteiem claramente” (Vasconcelos, 1915, p. 19).

¹³⁸ Pensa-se que terão sido criados para peças que deram entrada no MNA por transferência de outras instituições, como o espólio da Escola Politécnica. Estas peças, apesar de terem esta numeração a vermelho, foram inventariadas nos verbetes de inventário geral, tendo assim dois números marcados. No entanto, no verbete só nos deparamos com uma numeração, a marcada a preto na peça. Acontece situação idêntica em peças de Etnografia.

com as restantes, por exemplo. Há também vários registos sumários, que poucas informações nos dão sobre proveniência ou até sobre os objetos a que se referem, espólio marcado mas não registado e, no que toca a dádivas, Manuel Heleno limitou-se a agradecer as peças oferecidas sem as mencionar ou as descrever.

Nos anos de 1970, tiveram lugar novas conceptualizações para o inventário e organização das reservas do Museu, como a tese de João L. Saavedra Machado (1971) cujo conceito de ficha de inventário foi posta em prática para as grandes peças, como monumentos epigráficos. No entanto, para além da aposição de uma etiqueta com uma 'cota' e o preenchimento de uma ficha de inventário algo sumária, pouca consequência teve no inventário dos bens. Foi ainda iniciado um novo livro de entradas, em 1974, que alterou a lógica seguida pelos diretores anteriores, e que vigorou até 1978 (Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 14).

Em 1979, conservadoras contratadas por D. Fernando de Almeida tentaram atribuir uma nova numeração aos sítios arqueológicos (Anexo 6, Figura 6-6.), criando uma numeração para pré-história, números de 1 a 10 000, e outra para época romana, de 10 001 para a frente. No entanto, devido a diversas vicissitudes, que levaram ao encerramento do Museu em dezembro de 1979, e à enorme quantidade do acervo arqueológico por tratar, esta tentativa de inventário não passou do papel, não tendo, mais uma vez, consequência em termos de inventário, nem mesmo em termos de marcação das peças ou atribuição de número de inventário, com exceção dos complexos romanos de Torre de Palma (número 10 001) e necrópole de Torre de Palma (10 002), onde se tentou inventariar peça a peça.

3.2.2. Alterações no inventário decorrentes da “desmontagem” na década de 1980

Após o encerramento do MNA, este reabriu em 1980, primeiro com uma Comissão Diretiva e, mais tarde, com uma nova direção que, perante espólios ameaçados em termos de conservação e segurança, inventário (mesmo que sumário) de grande parte das coleções inexistente, objetos acumulados desordenadamente em expositores, e investigação incipiente e conduzida não em termos de equipa mas

segundo perspectivas e modos de trabalho pessoais (Parreira, 1982, pp. 41–42), encetou um grande projeto de reestruturação com base no “desenvolvimento simultâneo de várias acções geradoras, posicionadas em vários níveis” (Parreira, 1984, p. 29) como “a desmontagem dos antigos expositores, o pré-inventário, a criação de reservas adequadas, a nova concepção dos espaços de exposição, a montagem de um laboratório de Paleoecologia e Estratigrafia, o desenvolvimento da articulação com o Departamento de Arqueologia do IPPC” (Parreira, 1982, p. 6).

Deu-se assim início a um longo trabalho de desmontagem de todo o piso superior, tendo-se mesmo recorrido a técnicas arqueológicas, nomeadamente a da fotografia e do desenho arqueológico, para desmontar as várias vitrinas e armários com espólio amontoado (Anexo 7)¹³⁹. Numa primeira fase, procedeu-se à desmontagem da Galeria Nascente até à chamada ‘Área de Reservados do Dr. Manuel Heleno’, onde se podiam encontrar diversas vitrines com material exposto, separado por proveniência, cronologia e tipologia. Todo este espólio foi colocado em contentores de plástico, numerados de 1 a n, sendo criadas fichas de inventário por contentor, com a descrição do material aí depositado, separação em volumes, e a informação da vitrine, inclusive com indicação de prateleira e sector de prateleira, desmontada. No entanto, esta acção não considerava as diferentes proveniências originais dos objetos, podendo encontrar-se diversos sítios arqueológicos num único contentor. Houve, contudo, o cuidado de separar desde logo o material metálico do restante, concentrando-o na antiga caixa forte, que sem condições de segurança satisfatórias se converteu numa sala com ambiente controlado¹⁴⁰ (Parreira, 1982, p. 43), bem como o material de antropologia física, reservando-se para estes uma série de contentores (números 4 000).

A experiência que se foi ganhando com este trabalho “permitiu testar e corrigir progressivamente um modelo de organização que se revelou funcionalmente mais adequado” (Parreira, 1982, p. 6), e na segunda fase de desmontagem, dedicada aos ‘Reservados de Manuel Heleno’, colmataram-se alguns erros. Ainda que se continuasse

¹³⁹ Vide também a entrevista realizada a Luís Raposo para o trabalho com o título *Exposição permanente do Museu Nacional de Arqueologia: da consciência da ausência à necessidade absoluta*, elaborado no âmbito do seminário Planificação e Programação Museológica, e constante no apêndice A desse trabalho.

¹⁴⁰ Corresponde à atual reserva de objetos metálicos ou Sala Seca.

a desmontagem dos armários com a colocação do conteúdo em contentores, optou-se por fazer o armazenamento nos mesmos por sítio arqueológico. Deste modo, foi possível fazer um pré-inventário dos sítios arqueológicos e quantificar o espólio existente no MNA. Terminado o trabalho de desmontagem¹⁴¹, procedeu-se à elaboração de fichas de sítio remissivas, por modo a reunir as peças de acordo com a sua proveniência para arrumação, e ao reordenamento em reservas, datando desta época a constituição da Reserva Geral de Arqueologia, organizada por sítios arqueológicos, bem como os restantes espaços de reserva.

Foi atribuído um número a cada sítio arqueológico (código de sítio), iniciando-se no número 1, tendo sido identificados até hoje cerca de 3 200 sítios arqueológicos representados no MNA¹⁴². Houve, igualmente, a necessidade de uniformizar o número de inventário e de entrada dos objetos, por modo a ser mais prático e a atribuir-se um só número a cada peça. Para tal foi desenvolvido um número composto por três segmentos: ano de registo de entrada/inventariação, número de proveniência do espólio¹⁴³, e número do objeto¹⁴⁴ (Museu Nacional de Arqueologia, 1996, pp. 14–15). Ou seja, a peça com o número de inventário 2002.52.2¹⁴⁵ corresponde ao segundo objeto inventariado proveniente da Sepultura BU do sítio da necrópole romana da Silveirona (código de sítio 254), o 52.º complexo que foi inventariado no ano de 2002. Este número é marcado na peça¹⁴⁶ antecedido do acrónimo do sítio arqueológico.

Sempre com um quadro de pessoal algo reduzido e com a necessidade de atender a diferentes tarefas, como a montagem de exposições, só nos anos de 1990 se iniciou o processo de revisão sistemática dos sítios arqueológicos, começando pelo

¹⁴¹ O total de contentores terá andado entre os 6 000 e os 7 000.

¹⁴² Esta listagem de sítios encontra-se disponível em http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/CODIGOS-13-09-2018-COD_MNAE.pdf [consult. 15 out. 2018]. Tentou-se fazer corresponder também a listagem do MNA ao CNS, mas devido a diversos fatores, nomeadamente os poucos registos de escavações mais antigas, não é possível identificar corretamente todos os sítios.

¹⁴³ Também complexo ou contexto, isto é, refere-se à unidade mais pequena dentro de um sítio arqueológico. Este número é atribuído sequencialmente por ano.

¹⁴⁴ Número que individualiza o objeto ou fragmento dentro do complexo, atribuído sequencialmente.

¹⁴⁵ Vide <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=1073554> [consult. 18 jul. 2018].

¹⁴⁶ A marcação faz-se aplicando uma camada de verniz, elaborado pelo LCR (vide nota 129), sobre a peça, onde se escreve o número de inventário, com tinta permanente, que é depois coberto por mais uma camada de verniz.

número 1 e seguindo a sequência numérica, com vista a elaborar processos sobre os mesmos, onde se podem encontrar fichas de complexo, fotocópias de artigos e publicações, bem como outros materiais muitas vezes produzidos em contexto de escavação, isto é, são reunidos todos os elementos necessários para uma adequada documentação do sítio e do seu espólio, possibilitando o seu estudo. A sequência numérica é, sempre que necessário, colocada de lado por forma a responder a pedidos de bens para estudo ou exposições, ou quando surge alguma informação que, correspondendo a diversos sítios, é considerado como sendo melhor tratar em conjunto¹⁴⁷, retomando-se a sequência numérica logo que tal trabalho seja concluído.

3.2.3. Informatização do inventário e digitalização de coleções

Como mencionado, nos anos de 1990 teve início o processo de revisão sistemática dos sítios arqueológicos, que continua em curso, tendo-se revisto, à data, 418 sítios de forma sequencial e muitos outros fora desta ordem, mas que voltarão a ser reexaminados quando se alcançar aqueles números. Ao mesmo tempo que se revê e se constitui o processo do sítio, todo o espólio é inventariado, tendo em conta todas as anotações que a própria peça possa ter¹⁴⁸, é avaliado o seu estado de conservação e, posteriormente, acondicionado em materiais inertes para arrumação em reserva.

A informatização veio ajudar este trabalho de inventário, mas também de gestão das coleções, reunindo diversos dados, facilitando a consulta e a edição de fichas de inventário, por forma a registar todos os eventos que se relacionem com os objetos. Com campos destinados a um tipo de informação, esta pode ser uniformizada, poupando algum tempo e diminuindo a possibilidade de erros de inserção no preenchimento de fichas referentes a objetos semelhantes ou provenientes de um mesmo sítio arqueológico, permitindo em alguns casos introduzir os dados uma vez e reutilizá-los, como bibliografia, proveniência ou coletores. É possível assim relacionar diferentes tipos de informação, sendo que o *Matriz 3.0*, programa usado pelo MNA, e

¹⁴⁷ Como aconteceu no caso de sítios arqueológicos do Algarve explorados por Estácio da Veiga. Optou-se por inventariar todo o espólio referente ao 'Museu do Algarve', tendo-se atribuído proveniências a diversas peças, o que só foi possível com o inventário sistemático deste conjunto.

¹⁴⁸ Não raras vezes marcações antigas, comparadas com documentos do AHMNA e publicações, são essenciais para a atribuição de proveniência a um objeto.

por outros museus tutelados pela DGPC, assenta numa base de dados com tabelas relacionáveis e “passíveis de fácil associação de registos” (Instituto dos Museus e da Conservação e Departamento de Património Imaterial, 2011, p. 12).

Este programa permite também a disponibilização do acervo *on-line*, alargando o seu âmbito e dando a conhecer uma maior amplitude das suas coleções. Contudo, verificam-se algumas limitações no que ao *MatrizNet* diz respeito, em termos de pesquisa¹⁴⁹, o que levou a que o SIC considerasse duplicar alguma informação, nomeadamente no respeitante à proveniência ou inscrições, após reparar que esses campos não eram pesquisáveis e, no entanto, eram informações pelas quais investigadores tentavam procurar peças da coleção do MNA.

Porém, nem todos os objetos são inventariados neste programa. Devido às características dos objetos arqueológicos, muitos deles fragmentados e, como dissemos num capítulo anterior, com pouco valor que não o de relação e contexto, optou-se por inventariar extensivamente apenas aqueles mais relevantes, sendo os restantes elencados nas fichas de complexo de cada sítio arqueológico. Para o espólio que é inventariado, no entanto, são preenchidos os campos necessários para uma correta identificação do objeto, seguindo os pressupostos enunciados nas *Normas e Inventário* aplicáveis aos objetos do acervo do MNA, nomeadamente os respeitantes às normas gerais de arqueologia (Raposo, Martins e Correia, 2000) e à cerâmica utilitária (Cruz e Correia, 2007), e que coincidem, em larga medida, com os elencados em outras normas e instrumentos de referência:

- Identificação:
 - Número de inventário;
 - Supercategoria;
 - Categoria;
 - Subcategoria, se tal se justificar;

¹⁴⁹ O *MatrizNet* “permite o acesso a informação selecionada sobre mais de 100 000 bens culturais móveis. Ao incluir 34 bases de dados de inventário, este motor de pesquisa apresenta alguns problemas que dificultam o acesso à informação (...) porque considera todas as fichas de inventário onde surgem as palavras” (Pereira, 2018, p. 315) pesquisadas mostrando milhares de objetos.

- Instituição;
- Denominação, que no caso de objetos arqueológicos se relaciona com a sua função;
- Outra denominação, se tal se justificar;
- Número de inventário anterior, se tal se justificar;
- Descrição, que se tenta que seja simples, objetiva e perceptível sem, no entanto, deixar de fazer menção a especificidades da disciplina (mencionando tipologias de ânforas, por exemplo). Tem-se o cuidado de descrever do geral para o particular, identificando a peça e só depois particularizando para descrever o elemento em mãos, comparando a sua forma com figuras geométricas, seguindo a verticalidade ou horizontalidade do objeto. Nas cerâmicas a descrição incide ainda sobre a produção da mesma, nomeadamente sobre a técnica de fabrico, composição e cozedura da pasta, tratamento de superfícies e decoração (Cruz e Correia, 2007, pp. 21–66; Raposo, Martins e Correia, 2000, pp. 35–36);
- Representação, se tal se justificar, no caso de elementos decorados com motivos mitológicos, por exemplo, descrevendo a iconografia;
- Marcas e inscrições, se tal se justificar, transcrevendo a inscrição e traduzindo o texto, como no caso de aras epigráficas latinas;
- Datação;
- Informação técnica:
 - Matéria;
 - Técnica;
- Dimensões;
- Conservação, mencionando o estado à data da descrição e referindo, quando necessário, o número da ficha de tratamento da peça nos casos em que é sujeita a intervenção;

- Origem / Historial, tendo-se verificado a necessidade de duplicar informação constante noutros campos, por não serem pesquisáveis mediante o *MatrizNet*, como se referiu;
- Recolha:
 - Coletores;
 - Contexto territorial, que deve ser o mais específico possível, sobretudo em objetos provenientes de sítios arqueológicos, com a indicação da estação arqueológica, quadrícula, camada estratigráfica e complexo, de acordo com a documentação existente sobre o trabalho de escavação;
 - Contexto temporal;
- Incorporação:
 - Data;
 - Modo;
 - Especificações, como o nome do coletor;
- Localização, documentando sempre que o objeto seja movido, por ocasião de exposições ou estudo;
- Bibliografia, com a indicação de obras em que a peça apareça efetivamente citada, com a indicação das páginas em que se encontra, ou de obras que sejam “indispensáveis ao estudo e referência da peça” ou “com referência directa ao sítio arqueológico de que a peça provém” (Raposo, Martins e Correia, 2000, p. 63);
- Exposições, sempre que um objeto tenha estado presente, indicando-se o título, local e período em que esteve patente;
- Multimédia, sendo que se procura que todas as peças inventariadas no *Matriz* disponham de imagem ilustrativa.

A 26 de julho de 2018 estavam inventariados no *Matriz* 31 906 objetos, provenientes de 1 473 sítios arqueológicos.

Para além do *Matriz*, foram sendo desenvolvidas bases de dados complementares, em *Excel* ou em *Access*. Algumas bases são cedidas pelos investigadores ou desenvolvidas pelos técnicos adstritos ao SIC para servir de complemento ao inventário, como as bases de Torre de Palma ou Torre d’Ares que, por dizerem respeito a sítios arqueológicos de grande dimensão, facilitam a pesquisa que poderia ser morosa ao ter que se consultar o vasto processo. Outras bases foram desenvolvidas para uma mais rápida pesquisa de elementos de documentação, como a base de dados de peças mencionadas em diversos artigos de OAP ou por Saavedra Machado nos seus *Subsídios para a história do Museu Etnográfico do Dr. Leite de Vasconcelos* (1964)¹⁵⁰ (SPAH), a base de dados do Livro de Entradas e a do Arquivo Administrativo, já referido. Existem ainda bases de dados de coleções específicas, de onde se destaca a base da coleção de Numismática, onde são inventariados todos os espécimes, reservando-se para inventário no *Matriz* apenas as moedas com alguma leitura. Por fim, existe ainda a base de dados de Sítios Arqueológicos, onde se vai coligindo uma listagem dos sítios de acordo com o código atribuído e informação referente à sua localização e cronologia. Existe uma versão em livro desta listagem, apenas com o código numérico e a designação do sítio.

O MNA, com a mudança do seu sistema de inventário, deixou de ter um ‘Livro de Entradas’ para ter um ‘Livro de Complexos’, onde são registados os números dos complexos que são incorporados ou identificados aquando da revisão sistemática dos sítios arqueológicos. São apenas anotadas as duas primeiras partes do número composto já referido, ou seja, são anotadas o ano de registo de entrada ou inventariação e o número de complexo.

Importa ainda mencionar a existência de coleções específicas, que foram organizadas e inventariadas de acordo com as particularidades de cada uma, assistindo-se também à constituição das respetivas reservas, de acordo com a natureza material dos objetos e das suas necessidades de conservação e controle ambiental. São estas coleções, por exemplo, de ourivesaria, epigrafia e escultura. Os objetos pertencentes a

¹⁵⁰ Depois da publicação em OAP, foi também editado em livro: Machado, João Luís Saavedra - **Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos**. Lisboa: Ministério da Educação Nacional. Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, 1964.

estas coleções, para além do número de inventário, possuem ainda um código individual de coleção, que é constituído pela sigla da coleção (AU, EPI, ESC) e um número sequencial dentro da mesma.

Depois de inventariados, os objetos são arrumados em reserva. Estas encontram-se organizadas pelo código numérico de sítio. O espólio é guardado em contentores identificados com o código de sítio, e se a cada sítio corresponde mais de um contentor, estes são numerados de 1 a n. Nos casos em que os sítios têm pouco material, podem colocar-se dois ou mais sítios num só contentor, sendo que o contentor é identificado com os códigos dos diferentes sítios que aí se encontram armazenados. É essencial que, depois de desarrumados, os caixotes e objetos voltem a ser arrumados no mesmo sítio e no contentor correto, sob pena de se perder um objeto no meio do restante acervo.

3.3. Análise de dois trabalhos de inventário

Para melhor entender os desafios colocados pelo acervo do MNA e a metodologia necessária para o seu inventário, apesar dos procedimentos levados a cabo pela equipa do SIC feitos da experiência diária, procede-se à análise de dois estudos de espólio de sítios arqueológicos do MNA, elaborados no âmbito de trabalhos académicos, que se apoiaram também em diversos elementos documentais pertencentes ao AHMNA, por modo a perceber como contribuíram para a inventariação e reconstituição do espólio desses sítios, comparando-os com a inventariação elaborada pela equipa do MNA no Matriz.

Estes trabalhos debruçaram-se sobre estações arqueológicas exploradas diretamente por técnicos do museu, por iniciativa ou mesmo com o envolvimento direto dos dois primeiros diretores, e contribuíram ainda para a organização de uma exposição que esteve patente no MNA em 2008-2009¹⁵¹.

¹⁵¹ Referimo-nos à exposição “SIT TIBI TERRA LEVIS: Rituais funerários romanos e paleocristãos em Portugal” (Fabião, Dias e Cunha, 2008), que esteve aberta ao público de 22 de abril de 2008 a 26 de fevereiro de 2009. Sobre a exposição vide <http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=3931> [consult. 4 ago. 2018].

3.3.1. O sítio arqueológico da Fraga (Marco de Canaveses)

O sítio arqueológico da Fraga (código de sítio 374), deve a sua exploração ao primeiro diretor do atual MNA, situando-se a data de exploração nos primeiros 10 anos de existência do museu, momento em que este procurava cimentar a sua posição e constituir as suas coleções, sendo que para tal “Leite de Vasconcellos reuniu as poucas coleções públicas existentes e promoveu a aquisição de algumas privadas, mas sobretudo, empreendeu um extenso programa de recolha de materiais por escavação” (Fabião, Dias e Cunha, 2008, p. 11), onde este caso se insere.

Explorado em 1902 e 1903, em duas campanhas sucessivas, sob a direção de Júlio César Garcia e José de Almeida Carvalhais, e posteriormente por Bernardo de Sá e, novamente, José de Almeida Carvalhais, este sítio revelou “30 sepulturas de características análogas, 23 em 1902 e 7 em 1903” (Fabião, Dias e Cunha, 2008, p. 13). Apesar de muito bem documentada – não só em termos de paisagem, circunstância da escavação, encontrando-se ainda disponíveis relatórios da escavação, bem como outros apontamentos e registos, inclusive fotográficos –, alguma desta informação suscitou dúvidas por esta necrópole ter sido explorada ao mesmo tempo que uma outra, a necrópole da Tapada de Eiroses, cuja localização se encontra bastante próxima e que foi também depositada, pela mesma altura, no MNA. Devido à proximidade, JLV parece ter as duas como “as necrópoles da Feira Nova” (Dias, 2006, p. 27), levantando o problema da correta “identificação e relocalização desta necrópole, bem como à percepção do conjunto de materiais em depósito no M.N.A.” (Dias, 2006, p. 29) e atribuição correta de proveniência a este espólio.

Para a reconstituição do conjunto funerário, a autora contou com material de apoio solicitado ao SIC e ao SD, nomeadamente ao AHMNA onde se verificou “existir importante conjunto documental relativo à necrópole da Fraga no Legado de José Leite de Vasconcelos” (Dias, 2006, p. 30) constituído por:

- Dois relatórios de escavação das “duas únicas campanhas referenciadas e levadas a cabo pelo pessoal do Museu” (Dias, 2006, p. 30);
- Apontamentos dispersos “certamente escritos e coligidos por J.L.V.” (Dias, 2006, p. 30);

- Quatro fotografias de sepulturas.

Porém, verificou-se algum desfasamento entre o enunciado nos relatórios e o registado nos verbetes de inventário, pelo que

a maioria dos objectos dos contextos funerários referidos nos relatórios de campanha não têm associação directa nem correspondência com as peças em depósito. Sob o ponto de vista quantitativo, percebemos que o acervo em depósito é mais reduzido do que aquele enumerado no acervo documental (Dias, 2006, p. 54).

Assim, foram contabilizadas 93 peças nos relatórios e 91 em depósito no MNA, das quais 68 em contexto funerário conhecido e 23 com proveniência desconhecida. O conjunto é constituído por 88 peças de cerâmica, 3 objetos metálicos, para além de “amostras de terra, restos osteológicos e carvões da sepultura 6 (?)” (Dias, 2006, p. 55), fragmentos de granito (esteios) e outro conjunto residual de ossos queimados sem sepultura, todos estes sem número de inventário.

A autora menciona ainda que as peças se encontravam marcadas, “enquadrando-se aproximadamente na série entre 16 400 e 16 500” (Dias, 2006, p. 55), excetuando “5 peças marcadas com numeração muito anterior (série 2 500 / 2 600)” (Dias, 2006, p. 55), cujos verbetes a autora da tese não encontrou mas que se verificou posteriormente corresponder a um levantamento sepulcral integral, com o verbete de inventário número 18 760, tal como consta do processo de sítio.

Após a apresentação deste trabalho académico, procedeu-se à revisão sistemática desta estação arqueológica pelo SIC. Este trabalho foi tido em conta, no que diz respeito à reconstituição do espólio, mas percebeu-se que algumas das peças inicialmente atribuídas eram, afinal, pertencentes a outras proveniências – caso das peças 16 585 e 16 586 que se entendeu pertencerem à sepultura 4 do sítio da Tapada das Eiroses (código de sítio 368) –, bem como o contrário, como a peça com o número 16 487 (Anexo 8, Figura 8-2. e Figura 8-3., e Anexo 9). Depreende-se então que o inventário nem sempre é um processo fechado. Estas incongruências podem ter surgido pelo facto de a autora ter privilegiado “a informação da ficha de inventário” (Dias, 2006, p. 55), quando estes verbetes foram elaborados entre 1918 e 1923, portanto quase 20 anos após as escavações e a entrada das peças na instituição.

Na constituição do processo (Anexo 8, Figura 8-1.), fez-se uso dos materiais recolhidos pela autora da tese, incluindo a transcrição que fez dos relatórios de escavação. Percebe-se que a tese foi também utilizada para a elaboração da descrição¹⁵² e designação dos objetos cerâmicos aquando do inventário em Matriz, ainda que nem sempre se verifique uma cópia exata e nem se utilizem os mesmos termos para a designação dos objetos, verificando-se que o SIC preferiu designar, por exemplo, como ‘púcaros’ ou ‘vasos’ diversos ‘potinhos’, e diversas ‘bilhas’ como ‘jarros’ ou vice-versa.

No referente às fichas de complexo, verifica-se o cuidado de separar as atribuições a complexos seguros, de atribuições a complexos que ainda suscitam alguma dúvida, de onde se destacam os objetos 16 486 (Anexo 9) e 16 512, talvez provenientes da sepultura 2, e o conjunto de peças atribuído pela autora à sepultura 6 (Anexo 8, Figura 8-4.).

Neste último caso, verificou-se que o inventário das peças em verbetes, com os números 16 488, 16 536 (Anexo 9) e 16 549 (Anexo 8, Figura 8-5.), continham na indicação de proveniência a sepultura 6 da Fraga, Marco de Canaveses (ou “mesma proveniência” quando as peças foram inventariadas sequencialmente com outras desta proveniência). No entanto, tendo-se verificado a existência de um levantamento integral, identificado com o já mencionado número 18 760 nos verbetes de inventário (Anexo 8, Figura 8-7.), que continha em si mesmo indicações que foram coligidas, no processo de desmontagem dos anos de 1980, em fichas de contentor e que nos informam de que corresponde à sepultura 6 deste sítio arqueológico, preferiu-se manter este contexto/complexo separado do restante (Anexo 8, Figura 8-6.). A estas peças, as referidas como estando marcadas com uma numeração mais baixa que a dos verbetes e para as quais não se encontrou ficha ou verbete de inventário¹⁵³ nem número de entrada, o SIC atribuiu um novo número de complexo, 2006.379 (Anexo 8, Figura 8-8. e Anexo 9).

Há, portanto, um esforço na revisão, mesmo quando o espólio já foi estudado e inventariado de forma, digamos, mais sustentada e apoiada em documentação, de

¹⁵² Quando retirada *ipsis verbis* é citada, no final da descrição, a obra e página entre parêntesis retos, remetendo para a bibliografia disponível na mesma ficha.

¹⁵³ Verifica-se a existência de verbetes com estes números, mas cuja descrição não corresponde a este espólio.

confirmação das proveniências, voltando-se ao mesmo sempre que se encontrem novos elementos, decorrentes do estudo e inventário de outros sítios arqueológicos.

3.3.2. O sítio arqueológico da Silveirona (Estremoz)

Escavado por Manuel Heleno, em 1934, o denominado sítio da Silveirona (código de sítio 254) foi estudado de forma sistemática após a “descoberta fortuita de sete cadernos de campo escritos pela mão de Manuel Heleno” (Cunha, 2008, p. 23), hoje pertencentes ao acervo do AHMNA. No entanto, este trabalho não foi fácil, pois

nunca é fácil estudar uma escavação alheia. Além do facto de as escavações não serem científicas, como hoje se pretende que seja, é necessário guardar sempre um espírito crítico face aos dados recolhidos, a fim de não desviar a atenção daquilo que realmente importa: a informação intrínseca de um sítio arqueológico e dos seus materiais. Este estudo nunca poderá ter afirmações precisas e rigorosas como as de uma escavação actual, pelo que se sente uma insatisfação permanente, que se tenta remediar ao recolher o máximo de informação possível e trazê-la ao conhecimento da comunidade científica (Cunha, 2008, p. 24).

Ao estudar-se os materiais e os apontamentos do segundo diretor do MNA aquando da escavação, percebeu-se que havia dois complexos e não apenas um:

- conjunto funerário paleocristão Silveirona II – “escavado de forma cuidada, com fotografias, acompanhando todas as sepulturas, uma planta sumária da área, divisão – aleatória? – do terreno em quatro talhões” (Cunha, 2008, p. 24);
- conjunto romano, Silveirona I – “encontrado por acaso e não previsto do início dos trabalhos, tinha um número muito maior de sepulturas pelo que, devido às limitações de tempo, foi explorado de forma muito rápida e descuidada. A estrutura das sepulturas é vagamente assinalada, pois o elemento que aparentemente interessou mais o arqueólogo parece ter sido o espólio” (Cunha, 2008, p. 24).

Além disso, como se referiu, as escavações não foram tão metódicas, sendo que

[a]s sepulturas foram escavadas simultaneamente, sem ordem ou lógica aparente. O estudo estratigráfico – já complexo quando se trata de uma necrópole, por se

tratar de vários conjuntos fechados independentes – não foi tido em conta. Era dado mais relevo aos objectos em si do que à relação dos objectos com a sepultura e o defunto” (Cunha, 2008, pp. 24–25).

Tudo isto dificultou este trabalho, mas foi possível inventariar e reconstituir a proveniência de uma grande parte do acervo, constituindo-se um processo bastante volumoso com diversos materiais úteis para o estudo (Anexo 10, Figura 10-1. e Figura 10-2.), tendo-se decifrado o sistema de Manuel Heleno¹⁵⁴, e cujos resultados deram origem a uma tese de mestrado posteriormente publicada pelo MNA, na coleção *Suplementos a «O Arqueólogo Português»* (Cunha, 2008). Contudo, só após a apresentação da tese e a sua revisão e publicação pelo MNA, foi possível identificar outras peças provenientes desta escavação nos acervos do MNA¹⁵⁵, durante a continuação do trabalho de revisão sistemática deste e de outros sítios arqueológicos, com base na identificação de formas constantes em desenhos nos cadernos de Manuel Heleno e nas suas marcações diretamente sobre as peças (Anexo 10, Figura 10-4. e Figura 10-5.).

Passando a uma análise do conjunto de peças, é focado um pequeno grupo de peças provenientes do conjunto funerário romano, designado por Silveirona I, nomeadamente ao espólio das sepulturas BU, BV e CH. Tratam-se de sete peças de cerâmica com os números de inventário: 2002.52.1; 2002.52.2; 2012.50.1; 2012.50.2; 2012.63.1; 2012.63.2; e 2012.63.3. Todas as peças estão inventariadas no Matriz, com exceção da peça com o número 2002.52.1 (Anexo 10, Figura 10-3.) que só está inventariada na ficha de sítio em papel e na publicação mencionada (Cunha, 2008, p. 147 e 197), e disponíveis no MatrizNet.

¹⁵⁴ Sobre o sistema de Manuel Heleno, veja-se ainda MACHADO, João L. Saavedra – **Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia: projecto de organização das reservas**, p. 49-50. No entanto, este elemento bibliográfico, apesar de focar o MNA, só deu entrada na BMA em 2013 após abate em outra biblioteca da rede da DGPC. O SIC possuía o 2.º volume, útil para a identificação de algumas epígrafes.

¹⁵⁵ Ou elementos documentais na continuação do tratamento do arquivo, tal como sucedeu, por exemplo, com o conjunto de fotografias aéreas de 1934, que a autora diz não ter achado (Cunha, 2008, p. 34, 2004, p. 16). Estas que foram posteriormente inventariadas no Arquivo de Manuel Heleno (ArqHist), em 2011, com a cota APMH/2/11/92, vide <http://arquivo.patrimoniocultural.gov.pt/apinet/registo.aspx?id=25537>, <http://bibliotecas.patrimoniocultural.gov.pt/infogestnet-pesquisa/infogestnet-pesquisa.aspx&grupoarquivo=3&tipo=registo&origem=arvore&arquivo=Museu+Nacional+de+Arqueologia&texto=> [consult. 6 ago. 2018].

Como mencionado, o número é constituído pelo ano em que o sítio é inventariado de forma sistemática, o número do complexo arqueológico e o número de peça dentro desse complexo. O sítio da Silveirona foi inventariado em 2002, mas algumas sepulturas e suas peças só foram identificadas no decurso de inventariação de outros sítios arqueológicos em 2012 e 2015, daí serem estes os anos patentes no número de inventário. Já a lucerna com o número 2002.52.2 (Anexo 11), foi encontrada posteriormente a 2002, mas sendo proveniente de um contexto já inventariado, juntou-se à ficha de complexo já existente e seguiu-se a numeração sequencial dentro do mesmo.

Por se tratar de peças provenientes de contextos arqueológicos, sobretudo de escavações com mais de 50 anos, é de destacar a importância do historial das peças e as circunstâncias do achado, nomeadamente no que a antigas marcações diz respeito, tendo sido esta marcação, nos casos das peças com os números 2002.52.2, 2012.63.1, 2012.63.2 e 2012.63.3 (Anexo 11), a identificá-las como pertencendo ao acervo exumado em Silveirona por Manuel Heleno, indicando o complexo/sepultura de que eram provenientes. Como já mencionado, tal, de resto, só foi possível após a descoberta dos cadernos de campo da autoria do investigador, o que destaca a importância dos registos feitos no momento em que a escavação tem lugar, uma vez que constituem a memória de um processo irreversível e destrutivo, como já se teve a oportunidade de destacar.

3.4. Conclusões do diagnóstico

Feito o retrato aos sectores relacionados com o inventário e a documentação, constata-se que no tocante ao SIC, ainda que não tenha um manual de procedimentos escrito e formalmente implantado, o inventário obedece a muito do enunciado por autores que se debruçam sobre as especificidades da documentação e inventário em museus de arqueologia, nomeadamente segue as *Normas de Inventário* para esta disciplina (Cruz e Correia, 2007; Raposo, Martins e Correia, 2000) publicadas pela tutela, bem como as recomendações processuais que têm vindo a ser divulgadas por

instituições que se debruçam sobre o tema, e se encontram sumarizadas por Andrew Roberts (2004, pp. 37–38) por exemplo.

Apesar das dificuldades apresentadas pela sua coleção – dificuldades que se tentaram colmatar ao longo dos 125 anos de existência do MNA e que culminam na (co)existência de diversos sistemas e números de inventário –, expostas nos dois trabalhos de inventário elaborados no âmbito de trabalhos académicos que foram alvo de análise, o SIC dispõe de diferentes elementos para a elaboração dos processos de sítios arqueológicos, onde é reunida a informação bibliográfica e documental sobre o mesmo, e de onde se salientam as fichas de complexo, que enumeram os objetos pertencentes aos sítios, agrupando-os por contexto. Os objetos são sumariamente descritos nestas fichas, sendo um inventário mais pormenorizado efetuado no programa *Matriz 3.0*.

Verifica-se que na ficha *Matriz* são preenchidos os campos essenciais para uma eficaz gestão das coleções – uma vez que este programa se encontra em conformidade com a norma ISO 21 127:2006¹⁵⁶, norma desenvolvida tendo por base o CIDOC CRM –, bem como para conhecer o historial de exposições, de presença em publicações e de conservação de um determinado objeto. Salienta-se ainda o facto de o SIC e o LCR trabalharem em grande proximidade, com o SIC a identificar carências de conservação, durante o trabalho de revisão sistemática dos sítios e espólios à sua guarda, e o LCR a agir sobre os bens.

Apesar do inventário em *Matriz 3.0*, nem todas as fichas elaboradas se encontram disponíveis mediante a plataforma para divulgação *MatrizNet*, sendo que, na maior parte dos casos, tal se deve ao facto de a ficha não corresponder ainda aos padrões do MNA, devido à falta de elementos como uma imagem representativa. Contudo, nas fichas de objetos que são disponibilizadas, a informação disponível resume-se às indicações que mais interesse terão para o público ou mesmo para investigadores, que podem usar estas fichas como ponto inicial de partida para a sua investigação, encontrando aí indicações bibliográficas, não só a bibliografia consultada para a caracterização dos bens, recorrendo-se à identificação de paralelos com outros

¹⁵⁶ Conforme http://www.matriz.dgpc.pt/pt_matriz30.php [consult. 25 set. 2018].

objetos já identificados, mas também a referente ao objeto em si, caso tenha sido alvo de estudo ou tenha estado patente numa exposição. Salienta-se o facto de diversos campos preenchidos no *Matriz 3.0* não aparecerem no *MatrizNet*, como o sítio arqueológico que seria pesquisável em versões anteriores e que é hoje omissa. Sendo uma informação essencial para investigadores da área, o SIC, ao dar-se conta deste problema em 2011, resolveu enunciar este dado também no ‘historial’, de certa forma duplicando a informação, mas facilitando a pesquisa aos interessados. Este cuidado mostra que, tal como o MAN, o MNA está atento ao que o seu público procura e tenta facilitar, mediante os instrumentos que tem à sua disposição para o inventário e documentação das suas coleções, toda a informação que detenha sobre os seus acervos e seja passível de ser comunicada.

Porém, ao analisar-se as diversas fichas elaboradas pelo SIC no programa *Matriz*, parece ser notória a necessidade de revisão e uniformização no preenchimento de alguns dados¹⁵⁷, como no caso dos coletores, tendo-se observado a multiplicação de registos, como por exemplo “Manuel e Maria Maia” e “Manuel Maia e Maria Maia”, quando os dois nomes deveriam até surgir separadamente, com a criação de uma ficha para cada um dos nomes. Verifica-se também, uma profusão de denominações, mesmo dentro da própria ciência arqueológica, ainda que dentro de quatro ou cinco grandes tipos, uma vez que as peças são denominadas pela sua função e alguns termos mais específicos são limitados a determinada cronologia ou área geográfica (Cruz e Correia, 2007, p.66). No exemplo da Fraga, tal é evidenciado pela opção, por parte da autora da tese e do SIC, de diferentes termos para determinados objetos, o que pode ter também consequências em termos de pesquisa, pelo que, como já foi abordado anteriormente, seria uma mais-valia que arqueólogos e profissionais de museus trabalhassem em conjunto na elaboração de um tesouro para a disciplina.

Ainda no que diz respeito ao *Matriz 3.0*, constata-se que não são usadas todas as funcionalidades que, segundo o *Manual do Utilizador* (Instituto dos Museus e da Conservação e Departamento de Património Imaterial, 2011), são disponibilizadas, caso do inventário de fundos documentais. Sendo que o MNA não dispõe de *software* de

¹⁵⁷ Veja-se também REMELGADO, Ana Patrícia Soares Lapa – **Gestão integrada de colecções museológicas: proposta aplicada aos Museus da Câmara Municipal do Porto**, p. 90.

arquivo, excluindo o que foi usado para a construção e disponibilização do espólio de Manuel Heleno, alvo de tratamento documental no âmbito de um projeto, e que o SIC, no decorrer do seu trabalho de revisão sistemática dos sítios arqueológicos, precisa de recorrer por várias vezes ao espólio documental detido pelo AHMNA, poderia conjugar-se esforços e abordar o acervo documental de forma semelhante, aproveitando o AHMNA as informações recolhidas pelo SIC, na leitura dos diversos documentos, para construir uma base de dados que fosse útil aos dois sectores bem como para os utilizadores, já que o AHMNA possui um acervo arquivístico e documental bastante rico, podendo servir de ponto de partida para os mais variados trabalhos de investigação arqueológica mas também da história de outras ciências sociais, pelo que é importante torna-lo acessível e dar-lhe destaque.

Ainda no tocante ao AHMNA, existe alguma indefinição no uso do termo Arquivo Histórico, sendo que este no MNA é sobretudo entendido como o Arquivo Administrativo (ou Arquivo Morto), e nos limites de cada um dos acervos arquivísticos. Não obstante existirem os Arquivos Pessoais de diretores e técnicos da instituição, e o arquivo administrativo, é possível que haja duplicação de documentos nos diversos fundos, ou a evolução de um documento ou processo, pelo que deveria ser ponderado o tratamento conjunto destes fundos, ou pelo menos deveria ser tentado relacioná-los de alguma forma, sob pena de se perder informação.

É notória, por tal, a dispersão de informação e alarmante a previsibilidade da sua perda a curto-médio prazo, com a passagem à reforma de parte dos funcionários do MNA que estiveram presentes e assistiram a tão grandes mudanças, como a desmontagem nos anos de 1980, e que têm por isso memória de situações e espaços hoje difíceis de visualizar. São ainda pessoas com um grande conhecimento de toda a história do Museu e com experiência de anos a lidar com coleções com especificidades de documentação e inventário muito particulares. Seria importante sistematizar uma série de dados, talvez compilar e atualizar a história do Museu, pegando nos conteúdos já publicados e acrescentando a informação dos últimos 30 a 50 anos, com a participação destes técnicos e outros, que têm passado pelo MNA e deixado o seu contributo.

4. Exercício prático

Como expresso nos capítulos anteriores, a coleção arqueológica do MNA foi constituída de modo bastante diverso, levantando alguns problemas no que toca ao seu inventário, como acontece com museus de arqueologia originários do séc. XIX que

[a]bsorveram muitas dezenas de milhares de objectos provenientes de escavações à maneira antiga, de prospecções arqueológicas de superfície, de simples sondagens em sítios diversos, de locais indeterminados, de excursões arqueológicas, de aquisições por compra, oferta, permuta ou depósito, no País ou no estrangeiro, enfim, coleccionaram de modo muito variado numerosíssimos objectos e, por isso, nem sempre recolhidos sob controle científico como nas últimas décadas, nem com registos metódicos, rigorosos e completos. Todavia, este material é útil ao Museu e dêle se têm servido numerosos especialistas, com bastante proveito, para os seus trabalhos científicos (Machado, 1971, pp. 35–36).

Para melhor perceber estes problemas e como são ultrapassados aquando do inventário sistemático dos sítios arqueológicos pelo SIC, resolvi escolher um sítio por inventariar, tendo recaído esta escolha sobre o sítio do Canidelo (Vila do Conde, Porto), com o código de estação 1793.

4.1. Inventário de sítios arqueológicos e objetos deles provenientes – síntese de procedimentos de documentação e inventariação

Como em qualquer outro trabalho científico, o processo de inventariação de um sítio arqueológico começa com a pesquisa bibliográfica e documental. À semelhança do que é o procedimento do SIC, começou-se com uma pesquisa no *Portal do Arqueólogo*, que revelou três resultados para a designação do sítio “Canidelo”, correspondentes a: um naufrágio; um sítio em Viseu; e a outro no distrito do Porto, que parecia referir-se ao sítio que se pretendeu abordar. Este, com o CNS 1667¹⁵⁸, é caracterizado como uma necrópole, em meio terrestre, de período indeterminado (Figura 1). Verificou-se a menção a um trabalho realizado, neste caso uma escavação levada a cabo por Manuel

¹⁵⁸ Vide <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=sitios.resultados&subsid=47770> [consult. 14 ago. 2018].

Domingues de Sousa Maia (Figura 2). Tratando-se, no entanto, de uma escavação anterior aos registos do antigo IPA, pouca informação se conhece relativa à mesma.

PATRIMÓNIO CULTURAL PORTAL DO ARQUEÓLOGO
Direção-Geral do Património Cultural

Home **Sítios** Trabalhos Projetos Imagens Contactos

PA > Pesquisa de sítios arqueológicos > Resultados > Seleção

Canidelo

CNS:	1667
Tipo:	Necrópole
Distrito/Concelho/Freguesia:	Porto/Vila do Conde/Malta e Canidelo
Período:	Indeterminado
Descrição:	-
Meio:	Terrestre
Acesso:	-
Espólio:	MNA
Depositários:	Museu Nacional de Arqueologia
Classificação:	-
Conservação:	-
Processos:	JN8/1(003)

Trabalhos (1)
Escavação (-)

Bibliografia (0)

Fotografias (0)

© DGPC 2018. Home Sítios Trabalhos Projetos Imagens Contactos Ficha Técnica Relatório

Figura 1. Printscreen do CNS 1667, referente ao sítio do Canidelo (Vila do Conde, Porto). Disponível em <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=47770> [consult. 20 set. 2017].

PATRIMÓNIO CULTURAL PORTAL DO ARQUEÓLOGO
Direção-Geral do Património Cultural

Home Sítios **Trabalhos** Projetos Imagens Contactos

PA > Pesquisa de trabalhos arqueológicos > Resultados > Seleção Voltar ao Sítio Selecionado

Canidelo

CNS:	1667
Tipo de Trabalho:	Escavação
Ano do Trabalho:	-
Projeto:	Trabalhos Anteriores ao IPA
Estado:	Outros
Data de Início:	-
Data de Fim:	-
Objetivos:	-
Resultados:	-
Responsável:	Manuel Domingues de Sousa Maia
Co-Responsáveis:	-
Pessoas (relação):	-

[Informação do Sítio](#)

© DGPC 2018. Home Sítios Trabalhos Projetos Imagens Contactos Ficha Técnica Relatório

Figura 2. Printscreen da informação referente à escavação do CNS 1667. Referente ao sítio do Canidelo. Disponível em <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=trabalhos.resultados&subsid=120017&vs=47770> [consult. 20 set. 2017].

Proseguiu-se o trabalho consultando as bases de dados complementares, em Access, elaboradas pelo SIC para uma mais rápida pesquisa de elementos de documentação e inventário presentes no Livro de Entradas bem como nas publicações OAP e SPAH:

- Na base de dados referente ao livro de entradas foram encontrados três registos com a palavra “Canidelo”, sendo que só um diz respeito à proveniência de um objeto, neste caso um objeto etnográfico (“esfolhador” de pau). No entanto, este registo e os outros dois, constantes do resultado, foram “oferta do Abade de Canidelo”, entre o período temporal de 1911 e 1917 (Tabela 1);

Na base de dados referente a OAP, foram encontrados quatro registos, dos quais dois correspondem a dois registos já mencionados, resultantes da pesquisa do livro de entradas, e os restantes são datados de 1905¹⁵⁹, no entanto, todos se referem à “oferta do Abade de Canidelo” (

- Tabela 2);
- Na base de dados referente à publicação SPAH não foram encontrados resultados.

Esta pesquisa forneceu-nos um período temporal para investigação e um possível correspondente de JLV, o Abade de Canidelo, de seu nome Manuel Domingues de Sousa Maia. Conjugando esta informação com a informação do Portal do Arqueólogo, verificamos a ocorrência de um mesmo nome deduzindo-se que o doador de peças ao MNA (

¹⁵⁹ Como foi referido (vide nota 133), o primeiro livro de entradas do MNA data de 1 de novembro de 1906, pelo que, sendo esta uma oferta anterior, não se encontra ali patente.

Tabela 3) terá desenvolvido uma escavação em Canidelo. Assim, passámos à pesquisa do nome no *Epistolário de José Leite de Vasconcelos* (Raposo e Coito, 1999), onde o encontramos com o número de correspondente 1938¹⁶⁰. Procedemos em seguida à leitura das 46 espécies que se encontram na pasta dedicada a este correspondente, que dispõe de uma nota sobre uma peça depositada e posteriormente oferecida por este correspondente (Figura 3 e Figura 4).

¹⁶⁰ Há a acrescentar às espécies mencionadas nesta publicação mais três, descobertas posteriormente, mencionadas em *Novas espécies do epistolário de José Leite de Vasconcelos* (Coito, 2011).

Tabela 1. Resultado da pesquisa, na base de dados Access referente ao Livro de Entradas, pela palavra "candelo" como critério. Ortografia original da base de dados foi mantida.

Nº de entrada	Proveniência	Distrito	Concelho	Descrição	Data de entrada	Livro de Entradas.Modos de aquisição	Bibliografia	Periodo cronológico	Observações	Campo0
3925	Castro de Alvarelos	Porto	Santo Tirso	Fragmento de vaso aretino com garfiteo VF R.	00-09-1911	Excursão do Directos J.L.Vasconcelos ao Norte e Centro em Setembro de 1911. Oferta do Revº Abade de Candelo.			MNA 0289	Excursão do Directos J.L.Vasconcelos ao Norte e Centro em Setembro de 1911. Oferta do Revº Abade de Candelo.
3926	Guidões	Porto	Santo Tirso	Fragmento de vaso pré-histórico ornamentado, do tipo chapéu de côco.	00-09-1911	Excursão do Directos J.L.Vasconcelos ao Norte e Centro em Setembro de 1911. Oferta do Revº Abade de Candelo.			MNA 1789	Excursão do Directos J.L.Vasconcelos ao Norte e Centro em Setembro de 1911. Oferta do Revº Abade de Candelo.
6575	Candelo	Porto	Vila do Conde	"Esfolhador" de pau	entre 1913 e 1917	Oferta do Abade de Candelo		Etnografia		Oferta do Abade de Candelo

Tabela 2. Resultado da pesquisa, na base de dados Access referente ao OAP, pela palavra "canidelo". Ortografia original da base de dados foi mantida.

Ano	Ficha	Sítio	Freguesia	Concelho	Locantiga1	Locantiga2	Tipo	Designação	Matprima	Cronolog2	Ninvent1	Ninvent2	Ninvent3	Fonte	Observação
1905	417	MONTE DA SAIA		BARCELOS			ESCONDERIJO DE FUNDIDOR	MACHADO DE TALAO DE DUPLA AZELHA	BRONZE	IDADE DO BRONZE				OAP,1 - 10,381	OFERTA DO REV.ABADE DE CANIDELO, MANOEL DOMINGUES DE SOUSA IMAIA.VD FICHA Nº416.
1905	428	CANIDELO		ENTRE-DOURO-E-MINHO	CANIDELLO			ASA DE BARRO	CERAMICA					OAP,1 - 10,382	VD. FICHA Nº416
1913	1511	CASTRO DE ALVARELHOS					CASTRO OFERTA DO ABADE DE CANIDELO EM SETEMBRO DE 1911	FRAG DE SIGILLATA COM GRAFITO	CERAMICA	EPOCA ROMANA				OAP,1 - 18,152	
1913	1512	GUIDOES		SANTO TIRSO			OFERTA DO ABADE DE CANIDELO EM SETEMBRO DE 1911	FRAG DE CERAMICA DECORADA	CERMICA	IDADE DO FERRO ?				OAP,1 - 18,152	

Tabela 3. Restantes ofertas do Abade de Canidelo, patentes na base de dados Access referente ao OAP, com exceção da ficha n.º 416, incluída devido a nota na coluna de observações. A nota terá sido introduzida para se perceber que objetos vieram para o Museu após excursão de Félix Alves Pereira, que terá recolhido as diversas ofertas. Ortografia original da base de dados foi mantida.

Ano	Ficha	Sítio	Freguesia	Concelho	Locantiga 1	Locantiga 2	Tipo	Designação	Matprima	Cronolog2	Niv ent1	Niv ent2	Niv ent3	Fonte	Observação
1905	416	CRASTO		ENTRE-DOURO-E-MINHO			OFERTA BERNARDINO RODRIGUES DE OLIVEIRA	PREGO	BRONZE					OAP,1-10,381	"NUMA EXCURSAO QUE O DR. FELIX ALVES PEREIRA, FEZ EM ENTRE-DOURO-E-MINHO, EM JANEIRO-FEVEREIRO DE 1905. OFERTA DE B.R.DE OLIVEIRA.
1905	418	CASTRO DE ALVARELHOS					CASTRO	FRAG. DE VASO DE CERAMICA MACHADO DE PEDRA POLIDA	CERAMICA PEDRA	IDADE DO FERRO EPOCA ROMANA				OAP,1-10,381;382	VD. FICHA Nº416.
1905	419	S. CRISTOVAO DO MURO		SANTO TIRSO			NECROPOLE DE INCINERACAO	VASO DE CERAMICA FRAGS. DE VASOS DE CERAMICA CHOCALHO	CERAMICA BRONZE	EPOCA ROMANA				OAP,1-10,381	VD. FICHA Nº416
1905	420	GUILHABREU		VILA DO CONDE			NECROPLE DE INCINERACAO	FRAGS. DE CERAMICA VASO RITUAL ("COM CONFETTI")	CERAMICA	EPOCA ROMANA				OAP,1-10,381	VD. FICHA Nº 416

1905	421	MILREUS	GUILHABREU	VILA DO CONDE				TIJOLO DE QUADRANTE CABO DE RECIPIENTE EM BRONZE CADINHO *	CERAMICA BRONZE	EPOCA ROMANA				OAP,1-10,381;382	VD. FICHA Nº416 * CONT. DO ESPOLIO: "BORDO DE CERAMICA ORNAMENTADO COM FOLHAS"
1905	422	CASTRO DE ALVARELHOS						CAPITEL	PEDRA	EPOCA ROMANA				OAP,1-10,381	VD.FICHA Nº416.
1905	423	MANOEL DOMINGUES DE SOUSA MAIA					OFERTA	CAPITEL	PEDRA	EPOCA ROMANA				OAP,1-10,382	VD. FICHA Nº416
1905	424	GUILHABREU		VILA DO CONDE			RECOLHA AVULSA	MACHADO DE PEDRA POLIDA	PEDRA	NEOLITICO CALCOLITICO				OAP,1-10,382	VD. FICHA Nº416
1905	425	CASTRO DE ALVARELHOS					CASTRO	MOEDAS DENARIO MOEDA DE COBRE HISPANICA	PRATA COBRE	EPOCA ROMANA				OAP,1-10,382	VD. FICHA Nº416
1905	426	ALVARELHOS						PESOS FUNDO DE PASSADOR BICO DE BILHA BORDO DECORADO	CERAMICA	EPOCA ROMANA				OAP,1-10,382	VD. FICHA Nº416
1905	427	MONTE DA SAIA		BARCELOS				PESO	CERAMICA	EPOCA ROMANA				OAP,1-10,382	VD. FICHA Nº416
1905	429	CASTRO DE ALVARELHOS						ARA	PEDRA	EPOCA ROMANA				OAP,1-10,382	POR DEPOSITO. VD. FICHA Nº416

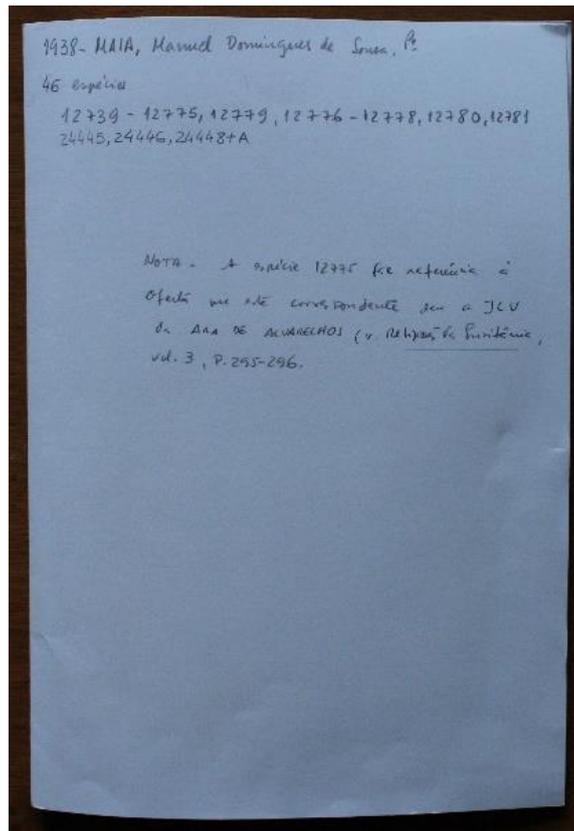


Figura 3. Pasta com epistolas remetidas a JLV por Sousa Maia.

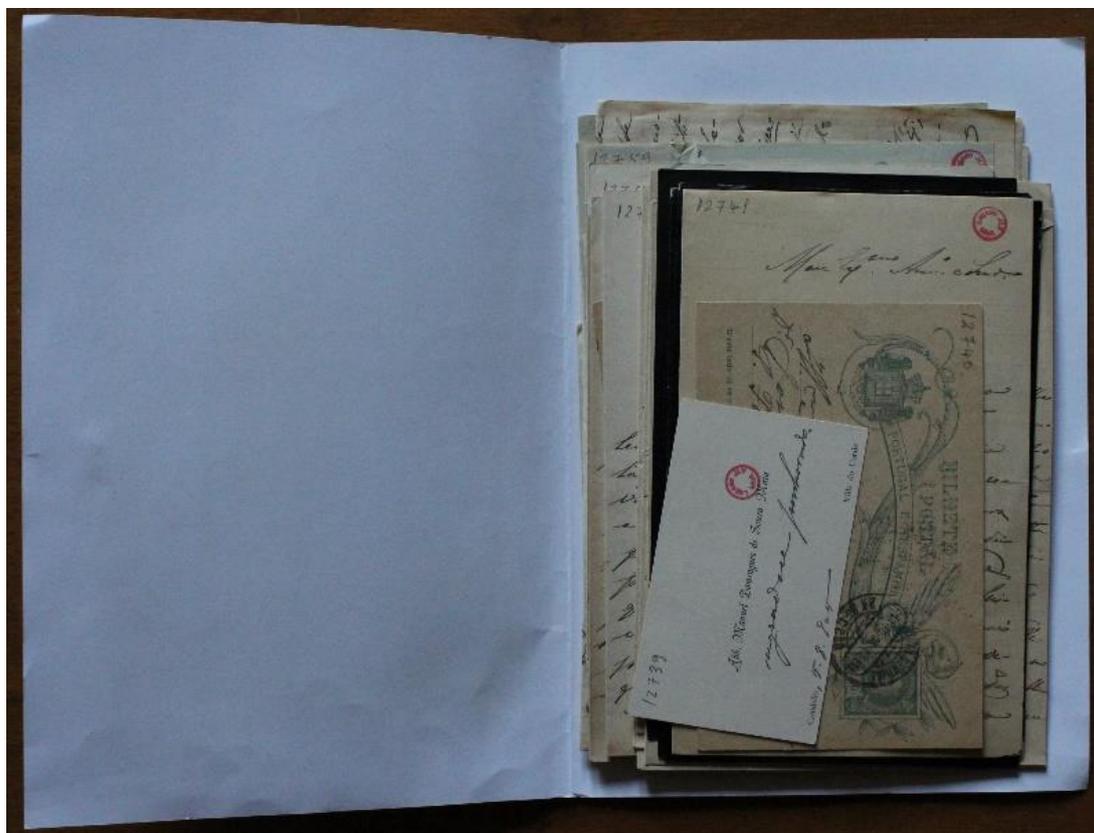


Figura 4. Epistolas remetidas a JLV por Sousa Maia.

Elaborou-se uma tabela por modo a enunciar o conteúdo das epístolas (Apêndice B), que nos dão a conhecer um pouco desta personagem, sobretudo dos seus interesses, bem como entender a importância destas redes de conhecimento confirmando “a pluralidade de atores que desenvolveram coleções particulares e cooperaram com o desenvolvimento de instituições museológicas” (Pereira, 2018, p. 9), entre os quais “[s]ão vários os exemplos de sacerdotes que se empenharam em práticas arqueológicas durante a segunda metade do século XIX e inícios do século XX” (Pereira, 2018, p. 123). De facto, segundo estas cartas percebe-se que o Abade de Canidelo terá sido pago ou recebido ajudas de custo por parte do museu, para efetuar escavações arqueológicas em mamoaas da região, tendo depois remetido o espólio recolhido para o MNA, muito provavelmente fazendo uso da gratuidade de que o então Museu Etnológico Português dispunha para transporte de objetos mediante a utilização dos caminhos de ferro¹⁶¹.

Consultou-se ainda, no Legado de JLV, as pastas referentes a “Informações e Achados por Proveniência”, onde se encontrou, na caixa 4, referente a proveniências começadas por T-V, um envelope dedicado a Vila do Conde com a nota “Dume (busto de) / Canidelo” (Figura 5). No seu interior encontrava-se:

- Nota com referências a fotografias retiradas para o arquivo fotográfico:
 - lápide com inscrição romana encontrada na freguesia de S. Martinho, Concelho de Vila do Conde,
 - busto de Dume;
- Nota com a informação de que 2 cartas/postais foram arrumadas na correspondência, ou seja no epistolário:
 - P.e Sousa Maia, Canidelo, 20-02-1908,
 - Martins Sarmiento, [s/ local], 03-12-1894;
- Um recorte de jornal “O Partidário” de 1 de março em 1903 em que Rocha Peixoto é vilipendiado em carta publicada do diretor daquele jornal, Ricardo Graça, com data de 27-02-1903, após artigo do primeiro em *O Primeiro de*

¹⁶¹ Vide nota 104. O decreto enuncia no art. 6.º que “[o]s objectos destinados ao Museu serão transportados gratuitamente nas vias ferreas do Estado”.

Janeiro. Recorte enviado de Coimbra. Também tem o que parece ser o artigo original de Rocha Peixoto, em *O Primeiro de Janeiro* de 21-02-1903. Artigo “O Saque d’um convento”, sobre o convento de Santa Clara em Vila do Conde;

- Uma ‘pasta’ intitulada “Canidelo I / Exploração prehistorica do Abade por conta do ME. Já enviou o espólio achado, a dar contas [?]”, no interior um recibo de porte da remessa, com data de 30-10-1914, e uma nota de que 4 cartas que foram arrumadas na correspondência (Figura 6):
 - P.e Sousa Maia, Canidelo, 28-06-1912 [espécime 12 754],
 - P.e Sousa Maia, Canidelo, 03-07-1912 [espécime 12 755],
 - P.e Sousa Maia, Canidelo, 07-08-1912 [espécime 12 756],
 - P.e Sousa Maia, Canidelo, 26-11-1912 [espécime 12 757];
- Uma ‘pasta’ intitulada “Canidelo II / Processo p[ara] a aquisição de uma lápide”, com desenho de lápides [2 lápides ou 2 faces?] com apontamento a vermelho [de JLV?] “Apendice à 1.^a carta” [datada de 30-01-1914?] e nota de Sousa Maia a informar de que já falou destas lápides a Félix Pereira. Ainda uma nota de que 3 cartas foram arrumadas na correspondência (Figura 7):
 - P.e Sousa Maia, Canidelo, 30-01-1914 [espécime 12 761],
 - P.e Sousa Maia, Canidelo, 13-02-1914 [espécime 12 762],
 - P.e Sousa Maia, Canidelo, 18-02-1914 [espécime 12 763];
- Uma ‘pasta’ intitulada “Dume”, com a nota de 4 cartas:
 - Monsenhor Ferreira, Vila do Conde, 28-04-1914,
 - Monsenhor Ferreira, Vila do Conde, 16-04-1914,
 - Monsenhor Ferreira, Vila do Conde, 23-04-1914,
 - José Luís da Silva, Braga, 22-04-1917.

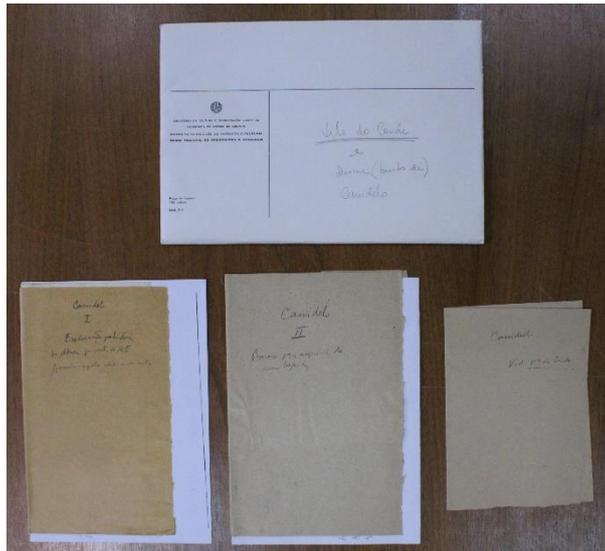


Figura 5. Envelope relativo a "Informações e Achados por Proveniência", constante da caixa 4 "T-V", referente a Vila do Conde e Dume (busto de), Canidelo.

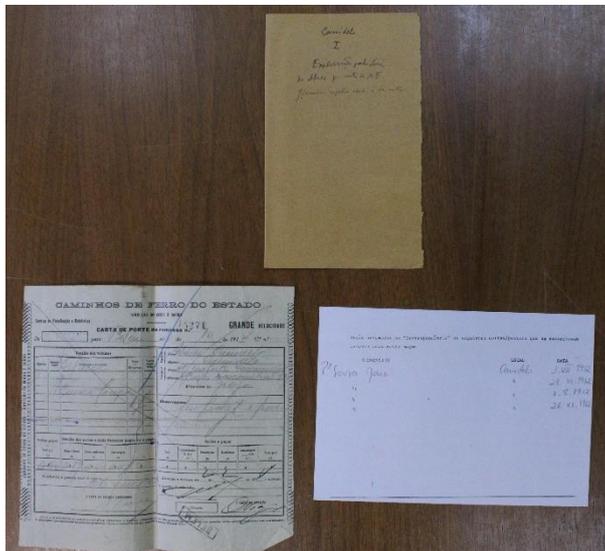


Figura 6. Pasta "Canidelo I" e conteúdo: recibo e indicação de cartas que foram arrumadas na correspondência.

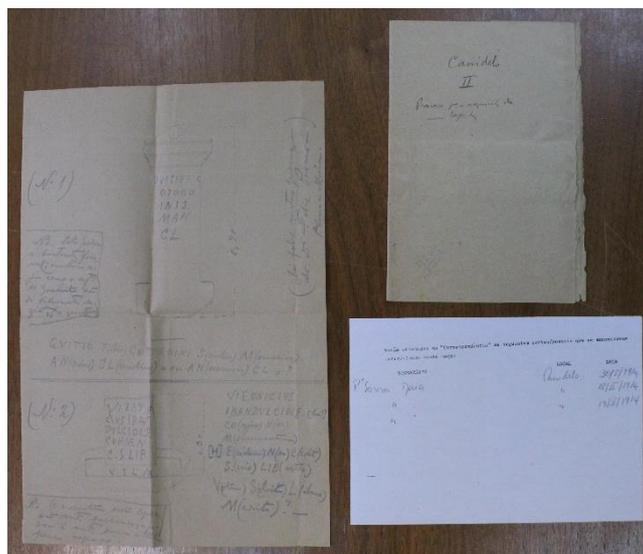


Figura 7. Pasta "Canidelo II" e conteúdo: desenho e transcrição de lápide e indicação de cartas que foram arrumadas na correspondência.

Estes apontamentos confirmam a exploração por conta do museu e o envio dos objetos resultantes destas explorações. Porém, verifica-se a inexistência do relatório que Sousa Maia terá ficado de enviar, segundo os espécimes epistolares 12 757, 12 761 e 12 764, e constata-se que poderá existir alguma confusão entre o local de Canidelo e Alvarelhos. Assim, consultámos também os apontamentos de JLV sobre esta proveniência onde só encontramos apontamentos referente a uma pátera¹⁶².

Procurou-se ainda mais alguma informação *on-line*, onde me deparei, no sítio da Câmara Municipal de Vila do Conde, com a informação de duas antelas escavadas por Sousa Maia¹⁶³ (Figura 8) mas cujo espólio foi estudado por Domingos Cruz e Mário Brito (Cruz e Brito, 1991). O artigo daqueles autores revela que as antelas foram escavadas em 1905, tendo Sousa Maia publicado um artigo em *Portugalia* (Maia, 1908), afastando a ideia de poderem ser as antas/mamoas mencionadas e exploradas por conta do museu, mas podendo ser, contudo, a necrópole referida no Portal do Arqueólogo. O artigo faz ainda menção a uma outra antela da freguesia de Bougado (Santo Tirso) e a recolhas avulsas em estações da região, entre as quais Alvarelhos e Guidões, sítios mencionados por Sousa Maia em cartas a JLV.



Figura 8. *Printscreen* do sítio da Câmara Municipal de Vila do Conde, referente ao Património Arqueológico do concelho. Indica que a Antela das Almilhas e a Antela de Farihe, ambas em Canidelo, foram escavadas pelo abade de Sousa Maia. Disponível em <https://www.cm-viladoconde.pt/pages/227> [consult. 16 nov. 2017].

¹⁶² Mais concretamente a pátera com o número de inventário AU 112, patente ao público na exposição “Tesouros da Arqueologia Portuguesa”. Mais informação sobre a peça disponível no MatrizNet em <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=118528> [consult. 27 ago. 2018].

¹⁶³ Vide <https://www.cm-viladoconde.pt/pages/227> [consult. 27 ago. 2018].

Convém salientar que a publicação em que encontrámos o artigo referido não se encontra na BMA, mas foi a partir daquele artigo e de outros constantes naquele volume, comemorativo do centenário do nascimento do Abade Sousa Maia, que se procedeu à recolha de mais informação bibliográfica, seguindo as referências indicadas e que conduziu a uma publicação, esta sim na BMA, com as transcrições de cartas de JLV remetidas a Sousa Maia (Castelo Branco, 1963). Estas demonstram-nos como se terá iniciado o contacto entre as duas personalidades, e dão-nos conta de deslocações de JLV nas quais “além da recolha de materiais para o Museu, estreitou laços de amizade com colegas, irmanados pelos mesmos ideais de estudo” (Coito *et al.*, 2008, p. 185). Para um melhor entendimento da comunicação entre ambos, procedeu-se ao mesmo trabalho de enumeração das cartas e seu conteúdo na tabela elaborada aquando da leitura das cartas do Abade Sousa Maia (Apêndice B), e, para não se perder a referência à obra que transcreve as epístolas, esta foi apontada na pasta com os espécimes recebidos por JLV e que se encontra no Legado daquele disponível no AHMNA (Figura 9), colocando em prática um procedimento enunciado em conversa com a técnica superior responsável pelo SD, no decorrer da elaboração deste trabalho.

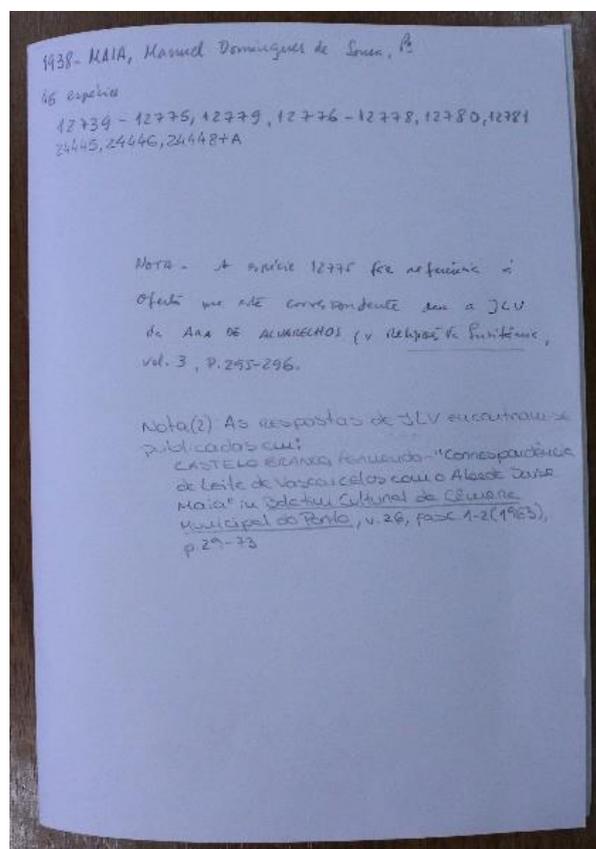


Figura 9. Pasta com as cartas remetidas por Sousa Maia, a que foi acrescentada referência bibliográfica onde se podem encontrar as cartas enviadas por JLV.

Com esta informação, todavia escassa, passou-se ao tratamento do espólio. Este encontrava-se no contentor com o código de sítio 1793, referente ao sítio de Canidelo, onde constavam quatro caixas com material. Contudo, consultando-se a ficha de proveniência resultante da desmontagem (Figura 10), verifica-se que mais espólio estaria associado a este sítio, mas que, com o progressivo inventário sistemático, se veio a verificar estar erradamente atribuído a esta proveniência. De facto, tal constatou-se também neste exercício, sendo que, das quatro caixas, só a peça com o número 16 658¹⁶⁴ e uma caixa com carvões foram atribuídos a este sítio, e só o primeiro oferece maiores certezas quanto à sua proveniência. O restante espólio, mediante a informação constante da peça (marcações anteriores) ou na caixa de armazenamento, datada da época da desmontagem, e o cruzamento de informação com a constante nos verbetes de inventário¹⁶⁵, veio a confirmar-se pertencer a outros sítios:

- Conjunto de fragmentos com o número 10 000 pertencerá à Mamoa de Alvarelhos (Alvarelhos, Trofa, Porto), com o código de sítio 2 663;
- Objeto em pedra, com número de inventário de difícil leitura, mas que parece corresponder, após cruzamento de informação, com a descrição patente no verbete individual de peça, ao número 11 979 E¹⁶⁶, pertencerá ao sítio 498, correspondente ao Castelo de São Miguel-o-Anjo (Arcos de Valdevez, Viana do Castelo).

O objeto 16 658 encontrava-se, juntamente com uma etiqueta, numa caixa de cartão com informação datada da época da desmontagem (Figura 11), sendo possível perceber em que zona do museu se encontrava, com a ajuda dos dossiers produzidos na época (Apêndice C). No entanto, o elemento que nos oferece mais certezas quanto à sua proveniência é o verbete de inventário (Figura 12) e a menção constante em OAP a

¹⁶⁴ Número marcado no objecto.

¹⁶⁵ Elementos de inventário que nos parecem possuir os dados mais seguros para a época de JLV, mas que como se viu anteriormente, com o caso da necrópole da Fraga, foram elaborados dezenas de anos após a entrada dos objetos no museu. Félix Alves Pereira recolheu o objeto com o número 16 658, numa excursão a Entre-Douro-e-Minho (*Acquisições do Museu Ethnológico Português*, 1905, pp. 381–382) e foi um dos responsáveis pela elaboração dos verbetes de inventário, mas com mais de 10 anos de diferença estes elementos devem ser abordados de forma crítica.

¹⁶⁶ Este 'E' não corresponde a número de entrada mas a uma sequência.

uma asa de barro (Acquisições do Museu Ethnológico Português, 1905, p. 382), verificando-se que a descrição corresponde ao objeto em mãos.

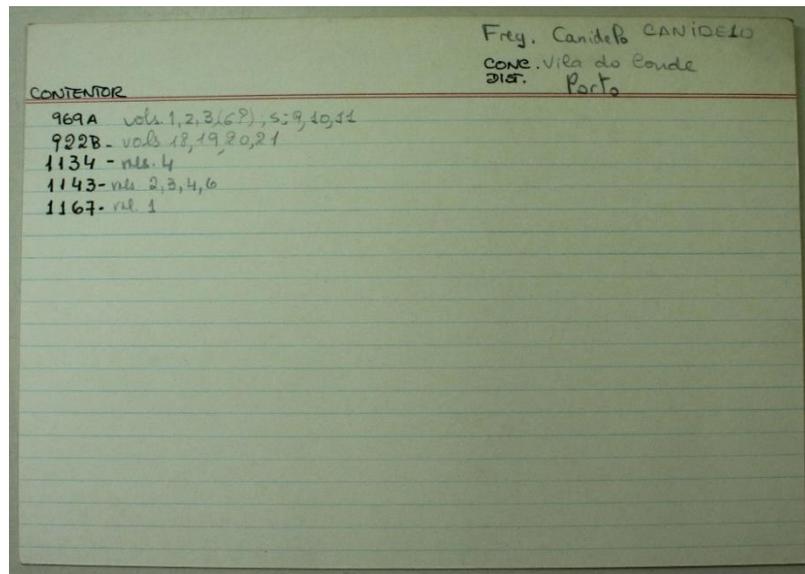


Figura 10. Ficha de proveniência resultante da desmontagem dos anos 80.

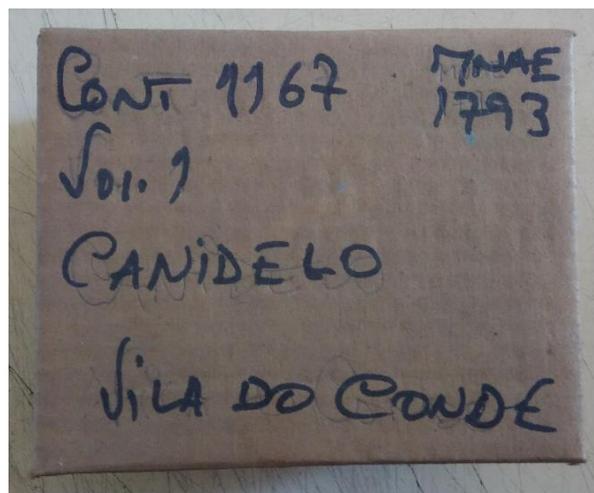


Figura 11. Caixa da época da desmontagem com a peça 16 658.

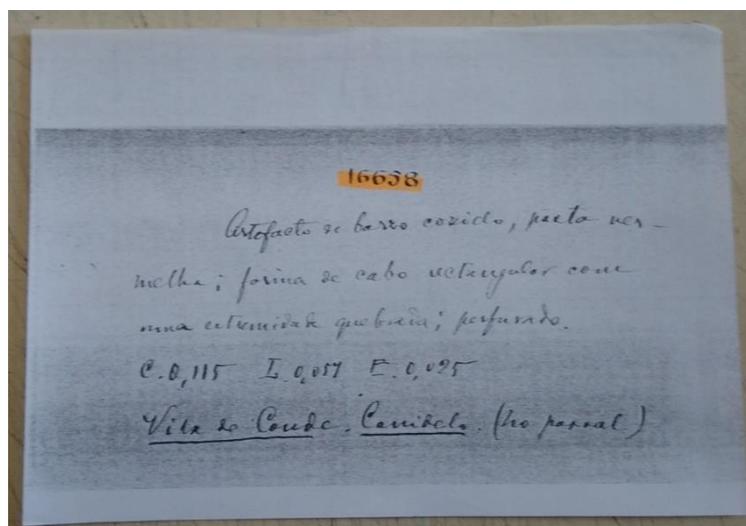


Figura 12. Verbete individual do objeto com o n.º 16 658.

Posto isto, devolveram-se os restantes objetos aos sítios a que deverão corresponder, e que esperam a sua vez para serem alvo do processo de revisão sistemática dos sítios arqueológicos, e procedemos ao inventário do objeto com o número 16 658. Por não nos ter sido dado a possibilidade de interagir com o Matriz 3.0, solicitámos o apoio do SIC¹⁶⁷ para o preenchimento da ficha de inventário, cujo resultado se encontra no Apêndice D. Foi ainda preenchida a ficha de complexo, constante no processo de sítio, com a informação relativa a este objeto e ao conjunto de carvões, que não foi alvo de inventariação no Matriz por os elementos de documentação serem escassos. Resta dizer que, dispendo a peça de marcação anterior, não se viu necessidade de atribuir-lhe um novo número.

Após o inventário, o objeto foi devidamente acondicionado em saco de polietileno com fecho, com a informação da etiqueta, e colocado numa nova caixa identificada com o nome e número do sítio arqueológico, bem como com o seu conteúdo, que foi guardada no contentor com indicação do sítio numérico para arrumação em reserva (Figura 13). Como foi referido, como a peça continha uma marcação anterior, não se viu a necessidade de a marcar novamente.



Figura 13. Contentor referente ao sítio 1793, Canidelo (Vila do Conde), com caixa contendo o objeto n.º 16 658, aguardando arrumação em reserva.

¹⁶⁷ Nomeadamente de Luísa Guerreiro, que me acompanhou ao longo deste procedimento, e de Paulo Alves, ambos assistentes técnicos adstritos ao SIC.

4.2. Reflexão e apresentação de propostas na ótica do sistema de informação do MNA

Tenho presente a especificidade que foi este exercício prático, para o presente trabalho de projeto, dentro do que é o dia-a-dia do MNA, sendo que nem sempre o quotidiano permite um tão grande aprofundamento do inventário e documentação de um sítio arqueológico e seus objetos, seja por o tempo ser ocupado por outras tarefas e o trabalho interrompido por surgirem outras prioridades – como a montagem de exposições ou a necessidade de preparar material para estudos académicos, por exemplo –, ou por não se ter acesso a elementos documentais (sejam de arquivo ou bibliográficos) por aqueles não existirem, ou não se saber que existem, na BMA ou no AHMNA. No exercício prático, por exemplo, foi possível, no decorrer da minha pesquisa, consultar uma obra que encontrei na BA, aonde me pude dirigir fora do horário de serviço do MNA, mas que não existe na BMA, e que levou à descoberta de uma publicação que transcreve as cartas de JLV recebidas por Sousa Maia, esta obra sim disponível na BMA. Este procedimento nem sempre é possível ao SIC.

Assim, não é possível compreender como não há uma maior interação e um maior trabalho conjunto entre os sectores do AHMNA e do SIC, por modo a valorizar os seus acervos, documentando e inventariando em conjunto elementos que possam vir a ser disponibilizados ao público, sobretudo investigadores, mas também por forma a fazer uso das valências de cada um. Por exemplo, uma vez que a BMA faz parte da rede de bibliotecas da DGPC, poderia fazer-se uso da mesma solicitando o empréstimo interbibliotecas, quando o serviço é disponibilizado, e assim fornecer outros elementos informativos úteis para o trabalho do SIC. Deste modo, o MNA, mediante uma “visão integradora do museu enquanto instituição, onde as atenções se centram não na materialidade do objecto mas no seu potencial informativo e na eficiente e eficaz utilização do recurso Informação” (Marques, 2012, p. 90), poderia constituir-se como um centro de documentação, partindo do conceito de ‘sistema de informação’, como expresso por Isabel Marques (Marques, 2012, pp. 90–91) e com o fim de servir os seus utilizadores, tanto internos como externos, apoiando a investigação académica.

O trabalho conjunto poderia contribuir para a elaboração das fichas de coletor, ou entidade do *Matriz 3.0* (Instituto dos Museus e da Conservação e Departamento de

Património Imaterial, 2011, pp. 217–220), que, no caso de correspondentes de JLV ou técnicos do MNA, poderiam ser preenchidas com alguns dados biográficos que se podem recolher no AHMNA. Como enunciado por Elisabete Pereira

“[a]s pessoas manipularam e colecionaram objetos e estes colecionaram igualmente as pessoas. (...) [Em museus] como o Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, existe efetivamente uma enorme constelação de pessoas que estiveram envolvidas no percurso dos objetos que os integram, desde residentes e trabalhadores rurais, a comerciantes, intelectuais, académicos, estudantes e o próprio público dos museus” (Pereira, 2018, pp. 18–19).

Parece-me que seria interessante coligir, deste modo, uma base de dados de personalidades relacionadas com as coleções do MNA e assim poder contribuir para um maior entendimento destas redes de circulação de conhecimento, formadas sobretudo no séc. XIX e inícios do séc. XX, e da formação de museus¹⁶⁸, expondo “atores que são habitualmente descurados nas histórias das coleções museológicas e no percurso dos grandes *protagonistas* da história da arqueologia” (Pereira, 2018, p. 39).

Poderia ainda ser ponderado fazer-se o inventário e a digitalização de alguns espécimes do acervo documental do MNA no *Matriz 3.0*, sobretudo de documentação relativa a escavações levadas a cabo por técnicos e diretores do museu, tais como relatórios de escavação que se encontram nas caixas “Informações e Achados por Proveniência” e já objeto de estudos e trabalhos académicos, bem como a sua disponibilização no *MatrizNet*, ainda que com digitalizações de baixa resolução, uma vez que parece ter sido solicitado, devido à capacidade do servidor, disponibilizar imagens no *Matriz* que não ocupem muito espaço. Estas fichas de inventário do acervo documental poderiam ainda ser relacionadas com as fichas de inventário dos objetos daí provenientes, mediante a ficha de conjunto.

Refiro em primeiro lugar o *Matriz* por possibilitar a posterior divulgação *on-line* e ser uma base de dados, teoricamente, relacionável, mas dispondo o MNA de técnicos

¹⁶⁸ Na senda de trabalhos como o “Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa”, desenvolvido na linha de investigação *Museum Studies* (MuSt) pelo Instituto de História da Arte, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e que pode ser conhecido em <https://institutodehistoriadaarte.wordpress.com/research/ihafunded/dicionario-quem-e-quem-na-museologia-portuguesa/> [consult. 09 set. 2018].

que construíram diversas bases de dados, em *Excel* mas também em *Access*, que são bastante úteis, mais não seja em termos de pesquisa, poderia ser uma mais-valia constituir outras ferramentas do mesmo género e, no futuro, torná-las alvo de um trabalho mais aprofundado e, eventualmente, de mais fácil conversão para uma aplicação digital mais adequada a este acervo. Como base para um trabalho diário no MNA, poderia seguir-se o exemplo da construção da base de dados em *Access* do Arquivo Administrativo do MNA (ou mesmo as bases referentes a OAP e SPAH), eventualmente com os campos: data, n.º de espécie, remetente, proveniência, tipo de documento, assunto ou conteúdo, menção a objetos, menção a sítios, menção a outras personagens, observações. Para este trabalho seria também importante disponibilizar formação na área de arquivo¹⁶⁹, e assim dispor também de uma equipa cada vez mais qualificada.

Outro *software* possível de ser utilizado para este trabalho e já detido pelo MNA é o BiblioNET, sendo que foi levado a cabo um projeto, elaborado pela BA, que tratou o acervo epistolar do casal Leisner (Sousa *et al.*, 2015)¹⁷⁰ e o disponibilizou mediante aquele *software* de gestão de bibliotecas¹⁷¹. Não sendo o procedimento mais correto, a BA disponibiliza deste modo a informação a investigadores interessados, para além de ter dado início a uma série de exposições bibliográficas focando os correspondentes daquele casal de investigadores, bem como uma listagem de biografias¹⁷².

Estas bases poderiam ser alimentadas também com os trabalhos académicos elaborados sobre acervos do MNA e para os quais o AHMNA cede documentação para estudo, documentação essa que chega a ser fotografada ou digitalizada, descrita e transcrita. De momento não há como registar este tipo de informação, informação que assim se perde, ainda que em conversa com a técnica superior responsável pelo SD tenha sido mencionado que essas indicações poderiam ser inscritas nos envelopes dos

¹⁶⁹ Aproveitando, por exemplo, o facto de a DGPC ser sócia da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, que promove formações nesta área.

¹⁷⁰ Sobre o projeto de tratamento, digitalização e disponibilização deste acervo epistolar vide também <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/recursos/arquivos-dgpc/arquivo-leisner/> [consult. 5 ago. 2018].

¹⁷¹ Disponível em <http://bibliotecas.patrimoniocultural.pt/Opac/Pages/Search/AdvancedSearch.aspx> [consult. 5 ago. 2018] sendo necessário ter em atenção a biblioteca e o fundo documental a pesquisar. Para pesquisas no acervo Leisner, é necessário escolher “Biblioteca de Arqueologia – Arquivo Leisner – Acervo Epistolar”.

¹⁷² Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/biografias/> [consult. 09 set. 2018].

apontamentos de JLV ou nas pastas contendo o epistolário, mas não se verifica que se proceda verdadeiramente a este trabalho. É certo que os autores dos trabalhos e teses que fazem uso desta documentação nem sempre cedem essas transcrições e imagens, ou não entregam cópias da sua tese concluída, mas quando tal acontece, como no caso do trabalho sobre a Fraga, poderia ser feita a menção à transcrição que se pode ler nos apêndices do mesmo.

Não será lógico esperar a catalogação imediata de todo o espólio documental, mas parece-me ser um trabalho cumulativo que ao fim de algum tempo, eventualmente alguns anos, poderá ter uma parte considerável tratada e até disponibilizada ao público. No entanto, a mais breve prazo, e não havendo uma aplicação informática que relacione os diversos acervos do MNA, poderia ter-se em conta e mencionar nas fichas *Matriz*, sempre que tal se justifique, o número de correspondente do epistolário e o espécime, por exemplo, como de resto já é feito nos casos em que o historial é retirado de publicações como OAP¹⁷³.

¹⁷³ É colocada, entre parêntesis, informação que remete para a bibliografia.

Considerações finais

Aos objectos que eu adquiero para o Museu Etnologico aponho sempre papeis com a indicação da proveniencia, mas no vai-vem que ele tem tido, e tambem na ocasião da limpeza, e por causa da acção deleteria das traças, acontece que os papeis ás vezes se perdem. Eu não posso estar sempre atento a tudo! (Vasconcelos, 1927, p. 184).

A citação acima transcrita encontra-se afixada na sala do SIC, lembrando a todos, à equipa do MNA mas também aos investigadores que ali desenvolvem estudos, as vicissitudes pelas quais o museu passou em 125 anos de história. Com uma equipa sempre pequena e um espólio imenso, incorporado de modos diversos, não foi fácil manter registo de tudo e de forma atualizada. Por tal, neste trabalho propus-me a sistematizar os procedimentos e a uniformizar a informação existente no MNA, nomeadamente no tocante às suas coleções arqueológicas, para deste modo contribuir com uma ferramenta útil a quem as trabalhe.

Comecei, deste modo, por elaborar uma perspetiva geral sobre o inventário e documentação em museus, por forma a ilustrar como se passa de listagens de tesouros e catálogos mais ou menos extensos, a normas e procedimentos que aproximam a disciplina museológica das Ciências da Informação, e como esta normalização e as inovações tecnológicas conduziram a sistemas de informação. Os museus, entidades de memória onde coexistem, por não raras vezes, bibliotecas e arquivos, devem por isso encarar os seus diferentes acervos de modo integrado para afirmarem-se como centros de documentação, numa era em que a informação tem cada vez mais procura e diferentes usos para a sociedade.

Em museus com coleções de arqueologia tal visão integradora dos acervos reveste-se ainda de maior importância. Em primeiro lugar, porque estes museus lidam com os resultados de um processo destrutivo sistematizado, a escavação arqueológica, sendo que a salvaguarda da informação de um sítio arqueológico se faz pelos registos apurados. São estes registos que possibilitam estudos posteriores, para além de darem a conhecer a relação contextual dos objetos exumados, atribuindo-lhes diferentes valores consoante a interpretação dos dados constantes naqueles registos. Em segundo,

porque o espólio é alvo estudos multidisciplinares, o que implica diversos intervenientes e, em muitos casos, um considerável aumento da informação produzida, sendo necessária uma gestão conveniente das coleções e do conhecimento por elas gerado.

Posto isto, procedi à caracterização do MNA, por forma a melhor entender como os diversos modos de incorporação, e mesmo a gestão do espaço físico do museu, influenciaram o seu inventário e documentação. Foi possível perceber como a indefinição do programa museológico inicial e as opções tomadas, algumas no âmbito legislativo, contribuíram para um desequilíbrio entre a coleção arqueológica e etnográfica, mas também para uma maior predominância nas suas coleções de sítios arqueológicos do Centro e Sul do país. O espaço físico, também em constante indefinição, propiciou, de certa maneira, a má gestão das coleções e do seu acondicionamento, sendo que, só nos anos de 1980, os objetos acumulados desordenadamente em vitrines ou agrupados de acordo com diferentes pressupostos foram tratados de forma conveniente, no âmbito de um processo de reorganização espacial apesar de não se concretizarem os processos de mudança ou de construção de um edifício de raiz para o MNA.

O diagnóstico aos sectores do MNA, nomeadamente ao SIC, permitiu conhecer mais a fundo este processo de reorganização espacial, conhecido no MNA como “desmontagem”. De facto, constatou-se que este momento foi crucial na história do SIC pois permitiu, paralelamente, elaborar um pré-inventário com o intuito de conhecer a coleção – ter uma noção da composição e volume de espólio, bem como identificar sítios arqueológicos e agrupar objetos com a mesma proveniência visando a sua arrumação conjunta em reserva – para se desenvolver posteriormente um processo de revisão sistemática dos sítios arqueológicos. Este processo teve início nos anos de 1990 e ainda se encontra em execução, sendo que a cada sítio arqueológico foi-lhe atribuído um número sequencial (código de sítio), para constituição de processos e arrumação em reserva. Decorre também desta ocasião, a uniformização do número de inventário, passando este a ser constituído por 3 segmentos: ano de entrada ou inventariação, número da proveniência do espólio, número do objeto.

Debrucei-me ainda sobre o SD, destacando o AHMNA e os acervos que tem a sua guarda, essenciais para uma adequada documentação das coleções por parte do SIC, e o LCR, que trabalha em consonância para um eficaz processo de conservação e gestão.

O meu esforço foi sobretudo na tentativa de sistematizar os procedimentos dos sectores, inclusive no que diz respeito ao uso de aplicações informáticas, e perceber como as tarefas se interligam. Recorri também a trabalhos de âmbito académico, focados em sítios diretamente explorados por técnicos do MNA, por forma a reconstruir os diferentes passos dos procedimentos, nomeadamente no que à investigação no arquivo histórico diz respeito para reconstituição de escavações ou condições de achamento, e assim melhor perceber as dificuldades colocadas pela sua coleção arqueológica. Isto permitiu um melhor entendimento das tarefas que são levadas a cabo pelo SIC aquando da revisão sistemática. Deste modo, foi possível, em seguida, levar a cabo um exercício prático.

Este trabalho, desafiante mas recompensador, veio confirmar o que o dia-a-dia já havia revelado. Tendo em conta os meios à sua disposição e perante o grande volume de documentos, quer do acervo museológico quer documental que integram o MNA, a equipa do MNA tem demonstrado ser capaz de encontrar soluções para alguns dos seus problemas, parecendo fazer-se o possível com o pouco que se tem. Constatou-se que o MNA segue muito do enunciado pelos autores que se debruçam sobre as especificidades da documentação em museus de arqueologia, bem como normas publicadas para um adequado inventário e gestão de objetos museológicos, e faz uso de software específico, nomeadamente do Matriz 3.0, para a gestão e divulgação das suas coleções. Para além disso, a equipa do MNA construiu diversas bases de dados que sistematizam alguma informação documental essencial para o trabalho de inventário e documentação, facilitando a sua procura. Contudo, estas diversas bases e plataformas não são usadas em toda a sua plenitude, carecem de uniformização, de revisão e mesmo sistematização, encontrando-se dispersas pelos diversos sectores, com pouca ou nenhuma relação entre si.

Os sectores, no entanto, parecem trabalhar sobre si próprios, com algumas exceções, e não deixa de ser curioso que se note, ainda assim, alguma indefinição sobre as suas áreas de atuação. No referente ao AHMNA, por exemplo, foi apontado a

indefinição quanto ao uso do termo ‘arquivo histórico’ e a sua área de ação. Embora se perceba o porquê de o Arquivo Administrativo estar ligado ao Serviço Administrativo, o facto de o AHMNA dispor de documentos de antigos diretores e funcionários do museu leva-me a questionar se estes arquivos, histórico e administrativo, não deveriam ser tratados em conjunto ou ser de alguma forma relacionados.

Com efeito, parece ser no sector de documentação que mais trabalho há a fazer. Apesar da riqueza do espólio – espólio esse que pode ser considerado bastante útil para investigadores, sobretudo num momento em que surgem linhas de investigação que pretendem revelar redes de conhecimento ou dar visão a personagens antes secundárias ou completamente afastadas e apagadas das histórias das instituições museológicas – verifica-se que, excetuando o arquivo de Manuel Heleno, os restantes acervos documentais se encontram sumariamente tratados ou de todo por tratar. Para além da enumeração de algumas espécies ou separação de documentos por temática, pouco mais foi feito em 30 anos, mesmo que investigadores já se tenham debruçado sobre os acervos, feito transcrições e digitalizações.

Considerando a importância e a natureza do seu arquivo, constituído não só por documentos de natureza administrativa, reflexo dos seus 125 anos de história, mas também por elementos multidisciplinares, refletindo a conceção museal do seu fundador, seria de considerar – a meu ver seria de facto uma mais-valia –, o tratamento do espólio documental, arquivístico e fotográfico, podendo o tratamento das espécies ocorrer a par da revisão sistemática dos sítios arqueológicos. Sendo possível, seria mesmo de considerar o uso de software que fizesse a relação entre dados, relacionando o acervo arquivístico com os sítios arqueológicos e os objetos provenientes destes, disponibilizando ao público, nomeadamente investigadores, toda a informação relacionada detida pelo MNA. Como tal, é também imperativo estabelecer uma maior integração e desenvolver um cada vez maior esforço conjunto entre o SIC e o SD, como já acontece com o SIC e o LCR. Os sectores deveriam fazer uso das suas maiores valências, como por exemplo, o SD, estando inserido numa rede de bibliotecas, poderia solicitar o empréstimo interbibliotecas e, deste modo, possibilitar ao SIC o acesso a obras que não se encontrem no MNA.

Este maior trabalho conjunto poderia também ajudar a ultrapassar alguns problemas que a falta de recursos humanos levanta, ainda que reconheça que exija um maior esforço de uma equipa que em si já executa as mais variadas e diversas tarefas, sendo esta mais uma, e cuja idade média se situa nos 55 anos. Urge por isso salvaguardar a informação acumulada por estes elementos que conhecem os diversos acervos de uma forma profunda, bem como a história da instituição dos últimos 30 a 50 anos.

Há também que começar a ponderar como arquivar elementos digitais, sendo que os atuais procedimentos administrativos e outras tarefas museais passam por ficheiros digitais – como sejam trocas de correios eletrónicos, ofícios em formato de documento Word e PDF, ou imagens nativamente digitais –, sob pena de se perder informação, não só referente aos acervos detidos pelo MNA, como às atividades desenvolvidas.

Espero que este contributo seja um ponto de partida para um repensar de procedimentos e metodologias de trabalho, eventualmente para a criação de uma ferramenta para quem venha a trabalhar sobre estas coleções que apresentam problemas tão específicos, mas também por forma aproveitar os recursos existentes, técnicos e humanos, com o fim de melhor servir os utilizadores dos serviços do MNA, especialmente os investigadores.

Referências bibliográficas

Fontes documentais

- ALARCÃO, Adília (1972) – **Comentário ao parecer elaborado pelo Exmo. Senhor Prof. D. Fernando de Almeida sobre o projecto de reinstalação do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia** [Datilografado]. Acessível no Arquivo Administrativo do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal.
- ALMEIDA, Fernando De (1967) – **Relatório Semestral de Actividades do Museu. Minuta** [Datilografado]. Acessível no Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal.
- CABRAL, Maria Elisabeth; NUNES, Maria Luísa Abreu (1978) – **Relatório: Oficina de Restauro** [Datilografado]. Acessível no Arquivo Administrativo do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal.
- HELENO, Manuel (1942) – **Ofício 4 954** [Datilografado]. Acessível no Arquivo Administrativo do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2008) – **Regulamento sobre política de incorporação do Museu Nacional de Arqueologia. Minuta** [Datilografado].
- NUNES, Maria Luísa Abreu (1976) – **Museu Nacional de Arqueologia: Património cultural em perigo** [Datilografado]. Acessível no Arquivo Administrativo do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal.

Legislação

- Decreto de 24 de dezembro de 1901. [Em linha] **Diário do Governo**. 296 (1901-12-24) 1360–1361. [Consult. 25 jul. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/86/133/p1393>>.
- Decreto n.º 21 117. [Em linha] **Diário do Governo**. Série I. 91 (1932-04-18) 668–669. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/524108>>.
- Decreto n.º 559. [Em linha] **Diário do Govêrno**. Série I. 95 (1914-06-11) 354–356. [Consult. 24 jul. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/665609>>.
- Decreto régio de 20 de dezembro de 1893. [Em linha] **Diário do Governo**. 289 (1893-12-20) 992–993. [Consult. 25 jul. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/78/125/p1026>>.
- Decreto-Lei n.º 46 758. [Em linha] **Diário do Governo**. Série I. 286 (1965-12-18) 1696–1705. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/524108>>.
- Decreto-Lei n.º 164/2014. [Em linha] **Diário da República**. Série I. 213 (2014-11-04) 5633–5640. [Consult. 16 abr. 2018]. Disponível em

WWW:<URL:<https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2004/08/195A00/53795394.pdf>>.

Decreto-Lei n.º 248/89. [Em linha] **Diário da República**. Série I. 181 (1989-08-08) 3168–3172. [Consult. 1 ago. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/conteudo/619293>>.

Decreto-Lei n.º 398/99. [Em linha] **Diário da República**. Série I-A. 239 (1999-10-13) 6892–6901. [Consult. 4 set. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/a/662222>>.

Lei n.º 47/2004. [Em linha] **Diário da República**. Série I-A. 195 (2004-08-19) 5379–5394. [Consult. 16 abr. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2004/08/195A00/53795394.pdf>>.

Lei n.º 107/2001. [Em linha] **Diário da República**. Série I-A. 209 (2001-09-08) 5808–5829. [Consult. 4 set. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/conteudo/629790>>.

Bibliografia

Acquisições do Museu Ethnológico Português (1905) – **O Arqueólogo Português**. 1:10, p. 379–382.

ALARCÃO, Adília (2008) – O pensamento museológico de José Leite de Vasconcelos. **O Arqueólogo Português**. 4:26, p. 79–96.

ALMEIDA, Fernando de (1972) – Despedida. **O Arqueólogo Português**. 3:6, p. 7–8.

ALONSO SÁEZ, Raúl (2012) – Tesoros de Patrimonio Cultural: conocimiento en línea al servicio del ciudadano. Em ASENSIO, MIKEL *et al.* (Eds.) – **Gestión de Colecciones: Gestión y control, documentación, investigación y conservación**. [Em linha]. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. [Consult. 20 abr. 2018]. (Series de Investigación Iberoamericana de Museología; 1). Disponível em WWW:<URL:https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/11388/56622_6.pdf>. p. 83–89.

ALQUÉZAR YÁÑEZ, Eva María (1998) – El sistema informatizado de documentación del Museo Arqueológico Nacional. **Boletín del Museo Arqueológico Nacional**. 16, p. 229–240.

ALQUÉZAR YÁÑEZ, Eva María; CARRASCO GARRIDO, Reyes (2005) – JERARTES, CONVERTES y DOMUS. Herramientas para la construcción, distribución y utilización de tesoros en los museos. **Museo: Revista de la Asociación Profesional de Museólogos de España**. 10, p. 53–62.

ALVES, Francisco J. S. (1983) – Editorial. **O Arqueólogo Português**. 4:1, p. 7–10.

ANTUNES, Luís Pequito (1999) – Sistemas de documentação e gestão da informação nos museus com colecções de arqueologia. **O Arqueólogo Português**. 4:17, p. 91–99.

- BOYLAN, Patrick J. (ed.) (2004) – **Running a museum: a practical handbook** [Em linha]. Paris: ICOM – International Council of Museums [Consult. 15 set. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://icom.museum/uploads/tx_hpoindexbdd/practical_handbook.pdf>. ISBN 978-92-9012-157-2.
- BRAGA, Ana Isabel Vieira (2012) – **Sistemas de Documentação e Inventário de uma Coleção de Cerâmica Arqueológica da Quinta do Rouxinol** [Em linha]. [Lisboa]: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10362/7748>>. Relatório de estágio de mestrado em Museologia.
- BRIGOLA, João Carlos (2010) – **Os viajantes e o ‘livro dos museus’**. Porto: Dafne Editora.
- CABALLERO ZOREDA, Luis (1983) – A Proposito del Sistema de Documentación para Museos. **Boletín de la ANABAD**. 33:3, p. 493–500.
- CAMACHO, Clara Frayão (2008) – A rede portuguesa de museus e os museus com colecções de arqueologia: parâmetros de sustentabilidade. **Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património**. 7–8, p. 107–114.
- CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; SOTTOMAYOR, José Carlos (1984) – **Regras portuguesas de catalogação**. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação.
- CARDOSO, João Luís (2007) – Vida e obras de Estácio da Veiga. **XELB 7. Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve**, p. 15–72.
- CARRETERO PÉREZ, Andrés (1997) – La documentación en los museos: una visión general. **Museo: Revista de la Asociación Profesional de Museólogos de España**. 2, p. 11–29.
- CARRETERO PÉREZ, Andrés *et al.* (1998) – **Normalización documental de museos: elementos para una aplicación informática de gestión museográfica**. Madrid: Ministerio de Educación y Cultura.
- CARRETERO PÉREZ, Andrés (2001) – El Proyecto de Normalización Documental de Museos: reflexiones y perspectivas. **Revista PH**. 34, p. 166–176.
- CARRETERO PÉREZ, Andrés (2005) – Catalogación y nuevas tecnologías. **Museo: Revista de la Asociación Profesional de Museólogos de España**. 10, p. 33–49.
- CARRETERO PÉREZ, Andrés (2005) – Domus y la gestión de las colecciones museísticas. **Marq, arqueología y museos**. 0, p. 17–30.
- CARVALHO, Alexandre de Jesus Fernandes (2015) – **Gestão de museus: o caso do Museu Nacional de Arqueologia** [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa [Consult. 5 nov. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10362/17242>>. Relatório de estágio de mestrado em Museologia.
- CARVALHO, Cláudia Lima (2016) – Mais de metade do pessoal da DGPC tem mais de 50 anos. **Público**. [Em linha] (7 jan. 2016). [Consult. 24 jul. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.publico.pt/2016/01/07/culturaipilon/noticia/mais-de-metade-do-pessoal-da-dgpc-tem-mais-de-50-anos-1719498>>.

- CARVALHO, Margarida Chorão de; MARTINS, Adolfo Silveira (2001) – O Matriz no Museu Nacional de Arqueologia. **O Arqueólogo Português**. 4:17, p. 101–109.
- CASTELO BRANCO, Fernando (1963) – Correspondência de Leite de Vasconcelos com o Abade Sousa Maia. **Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto**. 26:1–2, p. 29–73.
- CERAVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima (2007) – Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. Em **VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--012.pdf>>.
- CIDOC (1995) – **Guidelines for Museum Object Information: The CIDOC Information Categories** [Em linha]. [S.l.]: International Committee for Documentation of the International Council of Museums. Disponível em WWW:<URL:http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/cidoc/DocStandards/guidelines1995.pdf>.
- CLARO, João Martins (2009) – A Lei Quadro dos Museus Portugueses. **Museologia.pt**. 3, p. 48–55.
- COITO, Livia Cristina (2004) – Documentos para a história do MNA. **O Arqueólogo Português**. 4:22, p. 491–513.
- COITO, Livia Cristina *et al.* (2008) - **José Leite de Vasconcelos: Fotobiografia**. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- COITO, Livia Cristina (2011) – Novas espécies do epistolário de José Leite de Vasconcelos. **O Arqueólogo Português**. 5:1, p. 229–247.
- COITO, Livia Cristina; COELHO, Jane Tatoni P. (1988) – Nota acerca do Legado do Doutor Leite de Vasconcelos no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. **O Arqueólogo Português**. 4:6/7, p. 333–365.
- COLLECTIONS TRUST (2014) – **Spectrum 4.0: Padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido**. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo. ISBN 978-85-8256-038-9.
- COSTA, Paulo Ferreira da; COSTA, Marta Sanches da (2010) – **Ciência e Técnica: normas gerais**. [Lisboa]: Instituto dos Museus e da Conservação.
- CRUZ, Domingos Jesus da; BRITO, Mário (1991) – A coleção arqueológica do Abade Sousa Maia. **Vila do Conde: boletim cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde**. N.s.:7, p. 5–13.
- CRUZ, Maria das Dores; CORREIA, Virgílio Hipólito (2007) – **Cerâmica utilitária: arqueologia**. Lisboa: Instituto dos Museus e Conservação.
- CUNHA, Mélanie (2008) - **As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz). Do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia**. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. (Suplemento a «O Arqueólogo Português», 4).

- CUNHA, Mélanie Wolfram Espanha da (2004) – **Silveirona: do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia - Sete décadas depois**. [Lisboa]: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de mestrado.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (eds.) (2013) – **Conceitos-chave de Museologia** [Em linha]. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura. [Consult. 22 set. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://icom-portugal.org/multimedia/Conceitos-Chave%20de%20Museologia.pdf>>.
- DIAS, Mafalda Da Silva Carvalho (2006) – **A necrópole romana da Fraga (Alpendurada, Marco de Canaveses)**. [Lisboa]: Departamento de História. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia.
- DIVISÃO DE INVENTÁRIO DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA (2002) – Endovélico - Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. **Revista Portuguesa de Arqueologia**. 5:1, p. 277–283.
- DURÁN NARANJO, Víctor Manuel; MARTÍNEZ SÁNCHEZ, José María (1998) – El sistema de información CAIMAN en el Museo Arqueológico Nacional. **Boletín del Museo Arqueológico Nacional**. 16, p. 223–228.
- ELLIS, Linda (2004) – Museum studies. Em BINTLIFF, JOHN (ed.) – **A Companion to Archaeology**. Malden: Blackwell Publishing.
- FABIÃO, Carlos (2011) – **Uma História da Arqueologia portuguesa: das origens à descoberta da arte do Côa**. [Lisboa]: CTT Correios de Portugal.
- FABIÃO, Carlos (2015) – José Leite de Vasconcelos archeólogo. Em **José Leite de Vasconcelos (1858-1941): peregrino do saber**. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, Imprensa Nacional-Casa da Moeda. p. 61–89.
- FABIÃO, Carlos; DIAS, Mafalda S.; CUNHA, Mélanie (2008) – **Sit Tibi Terra Levis: rituais funerários romanos e paleocristãos em Portugal**. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- FILIPPE, Graça (2014) – Sistema de informação e documentação como eixo da planificação e da programação museais e cerne do conhecimento e da mediação de património e coleções. Em **III Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:https://www.academia.edu/10814382/Sistema_de_informação_e_documentação_como_eixo_da_planificação_e_da_programação_museais_e_cerne_do_conhecimento_e_da_mediação_de_património_e_coleções>.
- FOLIA, Marc; GIRALT, Olga (2012) – La normalización de contenidos en la documentación de las colecciones de los objetos patrimoniales municipales. **BiD: Textos universitaris de biblioteconomia i documentació**. 29. [Em linha] Disponível em WWW:<URL: <http://bid.ub.edu/29/folia2.htm>>.
- FONTES BLANCO, Fernando Luis (2014) – Proyectos y procedimientos de gestión documental en relación con la remodelación integral del Museo Arqueológico Nacional y la publicación web de su catálogo. **Boletín del Museo Arqueológico Nacional**. 32, p. 264–280.

- GALVÃO, Rosa Maria Tavares; BNP, SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTOS NORMATIVOS (eds.) (2010) – **Normas Portuguesas de Documentação e Informação CT7**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. Instituto Português da Qualidade.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho (1997) – **Museologia e etnologia em Portugal: instituições e personalidades**. [S.l.]: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.
- GUIMARÃES, Carlos (1998) – **Arquitectura e museus em Portugal: entre reinterpretção e obra nova**. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- GUTIÉRREZ USILLOS, Andrés (2010) – **Museologia y documentacion: criterios para la definicion de un proyecto de documentacion en museos**. Gijón: Ediciones Trea S.L.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca (1995) – El documentalista de museos: una nueva profesión. **Revista General de Información y Documentación**. 5:1, p. 83–96.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca (2000) – Problemas de la Museología como Ciencia de la Documentación. Em **Teoría, historia y metodología de las Ciencias de la Documentación (1975-2000): I Congreso Universitario de Ciencias de la Documentación - Madrid, 14-17 de noviembre de 2000** [Em linha]. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias de la Información, Departamento de Biblioteconomía y Documentación. Disponível em WWW:<URL:<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1408517>>.
- HODDER, Ian (2002) – Archaeological theory. Em CUNLIFFE, BARRY; DAVIES, WENDY; RENFREW, COLIN (Eds.) - **Archaeology: the widening debate**. Oxford: Oxford University Press. p. 77–90.
- HODDER, Ian; HUTSON, Scott (2003) – **Reading the past: current approaches to interpretation in Archaeology**. 3rd ed. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN 0-521-52884-4.
- ICOM - International Council of Museums (2017) – Statutes. [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Statuts/2017_ICOM_Statutes_EN_02.pdf>.
- IFLA - INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (2012) – **Descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD)**. Ed. consolidada. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. (Publicações técnicas)
- Inquérito aos museus em Portugal** (2000). Lisboa: Instituto Português de Museus; Ministério da Cultura.
- INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO; DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO IMATERIAL (2011) – **Manual do Utilizador Matriz 3.0**. [Lisboa]: [Instituto dos Museus e da Conservação].
- JORGE, Natália *et al.* (2017) – **Os vocabulários controlados na organização e gestão de informação sobre património cultural: orientações práticas** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:https://www.bad.pt/noticia/wp-content/uploads/2017/04/Guia_VocabulariosControlados_final-1.pdf>.

- LACAMBRE, Geneviève (2014) – À propos des inventaires des musées. Em MERLEAU-PONTY, CLAIRE (ed.) – **Documenter les collections des musées. Investigation, inventaire, numérisation et diffusion**. Paris: La documentation française. p. 15–30.
- LADKIN, Nicola (2004) – Collections Management. Em BOYLAN, PATRICK J. (ed.) – **Running a Museum: a practical handbook** [Em linha]. Paris: ICOM - International Council of Museums. [Consult. 15 set. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://icom.museum/uploads/tx_hpoindexbdd/practical_handbook.pdf>. ISBN 92-9012-157-2. p. 17–30.
- LANGLEY, Maia *et al.* (2007) – A ocupação da Idade do Ferro de Torre de Palma: «escavando nos fundos» do Museu Nacional de Arqueologia. **O Arqueólogo Português**. 4:25, p. 229–290.
- LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; LOUREIRO, José Mauro Matheus; SILVA, Sabrina Damasceno (2009) – Apontamentos sobre objetos técnicos como documentos. Em **X ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3132/2258>>.
- MACHADO, João L. Saavedra (1964) – Subsídios para a história do Museu Etnográfico do Dr. Leite de Vasconcelos. **O Arqueólogo Português**. 2:5, p. 51–448.
- MACHADO, João L. Saavedra (1971) – **Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia: projecto de organização das reservas**. Lisboa: [s.n.].
- MAIA, Abade Sousa (1908) – A necropole de Canidello (Terra da Maia). **Portugalia: materiaes para o estudo do povo portuguez**. 2, p. 619–625.
- MAIA, Maria Garcia Pereira *et al.* (1977) – Actividades do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. **O Arqueólogo Português**. 3:7–9, p. 6–29.
- MARÍN TORRES, Maria Teresa (2002) – **Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística**. Gijón: Ediciones Trea S.L.
- MARQUES, Isabel Costa (2012) – **O Museu como Sistema de Informação** [Em linha]. [Porto]: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Consult. 13 jun. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10216/55282>>. Tese de mestrado.
- MATOS, Alexandre (2011) – A importância da documentação e gestão das colecções na qualidade e certificação dos museus. **Ensaio e práticas em museologia**. 1, p. 5–22.
- MATOS, Alexandre (2007a) – Da escavação ao museu: caminhos da informação. **Praxis Archaeologica**. 2, p. 39–48.
- MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro (2007b) – **Os sistemas de informação na gestão de colecções museológicas: contribuições para a certificação de museus** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10216/13038>>.

- MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro (2012) – **SPECTRUM: uma norma de gestão de coleções para os museus portugueses** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10216/73801>>.
- MERLEAU-PONTY, Claire (ed.) (2014) – **Documenter les collections des musées: investigation, inventaire, numérisation et diffusion**. Paris: La documentation française.
- MOITA, Irisalva (1958) – O Plano do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. **Revista Municipal**. 78.
- MOITA, Irisalva (1993) – Museu Etnológico Português ou Museu Nacional de Arqueologia: um problema de identidade. **O Arqueólogo Português**. 4:11/12, p. 143–151.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (1996) – **Situação actual e perspectivas futuras do Museu Nacional de Arqueologia, à data da tomada de posse do novo director (Outubro de 1996)** [Em linha] [Consult. 24 jul. 2018]. Disponível em WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividades_1996.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (1997) – **Relatório de Actividades – 1997** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_1997.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (1998) – **Relatório de Actividades – 1998** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_1998.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (1999) – **Relatório de Actividades – 1999** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_1999.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2000) – **Relatório de Actividades – 2000** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2000.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2001) – **Relatório de Actividades – 2001** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2001.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2002) – **Relatório de Actividades – 2002** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2002.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2003) – **Relatório de Actividades – 2003** [Em linha] Disponível em

- WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2003.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2004) – **Relatório de Atividades – 2004** [Em linha] Disponível em
WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2004.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2005) – **Relatório de Atividades – 2005** [Em linha] Disponível em
WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2005.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2006) – **Relatório de Atividades – 2006** [Em linha] Disponível em
WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2006.pdf;
http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2006_Anexo_1.pdf;
http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2006_Anexo_2.pdf;
http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2006_Anexo_3_4.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2007) – **Relatório de Atividades – 2007** [Em linha] Disponível em
WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividades_2007.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2008a) – **Relatório de Atividades – 2008** [Em linha] Disponível em
WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividades_2008.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2008b) – **Regulamento do Museu Nacional de Arqueologia** [Em linha] (08-11-14) [Consult. 15 jun. 2018]. Disponível em
WWW:<URL:<http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Regulamento-Interno-MNA.pdf>>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2009) – **Relatório de Atividades – 2009** [Em linha] Disponível em
WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividades_2009.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2010) – **Relatório de Atividades – 2010** [Em linha] Disponível em
WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2010.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2011) – **Relatório sucinto de atividades de 2011** [Em linha] Disponível em
WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2011.pdf>.

- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2012) – **Relatório de Atividades – 2012** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2012.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2013) – **Relatório de Atividades – 2013** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2013.pdf; http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2013_Nota.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2014) – **Relatório de Atividades – 2014** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2014.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2015) – **Relatório de Atividades – 2015** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2015-1-98.pdf; http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2015-99-139.pdf; http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2015-140-191.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2016a) – **Relatório de Atividades – 2016** [Em linha] [Consult. 31 mai. 2018]. Disponível em WWW:<URL:http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2016_PARTE01TEXTO.pdf; http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2016_PARTE02ANEXOS.pdf; http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/Rel_Actividade_2016_PARTE03ANEXOS.pdf>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2016b) – **Regulamento da Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia**. [Em linha] [Consult. 25 jul. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/REGULAMENTO-BIBLIOTECA-MNA.pdf>>.
- MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (2016c) – **Regulamento do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia**. [Em linha] [Consult. 25 jul. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/wp-content/uploads/REGULAMENTO-ARQUIVO-HISTORICO-MNA.pdf>>.
- NATÁRIO, Anabela; MARTINS, Christiana (2017a) – O mistério das coleiras desaparecidas. **Expresso**. (4 mar. 2017). p. 20–21.
- NATÁRIO, Anabela; MARTINS, Christiana (2017b) – Coleiras de escravos foram encontradas. **Expresso**. (27 mar. 2017). p. 19. [Em linha] [Consult. 16 abr. 2018]. Disponível em WWW:<<https://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-03-27-Coleiras-de-escravos-foram-encontradas#gs.XNLxct0>>.

- NATÁRIO, Anabela; MARTINS, Christiana (2017c) – **Os aros que ainda queimam estão expostos no Museu de Arqueologia** [Em linha], atual. 22 abr. 2017. [Consult. 16 abr. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<https://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-04-22-Os-aros-que-ainda-queimam-estao-expostos-no-Museu-de-Arqueologia#gs.tskdzAA>>.
- PAIXÃO, Judite Cavaleiro (1980) – **Proposta de organização de um serviço de documentação e informação arqueológica**. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. Secretaria de Estado da Cultura. Presidência do Conselho de Ministros.
- PARREIRA, Rui (1982) – **A colecção de artefactos metálicos do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia**. Trabalho prático apresentado na cadeira de Conservação das Colecções, no âmbito do curso de Conservadores de Museus.
- PARREIRA, Rui (1984) – **Esboço de programa para a exposição permanente do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia no edifício do Mosteiro dos Jerónimos**. Trabalho final elaborado no âmbito do curso de Conservadores de Museus.
- PEREIRA, Elisabete J. Santos (2018) – **Coleccionismo arqueológico e redes de conhecimento. Atores, colecções e objetos (1850-1930)**. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- PEREIRA, Félix Alves (1922) – Catálogo do Museu Etnológico Português: considerações preliminares. **O Arqueólogo Português**. 1:25, p. 251–287.
- PEREIRA, Maria Luísa da Veiga (2007) – Estácio da Veiga: o projecto do Museu Arqueológico do Algarve. **XELB 7. Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve**, p. 195–210.
- PORTA, Eduard; MONTSERRAT, Rosa; MORRAL, Eulàlia (1982) – **Sistema de documentación para museos**. Barcelona: Departament de Cultura de la Generalitat de Catalunya.
- Programa para a instalação do Museu Etnológico do D.or Leite de Vasconcellos na Cidade Universitária de que foi relator o Prof. Doutor Manuel Heleno (1965) – **Ethnos**. 4, p. 62–74.
- RAPOSO, Jorge (2011) – Ecomuseu Municipal do Seixal: sistema integrado de informação sobre colecções arqueológicas em contexto museal. Em **Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias**. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- RAPOSO, Luís (2002) – A acção do Museu Nacional de Arqueologia no estabelecimento de parcerias e sistemas cooperativos em rede. Em **Fórum Internacional Redes de Museus**. Lisboa: Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus, p. 91–108.
- RAPOSO, Luís (2003) – A acção de D. Fernando de Almeida na direcção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. **O Arqueólogo Português**. 4:21, p. 13–64.
- RAPOSO, Luís (2009) – Um projecto para instalar o Museu Nacional de Arqueologia em Telheiras... e as vicissitudes que o acompanharam. **Telheiras – Cadernos Culturais**. 2:2, p. 24–33.

- RAPOSO, Luís (2012) – **Museu Nacional de Arqueologia: percursos e desafios de uma casa centenária nas construções oitocentistas dos Jerónimos**. Lisboa: Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia.
- RAPOSO, Luís (2015) – O pensamento museológico de José Leite de Vasconcelos e o programa do Museu Etnológico Português. Em **José Leite de Vasconcelos (1858-1941): peregrino do saber**. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, Imprensa Nacional-Casa da Moeda. p. 39–60.
- RAPOSO, Luís; COITO, Lúvia Cristina (1999) – **Epistolário de José Leite de Vasconcelos**. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- RAPOSO, Luís; MARTINS, Adolfo da Silveira; CORREIA, Virgílio Hipólito (2000) – **Arqueologia: normas gerais**. [Lisboa]: Instituto Português de Museus.
- REMELGADO, Ana Patrícia Soares Lapa (2008) – **Gestão integrada de colecções museológicas: proposta aplicada aos Museus da Câmara Municipal do Porto** [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto [Consult. 17 jul. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/9142?locale=pt>>. Dissertação de Mestrado em Museologia.
- ROBERTS, Andrew (2004) – Inventories and Documentation. Em BOYLAN, PATRICK J. (ed.) – **Running a Museum: a practical handbook** [Em linha]. Paris: ICOM - International Council of Museums [Consult. 15 set. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://icom.museum/uploads/tx_hpoindexbdd/practical_handbook.pdf>. ISBN 92-9012-157-2. p. 31–50.
- ROS GARCÍA, Juan (2000) – El concepto de Documentación en la doctrina española. Em **Teoría, historia y metodología de las Ciencias de la Documentación (1975-2000): I Congreso Universitario de Ciencias de la Documentación - Madrid, 14-17 de noviembre de 2000** [Em linha]. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias de la Información, Departamento de Biblioteconomía y Documentación [Consult. 16 abr. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1408610>>.
- SAMANIEGO BORDIÚ, Blanca (2005) – La experiencia DOMUS en el Museo Arqueológico Nacional. **Boletín del Museo Arqueológico Nacional**. 21-22–23, p. 235–246.
- SANTOS, Ana Isabel Palma; TISSOT, Matthias (2009) – **Plano de Conservação Preventiva do Museu Nacional de Arqueologia** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:<http://www.museuarqueologia.gov.pt/documentos/CPMNA.pdf>>.
- SANTOS, Jorge; SERÓDIO, Conceição; FERREIRA, Fernanda (2017) – **Diagnóstico aos Sistemas de Informação nos Museus Portugueses. Relatório Final** [Em linha]. [S.l.]: Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus da Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas. Disponível em WWW:<URL:https://www.bad.pt/noticia/wp-content/uploads/2017/06/GTSIM_DSIM_RelatórioFinal.pdf>.
- SANTOS, Margarida (2017) – Museu Nacional de Arqueologia - conhecer e conservar para divulgar. Em **Arqueologia 3.0: I. Da escavação ao 3D. Gestão, inovação e divulgação em Arqueologia**. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança.

- SILVA, António Carlos (2002) – Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996): cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico. **Arqueologia e História**. 54, p. 299–315.
- SILVA, António Manuel S. P. (2014) – Depois de Abril: quatro décadas de Arqueologia Municipal em Portugal. **Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património**. 13, p. 75–88.
- SILVA, Isabel (1999) – A gestão de acervos nos museus de Arqueologia. **O Arqueólogo Português**. 4:17, p. 83–90.
- SOUSA, Ana Catarina *et al.* (2015) – O Arquivo Leisner (Instituto Arqueológico Alemão): o acervo epistolar (1936-1974): os dados e as perspetivas de um projeto em curso. **Revista Portuguesa de Arqueologia**. 18, p. 267–288.
- SWAIN, Hedley (2007) – **An Introduction to Museum Archaeology**. New York: Cambridge University Press.
- TISSOT, Matthias (2003) – Armazenamento e acondicionamento: o bom, o mau e o possível. Em BOAVENTURA, RUI (Ed.) – **Workshops APA: Conservar em Arqueologia**. [S.l.]: Associação Profissional de Arqueólogos. p. 59–74.
- VALDÉS SAGÜÉS, María Del Carmen (1999) – **La difusión cultural en el museo: servicios destinados al gran público**. Gijón: Ediciones Trea S.L.
- VASCONCELOS, José Leite de (1915) – **História do Museu Etnológico Português (1893-1914)**. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, José Leite de (1927) – Antiguidades do Alentejo. **O Arqueólogo Português**. 1:28, p. 158–200.
- YASSUDA, Sílvia Nathaly (2009) – **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objecto no Museu Paulista** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/yassuda_sn_me_mar.pdf>.

Webgrafia

- 125 anos do Museu Nacional de Arqueologia** (2018) – [Em linha], atual. 26 mai. 2018. [Consult. 31 mai. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.tsf.pt/programa/encontros-com-o-patrimonio/emissao/museu-nacional-de-arqueologia-9378385.html>>.
- Arquivo Histórico** (s.d.) – [Em linha] [Consult. 29 jul. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=3300>>.
- Biblioteca** (s.d.) – [Em linha] [Consult. 25 jul. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=3285>>.
- Investigadores** (s.d.) – [Em linha] [Consult. 5 ago. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=3322>>.

Laboratório de Conservação e Restauro (s.d.) – [Em linha] [Consult. 17 jul. 2018].
Disponível em
WWW:<URL:<http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=3324>>.

Serviço de Inventário de Coleções (s.d.) – [Em linha] [Consult. 2 jun. 2018]. Disponível
em WWW:<URL:<http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=3283>>.

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Idade dos funcionários do MNA. Cedido pela Secretaria do MNA.....	30
Gráfico 2. Organigrama funcional do MNA.....	31
Gráfico 3. Organização conceptual da BMA.....	46

Lista de Figuras

Figura 1. <i>Printscreen</i> do CNS 1667, referente ao sítio do Canidelo (Vila do Conde, Porto).....	78
Figura 2. <i>Printscreen</i> da informação referente à escavação do CNS 1667. Referente ao sítio do Canidelo.....	78
Figura 3. Pasta com epístolas remetidas a JLV por Sousa Maia.....	85
Figura 4. Epístolas remetidas a JLV por Sousa Maia.	85
Figura 5. Envelope relativo a “Informações e Achados por Proveniência”, constante da caixa 4 "T-V", referente a Vila do Conde e Dume (busto de), Canidelo.....	88
Figura 6. Pasta “Canidelo I” e conteúdo: recibo e indicação de cartas que foram arrumadas na correspondência.....	88
Figura 7. Pasta “Canidelo II” e conteúdo: desenho e transcrição de lápide e indicação de cartas que foram arrumadas na correspondência.....	88
Figura 8. <i>Printscreen</i> do sítio da Câmara Municipal de Vila do Conde, referente ao Património Arqueológico do concelho.	89
Figura 9. Pasta com as cartas remetidas por Sousa Maia, a que foi acrescentada referência bibliográfica onde se podem encontrar as cartas enviadas por JLV.	90
Figura 10. Ficha de proveniência resultante da desmontagem dos anos 80.....	92
Figura 11. Caixa da época da desmontagem com a peça 16 658.	92
Figura 12. Verbete individual do objeto com o n.º 16 658.	92
Figura 13. Contentor referente ao sítio 1793, Canidelo (Vila do Conde), com caixa contendo o objeto n.º 16 658, aguardando arrumação em reserva.....	93

Lista de Tabelas

Tabela 1. Resultado da pesquisa, na base de dados Access referente ao Livro de Entradas, pela palavra "canidelo" como critério. 81

Tabela 2. Resultado da pesquisa, na base de dados Access referente ao OAP, pela palavra "canidelo" 82

Tabela 3. Restantes ofertas do Abade de Canidelo, patentes na base de dados Access referente ao OAP, com exceção da ficha n.º 416, incluída devido a nota na coluna de observações. 83

Anexos e Apêndices

Anexo 1. Localização e envolvente



Figura 1-1. Museu Nacional de Arqueologia e outras instituições que atualmente ocupam o Mosteiro dos Jerónimos. Imagem por Google Maps, 2017.

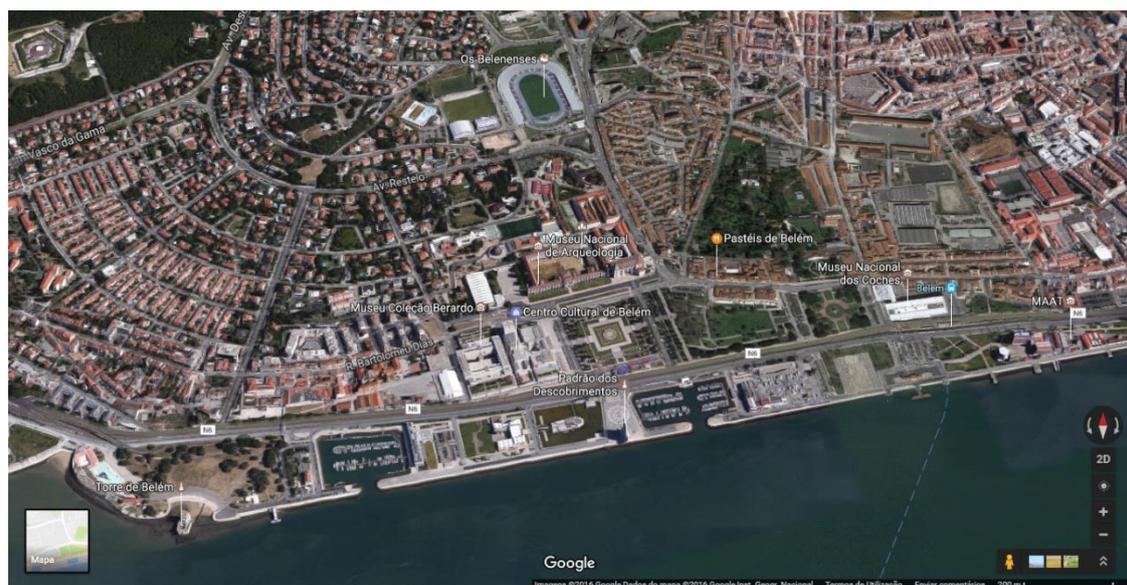


Figura 1-2. Perspetiva da zona de Belém e equipamentos culturais existentes. Imagem por Google Maps, 2016.

Anexo 2. Evolução da ocupação do espaço pelo MNA nas construções do Mosteiro dos Jerónimos

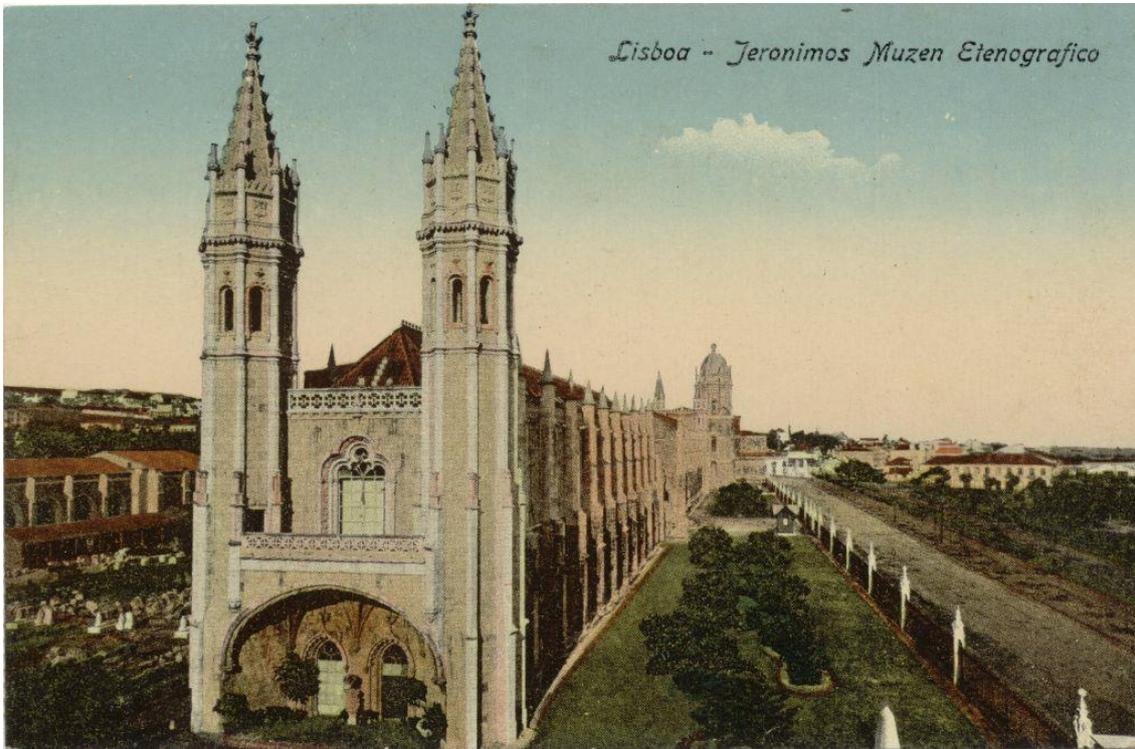


Figura 2-1. Postal com o Museu Etnográfico Português (c. 1903), podendo ver-se a secção lapidária no pavilhão exterior, à esquerda. Imagem de Arquivo MNA.

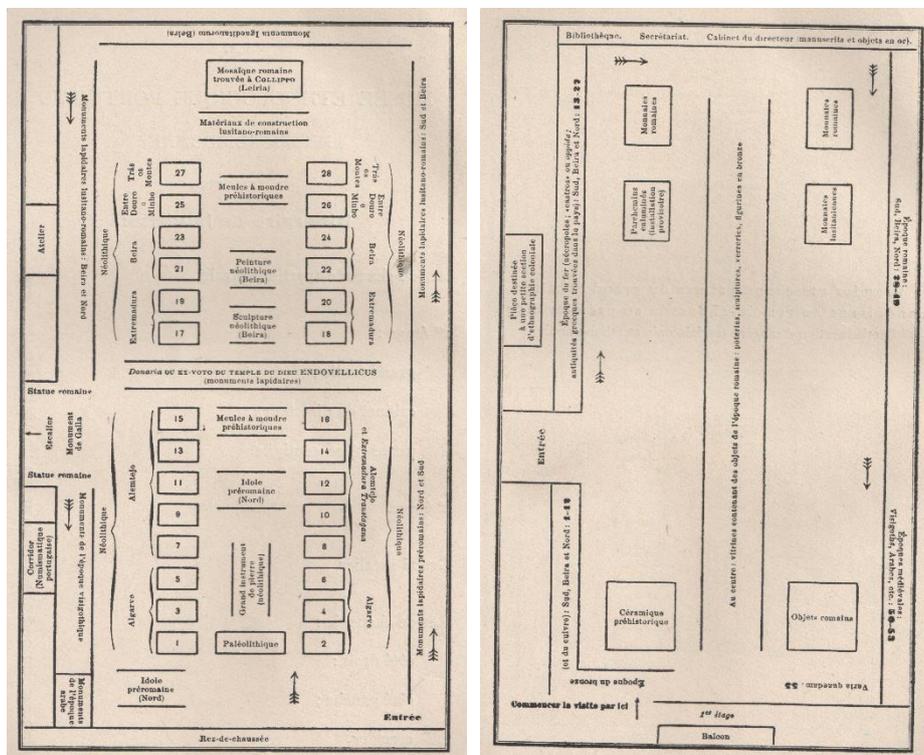


Figura 2-2. Plantas de percurso de visita ao Museu Etnológico Português. Digitalização do folheto em francês reproduzido em VASCONCELOS, José Leite De – História do Museu Etnológico Português (1893-1914). Lisboa: Imprensa Nacional, 1915, p. 110 e 112.

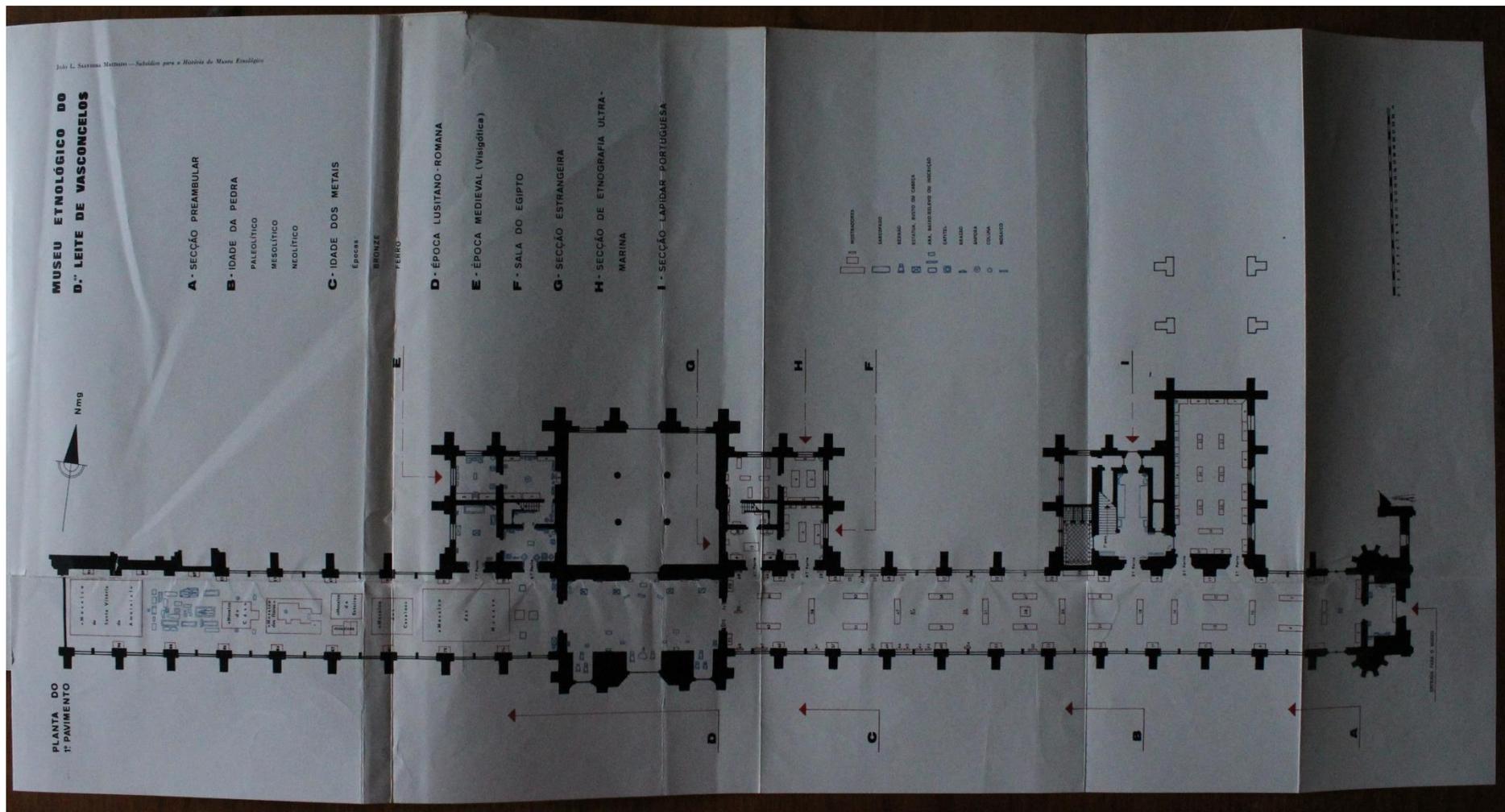


Figura 2-3. Planta do piso térreo ou 1.º pavimento em meados dos anos de 1960 (c. 1964-1965). Disposição de elementos museográficos e algumas peças de maiores dimensões como mosaicos. Fotografia da planta constante em MACHADO, João L. Saavedra – Subsídios para a história do Museu Etnográfico do Dr. Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. 2:5 (1964).



Figura 2-4. Piso térreo, por altura dos anos 60/70, vista do torreão central para a ala poente. Imagem do Arquivo do MNA.



Figura 2-5. Piso térreo, por altura dos anos 60/70, vista da parte ocidental para a central. Imagem do Arquivo do MNA.



Figura 2-6. Piso térreo, por altura dos anos 60/70, vista da parte oriental. Imagem do Arquivo do MNA.

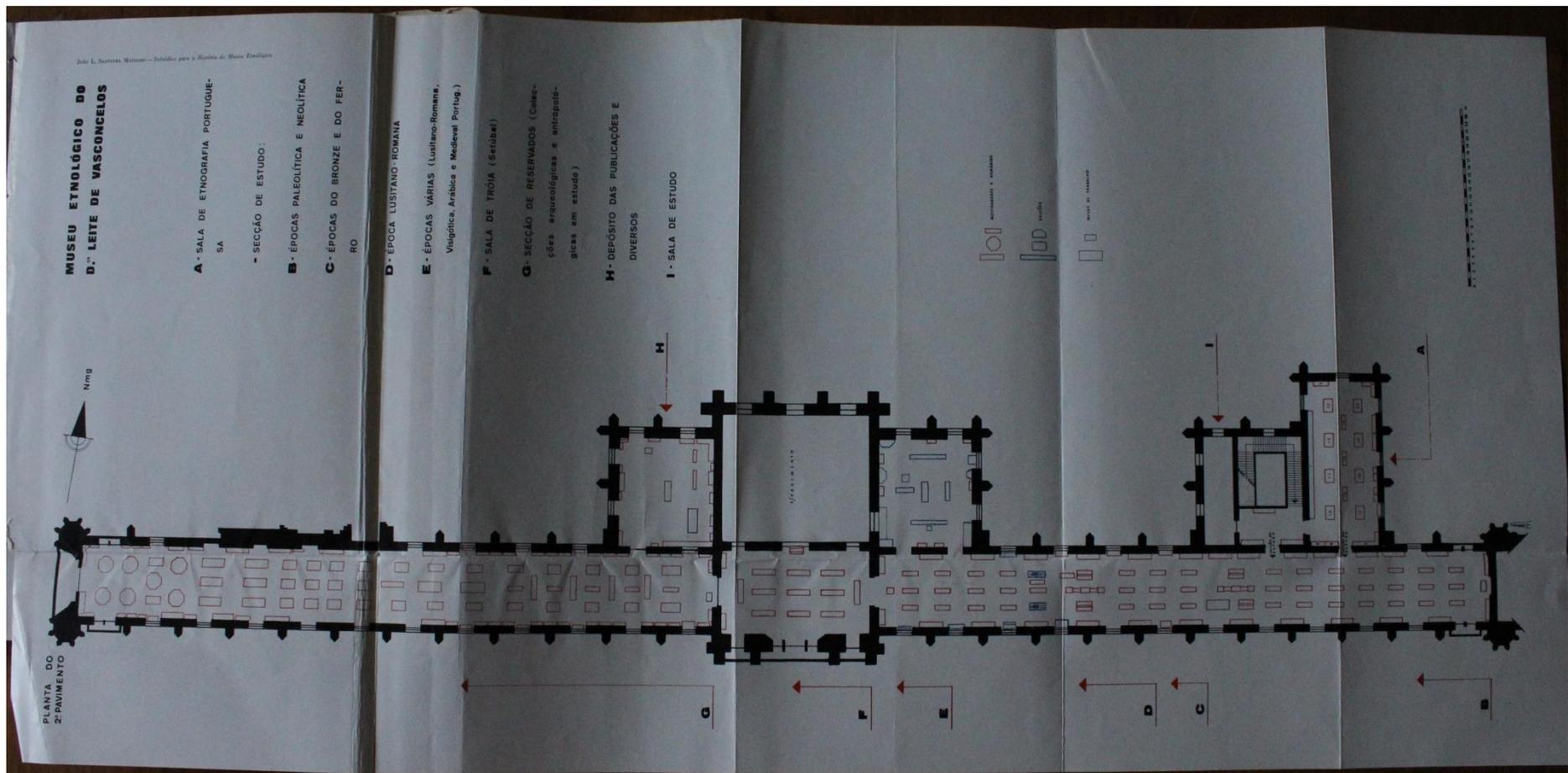


Figura 2-7. Planta do piso superior ou 2.º pavimento em meados dos anos de 1960 (c. 1964-1965). A vermelho mostradores e armários, a azul balcões, a traço mais escuro mesas de trabalho. Fotografia da planta constante em MACHADO, João L. Saavedra – Subsídios para a história do Museu Etnográfico do Dr. Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. 2:5 (1964).



Figura 2-8. Piso superior, por altura dos anos 60/70, vista da secção oriental. Imagem do Arquivo do MNA.



Figura 2-9. Piso superior, por altura dos anos 60/70, torreão central. Imagem do Arquivo do MNA.



Figura 2-10. Piso 2, por altura dos anos 60/70, vista da secção ocidental. Imagem do Arquivo do MNA.

Anexo 3. Concelhos portugueses com património arqueológico presente nas coleções do MNA¹⁷⁴

Tabela 3-1. Enumeração dos distritos portugueses, indicação de concelhos existentes por distrito e sua representação (existente ou não existente) no MNA.

DISTRITOS	CONCELHOS	EXISTENTES	NÃO EXISTENTES
AVEIRO	19	7	12
BEJA	14	13	1
BRAGA	14	11	3
BRAGANÇA	12	11	1
CASTELO BRANCO	11	9	2
COIMBRA	17	11	6
ÉVORA	14	13	1
FARO	16	16	0
GUARDA	14	13	1
LEIRIA	16	12	4
LISBOA	16	15	1
PORTALEGRE	15	15	0
PORTO	18	14	4
SANTARÉM	21	16	5
SETÚBAL	13	12	1
VIANA DO CASTELO	10	10	0
VILA REAL	14	10	4
UISEU	24	16	8

¹⁷⁴ Tabela e mapa elaborados por Adolfo Silveira Martins e Luísa Guerreiro, para apresentação da comunicação “O Museu Nacional de Arqueologia no início do século XXI: gerir, colaborar e comunicar”, por António Carvalho, no Seminário Internacional “Pensando y Haciendo Museos”, que teve lugar nos dias 19 e 20 de setembro de 2016, no Museo Nacional de Arte Romano, em Mérida.



Figura 3-1. Mapa com a indicação dos concelhos representados e não representados no MNA, estando os últimos a vermelho.

Anexo 4. Figuras ilustrativas do procedimento do LCR referente à conservação e preservação das coleções


Registo de Entrada de Peças no Laboratório de Conservação e Restauro do MNA

Nº entrada	Data entrada	Entregou	Recebeu entrada	Estação	Nº inventário	Outra referência	Designação/Material	Intervenção pretendida	Observações	Data de Saída	Recebeu saída	Nº Ficha Lab.
2016.058	30/06/2016	Marta Queiroz	Margarida Santos	Museu de Fátima - Sines - MNA 1574	7219	31599	Amolados em quartzo	limpeza	Exa. Memórias de Fátima de S. Torpes - com lãpis e outros para o arranjar da pedra.	11/07/2016	Recebeu Pereira	2016.058 PC
2016.059	4	9	9	9	7221	6233	Machado em pedra	limpeza	9	9	9	2016.059 PC
2016.060	4	4	4	4	7220	6235	Projeto 16 em pedra	limpeza	9	9	9	2016.060 PC
2016.061	24/6/16	9	9	Monast. de Beato's MNA 1577		1	objeto fragmentado de cerâmica	Limpeza, arqueologia, colagem / Reunir, desmontar e conservar	3 contêineres			2 2016.061 PC
2016.062	09/9/2016	Marta Lima	Margarida Santos	Est. GO - Bacia - MNA 1577		CONT 5309 vol 5	Brâmica	Emprego Consolidacao Adhesion		15/07/2016	Recebeu Antunes	2016.062 PC
2016.063	11/1/2016	9	9	Est. GO - MNA 1577	2016.3.6	CONT 5308 vol 2	Cerâmica	limpeza - Conservação		9	9	2016.063 PC
2016.064	14/2016	Margarida Almeida	Margarida Santos	Colégio Espanhol de Fátima		A - 5110 478 B - 313 C - 302 D - 332 E - 20197,59 F - 9148	Conjunto de 6 laços de madeira, com uma, metal	Desinfecção Limpeza				
2016.065	06/06/2016	Ricardo Pereira	Margarida Santos	Museu de Sines	M5719		Capo em granito	conservação de	Exa. Memórias de Fátima de S. Torpes - com lãpis e outros para o arranjar da pedra.	11/07/2016	Recebeu Pereira	2016.065 PC
2016.066	9	9	9	9		A - M5388 B - M5738	A - Idolo em pedra B - Idolo em pedra	limpeza	9	9	9	2016.066 PC

Figura 4-1. Registo de entrada de peças no LCR. 1: campos a preencher à entrada: código CR (n.º entrada), data de entrada, depositante, recetor, proveniência, n.º de inventário, designação e material, intervenção pretendida e observações. 2: campos a preencher à saída: data de saída, recetor. Contém ainda a informação “PC” indicando que se encontra digitalizada. Neste exemplo, o objeto com o código CR 2016.061 não possui número de inventário por se apresentar inicialmente muito fragmentado e ser necessário a reconstituição para uma adequada inventariação.

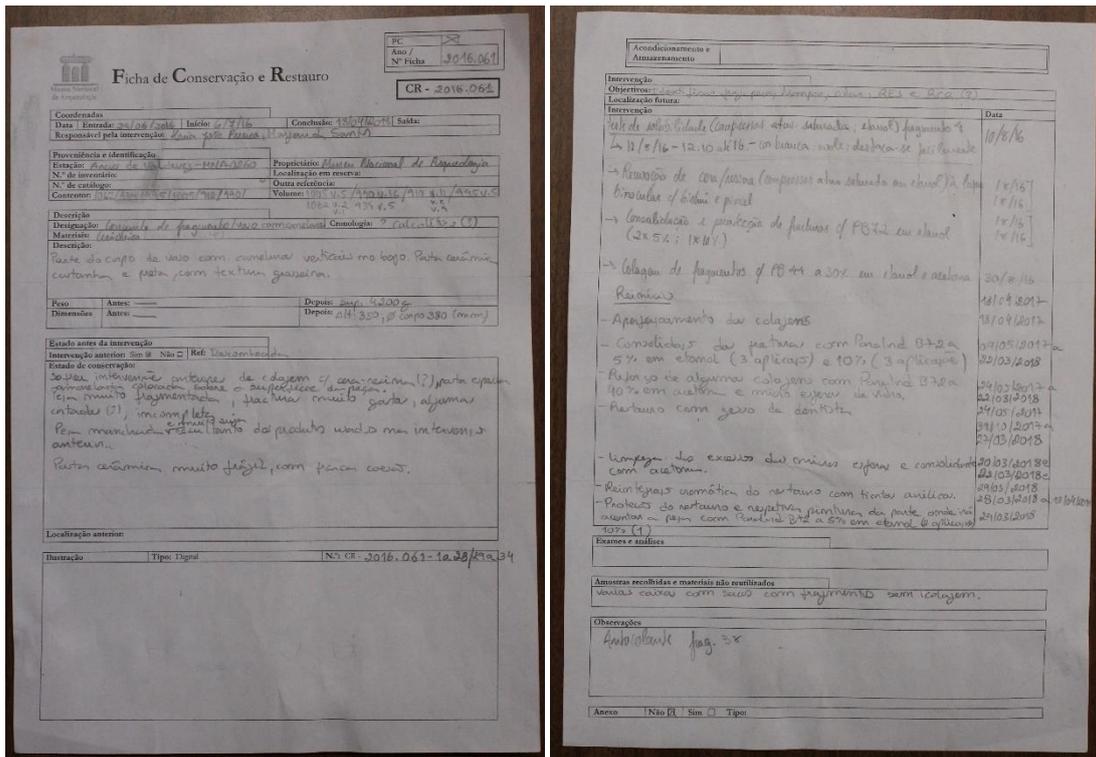


Figura 4-3. Ficha de intervenção, frente e verso, onde se procede ao registo das ações efetuadas e a data das mesmas.

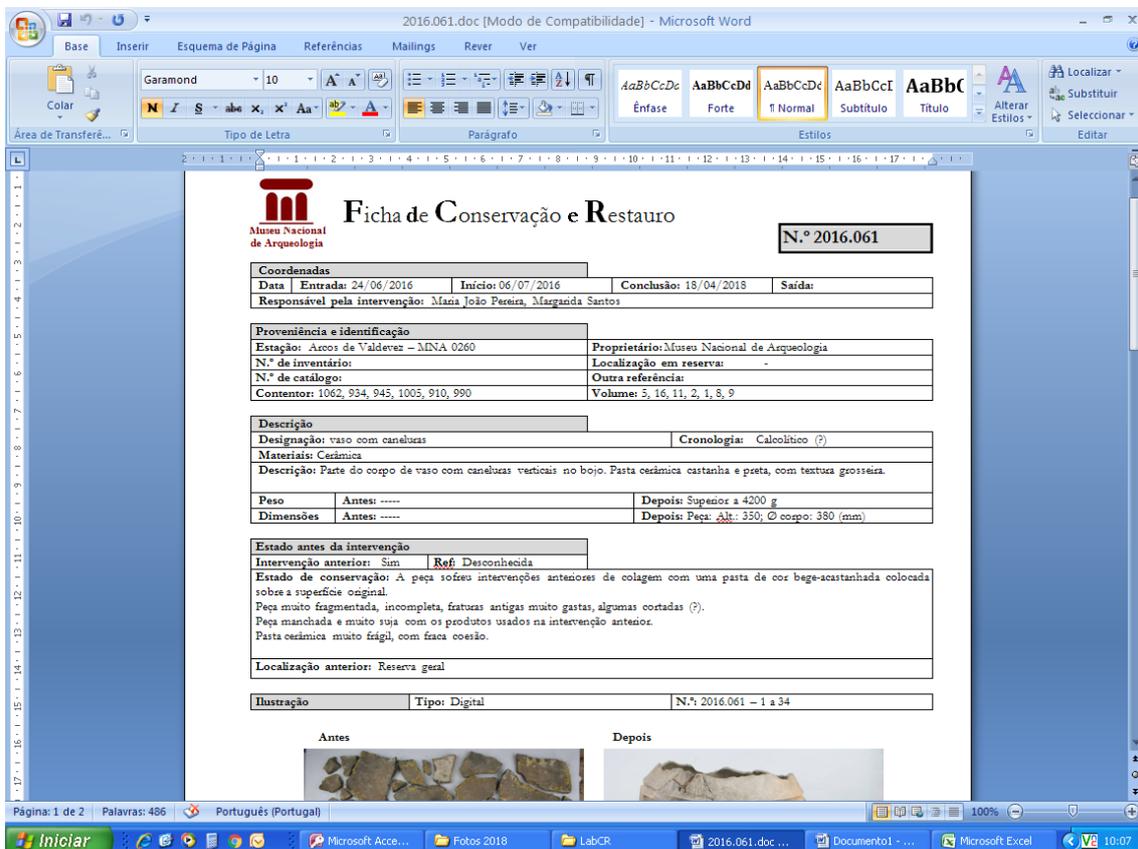


Figura 4-4. Digitalização da ficha de intervenção em documento formato Word.

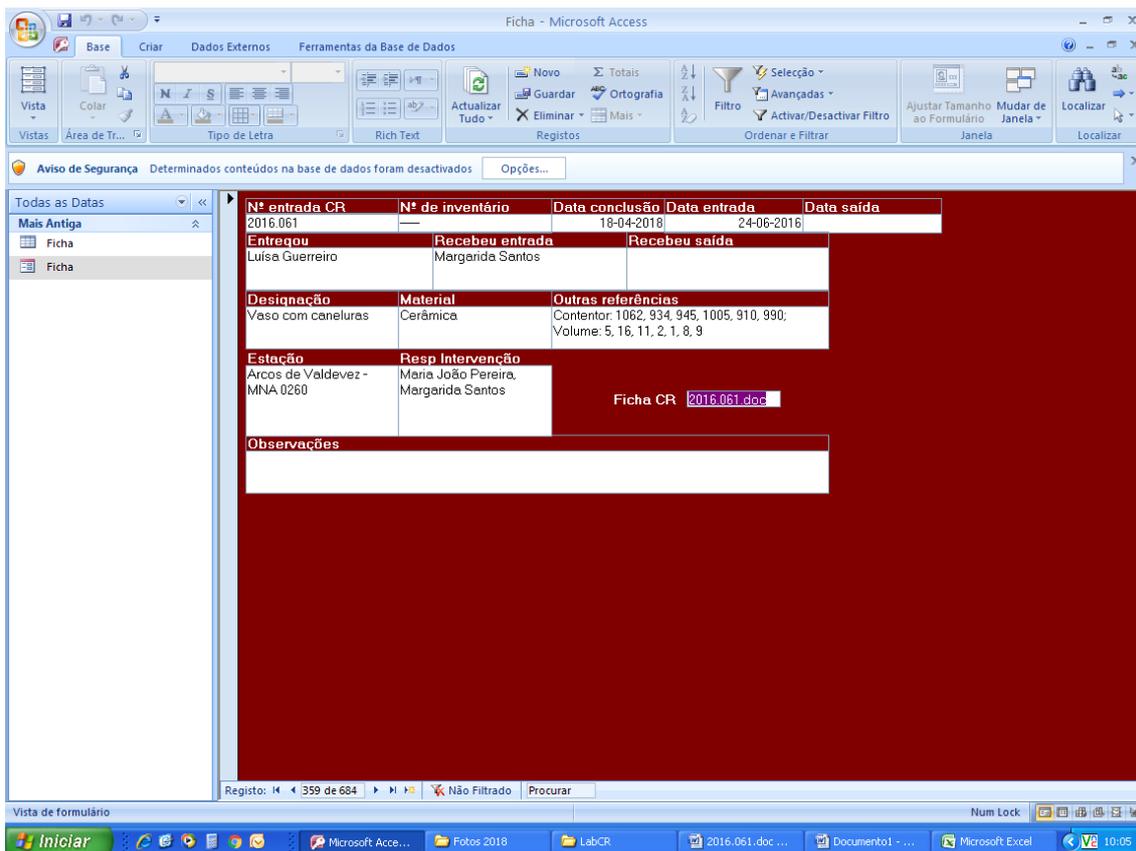


Figura 4-5. Formulário Access, preenchido aquando da digitalização da ficha de intervenção para uma mais rápida pesquisa de informação.



Figura 4-6. Objeto alvo de intervenção do LCR, com o código CR 2016.061, a aguardar acondicionamento para posterior arrumação em reserva.

Anexo 5. Ficha de Conservação e Restauro (exemplo)



Ficha de Conservação e Restauro

N.º 2016.061

Coordenadas				
Data	Entrada: 24/06/2016	Início: 06/07/2016	Conclusão: 18/04/2018	Saida:
Responsável pela intervenção: Maria João Pereira, Margarida Santos				
Proveniência e identificação				
Estação:	Arcos de Valdevez – MNA 0260		Proprietário:	Museu Nacional de Arqueologia
N.º de inventário:	Localização em reserva: -			
N.º de catálogo:	Outra referência:			
Contentor:	1062, 934, 945, 1005, 910, 990	Volume:		5, 16, 11, 2, 1, 8, 9
Descrição				
Designação:	vaso com caneluras	Cronologia:	Calcolítico (?)	
Materiais: Cerâmica				
Descrição: Parte do corpo de vaso com caneluras verticais no bojo. Pasta cerâmica castanha e preta, com textura grosseira.				
Peso	Antes: -----		Depois: Superior a 4200 g	
Dimensões	Antes: -----		Depois: Peça: Alt.: 350; Ø corpo: 380 (mm)	
Estado antes da intervenção				
Intervenção anterior:	Sim	Ref:	Desconhecida	
Estado de conservação: A peça sofreu intervenções anteriores de colagem com uma pasta de cor bege-acastanhada colocada sobre a superfície original. Peça muito fragmentada, incompleta, fraturas antigas muito gastas, algumas cortadas (?). Peça manchada e muito suja com os produtos usados na intervenção anterior. Pasta cerâmica muito frágil, com fraca coesão.				
Localização anterior: Reserva geral				
Ilustração		Tipo: Digital	N.º: 2016.061 – 1 a 34	



Intervenção	
Objetivos: Identificação dos fragmento pertencentes à peça, limpeza, colagem, reintegração estrutural e cromática.	
Localização futura: Reserva Geral	
Intervenção	Data
Teste de solubilidade do material usado na colagem da intervenção anterior: <ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de compressas embebidas em etanol em ambiente saturado; • Resultados: o produto adquiriu cor branca, consistência macia, de fácil remoção. 	10/08/2016
Remoção do produto usado na colagem com compressas embebidas em etanol, bisturi e pincel, com acompanhamento à lupa binocular;	10/08/2018 a 30/08/2016
Consolidação e proteção das fraturas com Paraloid B72® diluído a 5% em etanol 96% (2 aplicações com pincel) e 10% em etanol 96% (1 aplicação com pincel);	10/08/2018 a 30/08/2016
Colagem com Paraloid B-44® a 30% em acetona (5) - etanol 96% (3);	30/08/2018
Aperfeiçoamentos das colagens com acetona e ar quente;	18/04/2017
Consolidação das fraturas com uma solução de Paraloid B72® diluído a 5% em etanol 96% (3 aplicações com pincel) e 10% em etanol 96% (3 aplicações com pincel);	09/05/2017 a 22/03/2018
Reforço de algumas colagens com Paraloid B-44® a 40% com micro-esferas de vidro;	24/05/2017 a 22/03/2018
Reintegração estrutural com gesso dentário Kromotipo IV®;	24/05/2017 e 31/10/2017 a 27/03/2018
Remoção dos excessos das micro-esferas e do consolidante com acetona;	20/03/2018 e 22/03/2018 e 29/03/2018
Reintegração cromática com tintas acrílicas;	28/03/2018 a 18/04/2018
Proteção do restauro e respetiva pintura na parte inferior, que irá funcionar como base da peça, com uma solução de Paraloid B72® diluído a 5% em etanol 96% (2 aplicações com pincel) e 10% em etanol 96% (1 aplicação com pincel).	29/03/2018

Exames e análises

Amostras recolhidas e materiais não reutilizados
Várias caixas com sacos com fragmentos de outras peças e fragmentos sem colagem.

Medidas de conservação preventiva			
Armazenamento e acondicionamento:			
H.R. : 55+- 5%	T°C : 18 +- 2 °C	Lux : < 200 lux	U.V. : < 75 µW/L

Observações

Anexo	Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/>	Tipo:
-------	---	------------------------------	-------

Anexo 6. Evolução dos elementos do inventário

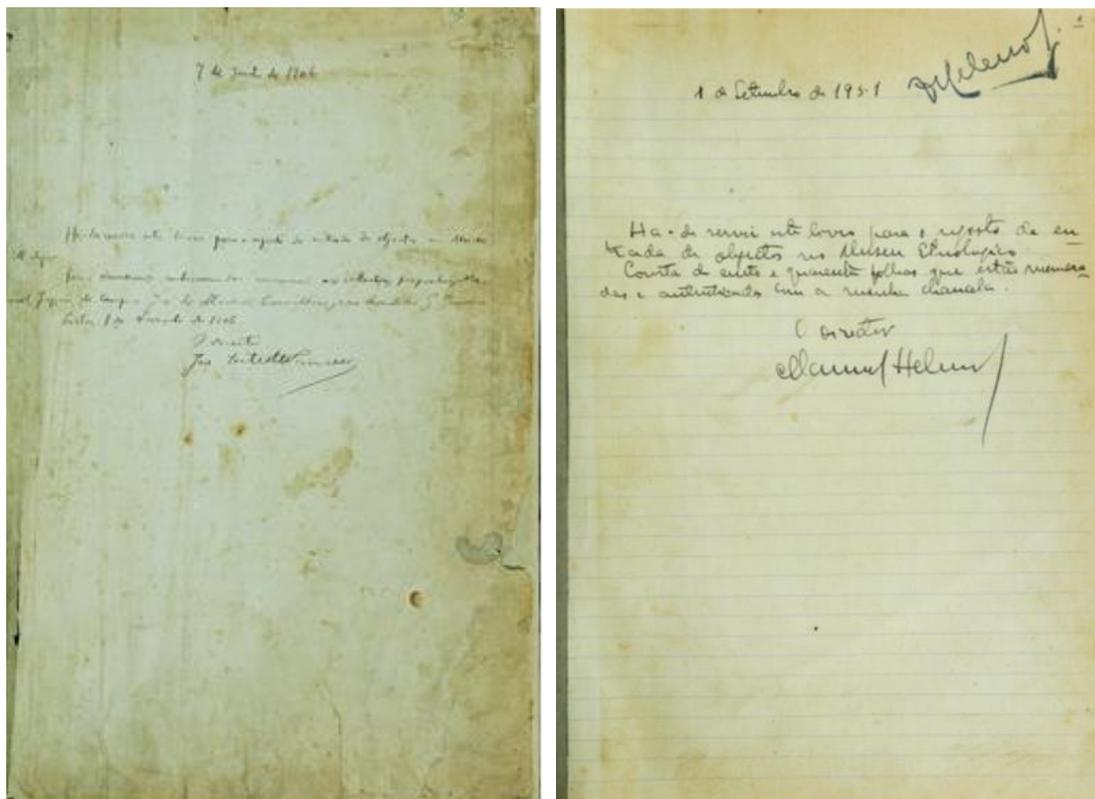


Figura 6-1. Primeira página do livro de entradas n.º 1, iniciado em 1906, e do livro de entradas n.º 2, com registo de aquisições de 1951 até 1973. O segundo livro não foi utilizado até ao fim.

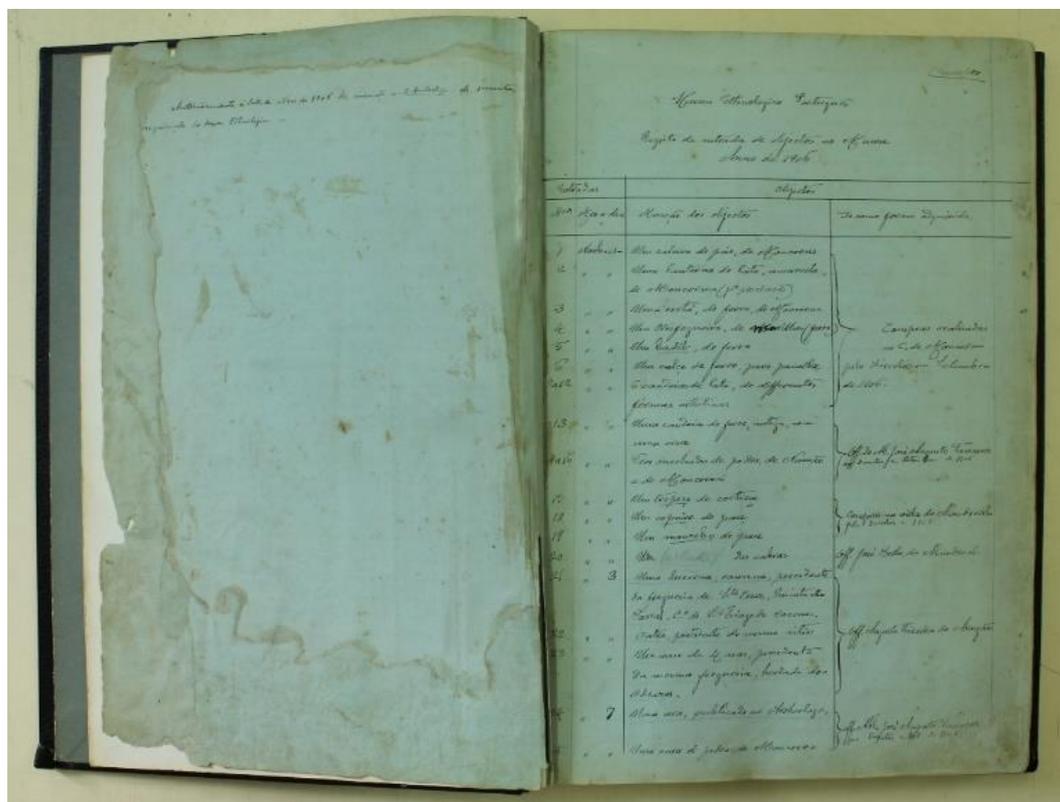


Figura 6-2. Livro de entradas n.º 1, iniciado em 1906. É chamada a atenção para o facto de aquisições anteriores se encontrarem mencionadas em *O Arqueólogo Português*.

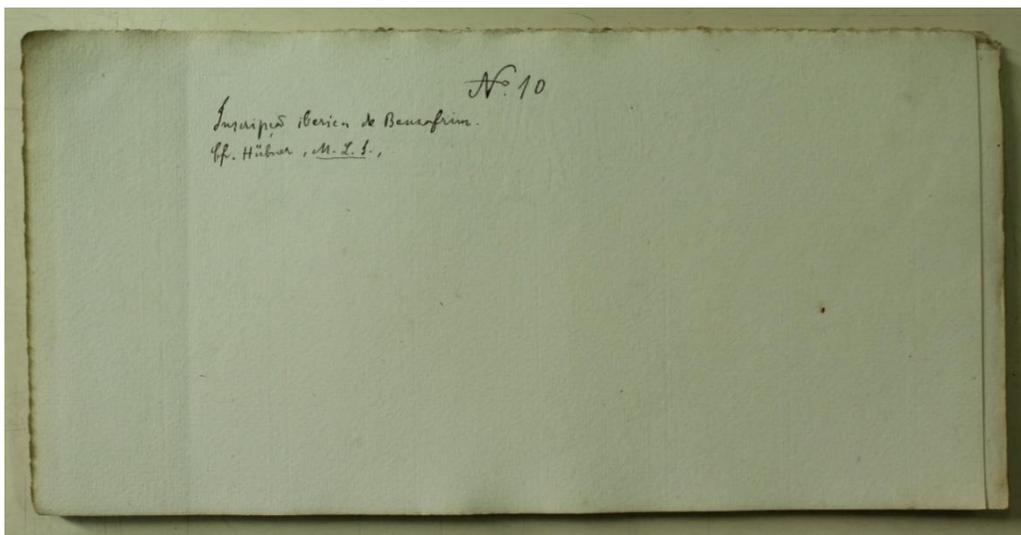


Figura 6-3. Exemplo de verbete de catalogação que terá sido deixada de lado.

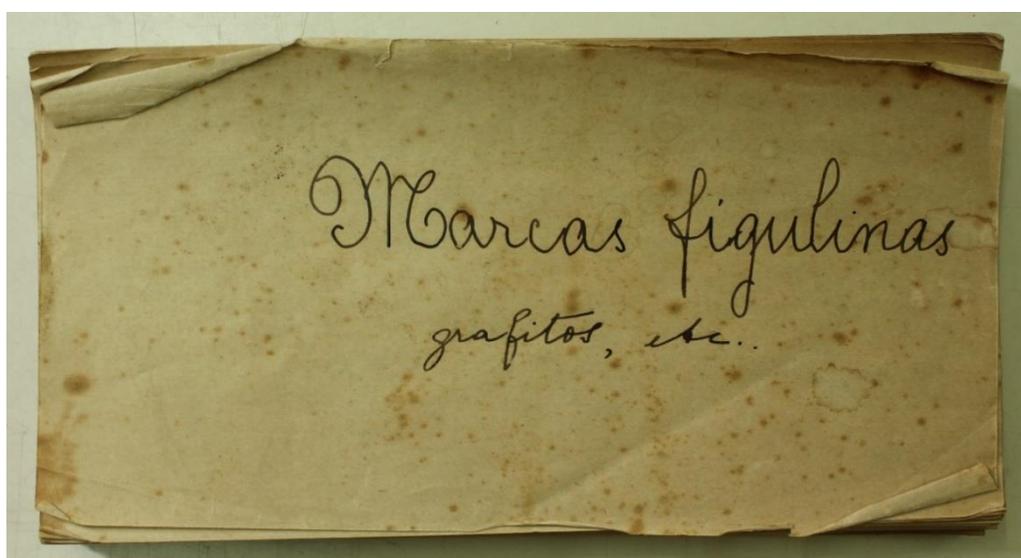


Figura 6-4. Catálogo de marcas.

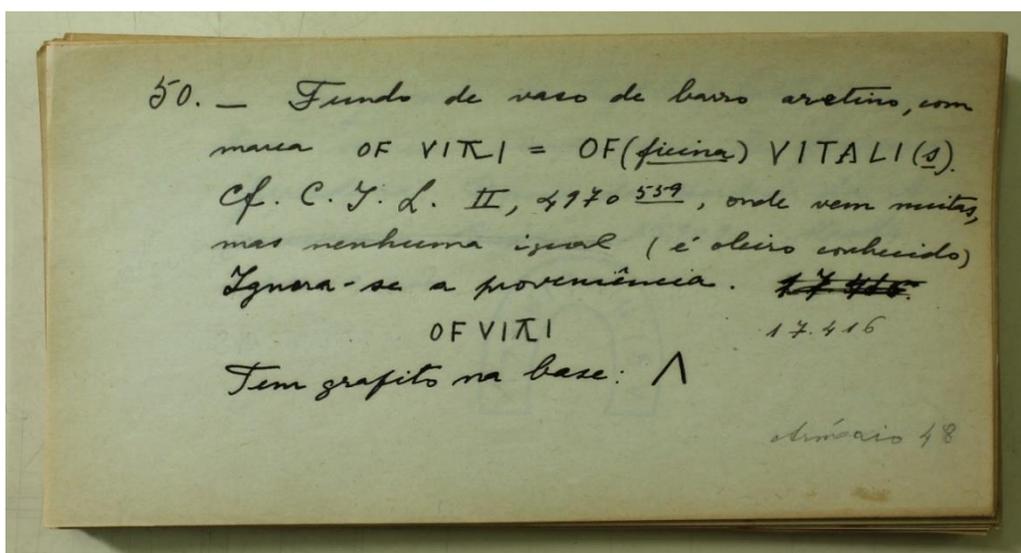


Figura 6-5. Exemplo de um verbete do catálogo de marcas.

Inventário de 1979	
Estações inventariadas:	
1-	Tholos do Escoural
2-	Comoros da Portela (Silves)
3-	Fonte Velha (Bensafrim/ Lagos)
4-	Sem Proveniência
5-	Sem Proveniência
6-	Sem Proveniência
7-	Panóias (Ourique)
8-	Panóias (Ourique)
9-	Sem Proveniência
10-	Sem Proveniência
11-	Herdade do Pego (Ourique)
12-	Sem Proveniência
13-	Sem Proveniência
14-	Sem Proveniência
15-	Sem Proveniência
16-	Sem Proveniência
17-	Sem Proveniência
18-	Sem Proveniência
19-	Sem Proveniência
20-	Cerro dos Enforcados (Panóias/ Ourique)
21-	Martim Longo (Alcoutim/ Faro)
22-	Bensafrim (Lagos/ Faro)
23-	Sem Proveniência
24-	-
25-	Salir (Loulé/ Faro)
26-	Sem Proveniência
27-	Monte das Vermelhas (Ameixial/ Loulé)
28-	Ameixial (Panóias/ Ourique)
29-	Sem Proveniência
30-	Duas Igrejas (Miranda/ Trás- os- Montes)
31-	Alcobaça (freg. Terrugem/ Elvas/ Portalegre)
32-	Sem Proveniência
33-	Sem Proveniência
34-	Sem Proveniência
35-	Monte do Pombal
36-	Fábrica de Alcântara, Lisboa
37-	-
38-	-
39-	Alcalar, Tholos nº 1
40-	Alcalar, Tholos nº 2
41-	Alcalar, Tholos nº 3
42-	Alcalar, Tholos nº 4
43-	Alcalar, Tholos nº 5
44-	Alcalar, Tholos nº 6
45-	Alcalar, Tholos nº 7
46-	Alcalar, Tholos nº 2 ou 3
47-	Alcalar, sem indicação do mon.
48-	Alcalar, Tholos nº 7 (?)
49-	Portimão, Alcalar (?)
50-	Azougada
51-	Cabeça de Vaíamonte (Concelho de Monforte)
52-	Castro de Santiago dos Arados
53-	Campo de Urnas da Chaminé (Elvas- Alto Alentejo)
54-	Casal do Pardo
55-	São Bernardo, Moura- Alentejo
56-	Alçaria do Pocinho
60-	S ^o Acheulle
60 a 200-	Paleolítico (estrangeiro)

Figura 6-6. Inventário de 1979, que não teve grande consequência em termos de inventário.

Anexo 7. Exemplo de um dossier resultante do processo de desmontagem, ocorrido em 1980



Figura 7-1. Dossier resultante da desmontagem da vitrina 291, localizada na ala oeste. Constituído por negativos de fotografias, listagem de objetos constantes na vitrina, relatório e etiquetas de proveniência que se encontravam junto a peças.

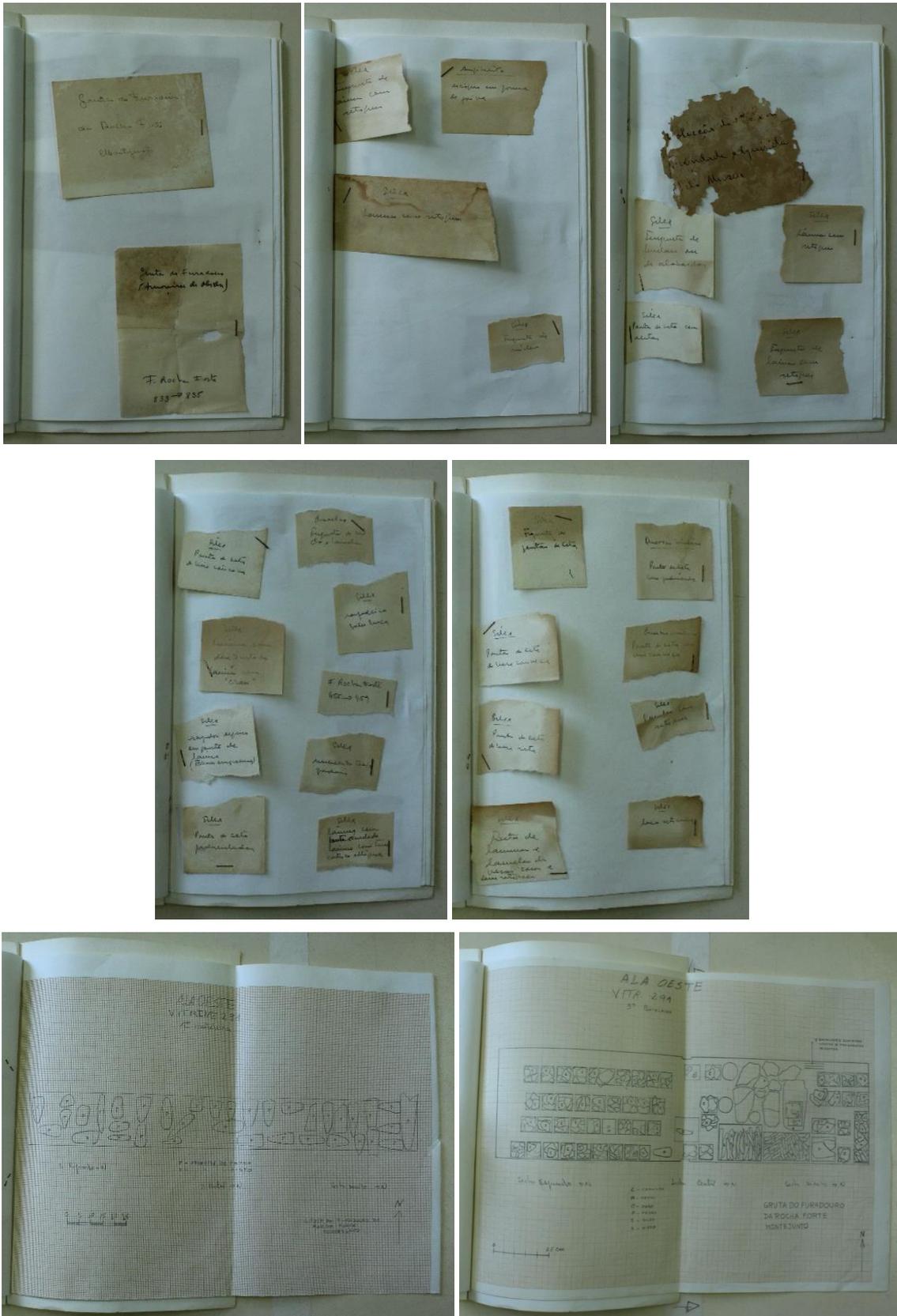


Figura 7-2. Continuação do dossier resultante da desmontagem da vitrina 291. Etiquetas de proveniência que se encontravam junto a peças e desenhos das peças que se encontravam nas prateleiras.

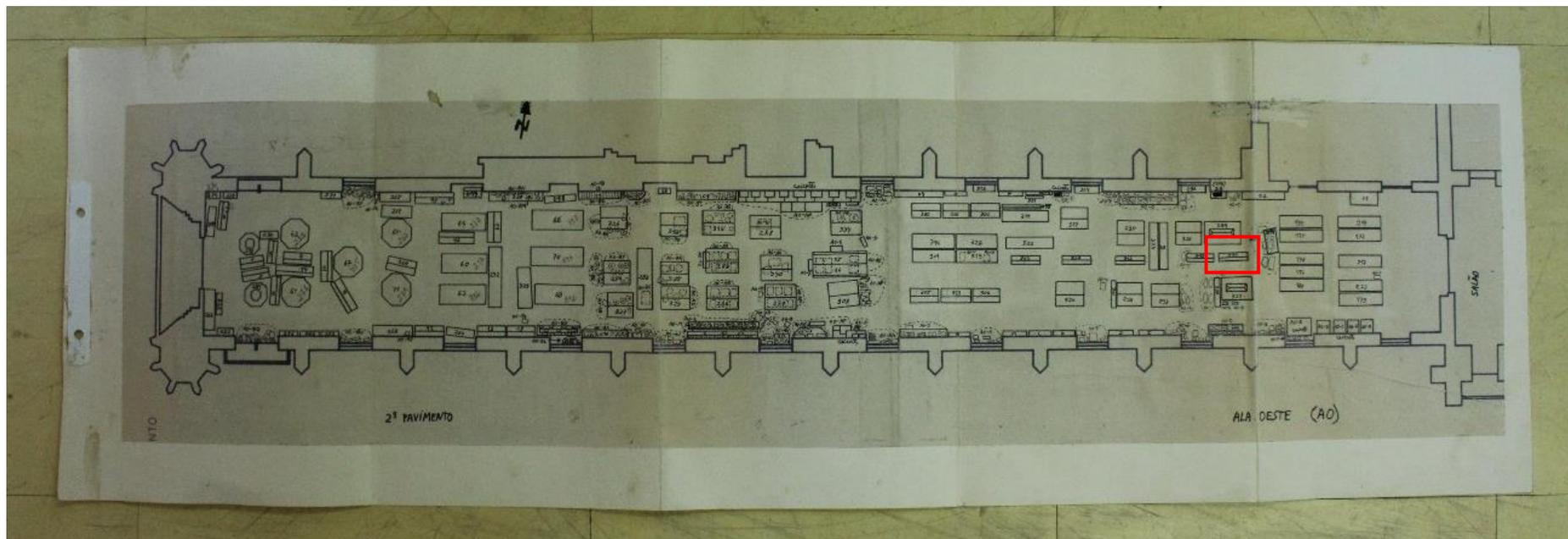


Figura 7-3. Planta da ala oeste do primeiro piso, com desenho de vitrines e outros elementos, para identificação dos mesmos para a elaboração de dossiers por ocasião da desmontagem em 1980. A vermelho, a localização da vitrina 291, cujo dossier se apresenta.

Anexo 8. Processo do sítio arqueológico da Fraga

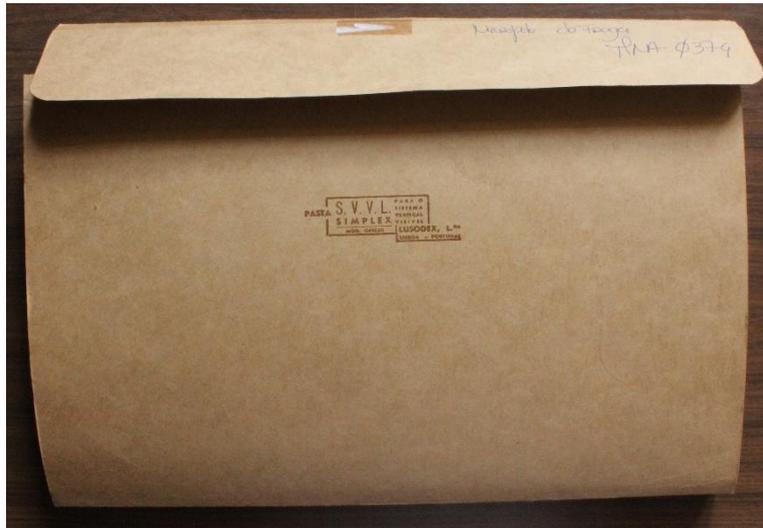


Figura 8-1. Processo do sítio 374, referente à necrópole da Fraga.

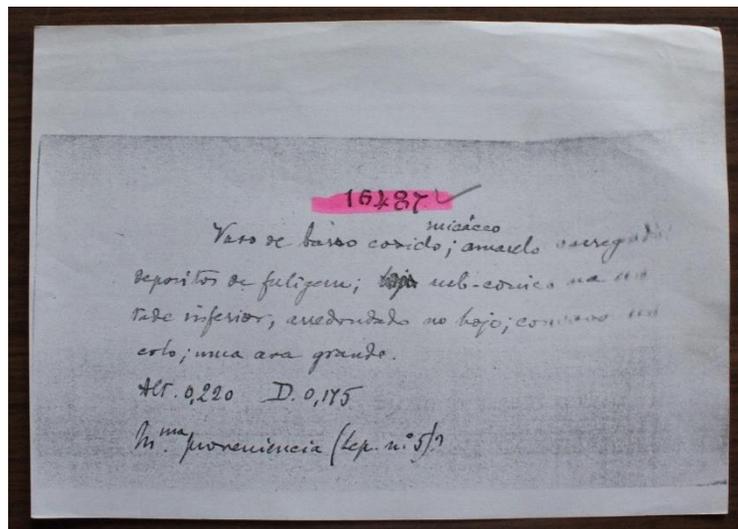


Figura 8-2. Fotocópia de verbete de inventário do objeto 16 487 que se percebeu ser deste sítio.

MUSEU NACIONAL ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA		INVENTÁRIO DE ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS ESPECIES		N.º CNE	MNAE		COD	
DESIGNAÇÃO		COMPLEXO DE ACHADOS		LOCAL GEOGRÁFICA		M. GAUSS		
N.º MUSEU		DATA ENTR.		N.º		P.º		
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		N.º CAMP		DATA REC.		N.º		
LOCAL		COLECTOR		GEOG.		LAT.		
FREG.		POSICÃO		LONG.		ALT.		
CONC.		Sepulchro n.º 5		Gr.				
DIST.								
INVENT. GERAL	OBJECTO	MATERIA	MARCAÇÃO	N.º INV. / N.º ENT.	CAT. COL.			
16497	Tubo esmaltado c. am.	cerâmica	16497		024.9			
16512	Potulho c.e. foma	"	16512	0204.6	024.6			
16529	Placa c. am.	"	16529		024.8			
16550	Plato de c. am.	"	16550		024.15			
16566	Plato c. am.	cerâmica	16566		024.8			
16487	Tubo c. am.	cerâmica	16487 - Sep. n.º 5(2)		024.9			
FOLHA N.º								

Figura 8-3. Ficha de complexo, onde foi adicionado o objeto 16 487. Note-se a anotação interrogada, refletindo o verbete de inventário.

MUSEU NACIONAL de ARQUEOLOGIA e ETNOLOGIA		INVENTARIO DE ESTACOES ARQUEOLOGICAS ESPECIES		N. CNE	MNAE		COD.		
DESIGNAÇÃO		COMPLEXO DE ACHADOS		LOCAL GEOGRAFICA					
Nicipali de Fraza (Ta Pa de Fraza)		N. MUSEU	DATA ENTR.	M		GAUSS			
LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		N. CAMP	DATA REC.	P		N°			
LOCAL: <u>Leira Nova</u>		COLECTOR		N°		GEOG.			
FREG: <u>Lanz</u>		A Cavalheiros / faja baixa / Pico de S. J.		LAT.		LONG.		Gr.	
CONC: <u>Município de Amavés</u>		Sepultura 6		ALT.					
DIST: <u>Road</u>									
INVENT. GERAL	OBJECTO	MATERIA	MARCAÇÃO	N. INV. / N. ENT.	CAT. COL.				
16 438	Fraco de terra cozida, c. amarelo	cerâmica	16 438	ent. 0231/5	0234.10				
16 536	Fraco, c. amarelo	a	16 536	509.12	0234.10				
16 549	Pequeno prato, c. amarelo	u	16 549		0234.10				
FOLHA N									

Figura 8-4. Ficha de complexo da sepultura 6.

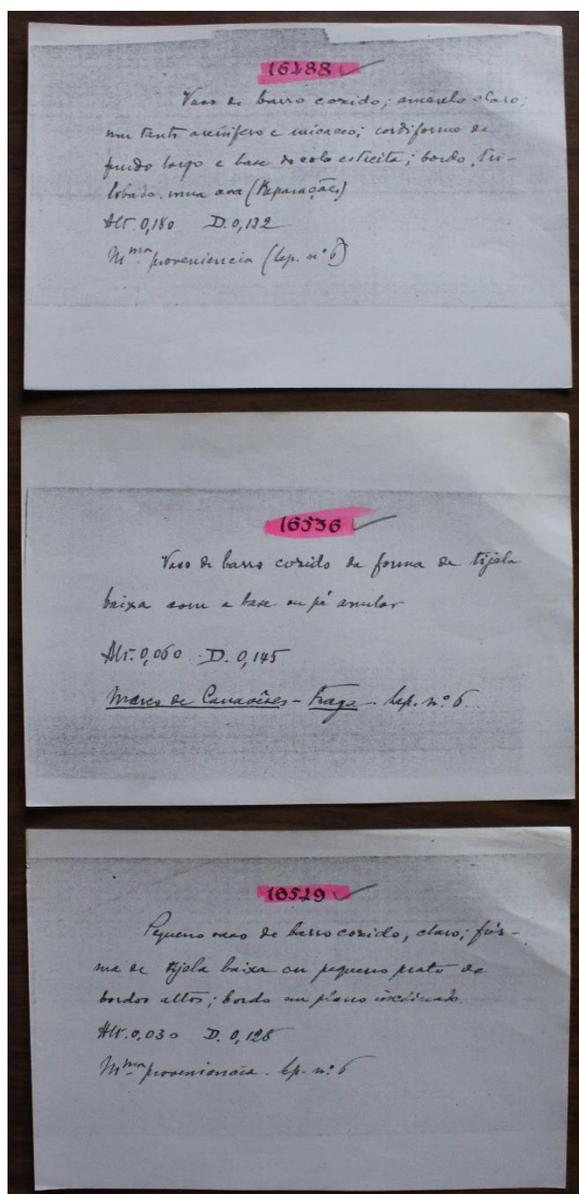


Figura 8-5. Verbetes de inventário dos objetos atribuídos à sepultura 6.

MUSEU NACIONAL de ARQUEOLOGIA e ETNOLOGIA

INVENTARIO DE ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS ESPECIES

N.º CHE:
 MNAE: 0326-V
 COD:

DESIGNAÇÃO: Necrópole de Fraga

COMPLEXO DE ACHADOS:
 N.º MUSEU: 2006.379 DATA ENTR.: 14/02/1963
 N.º CAMP: DATA REC.: 1962/1963

LOCAL GEOGRÁFICA: GAUSS
 LOCAL: Fraga Nova
 LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: A. Gualbana/Parque Nacional de Fraga
 LOCAL: Fraga Nova
 PREG. LAZ:
 CONC. Parque de Camarões
 DIST. BENTON

POSICIÓN:
 Sep. nº 6 - em Fraga VI
 Sepulchro romano, parede de granito e 6 vasos dentro (incluindo 4 terracotas) (ver fotos)

INVENT. GERAL	OBJECTO	MATERIA	MARCAÇÃO	N.º INV. / N.º ENT.	CAT. COL.
2006.379.1	Plato e canha	terracota	2006.379.1.17663	18760/6.346	0324.23
2006.379.2	Plato e canha	terracota	2006.379.2.17663	18760/6.346	0324.23
2006.379.3	Plato e canha	terracota	2006.379.3.17663	18760/6.346	0324.23
2006.379.4	Potolito, e canha clara	terracota	2006.379.4	18760/6.346	0324.23
2006.379.5	Plato e canha e placa quadrada	terracota	2006.379.5	18760/6.346	0324.23
2006.379.6	Fragmento de disco de cerâmica	terracota	2006.379.6	18760/6.346	0324.23
2006.379	Armadura de base de sepulchro	terra			0324.23

Nota: as lajes de sepulchro possuem o n.º 6346,1; 6346,2; 6346,3; 6346,4

FOLHA N.º

Figura 8-6. Ficha de complexo da sepultura 6 ou Fraga VI. Estes objetos correspondem a um levantamento integral, identificado nos verbetes de inventário com o n.º 18 760. Foi atribuído o número de complexo 2006.379.

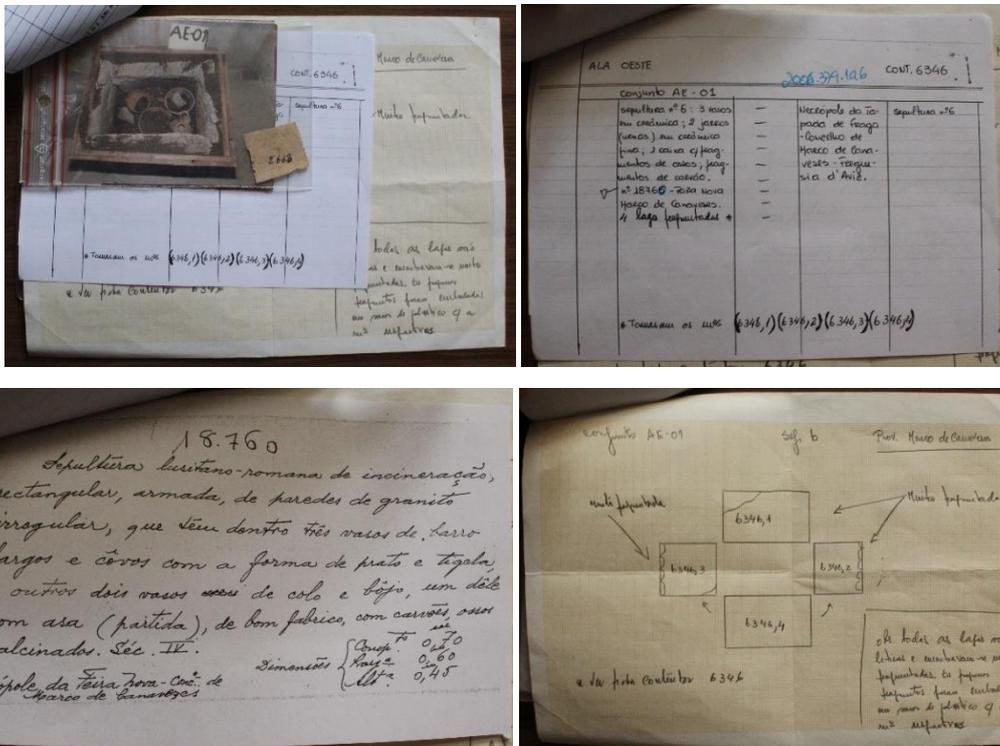


Figura 8-7. Outros elementos associados à ficha de complexo da sepultura 6 ou Fraga VI. Fotografias documentam o levantamento integral da sepultura, com os objetos facilmente identificáveis.



Figura 8-8. Peça com marcação anterior fazendo referência à sepultura VI da Fraga.

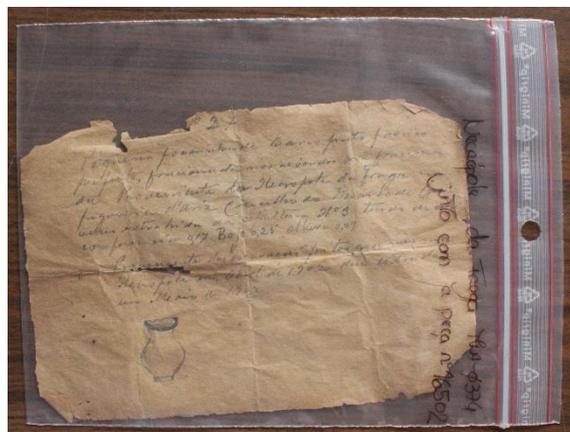
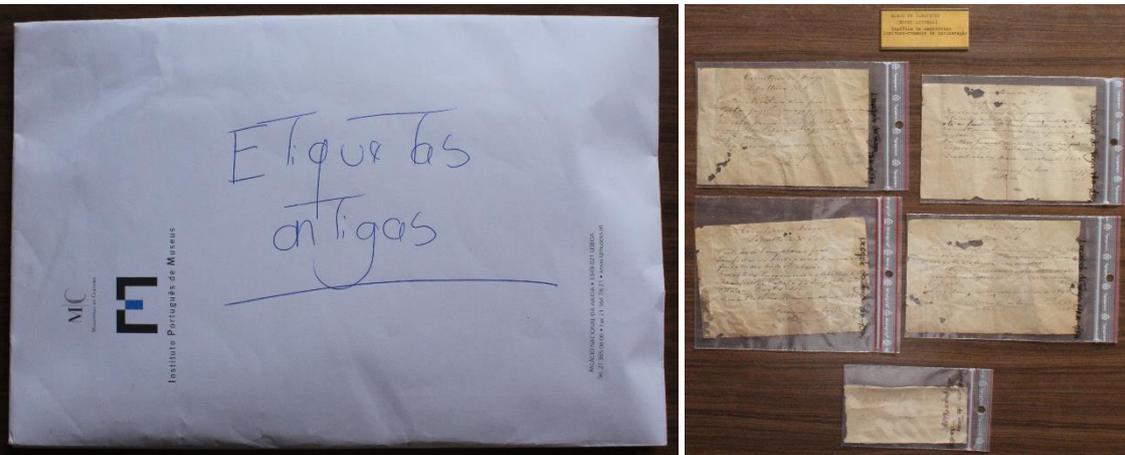
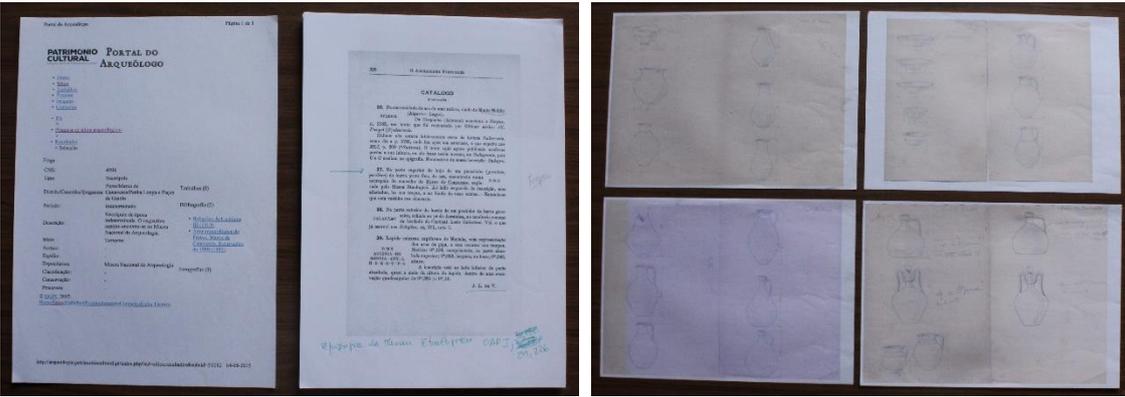
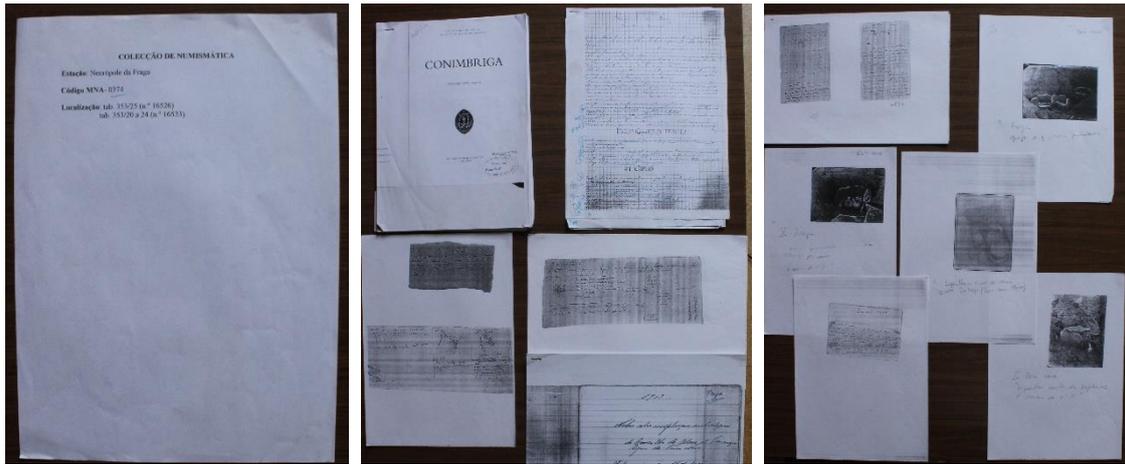


Figura 8-9. Outros elementos presentes no processo: indicação da localização de elementos numismáticos, fotocópias de obras e outros documentos sobre o sítio da Fraga, incluindo antigas etiquetas.

Anexo 9. Fichas Matriz de peças do sítio arqueológico da Fraga

Património Móvel



Inv. : 16487

Denominação: Jarro de cerâmica comum

Instituição / Proprietário: Museu Nacional de
Arqueologia

Super-Categoria: Arqueologia

Categoria: Cerâmica

Publicado na internet

Descrição

Jarro de cerâmica comum, fundo discoidal, corpo com perfil esférico com aperto na zona superior. Colo divergente, lábio inclinado para o exterior com perfil externo côncavo e bordo de extremo arredondado. Asa de fita simétrica que liga o bordo ao colo. Superfície externa alisada com vestígios de aguada e sinais de exposição ao lume, decoração incisa no colo de uma linha fina. Fabricado com uma pasta porosa com abundantes elementos não plásticos.

Produção

Datação

Época/ Período cronológico **Época Romana**

Século(s) **3 dC - 5 dC**

Justificação da data
Contexto e tipologia

Informação técnica

Matéria **Cerâmica**

Técnica **Torno**

Dimensões

Altura **22 cm**

Diâmetro **16,5 cm**

Peso **829,8 g**

Capacidade **2200 ml**

Conservação

Estado de Conservação

Estado	Especificações	Data
Bom	Bordo parcialmente fragmentado	2006-11-14

Origem/Historial

Historial

A Necrópole da Fraga ou da Tapada da Fraga situa-se junto do lugar da Feira Nova, concelho de Marco de Canaveses. Foi descoberta quando se procedia a escavações no Castro dos Arados, também situado perto do lugar da Feira Nova. A escavação foi dirigida por José Leite de Vasconcelos e efectuada por José de Almeida Carvalhais e Júlio Garcia, no ano de 1902. No ano seguinte, Bernardo de Sá continuou os trabalhos também sobre a direcção de Leite de Vasconcelos.

É uma necrópole de incineração e as sepulturas são em caixa quadrangular, compostas por lajes de granito, de forma irregular. Eram escavadas no saibro à profundidade de 1 metro, continham para além do espólio, carvões, cinzas e nalguns casos, fragmentos de ossos.

Contexto de Recolha

Circunstâncias do Achado/Recolha

Colectores

José de Almeida Carvalhais/Júlio Garcia/Bernardo de Sá

Especificações Intervenção arqueológica

Contexto territorial

Local Feira Nova.

Classificação geográfica Ariz

Sítio arqueológico Necrópole da Fraga

Estação Necrópole da Fraga

Complexo Sepultura 5 (?)

Contexto temporal

Data Recolha 1902 - 1903

Incorporação

Data de incorporação 1902 - 1903

Modo de incorporação Achado

Especificações Intervenção arqueológica do Museu.

Localização

Tipo	Localização	Data
Reserva	MNA - 0374.9	2015-9-30

Bibliografia

Bibliografia	Páginas
DIAS, Mafalda da Silva Carvalho - A Necrópole Romana da Fraga (Alpendurada, Marco de Canavezes). Texto Policopiado, Lisboa: 2006	241



Inv. : 16486

Denominação: Jarro de cerâmica comum

Instituição / Proprietário: Museu Nacional de
Arqueologia

Super-Categoria: Arqueologia

Categoria: Cerâmica

Publicado na internet

Descrição

Jarro de cerâmica comum, completo. Pequeno pé destacado. Corpo com perfil ovóide, colo divergente, lábio com ressalto no interior e inclinado para o exterior com perfil externo côncavo. Bordo de extremo plano, asa de fita assimétrica que liga o bordo ao corpo. Superfície externa com ligeiro alisamento. Apresenta uma decoração pintada a vermelho claro no corpo, muito vestigial, por meio de séries de traços com orientação oblíqua e haste central vertical. O mau estado de conservação do conjunto decorativo não permitiu a sua descrição e representação mais pormenorizada. Decoração incisa no colo de duas linhas incisas paralelas. [ficha segundo Dias, 2006, 245]

Produção

Contexto social

Tipo	Nome
Grupo	Romano

Datação

Época/ Período cronológico Época Romana

Século(s) 1 dC - 2 dC

Justificação da data
Contexto cronológico-cultural e tipologia

Outras datações
Alto Império

Informação técnica

Matéria Cerâmica

Técnica Torno

Dimensões

Altura 27 cm

Diâmetro 17,5 cm

Conservação

Estado de Conservação

Estado	Especificações	Data
Muito bom		2002-12-16

Origem/Historial

Historial

A Necrópole da Fraga ou da Tapada da Fraga situa-se junto do lugar da Feira Nova, concelho de Marco de Canaveses. Foi descoberta quando se procedia a escavações no Castro dos Arados, também situado perto do lugar da Feira Nova. A escavação foi dirigida por José Leite de Vasconcelos e efectuada por José de Almeida Carvalhais e Júlio Garcia, no ano de 1902. No ano seguinte, Bernardo de Sá continuou os trabalhos também sobre a direcção de Leite de Vasconcelos.

É uma necrópole de incineração e as sepulturas são em caixa quadrangular, compostas por lajes de granito, de forma irregular. Eram escavadas no saibro à profundidade de 1 metro, continham para além do espólio, carvões, cinzas e nalguns casos, fragmentos de ossos.

Contexto de Recolha

Circunstâncias do Achado/Recolha

Colectores

José de Almeida Carvalhais/Júlio Garcia/Bernardo de Sá

Especificações Intervenção arqueológica

Contexto territorial

Local Feira Nova.

Classificação geográfica Ariz

Sítio arqueológico Necrópole da Fraga

Estação Necrópole da Fraga

Complexo Sepultura 2 (?)

Contexto temporal

Data Recolha 1902 - 1903

Incorporação

Data de incorporação 1902 - 1903

Modo de incorporação Achado

Especificações Intervenção arqueológica do Museu.

Localização

Tipo	Localização	Data
Reserva	MNA - 0374.2	2015-9-28

Bibliografia

Bibliografia	Páginas
DIAS, Mafalda da Silva Carvalho - A Necrópole Romana da Fraga (Alpendurada, Marco de Canavezes). Texto Policopiado, Lisboa: 2006	245

Exposições

Título	Local	Início	Encerramento	N.º Catálogo
Portugal - das Origens à Época Romana	Museu Nacional de Arqueologia	1989-10-16	1993-12-21	vit. 27 -
SIT TIBI TERRA LEVIS: Rituais funerários romanos e paleocristãos em Portugal	Museu Nacional de Arqueologia	2008-4-22	2009-2-26	vit. 27 -



Inv. : 16536

Denominação: Tigela de cerâmica comum

Instituição / Proprietário: Museu Nacional de
Arqueologia

Super-Categoria: Arqueologia

Categoria: Cerâmica

Publicado na internet

Descrição

Tigela de cerâmica comum, com pé anelar. Corpo de perfil elipsoidal, lábio inclinado para o exterior, ligeiramente engrossado e bordo de extremo arredondado. Imitação da forma de terra sigillata hispânica Ritterling 8. Foi fabricada com uma pasta média e compacta com elementos não plásticos de grão médio a fino. Cozedura oxidante. Superfície externa alisada e com vestígios de aplicação de engobe de cor avermelhada.

Produção

Datação

Época/ Período cronológico **Época Romana**

Século(s) **2 dC - 4 dC**

Justificação da data
Contexto e tipologia

Informação técnica

Matéria **Cerâmica**

Técnica **Torno**

Dimensões

Altura **6,1 cm**

Diâmetro **14,6 cm**

Conservação

Estado de Conservação

Estado	Especificações	Data
Bom		2006-11-20

Origem/Historial

Historial

A Necrópole da Fraga ou da Tapada da Fraga situa-se junto do lugar da Feira Nova, concelho de Marco de Canaveses. Foi descoberta quando se procedia a escavações no Castro dos Arados, também situado perto do lugar da Feira Nova. A escavação foi dirigida por José Leite de Vasconcelos e efectuada por José de Almeida Carvalhais e Júlio Garcia, no ano de 1902. No ano seguinte, Bernardo de Sá continuou os trabalhos também sobre a direcção de Leite de Vasconcelos.

É uma necrópole de incineração e as sepulturas são em caixa quadrangular, compostas por lajes de granito, de forma irregular. Eram escavadas no saibro à profundidade de 1 metro, continham para além do espólio, carvões, cinzas e nalguns casos, fragmentos de ossos.

Contexto de Recolha

Circunstâncias do Achado/Recolha

Colectores

José de Almeida Carvalhais/Júlio Garcia/Bernardo de Sá

Especificações Intervenção arqueológica

Contexto territorial

Local Feira Nova.

Classificação geográfica Ariz

Sítio arqueológico Necrópole da Fraga

Estação Necrópole da Fraga

Complexo Sepultura 6

Contexto temporal

Data Recolha 1902 - 1903

Incorporação

Data de incorporação 1902 - 1903

Modo de incorporação Achado

Especificações Intervenção arqueológica do Museu.

Localização

Tipo	Localização	Data
Reserva	MNA - 0374.10	2015-9-30

Bibliografia

Bibliografia	Páginas
DIAS, Mafalda da Silva Carvalho - A Necrópole Romana da Fraga (Alpendurada, Marco de Canavezes). Texto Policopiado, Lisboa: 2006	219

Exposições

Título	Local	Início	Encerramento	N.º Catálogo
SIT TIBI TERRA LEVIS: Rituais funerários romanos e paleocristãos em Portugal	Museu Nacional de Arqueologia	2008-4-22	2009-2-26	

Património Móvel



Inv. : 2006.379.1

Denominação: Prato de cerâmica comum

Instituição / Proprietário: Museu Nacional de
Arqueologia

Super-Categoria: Arqueologia

Categoria: Cerâmica

Outras denominações: Prato Covo

N.º(s) Inventário anteriores: 2663

Publicado na internet

Descrição

Prato covo de cerâmica comum. Assentamento discoidal. Corpo com perfil troncocónico invertido. O lábio é inclinado para o exterior, engrossado, com perfil externo recto e bordo de extremo circular. Apresenta um grafito cruciforme inscrito na superfície interna do fundo. Ambas as superfícies foram alisadas e mostram sinais de exposição ao fogo. A pasta é grosseira, muito compacta e homogénea, com abundantes elementos não plásticos de grão médio a fino. A cozedura foi oxidante.

Produção

Datação

Época/ Período cronológico **Época Romana**

Século(s) **3 dC - 5 dC**

Justificação da data
Contexto e tipologia

Informação técnica

Matéria **Cerâmica**

Técnica **Torno**

Dimensões

Altura **6 cm**

Diâmetro **24,7 cm**

Peso **1108 g**

Conservação

Estado de Conservação

Estado	Especificações	Data
Bom		2008-1-25

Origem/Historial

Historial

A Necrópole da Fraga ou da Tapada da Fraga situa-se junto do lugar da Feira Nova, concelho de Marco de Canaveses. Foi descoberta quando se procedia a escavações no Castro dos Arados, também situado perto do lugar da Feira Nova. A escavação foi dirigida por José Leite de Vasconcelos e efectuada por José de Almeida Carvalhais e Júlio Garcia, no ano de 1902. No ano seguinte, Bernardo de Sá continuou os trabalhos também sobre a direcção de Leite de Vasconcelos.

É uma necrópole de incineração e as sepulturas são em caixa quadrangular, compostas por lajes de granito, de forma irregular. Eram escavadas no saibro à profundidade de 1 metro, continham para além do espólio, carvões, cinzas e nalguns casos, fragmentos de ossos.

Esta peça faz parte de uma sepultura denominada VI, de que foi feito o seu levantamento integral no campo e assim transportada para o Museu. Era composta por lajes de granito com cinco vasos dentro.

Contexto de Recolha

Circunstâncias do Achado/Recolha

Colectores

José de Almeida Carvalhais/Júlio Garcia/Bernardo de Sá

Especificações **Intervenção arqueológica**

Contexto territorial

Local **Feira Nova.**

Classificação geográfica **Ariz**

Sítio arqueológico **Necrópole da Fraga**

Estação **Necrópole da Fraga**

Complexo **Sepultura VI**

Contexto temporal

Data Recolha **1902 - 1903**

Incorporação

Data de incorporação **1902 - 1903**

Modo de incorporação **Achado**

Especificações **Intervenção arqueológica do Museu.**

Localização

Tipo	Localização	Data
Reserva	MNA - 0374.27	2015-10-13

Bibliografia

Bibliografia	Páginas
DIAS, Mafalda da Silva Carvalho - A Necrópole Romana da Fraga (Alpendurada, Marco de Canavezes). Texto Policopiado, Lisboa: 2006	212

Anexo 10. Elementos referentes ao sítio arqueológico de Silveirona

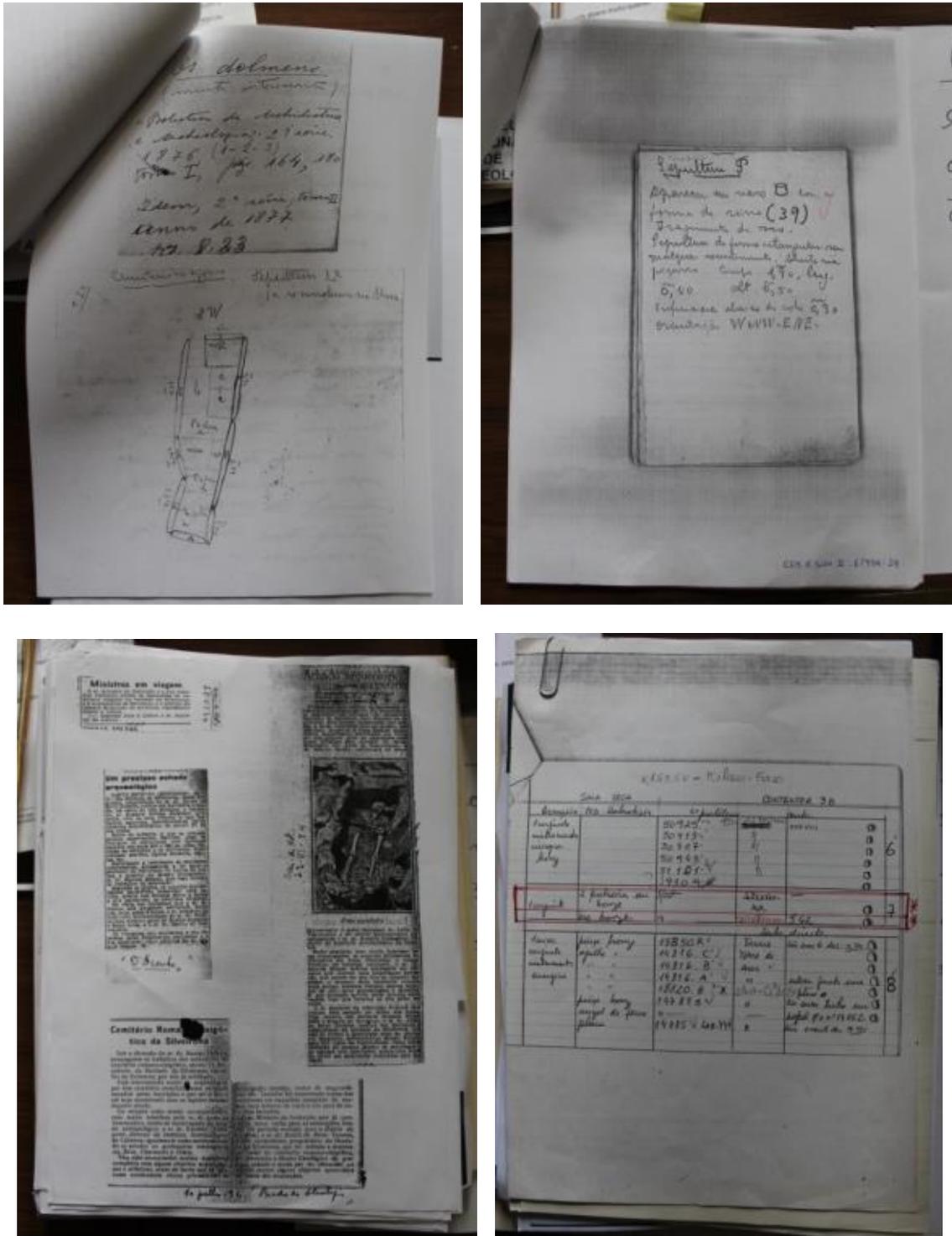


Figura 10-1. Fotografias de alguns elementos constantes no processo de Silveirona: fotocópias de cadernos de campo, artigos, fichas da desmontagem, ficha de complexo, listagem de sepulturas e peças atribuídas às mesmas.

ARC Silveira

MMAE Nº 399.823 4º Etapa: EL 420 5º Etapa: 64/4/2012 Colector: TEAN UEL 64/12

Designação: Parque Nacional de Silveira

Local: Parque Nacional de Silveira Propriedade: Silveira

Tipo de sítio: Arqueológico Data: _____

Coordenadas: _____ Data de instalação: _____

Mapa: BR Município: Parque Nacional

Foto Nº: _____ Área: 251/252 Registro Nº: 3.542 Escala: _____

Coordenadas: _____

MUSEU NACIONAL DE INDÚSTRIA E MINÉRIAS

INVENTÁRIO DE ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICAS ESPECIES

DESIGNAÇÃO: Parque Nacional de Silveira

LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: Parque Nacional de Silveira

IBRA: Parque Nacional de Silveira

PROB: Parque Nacional de Silveira

FORM: Parque Nacional de Silveira

PROJ: Parque Nacional de Silveira

COMPLEXO DE AQUADOS: Parque Nacional de Silveira

LOCAL GEOGRÁFICA: Parque Nacional de Silveira

COLEÇÃO: Parque Nacional de Silveira

POSICION: Parque Nacional de Silveira

INVENT. GERAL	OBJETO	MATERIA	MARCAÇÃO	N.º MUSEU	N.º MUSEU	EST. GERAL
2094.52.1	Moedas de prata de 1 cunha	Cunha de	Silveira, 12.1	2094.52.1	2094.52.1	2094.52.1
2094.52.2	Moedas de prata de 1 cunha	Cunha de	Silveira, 12.2	2094.52.2	2094.52.2	2094.52.2

SEPTENTRINA - NECRÓPOLE ROMANA

SEPULTURA	Nº Mensal	Nº Nova	Extravada	Outros
A	1, 2, 3	2002.111.1 (2)	2002.442	2014.53
B	4 a 5	2002.211 (4)	2002.442	2014.53
C	10	2002.211 (4)	2002.442	2014.53
D	11	2002.211 (4)	2002.442	2014.53
E	12	2002.211 (4)	2002.442	2014.53
F	13, 14, 15, 16	2002.181 (14)	2002.442	2014.53
G	17 (Inventário 16 a 22)	2002.181 (17)	2002.442	2014.53
H	23 a 28	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
I	29	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
J	30	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
K	31, 32, 33	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
L	34	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
M	35, 36, 37	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
N	38	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
O	39	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
P	40	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
Q	41	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
R	42	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
S	43	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
T	44	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
U	45	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
V	46	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
W	47	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
X	48	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
Y	49	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
Z	50	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
AA	51, 52	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
AB	53	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
AC	54	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
AD	55	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
AE	56	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
AF	57	2002.181 (21)	2002.442	2014.53
AG	58	2002.181 (21)	2002.442	2014.53

CELE Cristina Rodrigues Lopes

SILVEIRONA REVISITADA:

Novo Análise Antropológica Quatro Décadas Depois

Relatório de Trabalho realizado na Terra de Caramuru, Minas Gerais, sob orientação da Dra. Eugênia Cordeiro

Copyright © 2017

Departamento de Antropologia
 Faculdade de Ciências e Letras - Universidade de São Paulo

Figura 10-2. Fotografias de alguns elementos constantes no processo de Silveirona: fotocópias de cadernos de campo, artigos, fichas da desmontagem, ficha de complexo, listagem de sepulturas e peças atribuídas às mesmas.

N.º de Catálogo: 47 [fig. 95]

Localização: sepultura BU

Púcaro de bojo carenado, fundo plano. Fragmentos de duas asas verticais. Pasta laranja avermelhada (5 YR 5/8), fina, branda, raras partículas de cerâmica moída. Pasta G. Céramique Orangée Fine? Leve aguada. Diâm. pé: 3,8.

Estado de conservação: muito fragmentado e incompleto.

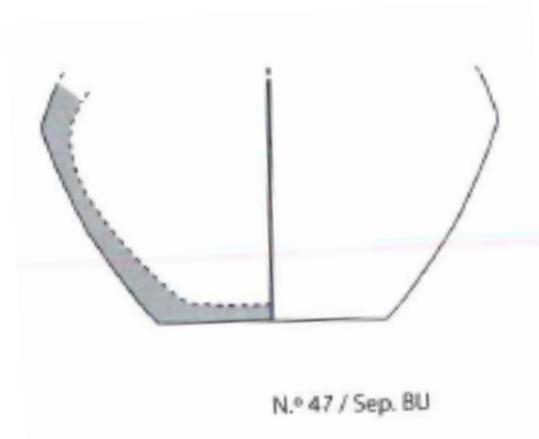


Figura 10-3. Digitalização das informações referentes à peça com o número de inventário 2002.52.1, retirado de CUNHA, Mélanie – As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz). Do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2008, pp. 147 e 197.



Figura 10-4. Marcação CH 108 na peça 2012.63.2, identificando esta peça como sendo proveniente da sepultura CH e sendo a 108ª peça inventariada por Manuel Heleno.



Figura 10-5. Marcação CH 109 na peça 2012.63.3, identificando esta peça como sendo proveniente da sepultura CH e sendo a 109ª peça inventariada por Manuel Heleno.

Anexo 11. Fichas Matriz de peças do sítio arqueológico da Fraga



Património Móvel



Inv. : 2002.52.2

Denominação: Lucerna com representação de Vitória

Instituição / Proprietário: Museu Nacional de Arqueologia

Super-Categoria: Arqueologia

Categoria: Cerâmica

Subcategoria: Iluminação

Publicado na internet

Descrição

Lucerna de cerâmica comum de tipo Dressel 20 ou Deneauve VIII C. Apresenta disco côncavo com o orifício de alimentação descentrado, decorado com a representação de uma Vitória alada, de frente, com as asas abertas, segurando na mão esquerda uma palma e na direita, provavelmente uma coroa. A orla está separada do disco por uma moldura em relevo formada por duas linhas. A orla é decorada com pequenas pérolas. A base é plana. Apresenta uma asa perfurada. A pasta é grosseira, cor alaranjada, com abundantes elementos não plásticos de grão grosso. A superfície encontra-se muito desgastada sendo pouco definida a decoração. Ostenta vestígios de uso pelo fogo.

Representação

Iconografia
Vitória

Produção

Datação

Época/ Período cronológico Época Romana

Século(s) 2 dC - 3 dC

Justificação da data
Tipologia e contexto cronológico-cultural

Informação técnica

Matéria Cerâmica

Dimensões

Altura 5,3 cm

Diâmetro 8,2 cm

Comprimento 11,5 cm

Conservação

Estado de Conservação

Estado	Especificações	Data
Deficiente		2014-5-19

Origem/Historial

Historial

Silveirona. No início do mês de Maio de 1934, no decorrer de trabalhos agrícolas no Currealinho da Mina, na Herdade da Silveirona, foram encontradas placas de mármore, de sepulturas, com inscrições datáveis do século VI d.C., material cerâmico, metais, colunas, capitéis e tijolos, e muitas ossadas humanas. Estes achados foram imediatamente comunicados ao então Museu Etnológico de Lisboa, dirigido pelo Dr. Manuel Heleno, que reconheceu tratar-se de um cemitério de alto valor científico para o estudo da época visigótica e romana. Manuel Heleno efectuou escavações arqueológicas no local, vindo a identificar duas necrópoles; uma romana (Silveirona I) e outra visigótica (Silveirona II). A necrópole romana era constituída por 86 sepulturas, a maioria delas de inumação. Eram escavadas na rocha, existindo, no entanto algumas que estavam revestidas com lajes e pedras. Datará entre o século II e o final do século IV / início do V d.C. A necrópole visigótica, situada a cerca de 300 metros da outra, foi em grande parte destruída por trabalhos agrícolas e pelo menos mais de cinquenta sepulturas já tinham sido remexidas antes da escavação. Escavaram-se 32 sepulturas de inumação, construídas com lajes, pedras e ladrilhos, cobertas por lajes de pedra. As inscrições descobertas nesta necrópole datam do séc. VI d.C.. Entre as duas necrópoles e a pouca distância foram descobertas algumas estruturas habitacionais. As escavações duraram dois meses. As peças descobertas antes das escavações foram oferecidas ao Museu pelo proprietário do terreno, o Dr. Pereira Dias, as restantes, escavadas pela equipa dirigida por Manuel Heleno deram entrada no Museu logo após o fim dos trabalhos de campo.

Contexto de Recolha

Circunstâncias do Achado/Recolha

Colectores

Manuel Heleno

Especificações No decorrer de trabalhos agrícolas na Herdade da Silveirona

Contexto territorial

Local Cemitério romano da Silveirona

Classificação geográfica Santo Estevão

Sítio arqueológico Silveirona

Estação Cemitério romano da Silveirona

Complexo Sepultura BU

Contexto temporal

Data Recolha 1934-5

Incorporação

Data de incorporação 1934

Modo de incorporação Achado

Especificações Intervenções arqueológicas

Localização

Tipo	Localização	Data
Reserva	MNA 254.6	2015-12-1

Bibliografia

Bibliografia	Páginas
Cadernos de campo das escavações da Silveirona de Manuel Heleno. Estremoz: 1934	-
CELIS BETRIU, Raul - Las Lucernas Romanas, Conceptos e principios tipologicos (una aproximación a su definición. Trabajo de D.E.A. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005	
CUNHA, Mélanie Wolfram Espanha da - Do Mundo Funerário Romano à Antiguidade Tardia - Sete Décadas Depois. Dissertação de Mestrado. Lisboa: 2004	
DENEUVE, J. - Lampes de Carthage. Paris: Edition du Centre Nationale de la Recherche Scientifique, 1969	
MARTÍN, F. Germán Rodríguez - Lucernas Romanas del Museo Nacional de Arte Romano (Mérida). Madrid: Secretaria General Tecnica, 2002	76

Património Móvel



Inv. : 2012.63.2

Denominação: Prato de cerâmica

Instituição / Proprietário: Museu Nacional de
Arqueologia

Super-Categoria: Arqueologia

Categoria: Cerâmica

Não publicado na internet

Descrição

Prato de cerâmica do tipo Nolen 3a. O bordo é revirado para o interior e biselado. A parede é levemente arqueada e o fundo é plano. A pasta é de cor cinzenta escura, com abundantes elementos não plásticos de grão médio e grosso de feldspato e de micas.

Produção

Datação

Época/ Período cronológico **Época Romana**

Século(s) **2 dC - 3 dC**

Informação técnica

Matéria **Cerâmica**

Dimensões

Altura **4,21 cm**

Diâmetro **21,9 cm**

Conservação**Estado de Conservação**

Estado	Especificações	Data
Bom		2012-6-11

Origem/Historial

Historial

Silveirona. No início do mês de Maio de 1934, no decorrer de trabalhos agrícolas no Currelinho da Mina, na Herdade da Silveirona, foram encontradas placas de mármore, de sepulturas, com inscrições datáveis do século VI d.C., material cerâmico, metais, colunas, capitéis e tijolos, e muitas ossadas humanas. Estes achados foram imediatamente comunicados ao então Museu Etnológico de Lisboa, dirigido pelo Dr. Manuel Heleno, que reconheceu tratar-se de um cemitério de alto valor científico para o estudo da época visigótica e romana. Manuel Heleno efectuou

escavações arqueológicas no local, vindo a identificar duas necrópoles; uma romana (Silveirona I) e outra visigótica (Silveirona II). A necrópole romana era constituída por 86 sepulturas, a maioria delas de inumação. Eram escavadas na rocha, existindo, no entanto algumas que estavam revestidas com lages e pedras. Datará entre o século II e o final do século IV / início do V d.C. A necrópole visigótica, situada a cerca de 300 metros da outra, foi em grande parte destruída por trabalhos agrícolas e pelo menos mais de cinquenta sepulturas já tinham sido remexidas antes da escavação. Escavaram-se 32 sepulturas de inumação, construídas com lages, pedras e ladrilhos, cobertas por lages de pedra. As inscrições descobertas nesta necrópole datam do séc. VI d.C.. Entre as duas necrópoles e a pouca distância foram descobertas algumas estruturas habitacionais. As escavações duraram dois meses. As peças descobertas antes das escavações foram oferecidas ao Museu pelo proprietário do terreno, o Dr. Pereira Dias, as restantes, escavadas pela equipa dirigida por Manuel Heleno deram entrada no Museu logo após o fim dos trabalhos de campo.

Contexto de Recolha

Circunstâncias do Achado/Recolha

Colectores

Manuel Heleno

Especificações No decorrer de trabalhos agrícolas na Herdade da Silveirona

Contexto territorial

Local Cemitério romano da Silveirona

Classificação geográfica Santo Estevão

Sítio arqueológico Silveirona

Estação Cemitério romano da Silveirona

Complexo Sepultura CH

Contexto temporal

Data Recolha 1934-5

Incorporação

Data de incorporação 1934

Modo de incorporação Achado

Especificações Intervenções arqueológicas do MNA.

Localização

Tipo	Localização	Data
Reserva	MNA 0254.10	2015-12-7

Bibliografia

Bibliografia	Páginas
Cadernos de campo das escavações da Silveirona de Manuel Heleno. Estremoz: 1934	-
CUNHA, Mélanie Wolfram Espanha da - "As Necrópoles da Silveirona (Santo Estevão, Estremoz) - Do mundo funerário romano à antiguidade tardia". Suplemento a O Arqueólogo Português, nº 4. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2008	
NOLEN, Jeannette U. Smit - "Acerca da Cronologia da Cerâmica Comum das Necrópoles do Alto Alentejo: Novos Elementos". O Arqueólogo Português, série IV, vol 13/15. Lisboa: MNA, 1995-1997	371
NOLEN, Jeannette U. Smit - "Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo". Lisboa: 1985	84 e 196, est XXIX, nº 236

Observações

CONT. 1999

Património Móvel



Inv. : 2012.63.3

Denominação: Taça de cerâmica

Instituição / Proprietário: Museu Nacional de
Arqueologia

Super-Categoria: Arqueologia

Categoria: Cerâmica

Não publicado na internet

Descrição

Taça de cerâmica, de forma troncocónica. O pé é em bolacha e o fundo é côncavo. As paredes são oblíquas e o bordo é recto, de lábio arredondado. A pasta é média, de cor cinzenta clara, com abundantes elementos não plásticos de grão médio e grosso de feldspato e de micas.

Produção

Datação

Época/ Período cronológico **Época Romana**

Século(s) **2 dC - 3 dC**

Informação técnica

Matéria **Cerâmica**

Dimensões

Altura **9,4 cm**

Diâmetro **22,2 cm**

Conservação**Estado de Conservação**

Estado	Especificações	Data
Bom		2012-6-11

Origem/Historial

Historial

Silveirona. No início do mês de Maio de 1934, no decorrer de trabalhos agrícolas no Currealinho da Mina, na Herdade da Silveirona, foram encontradas placas de mármore, de sepulturas, com inscrições datáveis do século VI d.C., material cerâmico, metais, colunas, capitéis e tijolos, e muitas ossadas humanas. Estes achados foram imediatamente comunicados ao então Museu Etnológico de Lisboa, dirigido pelo Dr. Manuel Heleno, que reconheceu tratar-se de um cemitério de alto valor científico para o estudo da época visigótica e romana. Manuel Heleno efectuou

escavações arqueológicas no local, vindo a identificar duas necrópoles; uma romana (Silveirona I) e outra visigótica (Silveirona II). A necrópole romana era constituída por 86 sepulturas, a maioria delas de inumação. Eram escavadas na rocha, existindo, no entanto algumas que estavam revestidas com lages e pedras. Datará entre o século II e o final do século IV / início do V d.C. A necrópole visigótica, situada a cerca de 300 metros da outra, foi em grande parte destruída por trabalhos agrícolas e pelo menos mais de cinquenta sepulturas já tinham sido remexidas antes da escavação. Escavaram-se 32 sepulturas de inumação, construídas com lages, pedras e ladrilhos, cobertas por lages de pedra. As inscrições descobertas nesta necrópole datam do séc. VI d.C.. Entre as duas necrópoles e a pouca distância foram descobertas algumas estruturas habitacionais. As escavações duraram dois meses. As peças descobertas antes das escavações foram oferecidas ao Museu pelo proprietário do terreno, o Dr. Pereira Dias, as restantes, escavadas pela equipa dirigida por Manuel Heleno deram entrada no Museu logo após o fim dos trabalhos de campo.

Contexto de Recolha

Circunstâncias do Achado/Recolha

Colectores

Manuel Heleno

Especificações No decorrer de trabalhos agrícolas na Herdade da Silveirona

Contexto territorial

Local Cemitério romano da Silveirona

Classificação geográfica Santo Estevão

Sítio arqueológico Silveirona

Estação Cemitério romano da Silveirona

Complexo Sepultura CH

Contexto temporal

Data Recolha 1934-5

Incorporação

Data de incorporação 1934

Modo de incorporação Achado

Especificações Intervenções arqueológicas do MNA.

Localização

Tipo	Localização	Data
Reserva	MNA 0254.10	2015-12-7

Bibliografia

Bibliografia	Páginas
Cadernos de campo das escavações da Silveirona de Manuel Heleno. Estremoz: 1934	-
CUNHA, Mélanie Wolfram Espanha da - "As Necrópoles da Silveirona (Santo Estevão, Estremoz) - Do mundo funerário romano à antiguidade tardia". Suplemento a O Arqueólogo Português, nº 4. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2008	

Observações

CONT. 1999

Apêndice A. Atual organização do espaço

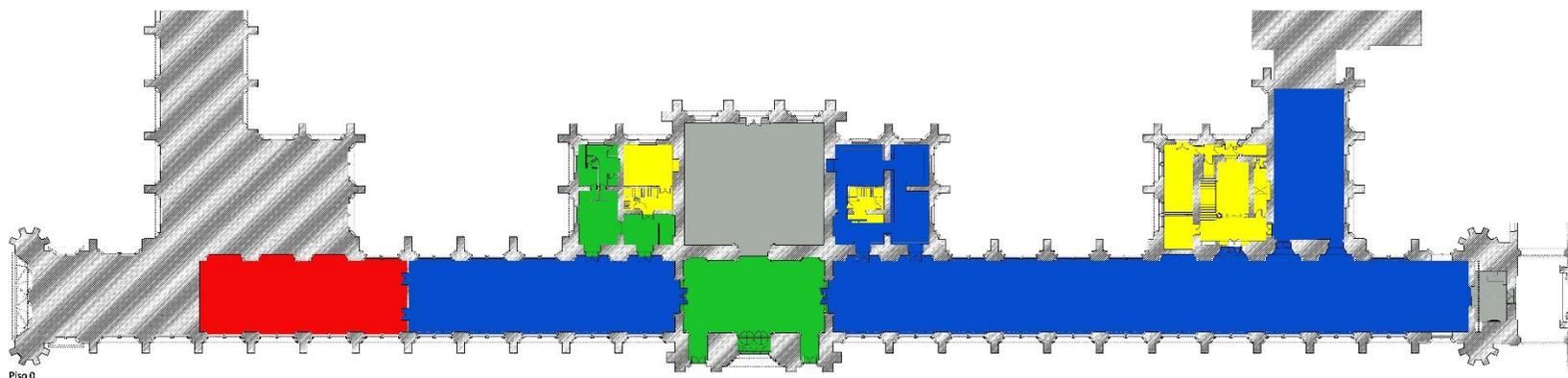


Figura A-1. Piso térreo. Área maioritariamente aberta ao público, com a exceção de parte do lado poente onde se encontram as Reservas Gerais (a vermelho) e de sectores de serviços internos (a amarelo), dispo de uma recepção e espaços para uso do público (a verde) e onde se encontram as exposições (a azul) temporárias (lado poente) e permanentes ou de longa duração (lado nascente). A antiga Recepção 2 e Torre Oca (a cinzento) pertencem agora ao Mosteiro dos Jerónimos e Museu de Marinha, respetivamente.

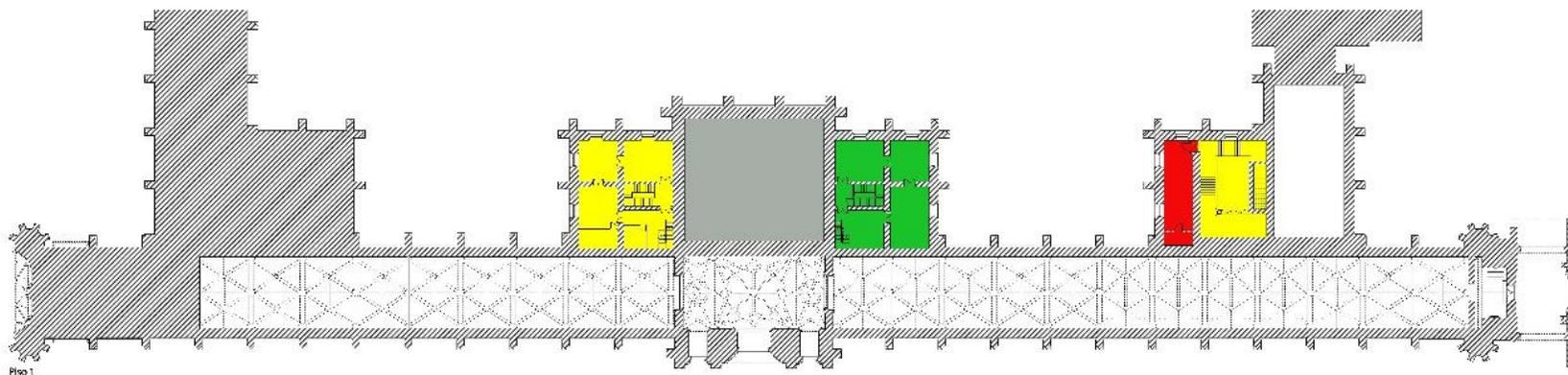


Figura A-2. Piso intermédio. Serviços administrativos e outras áreas de serviços internos (a amarelo), depósito do Serviço de Documentação (a verde) e reservas (a vermelho).

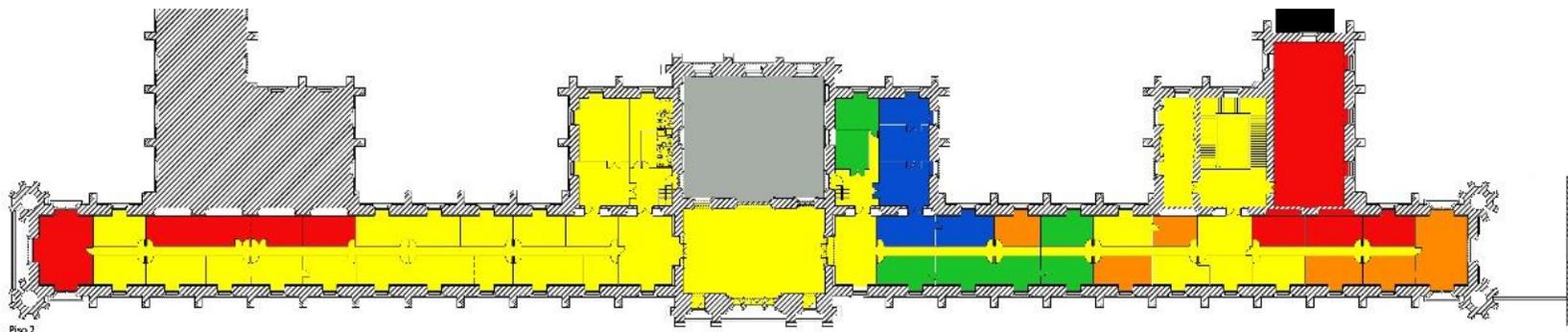


Figura A-3. Piso superior, hoje. Salão Nobre, no corpo central, que une as alas este e oeste onde um corredor feito com divisórias de alumínio, organiza dois compartimentos com gabinetes (a amarelo), Laboratório de Conservação e Restauro (a azul), Serviço de Documentação (a verde), Serviço de Inventário e Coleções (a laranja) e outros espaços de reservas (a vermelho).

Apêndice B. Tabela com recolha de informação epistolar

A tabela recolhe informação patente no epistolário de JLV referente ao correspondente n.º 1938 – MAIA, Manuel Domingues de Sousa, Pe. Inclui cruzamento com cartas recebidas por Sousa Maia e remetidas por JLV (a amarelo) e carta remetida por Sousa Maia que não chegou ao destino (a laranja).

Nº da espécie	Data	Proveniência	Tipo de documento	Conteúdo	Observações
	28-02-1905	Lisboa	Ofício 381 do MEP [?]	JLV agradece de oferta de objetos	Após visita de Félix Alves Pereira em 1905, cf. OAP, 1905, p. 381-382
12739	05-08-1905	Canidelo, Vila do Conde (consta do cartão)	Cartão pessoal	Agradecimento	
	[21-09-1905]			JLV informa que tenciona ir a Vila do Conde e pretende conhecer pessoalmente o abade	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 39
	[26-09-1905]			JLV justifica porque não se encontrou com o abade	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 40
	[02-10-1906]		[Postal]	JLV pretende fazer a visita que não conseguiu	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 41. Postal com nota do abade em como foi visitado no dia 07-10-1906
12740	13-10-1906	Canidelo, Vila do Conde	Bilhete postal	Viagem a Lisboa	
12741	21-10-1906	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Viagem a Lisboa	Visitou JLV
	[24-10-1906]	Lisboa		JLV procura documento relativo à Inquisição	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 42

	[27-10-1906]			JLV procura documento relativo à Inquisição, sem sucesso	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 43
12742	20-11-1906	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Informação pessoal; Agradecimento por busca de documento relativo à Inquisição; Menção a <i>Portugalia Monumenta Historica</i>	
	02-04-1907	Lisboa		JLV sobre livro <i>Leges et Consuetudines [Portugalia Monumenta Historica]</i>	
	18-04-1907	Lisboa		JLV agradece arrelás; Menção a <i>Portugalia Monumenta Historica</i>	
12743	21-04-1907	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Menção a arrelás enviado; Menção crítica de JLV à revista <i>Portugália</i> ; Menção a <i>Portugalia Monumenta Historica</i> que deseja colecionar com ajuda de JLV	Menção a objeto etnográfico doado, arrelás
12744	11-05-1907	Canidelo, Vila do Conde (consta do cartão)	Cartão pessoal	Agradecimento por livros que deseja [<i>Portugal Monumenta Historica</i>]; Em nota informação sobre arrelás	«O arrelá também é conhecido aqui pelo nome de "corrimbóque"». Será algo para cheirar tabaco, cf. Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos (DRA), de José Leite de Vasconcelos ¹⁷⁵
	[22-05-1907]			JLV faz contas sobre compra do livro <i>Portugalia Monumenta Historica</i> . Informa que talvez vá a Vila do Conde em Setembro	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 45
12745	24-05-1907	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Agradecimento pelo envio de <i>Portugalia Monumenta Historica</i> ; Pergunta a etimologia de algumas palavras; Possível viagem a Lisboa	
	[28-05-1907]			JLV sobre etimologia de palavras	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 46
	11-10-1907	Lisboa		JLV diz que esteve em Espanha; Menção a <i>Portugalia Monumenta Historica</i> ; Menção a crítica de R.P.	Nota sobre R.P. em Boletim Cultural da CMPorto, p. 47

¹⁷⁵Veja-se <http://alfclul.ciul.ul.pt/teitok/dra/index.php?match=contains&query=corrimb&action=xdxf> [consult. 21 ago. 2018]

12746	16-10-1907	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Viagem de JLV; Menção a artigo de OAP sobre Vairão; Possível viagem a Lisboa para ver Museu [?]; Menção a resposta de R.P. [Revista Portugália? À crítica do JLV?]	Deseja vir a Lisboa ver «a nova casa de V. Ex. ^a , que deve ser o ideal que tinha em mente quando estive ahi.» Possível menção às instalações do MNA nos Jerónimos
	[12-12-1907]	[Lisboa]		JLV pede informação sobre nomes de freguesias e concelhos	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 49; Entre os nomes menciona Alvarelhos [castro]
	[19-12-1907]			JLV menciona carta do abade sobre o tema da missiva de 12-12-1907; Pede que abade recolha objetos; Menção a recolha de objetos no sul	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 50
	[26-12-1907]			JLV agradece informações e indica nome para abade contactar para saber sobre Vairão; Oferece-se para publicar catálogo do abade no OAP	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 50
12747	20-02-1908	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Pedido de compra de livro; Pedido pessoal; Menção à descoberta de algumas mamoas	Anotações de JLV a vermelho relacionado com mamoas que o abade «quando tiver recursos e tempo, desejo explorar. Devem dar bastante, a meu ver.» Esta carta encontrava-se em “Apontamentos por proveniência”, aparentemente com uma de Martins Sarmiento 03-12-1894
	[01-03-1908]	Lisboa		JLV menciona trabalho no 3.º v. de Religiões da Lusitânia; Menção a livro; Resposta ao pedido pessoal; Pede que seja informado quando o abade estiver para explorar as mamoas	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 52, mas deve haver erro, menciona 1903. «Muito estimo o que me diz das mamôas. Mas quando estiver para as explorar, rogo-lhe o favor de me informar, para lhe mandar algumas regras.» p. 51
12748	11-03-1908	Canidelo, Vila do Conde	Bilhete postal	Agradecimento pelo envio de livro	
	[02-05-1908]		[Postal]	JLV informa de quando regressa a Lisboa, andando pelo Algarve	Nota à data e ao postal em Boletim Cultural da CMPorto, p. 52. Informa que já mandou 42 caixotes

12749	14-05-1908	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Agradecimento por lembrança do Algarve; Menção a artigo de OAP sobre Vairão; Menção a um projetado catálogo da sua autoria pedindo declaração de JLV [relacionado com o artigo mencionado de OAP]	Menciona colheita que JLV fez no Sul, 42 caixotes. Artigo mencionado: OAP S.1 vol. 12, p. 281-289 ¹⁷⁶ por Monsenhor Ferreira -
	[21-05-1908]			JLV indica que se dedica à arqueologia lusitana, não portuguesa	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 53. Menciona que obteve ainda mais caixotes
	01-10-1908			Sobre possível visita de JLV	Bilhete postal de Sousa Maia para JLV devolvido, segundo Boletim Cultural da CMPorto, p. 70
	[28-10-1908?]			JLV parece preparar viagem	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 54, talvez haja confusão
	[08-10-1908]			JLV parece preparar viagem	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 54
	[10-10-1908]			JLV sobre visita	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 55
	[18-05-1909]	Roma	[Postal]	JLV menciona que encontrou amigo comum	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 56; Monsenhor Ferreira
12750 e 12750 A	22-03-1912	Canidelo, Vila do Conde	Carta e desenho	Menção à descoberta de 2 arrecadas em ouro, numa «propriedade do lugar de Bairroz, freguezia de Sant'ago de Bougado, concelho de Santo Thyrso [...] com uma ornamentação muito rudimentar, apenas umas covinhas feitas com punção, como V. Ex.ª poderá ter uma leve ideia pelo schema incluso.» Ouro parece não ter liga, segundo	Arrecadas de ouro descobertas em Santiago de Bougado, Santo Tirso ¹⁷⁷ (hoje, Santiago de Bougado, Trofa). Hoje no Museu Nacional Soares dos Reis ¹⁷⁸

¹⁷⁶ Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_12/281_couto_mosteiro.pdf [Consult. 21 ago. 2018]

¹⁷⁷ Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Santiago_de_Bougado [consult. 21 ago. 2018].

¹⁷⁸ Cf. <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=306409> [consult. 21 ago. 2018]

				ourives que o dono da joia consultou, foram mostradas a Joaquim de Vasconcellos. Museu do Porto quer adquirir mas tem poucos recursos pelo que teme que sejam vendidas ou derretidas. Pediu ao dono para não vender sem JLV as ver	
12751	11-04-1912	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Objetos da última carta [arrecadas?] estão na posse do irmão do proprietário, podendo ser examinadas por JLV; Exploração das antas talvez no próximo mês de maio mas não sabe que despesa terá a fazer; Menção a vasos em forma de côco; Pedido de explicação da etimologia de Alvarelhos	«Os vasilhos em forma de chapéu-de-côco estão aqui, e provavelmente farei presentes deles a V. Ex. ^a logo que colha informações sobre um, pois de outro já as colhi.» Mais vasos do tipo que ofereceu em 1911? Vasos de diferente proveniência do oferecido em 1911? Recolha de informação sobre o oferecido?
12752	08-06-1912	Canidelo, Vila do Conde	Bilhete postal	Informação pessoal; Menção a trabalho [nas mamoas?] e quanto poderá custar	
12753	18-06-1912	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Informação pessoal; Agradecimento pela explicação da etimologia de Alvarelhos; Coloca-se à disposição para explorar as mamoas; Sobre grafia de Santo Tirso	Sublinhado a lápis azul [JLV?] e anotação de datas [viagem de JLV a Santo Tirso]
12754	28-06-1912	Canidelo, Vila do Conde	Bilhete postal	Agradecimentos	Possível exploração das antas/mamoas. Esta carta encontrava-se em “Apontamentos por proveniência” em ‘pasta’ “Canidelo I”
12755	03-07-1912	Canidelo, Vila do Conde	Bilhete postal	Exploração das mamoas	Resultado da exploração da primeira «tem sido de uma pobreza franciscana; tenho apenas colhido alguns cacos e um pequeno objecto de silix (?), que julgo ser um raspador. Vamos a ver o resto mas por enqto estou desanimado.» Esta carta encontrava-se em “Apontamentos por proveniência” em ‘pasta’ “Canidelo I”
12756	07-08-1912	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Acusa receção de vale; Exploração de 2 mamoas; Informação pessoal	Exploração das antas/mamoas “deram pouco - apenas cacos muito quebrados e duas mós. Tinham

					de mistura com os cacos próprios destes monumentos outros fragmentos de louça mais moderna. Tudo está empacotado. Como ainda resta algum dinheiro desejava empregá-lo na exploração doutras antelas que descobri. Mas ainda não me foi possível arranjar licença do proprietário do terreno em que se encontra a que é (a meu ver) mais importante. Vou tentar por outra pessoa a ver se consigo dar-lhe um golpe. Em todo o caso por todo este mês verei se faço mais alguma escavação.” Esta carta encontrava-se em “Apontamentos por proveniência” em ‘pasta’ “Canidelo I”
12757	26-11-1912	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Agradecimentos; Exploração de mamoadas; Diz que se JLV quiser ele faz relatório do que está feito mas que julga melhor ir tudo de uma vez.	“As escavações de que me encarreguei estão neste pé: Explorei com o máximo cuidado duas mamoadas, as quais infelizmente estavam já muito remexidas [?]), e portanto pouco resultado deram, o que muito me desanimou.” Como sobrou dinheiro “tenciono empregar na escavação de mais tres mamoadas que existem na mesma freguezia (Alvarelhos, c. de Sto. Tirso). Duas dessas mamoadas estão também muito mexidas, outra (se o é) deve dar alguma coisa; mas é precisamente esta, que mais promete [?], a meu ver, que terá de ficar talvez inexplorada por causa da caturrice do dono do terreno que não quer dar a necessária licença. Vou, porém tentar de novo, com jeito, a ver se arranjo. Estes trabalhos foram interrompidos pelo motivo exposto, por causa dos trabalhos de vindimas e... da minha vida também um pouco agitada nestes tempos que vão correndo.” Esta carta encontrava-se em “Apontamentos por proveniência” em ‘pasta’ “Canidelo I”

12758	09-11-1913	Canidelo, Vila do Conde	Postal	Agradecimentos; Possível visita ao Pisão de Guidões [?]	Com figura, no verso, da “Capella de Santo Ovidio no Monte de Crasto em Vairão (Villa do Conde)”. Pisão pode referir-se a engenho têxtil ¹⁷⁹
12759	12-11-1913	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Menciona leitura do <i>Defensão do Museu Etnológico Português</i> ; Oferece exemplar de <i>Memórias de Guidões</i> ; Dará conta das escavações quando possível	Livro no Legado do JLV, cota JLV/1164
12760	03-01-1914	Canidelo, Vila do Conde	Bilhete postal	Cumprimentos; Menciona objectos que deve encaixotar e remeter para Belém; Em PS menciona curiosidade em ver o 3º fascículo das <i>Religiões da Lusitânia</i>	
12761	30-01-1914	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Greve dos ferroviários atrasou remessa das escavações de que JLV o encarregou; Menciona exploração desenvolvida em 1909 [?], em Bougado; Tinha para mostrar a JLV lápides que apareceram na Beiriz (?), c. da Póvoa de Varzim, mas que teve de devolver; Menciona gastos com a escavação de 4 mamoadas; Menciona envio de arrelá, para a coleção de JLV, juntamente com as restantes	“remessa do caixote de cacos para o Museu [...]. Mas em fim lá vae a caminho de Lisboa o pouco que foi possível colher nas explorações de que V. Ex.ª me encarregou: o relatório é que ainda não vae, mas creio que irá a tempo de se publicar este anno.” Menciona também lápides proveniente de Beiriz, Póvoa de Varzim, que queria que JLV o ajudasse a decifrar, mas teve de a devolver após receber uma intimação e “Lá foram. Irão talvez para algum alicerce.” Tentou fazer decalques, “mas sem experiencia e sem papel proprio, ficou tudo uma trapalhada, como verá, pois remeto-os no caixote.” Anotações a lápis vermelho e contas por JLV [?] pela escavação das 4 mamoadas. Oferta de arrelá. Esta carta encontrava-se em “Apontamentos por proveniência” em ‘pasta’ “Canidelo II”, desenho na ‘pasta’
12762	13-02-1914	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Menciona nome do administrador e que as autoridades nunca se importaram mais	António dos Santos Graça, administrador que terá pedido lápides de volta. JLV terá recebido a caixa,

¹⁷⁹ Cf. <http://www.geira.pt/MAbadePedrosa/Actividades/itest001.htm> [consult. 23 ago. 2018].

				pedras; Possível visita de JLV lá vá no Entrudo, altura em que talvez possa ver e mesmo levar as pedras, e que talvez dê para irem a Guidões ver o Pisão trabalhar; JLV terá recebido o caixote remetido e ficado satisfeito	«Fiquei satisfeito por saber que V. Ex. ^a está contente com a pequena colheita que fiz: parecia-me mto pouco; mas se mais tivesse dado a exploração mais iria ter ao Museu.», mas a mesma não parece estar no livro de entradas nem em OAP. Objetos enviados talvez estejam em mamoa de Alvarelhos (cód. 2663). Anotação a lápis vermelho. Esta carta encontrava-se em “Apontamentos por proveniência” em ‘pasta’ “Canidelo II”
	15-02-1914	Lisboa		JLV menciona que não pode ir ao Norte; Menciona assunto que parece ter que ver com as lápides	
12763	18-02-1914	Canidelo, Vila do Conde	Bilhete postal	Visita de JLV cancelada; Continua o assunto das lápides	Sobre as lápides (Beiriz?) diz que o ex-ministro da Instrução é amigo do Administrador e pergunta “mas se o dono (achador) as ceder a V. Ex. ^a não bastará?” Anotação a lápis vermelho. Esta carta encontrava-se em “Apontamentos por proveniência” em ‘pasta’ “Canidelo II”
12764	25-03-1914	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Menção a possível confusão de remessa de publicações de JLV; Menciona que vai cuidar do relatório das escavações de Alvarelhos	Mamoa de Alvarelhos. Chegou a enviar relatório? Anotações a lápis vermelho
12765	17-04-1914	Canidelo, Vila do Conde	Bilhete postal	Agradece envio do livro pedido e elogia JLV pelo mesmo; Em PS diz que remeteu o OAP duplicado	
	[17-05-1914]			JLV remete livro e pede que encontre <i>Sermões</i>	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 57
12766	17-06-1914	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Mostra-se ao dispor de JLV mas com pouca esperança em encontrar algo dos <i>Sermões</i> ; Menciona lápides [de Beiriz?] e que JLV diretamente conseguiria as mesmas para o Museu	

	20-06-1914	Lisboa		JLV sobre as lápides	
12767	17-09-1915	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Visita de JLV ao norte; Pede informação sobre inscrição em mosteiro	
12768	22-09-1915	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Agradece explicações	
12769	12-02-1916	Canidelo, Vila do Conde	Bilhete postal	Sobre recomendação de JLV e tomo pedido por aquele	
	21-02-[1916]	Lisboa		JLV indica o que falta dos <i>Sermões</i> ; Indica andar muito ocupado	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 59
12770	10-03-1916	Canidelo, Vila do Conde	Bilhete postal	Sobre tomo pedido por JLV	
	19-03-1916	Lisboa		JLV pede que encontre livro e pergunta se remeteu <i>De Campolide a Melrose</i>	
12771	15-05-1916	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Menciona pesquisa por livrarias em busca de livros para JLV; Menciona que gostaria de ter <i>De Campolide a Belem</i> [sic].	
12772	23-05-1916	Canidelo, Vila do Conde	Bilhete postal	Menciona receção e leitura, em parte, <i>De Campolide a Melrose</i>	
	02-10-1917	Lisboa		JLV responde a pedido pessoal	
12773	15-10-1917	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Agradecimento	
	[1?-12-1917?]	Lisboa		JLV deseja boas festas; Pergunta sobre "cantar à desgarrada"	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 62; pode ser, no entanto, após espécime 12774 de 01-01-1918
12774	01-01-1918	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Votos de bom ano	
	[01-01-1929]	Lisboa		JLV agradece notícias e vista; Informa que poderá ir em Agosto	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 63
12775	23-02-1929	Canidelo, Vila do Conde	Cartão pessoal	Oferta da ara de Alvarelhos; Pede opinião sobre nomes de localidades	Oferta da ara de Alvarelhos, que havia entrado por depósito em 1905 (OAP, s. 1, v. 10, p. 382) «tem o gosto de oferecer-lhe a propriedade da Ara de

					Alvarelos que tem depositada no Museu Etnologico (Religiões, vol. 3.º p. 296) - podendo dispôr dela como lhe aprouver.»
12779	10-11-1930	Canidelo, Vila do Conde (consta do cartão)	Cartão pessoal	Remete uma nota do Padre Agostinho Antunes de Azevedo	Nota não se encontra aqui
	08-01-1932	Lisboa		JLV sobre envio de OAP e menciona estar doente com bronquite	Sousa Maia terá anotado que escreveu a Luís Chaves, sobre o OAP, em 15-01-1932
12776	29-12-1933	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Votos de bom ano; Em PS pede o favor que JLV incluá n.º e rua de Félix Pereira.	Félix Alves Pereira em 1905 fez viagem pelo norte de onde trouxe diversos objetos, incluindo doados por Sousa Maia
12777	15-04-1935	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Sobre etimologia de topónimos (incluía um postal com outras palavras); Menciona a descoberta de um cemitério, talvez visigótico, em Bougado e explorado por ordem do Dr. Mendes Correia, do Porto, tendo dado poucos objetos	Menciona escavações de Mendes Correia em Bougado
	06-01-1936	Lisboa		JLV sobre Terra de Faria	
	[15-01-1936]	Lisboa		JLV sobre Terra de Faria	Nota à data em Boletim Cultural da CMPorto, p. 65
24445	28-02-1936	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Sobre Terra de Faria, recolha de informações para JLV; Terá remetido informação recolhida por “dois homens sabedores”, Miguel Fonseca, de Barcelos, e Agostinho Antunes de Azêvedo, Mosteiró (Vila do Conde)	Anotações a vermelho. Recolha de informação sobre Terra de Faria. Informações remetidas não se encontram aqui
24446	06-05-1936	Canidelo, Vila do Conde	Carta	Remete um artigo de um jornal de Vila do Conde, assinado por “C.M. (D.or Luis da Costa Maia)” que Sousa Maia julga ter sido	Recolha de informação sobre Terra de Faria. Jornal não se encontra aqui

				colega de JLV no Porto, que confirma informações sobre Terra da Faria	
	09-05-1936	Lisboa		JLV agradece informação; Menção a Costa Maia; Pergunta sobre que província sente o povo pertencer	
24448 1/2	09-06-1936	Canidelo, Vila do Conde	Bilhete postal	Sobre Terra de Faria	Recolha de informação sobre Terra de Faria
24448 + A2/2				Nota [apensa] de JLV [?] sobre Terra de Faria	Recolha de informação sobre Terra de Faria
12778	24-06-1936	Canidelo, Vila do Conde (consta do cartão)	Cartão pessoal	Informa que delegou a Agostinho de Azevedo o trabalho de pesquisa sobre a Terra de Faria, de quem enviaria documentos	Informações remetidas não se encontram aqui
	20-11-1936	Lisboa		JLV informa que recebeu notícias de Agostinho de Azevedo	
	?? [1936?]			JLV diz já ter agradecido ao P. Agostinho; Sobre Terra de Faria; Envia questionário sobre toques de sino	Questionário em Boletim Cultural da CMPorto, p. 69-70
12780 1/2	07-01-1938 (carimbo)	Póvoa de Varzim (carimbo)	Envelope		Data de carimbo
12780 2/2		Canidelo, Vila do Conde (consta do cartão)	Cartão pessoal	Votos de boas festas e bom ano; Pede esclarecimento sobre palavras	
12781	??/07/1938		Cartão	Votos de bom aniversário	
	??			JLV agradece descrição; Menciona o seu gato Preto, sobre o qual Sousa Maia terá inquirido	

	??			JLV menciona dispor de algum dinheiro pelo que Sousa Maia poderia empreender uma escavação; Menção a lápides romanas	Talvez as lápides que Sousa Maia teve de devolver?
--	----	--	--	--	--

Apêndice C. Parte do processo relativo à localização do objeto com o número de inventário 16.658

O objeto 16 658 encontrava-se na Ala Este. Sabemos, através da informação constante na caixa em que o objeto se encontrava, que o mesmo foi colocado no contentor com o n.º 1167.

**CONTENTOR
1167**

VITRINE 216 -		2ª PRATELEIRA	SECTOR DIREITO
avelto	1 bordo de madeira Teaklud	nº 16.808 A	Guilhersem
avelto	1 " " " "	nº 16.808 B	"
avelto	1 " " " "	nº 16.807 B	"
avelto	1 frag " " "	nº 16.807 A	"
avelto	1 " " " "	nº 11.849	Pedraza (Vila)
avelto	1 frag madeira 4 pto	nº 16.658	Camêlo (Vila)
1 Sala	2 frag madeira e	S/ Armazenagem	asseiros de
	3 pedras de calcário		Sto Tirso (?)
VITRINE 216 -		3ª PRATELEIRA	SECTOR DIREITO
avelto	2 frag. madeira		Pedraza (Vila)
avelto e caixa	casvão		Novo Vizinho

~~.....~~

Figura C-1. Ficha do conteúdo constante no contentor 1167.

A ficha de contentor indica-nos que o objeto se encontrava na 2.ª prateleira da vitrina 216, com achados de proveniência da zona de Vila do Conde e Santo Tirso. Com esta informação, conseguimos identificar a vitrina no desenho da secção Ala Este.

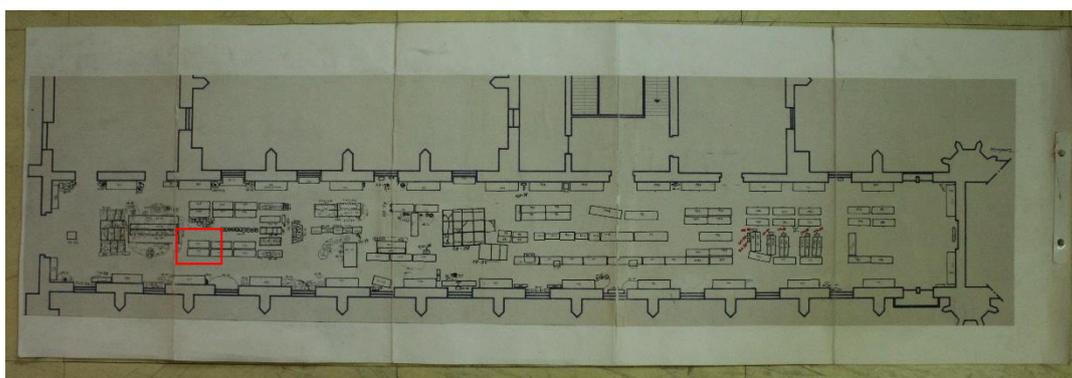


Figura C-2. Plano da Ala Este, com indicação da localização da vitrina 216.

Apêndice D. Ficha Matriz resultante do exercício prático



Inv. : 16658

Denominação: Asa de vaso
Instituição / Proprietário: Museu Nacional de Arqueologia
Super-Categoria: Arqueologia
Categoria: Cerâmica
Não publicado na internet

Descrição

Asa ou pega de vaso de cerâmica. Apresenta forma subrectangular, quebrada numa das extremidades. A outra extremidade tem os cantos arredondados e uma perfuração cilíndrica. A pasta é grosseira, de tonalidade castanha alaranjada, bem depurada, com muitos elementos não plásticos constituídos por grãos médios de quartzo e micas.

Produção

Datação

Época/ Período cronológico Época Romana (?)

Informação técnica

Matéria **Cerâmica**
Técnica **Torno e molde manual**

Dimensões

Largura **5,71 cm**
Espessura **2,01 cm**
Comprimento **11,5 cm**

Conservação

Estado de Conservação		
Estado	Especificações	Data
Bom		2018-7-26

Origem/História

Historial
Canidelo.
Peça recolhida e doada por Manuel Domingues de Sousa Maia, Abade de Canidelo, no ano 1905. A doação foi efectuada a Félix Alves Pereira em representação deste Museu.

Contexto de Recolha

Circunstâncias do Achado/Recolha

Colectores

Manuel Domingues de Sousa Maia, Abade de Canidelo

Contexto territorial

Local **Canidelo**

Classificação geográfica **Canidelo**

Sítio arqueológico **Canidelo**

Contexto temporal

Data Recolha **1905**

Incorporação

Data de incorporação **1905-2**

Modo de incorporação **Doação**

Especificações **Manuel Domingues de Sousa Maia**

Localização

Tipo	Localização	Data
Reserva	MNA 1793	2018-7-26

Bibliografia

Bibliografia	Páginas
VASCONCELOS, José Leite de - "Acquisições do Museu Ethnológico Português", O Arqueólogo Português, vol. X. Lisboa: 1905	382